

37-0001/2019 V1



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO



CÓPIA
CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

**RSC - REQUERIMENTO SUBCOMISSÃO 1/2019 DE
21/02/2019**

Promovente:

Ver. ALESSANDRO GUEDES

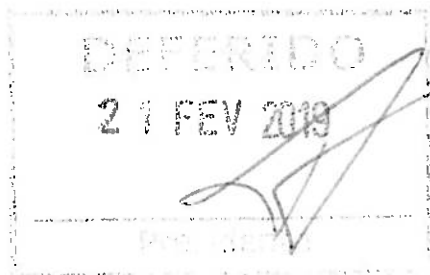
Ementa:

TENDO EM VISTA A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PARA AVALIAR O SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE DE SÃO PAULO, CONSTITUÍDA NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, MEDIANTE REQUERIMENTO Nº 49/2014, EM ANEXO, E INSTALADA EM 10/09/2014, CONFORME ATA EM ANEXO, SOLICITO QUE SEJA AUTUADO O PRESENTE DOCUMENTO NA FORMA DE REQUERIMENTO DE CONSTITUIÇÃO DE SUBCOMISSÃO (RSC), SOB A EMENTA "SUBCOMISSÃO PARA AVALIAR O SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE DE SÃO PAULO" A FIM DE VIABILIZAR O ARQUIVAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE E DOS TRABALHOS DO REFERIDO COLEGIADO JUNTO AO ARQUIVO GERAL DO LEGISLATIVO MUNICIPAL.

Observações: ,

VOLUME I

CÓPIA



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Folha nº 01 do proc.
nº 31-21 de 2019

TALRO BATISTA ESPERANÇA
Técnico Administrativo
BS-11.732

REQUERIMENTO Nº

RSC

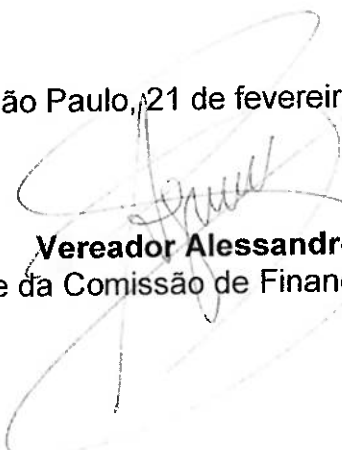
1/2019

CÓPIA

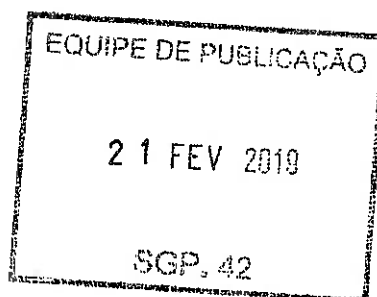
Ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo,

Tendo em vista a criação da Subcomissão para Avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade de São Paulo, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, mediante requerimento nº 49/2014, em anexo, e instalada em 10/09/2014, conforme ata em anexo, solicito que seja autuado o presente documento na forma de Requerimento de Constituição de Subcomissão (RSC), sob a ementa "Subcomissão para Avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade de São Paulo", a fim de viabilizar o arquivamento da documentação pertinente e do registro dos trabalhos do referido colegiado junto ao arquivo geral do Legislativo Municipal.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019.


Vereador Alessandro Guedes
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

CÓPIA



Examinar(m) (unidade(s)), nome(s),
data, documento(s) e folha de
informação rubricados sob
nº 02.95.
Em 22 / 03 / 19
Ass: 

Valter Batista Raposo
Técnico Administrativo
RE 11.232



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Folha nº 02 do proc.
nº 31-01 do 2013
TAIRO BATISTA ESPERANÇA
Técnico Administrativo
RE 11.242

À
Comissão de Finanças e Orçamento

REQUERIMENTO nº 49/2014

Requeiro, na forma regimental, a criação de uma Subcomissão de Estudos para avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, requeiro ainda que seja Oficiado o Ilmo. Sr. Simão Pedro Chiovetti, Secretário Municipal de Serviços do Município de São Paulo, responsável pelo ILUME – Departamento de Iluminação Pública, para que preste informações sobre o Chamamento Público nº 01/SES/2013 que tem por objeto a abertura de uma PPP – Parceria Pública Privada para transferir à iniciativa privada a gestão deste serviço.

~~Requeiro ainda que seja feita a Convocação do Ilmo. Sr. Secretário e de todos os membros da Comissão Especial de Avaliação que foi constituída para conduzir os trabalhos do Chamamento Público 01/SES/2013.~~

A iluminação pública é essencial à qualidade de vida nos centros urbanos, atuando como instrumento de cidadania, permitindo aos habitantes desfrutar, plenamente, do espaço público no período noturno.

Além de estar diretamente ligada à segurança pública no tráfego, a iluminação pública previne a criminalidade, embeleza as áreas urbanas, destaca e valoriza monumentos, prédios e paisagens, facilita a hierarquia viária, orienta percursos e aproveita melhor as áreas de lazer.

A melhoria da qualidade dos sistemas de iluminação pública traduz-se em melhor imagem da cidade, favorecendo o turismo, o comércio, e o lazer noturno, ampliando a cultura do uso eficiente e racional da energia elétrica, contribuindo, assim, para o desenvolvimento social e econômico da população.





CÂMARA MUNICIPAL DE

SÃO PAULO

Folha nº 02 de 02
13/01/2013
TAÍS SATO PEREIRA
Téc. de Apoio Administrativo

Assim, com o intuito de saber como andam os serviços de iluminação pública da cidade e quais os planos de gestão para o futuro, as informações a serem encaminhadas a esta Comissão, deverão contemplar respostas aos seguintes questionamentos:

- 1) Foi realizado estudo para a modernização, expansão, otimização da infraestrutura da rede de iluminação pública atual?
- 2) Qual o perímetro urbano a ser alcançado pela rede?
- 3) Qual a carga a ser instalada?
- 4) Na classe iluminação pública, está incluída a iluminação de monumentos; fachadas, fontes luminosas e obras de arte de valor histórico, cultural ou ambiental?
- 5) Qual o tempo a ser considerado para fins de faturamento da energia elétrica destinada à iluminação pública?
- 6) Quais os indicadores de desempenho a serem adotados para medir a qualidade dos serviços?
- 7) Há previsão de utilização de lâmpadas com tecnologia LED (Light Emitting Diode)?
- 8) O Município de São Paulo possui em vigor a Lei nº 14.023/2005, regulamentada pelo Decreto nº 47.817/2006 que dispõe sobre a obrigatoriedade de tornar subterrâneo o cabeamento de rede elétrica instalada no Município. Há previsão neste sentido no Edital da PPP?
- 9) Há previsão de redução do consumo por meio da utilização de novas tecnologias de iluminação?
- 10) Há previsão de utilização de energia elétrica proveniente de fontes renováveis, do tipo: solar, eólica, biomassa com geração local, não poluente e de baixíssima emissão de GEE – Gases de Efeito Estufa?
- 11) Como será feita a neutralização integral das emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) ocasionado pelo uso de energia elétrica?
- 12) As lâmpadas incandescentes ou lâmpadas à descarga e que utilizem vapor de mercúrio ou outros gases de efeito estufa serão totalmente substituídas?
- 13) Há exigência de que as luminárias do tipo LED, caso seja prevista no edital de PPP, tenham sido analisadas e aprovadas para uso em laboratório nacional oficial ou com acreditação do INMETRO?
- 14) Qual a tecnologia de gestão online da rede iluminação pública prevista?
- 15) Como será o plano de manutenção das luminárias públicas em casos de interferência nas condições de tráfego?



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 04 do proc.
nº 31-01 de 2014
TAIRO BATISTA ESPERANÇA
Técnico Administrativo

16) Qual o sistema a ser adotado visando a coibir a redução de ações predatórias e furtos contra a rede elétrica de iluminação pública?

São Paulo/SP, 27 de agosto de 2014.


Milton Leite da Silva
Vereador

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PARA AVALIAR O SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE DE SÃO PAULO, CONSTITUÍDA NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO – SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e quinze, às dez horas, na Auditório Prestes Maia, 1º andar desta Edilidade, reuniu-se a Subcomissão sob a presidência do Vereador Aurélio Nomura, nos termos do artigo 43 do Regimento Interno, e com a presença dos Vereadores Abou Anni, Milton Leite e Ricardo Nunes. O Presidente informou que a Subcomissão foi criada em atendimento ao Requerimento CFO nº 49/2014, aprovado na Reunião Ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento de 27 de agosto de 2014 e teve sua composição definida na Reunião Ordinária de 03 de setembro de 2014. Após a abertura, o Presidente suspendeu os trabalhos, reabrindo às 10h53. O Presidente abriu a palavra para que fossem efetuadas as indicações para a presidência da Subcomissão, momento no qual o Vereador Abou Anni indicou o Vereador Milton Leite. Com os votos dos Vereadores Abou Anni, Milton Leite e Aurélio Nomura, foi eleito o Vereador Milton Leite para Presidente da Subcomissão. Passando a presidir os trabalhos, o Vereador Milton Leite abriu a palavra para que fossem efetuadas as indicações para a vice-presidência, indicando, desde logo, o Vereador Abou Anni. Com os votos dos Vereadores Abou Anni, Aurélio Nomura e Milton Leite, foi eleito o Vereador Abou Anni para Vice-Presidente da Subcomissão. O Presidente Milton Leite indicou o Vereador Aurélio Nomura como relator da Subcomissão, indicação essa aprovada pelos demais vereadores. Ficou estabelecido em 120 (cento e vinte) dias o prazo de funcionamento da Subcomissão, prorrogável por igual período. Estabeleceu-se que a inclusão de dois membros na Subcomissão se daria em futura reunião da Comissão de Finanças e Orçamento. Às 10h56, o Presidente suspendeu os trabalhos para a abertura da Reunião Ordinária da Comissão. Após a reabertura, às 11h28, foram incluídos na pauta e aprovados os Requerimentos nº 1/2014, 2/2014 e 3/2014, todos de autoria dos Vereadores Milton Leite e Aurélio Nomura. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, nós, Caio Cesar Rodrigues e Vinícius Moreira do Nascimento, secretariamos os trabalhos e lavramos a presente ata que, lida e aprovada, segue assinada pelos vereadores presentes e por nós subscrita.

Milton Leite

Abou Anni

Aurélio Nomura

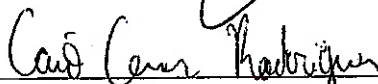
Ricardo Nunes

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

DE ____/____/____

Pág. ____ Col. ____

Conferido ____

Caio Cesar Rodrigues
SecretárioVinícius Moreira do Nascimento
Secretário

A Comissão de:

FIN

22/02/2019

Antonio Isoldi Caleari
 Supervisor - SGP. 22
 RF 11.300

Segue em juntado S nesta data documento(s)
 e papel de informação rubricado S sob folha(s)
 nº 06.9.562 Em 27/02/19
 Celso Cesar Rodrigues
 RF 11.267 - Técnico Administrativo

São Paulo, 03 de setembro de 2014.

36 - OF-SGP12
36- 00324/2014

Senhor Prefeito,

CÓPIA

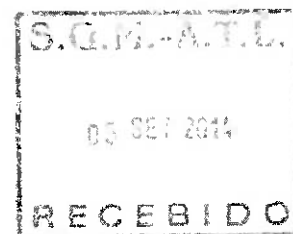
Em atenção ao deliberado pela Douta Comissão de Finanças e Orçamento, encaminho a Vossa Excelência cópia do Requerimento nº 49/2014, de autoria do Vereador **Milton Leite**, aprovado na reunião de 27/08/2014, pelo qual solicita informações à Secretaria Municipal de Serviços.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria dessa Comissão.


JOSÉ AMÉRICO
Presidente

Anexo: cópia do requerimento citado.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Fernando Haddad
Digníssimo Prefeito da Cidade de São Paulo





Prefeitura do Município de São Paulo

São Paulo, 8 de outubro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. I. L. nº 403/14-C

Ref.: OF.SGP-12 nº 0324/2014

Folha nº 07 de pros.

nº 37-2 de 2014

Celo César Rodrigues

DOCREOF 11.287-SGP-12

769/2014

Senhor Presidente

Em atenção ao Requerimento nº 49/2014, do Vereador Milton Leite da Silva, aprovado pela Comissão de Finanças e Orçamento, encaminho a Vossa Excelência cópia das informações oferecidas pela Secretaria Municipal de Serviços a respeito dos serviços de iluminação pública da Cidade e respectivos planos de gestão para o futuro.

Na oportunidade, renovo a essa Presidência meus protestos de apreço e consideração.

FRANCISCO MACENA DA SILVA
Secretário do Governo Municipal

Ao

Excelentíssimo Senhor

JOSÉ AMÉRICO DIAS

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

JAM/MMO/drs
Req CFO 324-14

15:23 09/10/2014 003521 - Protocolo Legislativo - SGP-22

À Comissão de
Finanças
09/10/2014

Antônio Isidoro Calazani
Técnico Administrativo
RF 11.200

RECEBIDO
Comissão de Finanças e Orçamento
Em 27/10/14 às 14:00
RF 11.257
Gelo Cesar Rodrigues
Técnico Administrativo
RF 11.257

Do Processo nº2013-0.079.480-8

INTERESSADO: Secretaria de Governo Municipal - ATL

ASSUNTO: Informações a respeito do Chamamento Público nº01/SES/2013

SES-G

CÓPIA

Senhor Chefe de Gabinete,

Trata-se de expediente encaminhado pela Secretaria de Governo Municipal – ATL/Chefia solicitando informações sobre os trabalhos do Chamamento Público nº 01/SES/2013, conforme requerimento da Câmara Municipal de São Paulo, costado às fls. 52/54.

A Comissão da Câmara solicita respostas de questionamentos sobre a Iluminação Pública da Cidade e os planos de gestão futuros. Dessa forma e em conformidade com o **Ofício nº 226/14 – ILUME G**, que se encontra arquivado nesta Secretaria, seguem as respostas dos questionamentos feitos pela Exma. Câmara Municipal:

01 – Foi realizado estudo para a modernização, expansão, otimização da infraestrutura da rede de iluminação pública?

Resposta: Sim. A maioria dos Modelos apresentados pelos proponentes no Chamamento 01/2013, de 09 de Outubro de 2013, contempla as ações mencionadas.

02 – Qual o perímetro urbano a ser alcançado pela rede?

Resposta: Abrange a extensão da malha viária de todo o Município.

03 – Qual a carga instalada?

Resposta: Potência instalada é de 131MW e consumo médio mensal de energia elétrica de 47GWh.

Do Processo nº 2013-0.079.480-8

04 – Na classe iluminação pública, está incluída a iluminação de monumentos; fachadas, fontes luminosas e obras de arte de valor histórico, cultural ou ambiental?

Resposta: Sim. Vários estudos contemplam esta aplicação.

CÓPIA

05 – Qual o tempo a ser considerado para fins de faturamento da energia elétrica destinada à iluminação pública?

Resposta: 11h52 (onze horas e cinquenta e dois minutos) diários conforme Resolução ANEEL.

06 – Quais os indicadores de desempenho a serem adotados para medir a qualidade dos serviços?

Resposta: A maioria dos estudos contemplou mecanismos de aferição de qualidade e de desempenho, tais como: qualidade luminotécnica, índices de falha e tempos mínimos para sua correção.

07 – Há previsão de utilização de lâmpadas com tecnologia LED (Light Emitting Diode)?

Resposta: Sim. Todos os estudos contemplam esta tecnologia.

08 – O Município de São Paulo possui em vigor a Lei nº 14.023/2005, regulamentada pelo Decreto nº 47.817/2006 que dispõe sobre a obrigatoriedade de tornar subterrâneo o cabeamento de rede elétrica instalada no Município. Há previsão neste sentido no Edital da PPP?

Resposta: A previsão proposta no projeto da PPP consiste em ser atribuído ao parceiro privado a obrigatoriedade de deslocar o cabeamento aéreo da iluminação pública para as vias subterrâneas, paulatinamente criadas, conforme a execução do Programa de Enterramento da Rede Aérea (PERA) de que trata a Lei Municipal nº 14.023/05.

09 – Há previsão de redução do consumo por meio da utilização de novas tecnologias de iluminação?

Do Processo nº2013-0.079.480-8

Resposta: Sim. Todos os estudos contemplaram esta economia.

10 – Há previsão de utilização de energia elétrica proveniente de fontes renováveis, do tipo: solar, eólica, biomassa com geração local, não poluente e de baixíssima emissão GEE – Gases de Efeito Estufa?

Resposta: Alguns estudos abordaram esta possibilidade.

CÓPIA

11 – Como será feita a neutralização integral das emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) ocasionado pelo uso de energia elétrica?

Resposta: Tal possibilidade não foi abordada em nenhum dos estudos.

12 – As lâmpadas incandescentes ou lâmpadas à descarga e que utilizem vapor de mercúrio ou outros gases de efeito estufa serão totalmente substituídas?

Resposta: Sim. A previsão é de substituição integral do Parque instalado.

13 – Há exigência de que as luminárias do tipo LED, caso seja prevista no edital de PPP, tenham sido analisadas e aprovadas para uso em laboratório nacional oficial ou com acreditação do INMETRO?

Resposta: Esta condição técnica é inafastável. Todavia nenhum dos estudos adotou estas certificações necessárias.

14 – Qual a tecnologia de gestão online da rede iluminação pública prevista?

Resposta: Todos os estudos apresentam um CCO – Centro de Controle Operacional para monitoramento individual de cada luminária e apresentadas várias alternativas de conectividade, baseadas em rádio, sistemas de telefonia e fibra ótica.

15 – Como será o plano de manutenção das luminárias públicas em casos de interferência nas condições de tráfego?

Resposta: Nenhum estudo abordou esta imperativa metodologia executiva. Alguns estudos abordam parcialmente esta otimização com o CCO.

16 – Qual o sistema a ser adotado visando coibir a redução de ações predatórias e furtos contra a rede elétrica de iluminação pública?

Do Processo nº2013-0.079.480-8

Resposta: Somente um dos estudos abordou esta problemática.

Deste modo, sugerimos o retorno do presente a Secretaria de Governo Municipal- ATL para conhecimento e demais providências em prosseguimento.

À consideração de Vossa Senhoria.

São Paulo, 29 de setembro de 2014.


ALESSANDRA ROSSINI

Assessora Jurídica Chefe - SES
Procuradora Municipal

CÓPIA

SGM-ATL

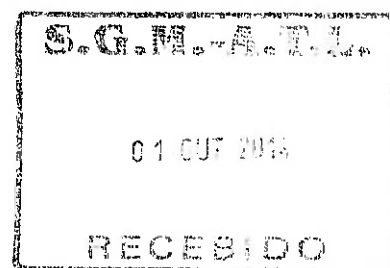
Senhora Assessora Especial,

Nos termos da manifestação retro, que acolho, encaminho o presente para ciência e providências pertinentes.

Ao ensejo, renovo protestos de elevada estima e consideração.

São Paulo, 29 de setembro de 2014.


ROBERTO RAIMUNDO AQUINO
Chefe de Gabinete
Secretaria Municipal de Serviços





CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Subcomissão da Iluminação Pública

Data	Horário	Evento	Observações
10/09/2014	10h00	Reunião de Instalação	Foi eleito o Ver. Milton Leite para Presidente, o Ver. Abou Anni para Vice-Presidente e o Ver. Aurélio Nomura para relator.
17/09/2014	10h00	1ª Reunião Ordinária de 2014	Aprovação dos Requerimentos nº 1/2014, 2/2014 e 3/2014.
15/10/2014	10h00	2ª Reunião Ordinária de 2014	Em atendimento ao Requerimento nº 1/2014, estiveram presentes os Srs. Simão Pedro Chiovetti (Secretário de Serviços), Renato Gonçalves (Secretário Adjunto de Serviços) e Alberto Serra (Diretor do ILUMIE).
12/11/2014	10h00	NÃO REALIZADO	Em atendimento ao Requerimento nº 2/2014, esteve presente o Sr. Marcos de Barros Cruz (Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico).
13/11/2014	12h00	1ª Reunião Extraordinária de 2014	Aprovação do Requerimento nº 4/2014.
18/11/2014	10h00	2ª Reunião Extraordinária de 2014	Não houve quórum para a Reunião Ordinária. Foi convocada uma Reunião Extraordinária para o dia seguinte.
			Aprovação dos Requerimentos nº 5/2014, 6/2014, 7/2014, 8/2014 e 9/2014.
			Foi convocada Reunião Extraordinária para 18/11/2014 e Reunião Ordinária para 19/11/2014.
			Em atendimento aos Requerimentos nº 7/2014, 8/2014 e 9/2014, estiveram presentes os Srs. Wilson Martins Poit (Diretor-Presidente da SP Negócios), Geraldo José Pedace (Sócio-Diretor da Pedace Engenharia e Consultoria Ltda.), Rodrigo Martins (Presidente da GE Iluminação do Brasil Comércio de Lâmpadas Ltda.) e Alexandre de Castro Ferrari (Gerente Geral de Iluminação da GE Iluminação do Brasil Comércio de Lâmpadas Ltda.)
			O Vereador Milton Leite, ao tomar ciência de que o final da fase de consulta pública (aberta pela SP Negócios acerca da PPP em debate) seria dia 24/11, solicitou que a Secretaria oficiasse o Sr. Wilson Poit para que houvesse adiamento da referida consulta, a fim de que pudessem ser realizadas audiências públicas em cada uma das 31 regiões da Cidade.
19/11/2014	10h00	Reunião de trabalho	Em virtude da ausência de quórum, a 3ª Reunião Ordinária foi convertida em Reunião de Trabalho.
26/11/2014	11h30	NÃO REALIZADO	Em atendimento ao Requerimento nº 4/2014, esteve presente o Sr. Francisco Macena (Secretário do Governo Municipal).
03/12/2014	10h00	3ª Reunião Ordinária de 2014	Não houve quórum para a Reunião Ordinária. Foi convocada uma Reunião Ordinária para 03/12/2014.
11/03/2015	10h30	1ª Reunião Ordinária de 2015	Em atendimento ao Requerimento CFO nº 88/2014, esteve presente a Sra. Adriana Machado (Vice-Presidente de Relações Governamentais da GE Iluminação do Brasil Comércio de Lâmpadas Ltda).
26/03/2015	10h00	1ª Audiência Pública	Aprovação do Requerimento nº 1/2015.
30/04/2015	10h00	NÃO REALIZADO	Foram agendadas 2 audiências públicas: em 26/03/2015 na região Sul e em 16/04/2014 na região Leste da Cidade.
20/05/2015	12h00	2ª Reunião Ordinária de 2015	Local do evento: ADC Eletropaulo (Rua Peixe Vivo, nº 155, Jardim Santa Helena).
27/05/2015	12h00	1ª Reunião Extraordinária de 2015	Foram convidados os Srs. Francisco Macena (Secretário do Governo Municipal), Simão Pedro (Secretário de Serviços), Váler Correia da Silva (Secretário de Gestão), Marcos de Barros Cruz (Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico) e Robinson Sakiyama Barreirinhas (Secretário de Negócios Jurídicos).
			Estiveram presentes os Srs. José Alberto Serra (Diretor do ILUMIE) e Renato Afonso Gonçalves (Secretário Substituto de Serviços).
			Foi cancelada a audiência pública anteriormente agendada para o Auditório da Reitoria da Universidade São Judas (Rua Taquari, nº 546, Mooca).
			Foi convocada, para 27/05/2015, após o término da Reunião Ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento, uma reunião para apreciação, discussão e votação do relatório final da Subcomissão.
			Aprovado o relatório final de autoria do Ver. Aurélio Nomura, restando prejudicado o voto em separado de autoria do Ver. Paulo Fiorillo.

Forma nº 1 de 2014
nº 37-1 de 2019

Calo César Rodrigues
RF 11.287 - SCP-12

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PARA AVALIAR O SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE DE SÃO PAULO, CONSTITUÍDA NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO – SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e quinze, às dez horas, na Auditorio Prestes Maia, 1º andar desta Edilidade, reuniu-se a Subcomissão sob a presidência do Vereador Aurélio Nomura, nos termos do artigo 43 do Regimento Interno, e com a presença dos Vereadores Abou Anni, Milton Leite e Ricardo Nunes. O Presidente informou que a Subcomissão foi criada em atendimento ao Requerimento CFO nº 49/2014, aprovado na Reunião Ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento de 27 de agosto de 2014 e teve sua composição definida na Reunião Ordinária de 03 de setembro de 2014. Após a abertura, o Presidente suspendeu os trabalhos, reabrindo às 10h53. O Presidente abriu a palavra para que fossem efetuadas as indicações para a presidência da Subcomissão, momento no qual o Vereador Abou Anni indicou o Vereador Milton Leite. Com os votos dos Vereadores Abou Anni, Milton Leite e Aurélio Nomura, foi eleito o Vereador Milton Leite para Presidente da Subcomissão. Passando a presidir os trabalhos, o Vereador Milton Leite abriu a palavra para que fossem efetuadas as indicações para a vice-presidência, indicando, desde logo, o Vereador Abou Anni. Com os votos dos Vereadores Abou Anni, Aurélio Nomura e Milton Leite, foi eleito o Vereador Abou Anni para Vice-Presidente da Subcomissão. O Presidente Milton Leite indicou o Vereador Aurélio Nomura como relator da Subcomissão, indicação essa aprovada pelos demais vereadores. Ficou estabelecido em 120 (cento e vinte) dias o prazo de funcionamento da Subcomissão, prorrogável por igual período. Estabeleceu-se que a inclusão de dois membros na Subcomissão se daria em futura reunião da Comissão de Finanças e Orçamento. Às 10h56, o Presidente suspendeu os trabalhos para a abertura da Reunião Ordinária da Comissão. Após a reabertura, às 11h28, foram incluídos na pauta e aprovados os Requerimentos nº 1/2014, 2/2014 e 3/2014, todos de autoria dos Vereadores Milton Leite e Aurélio Nomura. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, nós, Caio Cesar Rodrigues e Vinícius Moreira do Nascimento, secretariamos os trabalhos e lavramos a presente ata que, lida e aprovada, segue assinada pelos vereadores presentes e por nós subscrita.

Milton Leite

Abou Anni

Aurélio Nomura

Ricardo Nunes

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

DE ____/____/____

Pág. ____ Col. ____

Conferido ____

Caio Cesar Rodrigues

Caio Cesar Rodrigues
Secretário

Vinícius Moreira do Nascimento

Vinícius Moreira do Nascimento
Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Comissão de Finanças e Orçamento

Lista de Presença

Reunião de Instalação da Subcomissão para avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade

Data da Reunião: 10/09/2014 - Horário: 10:00 - Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Ver. ABOU ANNI (PV)

Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)

Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)

Ver. PAULO FIORILO (PT)

Ver. RICARDO NUNES (PMDB)

À Presidência da Mesa, em cumprimento ao disposto no artigo 2º, parágrafos 1º e 2º, do Ato 654/99.

Ver. AURÉLIO NOMURA (PSDB)

PRESIDINDO NOS TERMOS DO ARTIGO 43, CAPUT, DO REGIMENTO INTERNO

Financ. 14 de proc.
nº 37-1 de 20 19
Celo César Rodrigues
RF 11.267-SCP-12



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

Protocolo nº 15 de 2014
nº 37-1 de 20 19
Oslo César Rodrigues
RF 11.267 - SGP-12

SUBCOMISSÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA - FINANÇAS

PRESIDENTE: AURÉLIO NOMURA

TIPO DA REUNIÃO: INSTALAÇÃO

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 10/09/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Bom dia a todos. Estão presentes os nobres Vereadores Milton Leite, Abou Anni e este Vereador na presidência. Nos termos do artigo 43 do Regimento Interno, declaro abertos os trabalhos de instalação da subcomissão para avaliar o serviço de iluminação pública da Cidade.

Informe que esta reunião está sendo “transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço” www.camara.sp.gov.br/links Auditórios On-Line.

Esta subcomissão foi criada pelo Requerimento 49/2014, aprovada na reunião ordinária na Comissão de Finanças e Orçamento em 27 de agosto, e teve a sua composição definida na reunião ordinária do dia 03 de setembro.

Abro a palavra para que sejam efetuadas as indicações para Presidente.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Abou Anni.

O SR. ABOU ANNI – Sr. Presidente, gostaria de indicar, neste momento, o nobre Vereador Milton Leite, até porque S.Exa. é autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Não havendo outras indicações, pergunto ao Vereador Abou Anni como vota.

O SR. ABOU ANNI – No Vereador Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Como vota o nobre Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Voto em mim.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Eu também voto no Vereador Milton Leite. Está eleito Presidente da subcomissão. Passo os trabalhos ao Presidente Milton Leite.

Assume a presidência o Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Srs. Vereadores, obrigado pela eleição para esta Presidência. Vou suspender os trabalhos para acertar a Vice-Presidência e Relatoria.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Passemos à eleição do Relator desta Comissão. Indico o nobre Vereador Aurélio Nomura. Passo à votação nominal.

Como vota o nobre Vereador Abou Anni.

O SR. ABOU ANNI – Voto no Vereador Aurélio Nomura.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Como vota o Vereador Aurélio Nomura?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Voto em Aurélio Nomura.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Este Vereador vota em Aurélio Nomura. Foi eleito o nobre Vereador Aurélio Nomura como Relator.

Passemos à indicação do Vice-Presidente desta Comissão.

Esta Presidência indica o Vereador Abou Anni para a Vice-Presidência.

Há outras indicações? Não havendo, passemos à votação.

Como vota o nobre Vereador Aurélio Nomura?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Voto no Vereador Abou Anni.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Como vota o Vereador Abou Anni?

O SR. ABOU ANNI – Voto no Vereador Abou Anni.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Este Vereador vota no Vereador Abou Anni.

Assim, por maioria de três votos, considerando que esta Comissão tem cinco membros, fica eleito como Vice-Presidente o nobre Vereador Abou Anni.

Vou suspender a sessão por dois minutos para organizarmos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a Presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Reabertos os trabalhos.

A subcomissão que trata do processo de iluminação pública, de avaliação do serviço de iluminação pública está instalada. Neste momento, providenciamos uma série de requerimentos que a assessoria trará para que este Plenário aprove. Em virtude do horário, explico que providências tomamos. Primeiro, vamos suspender às 10h55 os trabalhos da Comissão, mantendo a reabertura do trabalho da subcomissão logo após a reunião ordinária

da Comissão de Finanças e Orçamento. Às 11h abrimos a Comissão de Finanças e Orçamento, com os trabalhos da subcomissão suspensos até que os requerimentos cheguem e possamos aprová-los. Esse é o procedimento que seguiremos.

Todavia, cabe esclarecer, Srs. Vereadores, alguns senhores e senhoras que nos assistem, que, além de todos os requerimentos, há o pleito de abrir mais duas vagas nesta subcomissão para dois novos membros participarem. Porém, esse procedimento é na Comissão de Finanças. Daqui a cinco minutos, abriremos a Comissão de Finanças e colocaremos a inclusão de mais dois nomes. De cinco membros, passaremos a sete.

Com relação ao prazo de funcionamento, que foi discutido previamente, já vou colocar a votos. Neste momento, o que foi acordado, considerando que é uma licitação longa, um processo longo, entendemos que deva ser por 120 dias o trabalho desta Comissão de Estudos, prorrogáveis por mais 120 dias.

Neste momento, coloco a votos entre os membros. Os Srs. Vereadores favoráveis ao prazo de 120 dias, prorrogável por igual período, permaneçam como estão. Aprovado.

Ad cautelam, aprovaremos esse prazo na Comissão de Finanças. Aprovaremos no Plenário da Comissão de Finanças essa mesma definição de prazo, bem como a nova composição de sete membros. Assim, faltando sete minutos, enquanto os requerimentos estão sendo providenciados, vou suspender a reunião da subcomissão para abrir a Comissão de Finanças.

Encerrada a Comissão de Finanças, passaremos, de imediato, aos trabalhos da subcomissão, com as devidas convocações dos Srs. Secretários e demais requerimentos que temos como certo serão aprovados esta manhã.

- Suspensos os trabalhos da subcomissão neste momento.

Processo nº 17 do proc.
nº 37-1 de 2019
Celo Cesar Rodrigues
RP 11.267-2012



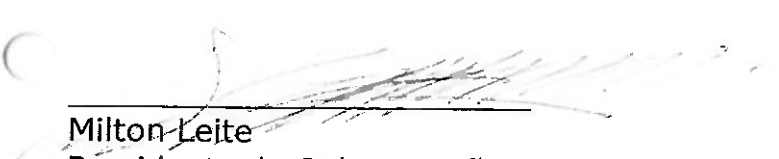
**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

**À
Comissão de Finanças e Orçamento**

REQUERIMENTO nº 1/2014

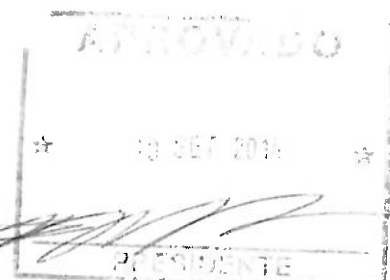
A Subcomissão de Estudos, criada para avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade de São Paulo, requer, na forma regimental, que seja CONVIDADO o Ilmo. Sr. Simão Pedro Chiovetti, Secretário Municipal de Serviços do Município de São Paulo, para COMPARECER no dia 17/09/2014 perante esta SUBCOMISSÃO, para prestar esclarecimentos sobre a futura licitação de PPP – Parceria Pública Privada referente ao Serviço de Iluminação Pública desta Municipalidade.

São Paulo/SP, 10 de setembro de 2014.


Milton Leite
Presidente da Subcomissão de
Estudos do Serviço de Iluminação
Pública de São Paulo.


Vice-Presidente


Aurélio Gomes



36 - OF-SGP12
36- 00346/2014

São Paulo, 10 de setembro de 2014.

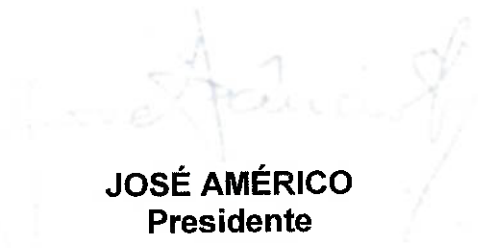
Senhor Prefeito,

CÓPIA

Em atenção ao deliberado pela Subcomissão para avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, encaminho a Vossa Excelência cópia de requerimento de autoria dos Vereadores **Milton Leite, Abou Anni e Aurélio Nomura**, aprovado na reunião de 10/9/2014, pelo qual solicita que seja convidado o Senhor Simão Pedro Chiovetti, Secretário Municipal de Serviços, a prestar esclarecimentos sobre a futura licitação de PPP – Parceria Público Privada referente ao Serviço de Iluminação Pública desta Municipalidade em reunião da Subcomissão.

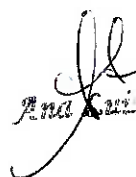
A referida reunião será realizada em **17 de setembro**, com início às **10:00 horas**, no Auditório Prestes Maia, 1º andar desta Edilidade.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria dessa Comissão.


JOSÉ AMÉRICO
Presidente

Anexo: cópia do requerimento citado.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Fernando Haddad
Digníssimo Prefeito da Cidade de São Paulo


Ana Maria Vanes Torres Ferreira
RF: 556.083.1.01
SGM/ATL



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Protocolo nº 19 do proc.
nº 371 de 2019
Celo César Rodrigues
RF 11.267-532-12

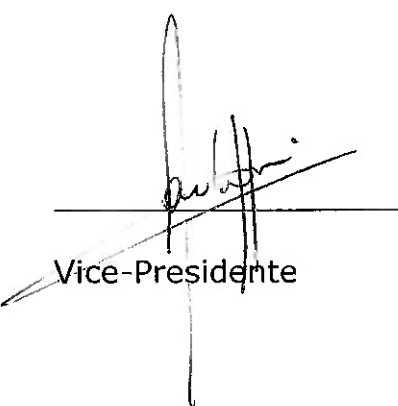
À
Comissão de Finanças e Orçamento

REQUERIMENTO nº 2/2014

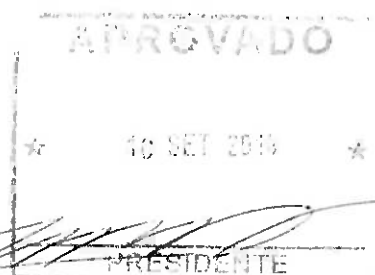
A Subcomissão de Estudos, criada para avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade de São Paulo, requer, na forma regimental, que seja CONVIDADO o Ilmo. Sr. Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, para COMPARECER no dia 24/09/2014 perante esta SUBCOMISSÃO, para prestar esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos do FUNDIP – Fundo Municipal de Iluminação Pública da Cidade de São Paulo.

São Paulo, 10 de setembro de 2014.


Milton Leite
Presidente da Subcomissão de
Estudos do Serviço de Iluminação
Pública de São Paulo.


Vice-Presidente


Netuna



36 - OF-SGP12
36- 00347/2014

São Paulo, 10 de setembro de 2014.

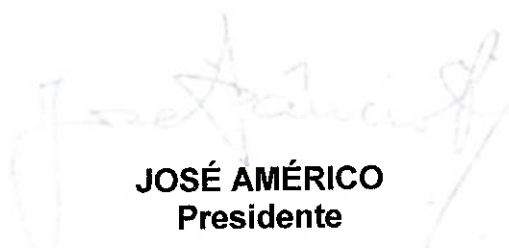
Senhor Prefeito,

CÓPIA

Em atenção ao deliberado pela Subcomissão para avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, encaminho a Vossa Excelência cópia de requerimento de autoria dos Vereadores **Milton Leite, Abou Anni e Aurélio Nomura**, aprovado na reunião de 10/9/2014, pelo qual solicita que seja convidado o Senhor Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, a prestar esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos do FUNDIP – Fundo Municipal de Iluminação Pública da Cidade de São Paulo em reunião da Subcomissão.

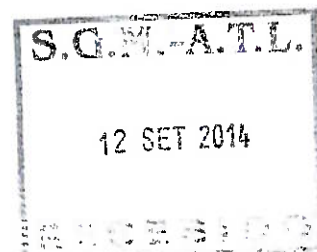
A referida reunião será realizada em **24 de setembro**, com início às **10:00 horas**, no Auditório Prestes Maia, 1º andar desta Edilidade.

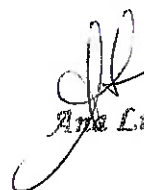
Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria dessa Comissão.


JOSÉ AMÉRICO
Presidente

Anexo: cópia do requerimento citado.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Fernando Haddad
Digníssimo Prefeito da Cidade de São Paulo




Ana Luiza Venes Torres Ferreira
RH: 586.923.1.01
SCM/AR



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Polícia nº 21 DO PMPC
nº 37-1 de 20 19
Cale César Rodrigues
RP 11.267-SP-12

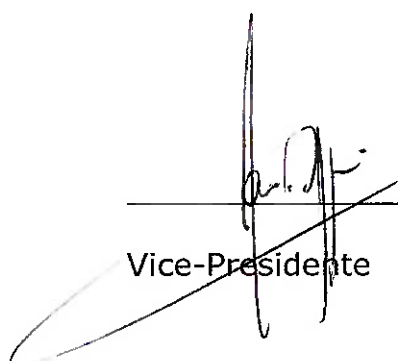
**À
Comissão de Finanças e Orçamento**

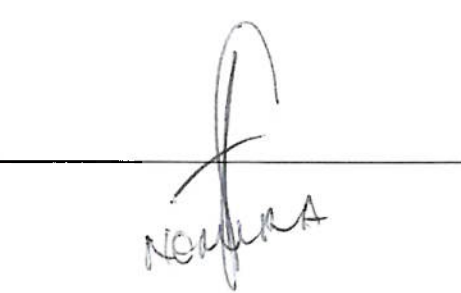
REQUERIMENTO nº 3/2014

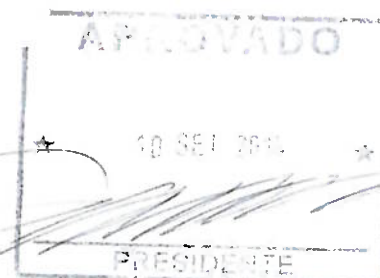
A Subcomissão de Estudos, criada para avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade de São Paulo, tomou conhecimento, através de matéria veiculada no Site do Jornal "Estado", edição do dia 09/09/2014 que a Secretaria Municipal de Serviços encerrou os trabalhos do Chamamento Público nº 01/SES/2013 e a análise das onze propostas recebidas foi encaminhada a cinco secretários municipais. Assim, esta Subcomissão, requer, na forma regimental, que seja oficiado o Ilmo. Sr. Simão Pedro Chiovetti, Secretário Municipal de Serviços do Município de São Paulo, responsável pelo ILUME – Departamento de Iluminação Pública, para informar a esta Subcomissão quais são os cinco secretários que receberam a análise das referidas propostas.

São Paulo/SP, 10 de setembro de 2014.


Milton Leite
Presidente da Subcomissão de
Estudos do Serviço de Iluminação
Pública de São Paulo.


Vice-Presidente


Nery



36 - OF-SGP12
36- 00348/2014

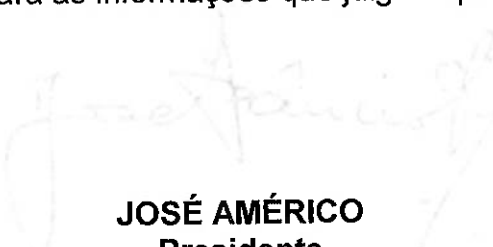
São Paulo, 10 de setembro de 2014.

Senhor Prefeito,

CÓPIA

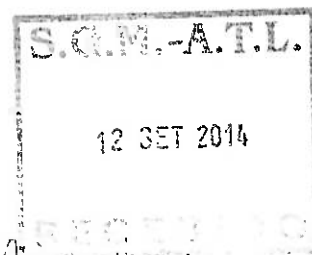
Em atenção ao deliberado pela Subcomissão para avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, encaminho a Vossa Excelência cópia de requerimento de autoria dos Vereadores **Milton Leite, Abou Anni e Aurélio Nomura**, aprovado na reunião de 10/9/2014, pelo qual solicita informações à Secretaria Municipal de Serviços.

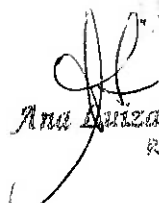
Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria dessa Comissão.


JOSÉ AMÉRICO
Presidente

Anexo: cópia do requerimento citado.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Fernando Haddad
Digníssimo Prefeito da Cidade de São Paulo




Ana Luiza Vares Torres Ferreira
RF. 556.003.1.01
SGM/ATL



Prefeitura do Município de São Paulo

São Paulo, 8 de outubro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. I. L. nº 401/14-E

Ref.: OF.SGP-12 nº 0348/2014

Folha nº 23 do processo,
nº 37-01 de 2014

Calo César Rodrigues
RF 11.267-500 12

Senhor Presidente

DOCREC

767/2014

Reportando-me ao ofício acima referenciado, em atenção ao requerimento dos Vereadores Milton Leite, Abou Anni e Aurélio Nomura, aprovado pela Comissão de Finanças e Orçamento, encaminho a essa Presidência, por cópia, os esclarecimentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Serviços, a respeito do Chamamento Público nº 01/SES/2013.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

FRANCISCO MACENA DA SILVA
Secretário do Governo Municipal

Ao

Excelentíssimo Senhor

JOSÉ AMÉRICO DIAS

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

A Comissão de:

Finanças

09 / 10 / 2014


Antonio Isoldi Callear
Técnico Administrativo
RF 11.300

RECEBIDO

Comissão de Finanças e Orçamento

Em 09/10/14 às 17:00


Celo Cesar Rodrigues
Técnico Administrativo
RF. 11.267

Do Processo nº2014-0.261.468-0

INTERESSADO: Secretaria de Governo Municipal - ATL

ASSUNTO: Informações a respeito do Chamamento Público nº01/SES/2013

SES-G

Senhor Chefe de Gabinete,

CÓPIA

Trata-se de expediente encaminhado pela Secretaria de Governo Municipal - ATL/Chefia solicitando informações sobre os trabalhos do Chamamento Público nº 01/SES/2013, conforme requerimento da Câmara Municipal, acostado às fls. 03.

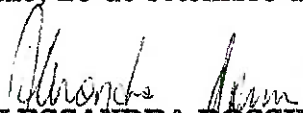
A Comissão da Câmara questiona quais são os cinco Secretários que receberam análise das Propostas recebidas pela Secretaria Municipal de Serviços. Conforme previsto no art. 14 do Decreto nº 51.397/2010, com a conclusão dos trabalhos do chamamento, o Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público Privadas deve ser ouvido.

De acordo com o disposto no Decreto nº 49.128/2008, que aprova o Regimento Interno do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público Privadas - CGP, o Conselho possui como integrantes os seguintes membros: **Secretário de Governo Municipal, Secretário Municipal de Planejamento, Secretário Municipal de Finanças, Secretário Municipal de Gestão e Secretário Municipal de Negócios Jurídicos.**

Deste modo, sugerimos o retorno do presente a Secretaria de Governo Municipal- ATL para conhecimento e demais providências em prosseguimento.

À consideração de Vossa Senhoria.

São Paulo, 25 de setembro de 2014.


ALESSANDRA ROSSINI

Assessora Jurídica Chefe - SES
Procuradora Municipal

SES-GABINETE

26/09/2014

13:00

20/09/2014

20/09/2014



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
SERVIÇOS

Folha nº 25 de 1000
nº 37-07 de 2019

Celo César Rodrigues
RF 11.287-75012

Folha de informação nº

em 25/09/2014 (a).....

Karim R. Bacchin Sato
RF. 876.715.0
SES/IAJ

Do Processo nº2014-0.261.468-0

INTERESSADO: Secretaria de Governo Municipal ATL

ASSUNTO: Informações a respeito do Chamamento Público nº01/SES/2013

SGM-ATL

Senhora Assessora Especial,

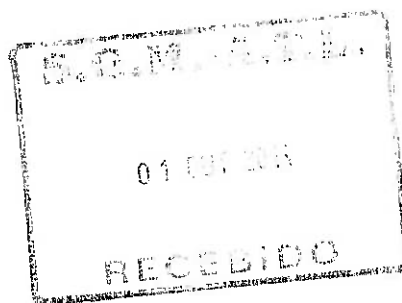
CÓPIA

Nos termos da manifestação retro, que acolho, encaminho o presente para ciência e providências pertinentes.

Ao ensejo, renovo protestos de elevada estima e consideração.

São Paulo, 25 de setembro de 2014.


ROBERTO RAIMUNDO AQUINO
Chefe de Gabinete
Secretaria Municipal de Serviços



15
11-09-2014 09:05
SECRETARIA DE GOVERNO

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PARA AVALIAR O SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE DE SÃO PAULO, CONSTITUÍDA NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO NO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE – SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

Aos dezessete dias do mês de setembro de dois mil e quatorze, às dez horas e onze minutos, no Auditório Prestes Maia, 1º andar, reuniu-se a Subcomissão da Iluminação Pública sob a presidência do Vereador Milton Leite e com a presença dos vereadores membros Abou Anni, Adilson Amadeu, Aurélio Nomura, David Soares, Paulo Fiorilo e Ricardo Nunes. Em atendimento ao Requerimento nº 1/2014, foi convidado o Sr. Simão Pedro Chiovetti, Secretário Municipal de Serviços, para prestar esclarecimentos sobre a futura licitação de parceria público-privada referente ao Serviço de Iluminação Pública desta municipalidade. Com a presença dos senhores Renato Gonçalves (Secretário Adjunto de Serviços) e Alberto Serra (Diretor do ILUME), bem como do Vereador José Police Neto, o convidado explanou sobre o tema, utilizando-se de suporte multimídia. O Presidente suspendeu os trabalhos para a abertura de audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento. Após a reabertura dos trabalhos, os vereadores trataram de assuntos pertinentes ao objeto da Subcomissão e, nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, nós, Caio Cesar Rodrigues e Vinícius Moreira do Nascimento, secretariamos os trabalhos e lavramos a presente ata que, lida e aprovada, segue assinada pelos vereadores presentes e por nós subscrita.

Milton Leite

Abou Anni

Adilson Amadeu

Aurélio Nomura

David Soares

Paulo Fiorilo

Ricardo Nunes

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

DE ____/____/____

Pag. ____ Col. ____

Conferido ____

Caio Cesar Rodrigues
Caio Cesar Rodrigues
Secretário

Vinícius Moreira do Nascimento
Vinícius Moreira do Nascimento
Secretário



Forma nº 27 do proc.
nº 37-01 de 20 19
Celo César Rodrigues
RF 11.281-500 12

Comissão de Finanças e Orçamento
Lista de Presença

1ª Reunião Ordinária da Subcomissão da Iluminação Pública

Data da Reunião: 17/09/2014 - Horário: 10:00 - Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Ver. ABOU ANNI (PV)

Ver. ADILSON AMADEU (PTB)

Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)

Ver. DAVID SOARES (PSD)

Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)

Ver. PAULO FIORILO (PT)

Ver. RICARDO NUNES (PMDB)

À Presidência da Mesa, em cumprimento ao disposto no artigo 2º, parágrafos 1º e 2º, do Ato 654/99.

Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)

PRÉSIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

Folha nº 28 do proc.
nº 37-01 de 20 14
Celo César Rodrigues
RF 11.287 - SSP 12

SUBCOMISSÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA - FINANÇAS

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 17/09/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/ Inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com a presença do Vereador Milton Leite, na Presidência, e dos nobres Vereadores Adilson Amadeu, Abou Anni, Aurélio Nomura, Paulo Fiorilo, na qualidade de presidente da Comissão para avaliar os serviços de iluminação pública da Cidade de São Paulo, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da primeira reunião ordinária do ano de 2014.

Informo que esta reunião está sendo “transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, links auditórios on-line”.

Em atendimento ao requerimento 1/2014, foi convidado o Exmº Sr. Secretário, Deputado e amigo desta Casa Simão Pedro Chiovetti, Secretário Municipal de Obras e Serviços, para prestar esclarecimentos sobre abertura de futura licitação PPP – Parceria Público Privada, referente ao serviço de iluminação pública.

Quero informar aos Srs. Vereadores que S.Exa. Está presente. Convido-o para que tome assento à Mesa. S.Exa. é amigo desta Casa, principalmente não como Secretário, mas na qualidade de Parlamentar. S.Exa. Tem os mesmos sentimentos em relação à população que nós, Parlamentares, temos. Isso facilita o diálogo.

Tenho ouvido muito na televisão o seguinte: “Um cara político...”. Vejo candidato a presidente, governador demonizarem políticos. O que estão fazendo lá? Ficam demonizando políticos. “Não pode ser político para isso, não pode ser político para aquilo”. Eles são o quê? Normalmente, político tem a sensibilidade de ter um bom diálogo com a população, para entender melhor as coisas. Não entendemos algumas coisas. Ficam demonizando. “Não pode ser político para isso” Falam isso o Aécio, a Dilma, fala a Marina; que não pode ser político. Não pode ser político para quê? E por quê? Qual a razão? Basta ter qualificação técnica para exercer as funções. Os políticos falam: “Não vou votar para político”. Como não pode votar? São umas conversas esquisitas. E são o quê? Estão filiados a quê? A partido político? Estão lá por engano? Desfilitem, então, e fiquem tentando se habilitar a qualquer cargo como técnico. Como a Graça Foster, por exemplo, que era presidente da Petrobrás. É muito importante exercer aquele cargo lá. Espero que não errem. Lá ninguém sabe de nada. Vamos em frente.

Srs. Vereadores, está presente o Sr. Secretário.

Sr. Secretário, esta Comissão tem por objetivo estudar a futura parceria que a Cidade pretende fazer para o serviço de iluminação pública. O que preocupa esta Comissão? Primeiro, o serviço que será implementado. A natureza do serviço, que diálogo foi mantido com a população. Por que a Câmara não foi auscultada sobre um projeto dessa envergadura? A iluminação não é só iluminação. Trata-se também de segurança, de tranquilidade para a população. Nós ouvimos o pessoal da área de segurança, que reclama da segurança, dizendo que a iluminação pública é parte de um processo. Outro aspecto é a qualidade, a diminuição da conta, que provoca economicidade no dinheiro da Prefeitura: à medida que você tem lâmpadas mais econômicas, você tem menor custo de energia. Menos tudo.

E as prioridades. Como será feita essa troca, como será contratado. Como vamos nos relacionar com a comunidade. Onde vamos tratar disso. Nas áreas de mananciais, como vamos tratar essa troca, que é importante? “Onde lá tenho o ninho de sabiá, o de rolinha, o de bem-te-vi em cima das atuais lâmpadas, como vamos fazer”? Como trataremos isso? Que tipo de lâmpada, que tipo de impacto. Se as lâmpadas de LED são realmente boas, se não são. O custo delas, o custo dessa modificação. Quanto custará a menos para a sociedade? Na medida que custa mais, poderemos investir mais? E a metodologia dessa licitação?

Então, Sr. Secretário, antes de esta Comissão auscultar V.Exa. – aqui vou tratá-lo como parlamentar, como deputado e depois como Secretário, pois para mim deputado é mais importante que Secretário –, gostaria que V.Exa. Falasse, na abertura, antes de iniciarmos o diálogo aqui, a respeito dos questionamentos, as dúvidas dos Vereadores sobre essa futura PPP.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, minha questão de ordem é sobre a organização dos trabalhos. Eu sei que há uma apresentação que o Sr. Secretário trouxe, e queria combinar quanto tempo ele precisa para a apresentação, para que possamos continuar

neste debate, porque é importante para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Se V.Exa. Permitir...

O SR. PAULO FIORILO – Eu sempre permito. Eu só fiz a questão de ordem para ajudá-lo. Ontem V.Exa. estava acamado, estou querendo ajudá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu estava acamado até agora há pouco. Essa rouquidão é porque tinha um tubo na minha garganta.

O SR. PAULO FIORILO – Tiraram o tubo?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – V.Exa. Nota que não estão entubado. Mas estava até agora há pouco. Sr. Secretário, V.Exa. Terá um tempo para fazer um esclarecimento. Quero lembrar a V.Exa. que temos uma hora para fazermos a apresentação e o diálogo com V.Exa. O primeiro diálogo para entendermos como anda esse processo, e o que foi feito até agora. Peço a V.Exa. Que faça uma apresentação daquilo que já foi procedido até então. Ai, sim, os Srs. Vereadores poderão, de forma clara, tirar suas dúvidas iniciais. Esta é a primeira de diversas reuniões que faremos. Obviamente, V.Exa. é o primeiro convidado a nos ajudar a esclarecer. Esta Comissão pretende fazer audiências nas comunidades, nos bairros, com a sua Secretaria para entendermos o pleito da população, a demanda da população em relação a essa licitação. O que eles querem, o que desejamos fazer com esse dinheiro todo, garantir, porque é um dos poucos dinheiros carimbados para o qual não falta orçamento. Então, temos de cuidar muito bem dele. V.Exa. tem feito um bom trabalho. Quero elogiar o trabalho feito na 23 de Maio, essa iluminação maravilhosa. Parece dia. Ficou muito bonito. Gostaria de ver isso na cidade toda.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Quero dar bom dia a todos. Agradeço o convite que me foi feito para participar da Comissão de Finanças, na verdade, da subcomissão. Cumprimento nosso Presidente, Vereador Milton Leite; meu amigo, Vereador Paulo Fiorilo; Vereador Abou Anni; Aurélio Nomura; Adilson Amadeu e o Líder do Governo, Vereador Arselino Tatto.

Estou acompanhado do Diretor- Presidente do Ilume, Sr. Alberto Serra; da nossa Procuradora, Dra. Alessandra Rossini.

Vereador, trouxe uma apresentação e deixei uma cópia com os senhores. Por economia de tempo, e for o caso, posso pular alguma coisa que seja redundante, e deixo o relatório com os senhores. Procurei fazer um relatório sucinto das ações que estamos desenvolvendo, do diagnóstico que fizemos e de informações básicas sobre como está, em que pé está o processo da ideia da concessão.

Estamos chamando esse projeto de “Modernização da Rede de Iluminação Pública de São Paulo”. Já vou passar para os dados básicos. Temos um parque instalado, é o maior da América Latina, está no relatório, página 2, de 534 mil unidades de iluminação, com 570 mil lâmpadas hoje - às vezes no mesmo ponto pode haver mais de uma luminária. São 13 mil quilômetros de extensão. Nós arrecadamos, em média, dados atualizados, a projeção para o ano que vem, 22,5 milhões, que compõe o fundo, a Cosip.

O consumo médio de energia já foi maior. Em 2012, pagamos 120 milhões de conta de energia. Com medidas administrativas, a diminuição de 18% na taxa, medida do Governo Federal, pagamos 97 milhões em 2013, e a previsão é que paguemos esse valor mais ou menos este ano. Então, Vereador Milton Leite, aquela preocupação de Economia, nós estamos tomando porque 2012 consumiu 50% da COSIP, só o pagamento da iluminação pública, do consumo de energia para a Eletropaulo.

Nós temos problemas crônicos e temos que repor e, isso, V.Exa. falou do problema da segurança. Eu concordo: iluminação tem a ver com segurança pública, com mobilidade urbana.

Outro problema é o roubo de fio, que tem uma média grande e tem afetado a Cidade, mas não afeta só a iluminação pública. Sobre isso podemos falar: já tomamos medidas, diálogo com a Secretaria de Segurança Pública, quadrilhas que foram identificadas e presas; trabalho administrativo, também, substituição de fios de cobre puro para cabos anti-

furto, que tem uma mistura com alumínio, que não tem atrativo no mercado paralelo.

Para o ano que vem, estamos estimando uma receita de cerca de 300 milhões, mais ou menos divididos desta forma: 50%, a manutenção dessa rede antiga e obsoleta é muito cara, pois temos uma média de 400 lâmpadas que queimam diariamente, o consumo de energia médio, previsto para o ano que vem, com a expansão que estamos fazendo – tivemos um aumento de 18% na conta de energia – a nossa projeção de 120 milhões. Há projetos de efficientização da rede e ampliação da rede mais administração do Ilume que consome esses valores que estão aí.

É importante aproveitar para fazer uma rápida prestação de contas e lembrá-los que o Ilume, quando entramos em janeiro de 2013, era o principal item de reclamação dos usuários no 156, na Ouvidoria. Houve uma redução muito significativa. Hoje o Ilume, iluminação pública, está em sétimo lugar nos itens de reclamação da Ouvidoria.

Nós fizemos a expansão da rede. Vocês se lembram daquela meta do plano de metas e do contrato que renovamos com o atual consórcio para implantar 18 mil pontos, mas já chegamos a 31.250 novas unidades, mais ou menos, 6% do parque, com investimentos de 41 milhões, e introduzimos aquela ideia de não ficar brigando com as árvores, fazer a iluminação pedonal – de calçada –, principalmente, nas regiões mais arborizadas e, também, algumas avenidas com grande fluxo de pedestre receberam cerca de 9 mil pontos e pretendemos avançar nessa modalidade, porque a iluminação é muito voltada para a rua, para o carro – o que é importante para a segurança –, mas a iluminação para o pedestre que usa a calçada também é muito importante.

Fizemos uma remodelação: estamos eliminando as lâmpadas de mercúrio, que consome muita energia, dura menos, e passando para vapor de sódio e, em alguns lugares, estamos passando para led. Então, 168.700 unidades, cerca de 32% do parque receberam a remodelação. Um exemplo: a Avenida Belmira Marin recebeu um belo projeto por conta da sua ampliação.

Outros projetos que implementamos: V.Exa. Citou o Corredor Norte-Sul, do Aeroporto até o Anhangabaú, até a região Norte, passando pela Avenida Tiradentes, com toda uma remodelação; também a remodelação da Radial Leste e vias importantes. Tivemos a Copa do Mundo, e essas regiões de acesso ao Estádio e assim por diante. Fizemos iluminação de destaque com saldos do nosso fundo: Viaduto do Chá, o Colégio.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Permita-me interromper, Secretário. Só essa interrupção eu farei. Como ficaram as coisas próximas ao Itaquera – isso é muito importante para nós –, como ficaram as coisas próximas do Corinthians.

Faça um esclarecimento porque ele é um patrimônio público e já deveria ter sido declarado como patrimônio histórico nacional, dada a importância que tem para a Cidade e para a sociedade como um todo. Gostaria que V.Exa. explicasse o que foi feito ao redor do nosso Corinthians, aquela arena maravilhosa. Eu sei que foi feito pouco. Tem que ser feito mais para proteger os corinthianos.

Eu torço para o Corinthians. Não sei se o incomoda.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIONETTI – Como o Vereador Adilson Amadeu sabe, tenho uma divergência muito profunda com V.Exa. Sou palmeirense, mas nós tratamos muito bem a região de Itaquera. Vou dar um exemplo

P – Essa é uma preocupação grande, Secretário, um palmeirense cuidando da iluminação do Corinthians é muito preocupante.

R – Mas o Sr. vai verificar, e eu vou explicar. Toda a região de Itaquera recebeu projetos de remodelação, como, por exemplo, o Parque do Carmo, um dos maiores parques da Cidade, só tinha 50 lâmpadas. Hoje, ele está todo iluminado, o parque pode ficar aberto até mais tarde. Das 18 horas o funcionamento passou para 20 horas, e, se a Administração quiser pode, inclusive, avançar.

Fizemos uma parceria com a DERSA, que ficou responsável pela iluminação do túnel e do entorno daquelas vias que foram construídas. Ela não nos entregou a obra – embora tenhamos supervisionado os itens, a qualidade, teve o papel do Ilume.

Recentemente, reportagens deram conta de roubos de fios e de cabos. Encontrei-me com a DERSA, e nos acertamos. Estão fazendo toda reposição de cabos que foram furtados, correções que precisavam ser feitas, eles estão executando, de maneira que o parque e toda a obra viária no entorno da Arena Corinthians têm recebido iluminação especial com led, com toda a fiação enterrada. É um belo projeto que a Cidade recebeu. Quem já esteve por ali pode comprovar.

Estamos estudando um projeto de remodelação com led no chamado Arco do Futuro, como fizemos na Avenida 23 de Maio. Por exemplo, a Marginal Tietê recebeu uma remodelação por conta das obras da Nova Marginal, mas é reconhecido que a Marginal Pinheiros tem uma iluminação muito deficiente. Assim como a Jacú Pêssego e outras vias daquela região. Recebemos esse pedido do Prefeito, mas temos registros de muitas demandas com relação a isso. Portanto, estamos estudando para vermos se podemos implantar neste ano ainda.

Há outros projetos em análise, em construção, o do Corredor Cupecê, da Avenida Jacú Pêssego e vários outros Corredores complementares.

Eu queria chamar a atenção de vocês porque, desde quando entramos na Secretaria de Serviço, em janeiro de 2013, o Ilume foi bombardeado pelas reportagens de telejornais, por conta de trechos apagados, problemas de roubo de fio. Lembro-me – e vão se lembrar – que, na zona Sul, houve o assassinato de uma senhora que estava grávida, na região de Campo Limpo. Ela foi assaltada, baleada e morreu no hospital. Isso foi em janeiro do ano passado, e comoveu a população. Depois, um repórter descobriu que, no local onde ela tentava estacionar o carro, estava faltando uma lâmpada. Dai se associou muito o tema de iluminação com segurança.

Chamo atenção para esse episódio para dizer que recebemos uma rede muito sucateada, deficitária. Então, os equipamentos eram obsoletos, baixos níveis de luminosidade, mesmo onde tinham lâmpadas, porque a lâmpada vai perdendo a eficiência com o passar do tempo; problemas de monitoramento dos ativos; muitas falhas no sistema; muitas regiões, ruas e bairros inteiros com as ruas obstruídas por árvores e ganhos. Vou citar exemplos: Pinheiros e Lapa, regiões de muita arborização; elevado consumo de energia – citei a conta de 2012, de 120 milhões, que consumiu metade da COSIP - ; e informações *off line* sobre a rede. Um exemplo: hoje, para o Ilume saber se uma lâmpada está queimada numa rua dependemos da ligação do cidadão. Se é numa avenida ou num viaduto fica dias e dias porque ninguém ligou ou um jornal de bairro faz uma reclamação, ou alguma reportagem de telejornal nos chama a atenção, mas não temos um centro de controle operacional que nos permita identificar se uma lâmpada apagou ou se um circuito foi roubado.

Recebemos cerca de 25 mil ligações por mês, Vereador Aurélio Nomura, sendo que a média era de 30 mil, mas nem todas sobre iluminação pública. Muitas vezes, é um problema com a Eletropaulo de falta de energia no bairro.

Estamos tentando dar mais eficiência ao atendimento, para que seja mais rápido, e temos conseguido. Mas, sejamos sinceros, numa cidade como São Paulo, dependemos – para corrigir os problemas de iluminação – de uma ligação do cidadão... Nós já temos tecnologias disponíveis hoje no mundo que nos permite ter um centro de controle operacional como algumas cidades já têm.

Algumas cidades do interior do Paraná e o bairro da Lapa no Rio de Janeiro já fizeram isso.

Então, recebemos um bombardeiro.

O número de ligações, o parque antiquado, obsoleto, o número de falhas, nos levaram a pensar o seguinte: vamos trabalhar em curto prazo – fizemos aquele planejamento de construir 18 mil novos pontos, trocar 120 mil lâmpadas no ano passado, números que já elevamos com o trabalho deste ano – ou em médio prazo quando a gente podia pensar na iluminação pedonal, melhorando o problema da iluminação de calçadas...

Queria pedir licença para anunciar a presença do Dr. Renato Gonçalves, que é nosso Secretário Adjunto – obrigado, pela presença.

Mas em longo prazo, o que nós poderíamos fazer? E, também, uma pressão já de muitos setores, por exemplo, nós já temos *led* no Parque do Ibirapuera, a USP colocando *led* em todas as suas ruas, por que não colocar *led* na cidade de São Paulo, que é uma tecnologia moderna, uma lâmpada que dura 10-12 anos, consome metade da energia consumida por uma lâmpada de sódio, por que não buscar isso?

Evidente que é um parque gigantesco para que a gente pudesse dar conta, em curto prazo, de trocarmos toda essa iluminação. Foi aí que pensamos nesse projeto da modernização da iluminação pública, que demos início no ano passado, com autorização do Prefeito.

Quais os objetivos desse projeto? Já entrando, deputado? (Risos) É que fui colega do Deputado Milton Leite, na Assembleia, filho do Vereador, meu amigo, a gente trocava muita conversa boa, positiva no plenário, mas peguei esse vício.

Mas, Vereador Milton Leite, que ideias principais presidiram a tomada dessa decisão de caminhar para uma concessão: a adoção de novas tecnologias, visando a uma melhor eficiência; menor consumo de energia, o *led*, comprovadamente, nos oferece essa oportunidade.

Interrompo para cumprimentar o Presidente da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Registro a presença do nosso Presidente José Américo que veio nos prestigiar. Não é sempre, estou me sentindo lisonjeado. A Câmara e todos os Vereadores da Comissão. Nosso futuro deputado, futuro colega de V.Exa.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIONETTI – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – V.Exa. tem a palavra.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIONETTI – Buscar uma gestão inteligente com acesso em tempo real às condições da rede, ou seja, se queimou uma lâmpada, se um circuito foi roubado, se um transformador queimou, essa informação nos chegaria a tempo real, através de um centro de controle operacional, como tem hoje, por exemplo, a Eletropaulo e as grandes concessionárias de energia.

Regulação do contrato por níveis de desempenho. Por exemplo, eu não quero saber se a empresa colocou uma lâmpada, se ela é mais ou menos bonita, quero saber o grau de luminosidade, a qualidade de iluminação naquele ponto, naquele trecho. Isso que é importante. Nós temos condições e tecnologias para medir a qualidade dessa iluminação.

A utilização dos custos ao longo da vida do projeto, ou seja, diminuir o custo de energia e manutenção ao longo do tempo e, evidentemente, a expansão da rede, cobrindo os déficits dos pontos de luz, fazendo frente a um crescimento vegetativo da nossa cidade. Todos os dias surgem novos condomínios, novos bairros são legalizados, bairros vão sendo urbanizados, novas obras viárias acontecendo na Cidade, então há uma necessidade de prever a expansão da rede também.

O objeto e o escopo do projeto. Estamos chamando o projeto de modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do Município. Com alguns escopos como:

Eficientização – a reconstrução total ou parcial de toda estrutura da rede - como eu já disse – obsoleta, há 40 anos, a maior parte de fiação aérea, assim por diante.

Remodelação de 560 mil pontos de luz, redução daqueles chamados zebramento, que são os pontos escuros entre um poste iluminado e outro. Revisão dos distanciamentos entre postes, níveis adequados de luminosidade, como já falei aqui.

Gestão operacional: atualização e manutenção do cadastro técnico, centro de controle operacional com informação da rede em tempo real, monitoramento e controle bidirecional dos ativos. Na área de manutenção: a manutenção preditiva, preventiva, corretiva e rotineira desses ativos e a manutenção do centro de controle. Ampliação da rede: cobertura dos déficits que temos e a expansão que necessitamos fazer, ao longo do tempo.

As características gerais do nosso projeto: a modalidade de contratação seria uma concessão administrativa, nos termos da Lei Federal 11.079, de 2004, e da Lei Municipal 14.517, de 2007, podendo ser propostas outras modalidades, inclusive.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 14958

DATA: 17/09/2014

Processo nº 31 de 2014
nº 3701 de 2014
Calo César Rodrigues
RF 11.267 - SGP 12

O poder concedente é da Secretaria de Serviços, onde está o Ilume, que é o nosso departamento. O órgão gestor do contrato seria o Ilume; o prazo de contrato, seria de 20-24-25 anos, sujeito aos estudos que já concluímos, mas ainda dependemos da avaliação da Comissão Municipal de Parceria do Conselho, Municipal de Parceria Público Privada. A concessionária seria uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, constituída sob a forma de uma sociedade anônima. Uma empresa que se formará para se tornar concessionária do serviço da concessão.

O modelo de remuneração: a remuneração vinculada a parâmetros de desempenho, ganhos de eficiência e que permita também receitas acessórias durante a execução do contrato.

Fonte de recursos: seriam os recursos oriundos da Cosip.

Bom, novamente aqui um rápido raio-X da rede municipal, só para acrescentar às informações anteriores, mas é importante que V.Exas. Tomem conhecimento: 570 mil luminárias e lâmpadas; 19% ainda nós temos em vapor de mercúrio, aquelas lâmpadas brancas mais antigas; já temos 77% de lâmpadas de sódio, apenas 3% em LED; e tem algum outro tipo ainda, como vapor metálico etc., que não tem sido... agora que nós estamos usando mais, mas 1%. Treze mil quilômetros de rede. Rede aérea, 93%. Rede subterrânea, 7%. Está na página 9, Vereador, um pouco mais para trás. Dezesesseis mil transformadores e temos 44 mil postes que são nossos.

Bom, aqui talvez o que interesse muito para a comissão que se constituiu para acompanhar: nós fizemos, depois da decisão tomada, um chamamento público no ano passado. Nós optamos, em vez de contratar uma consultoria; inclusive chegamos a pensar nessa possibilidade, mas entendemos que o mercado tem muito conhecimento, tem muita informação, às vezes até mais. Para não cometermos nenhum erro, resolvemos fazer um chamamento público para que empresas interessadas em fazer estudos, em apresentar estudos sobre... para nos ajudar a contemplar os objetivos do programa, amparado num decreto.

Nós temos o Decreto 51.397, de 2010, então com base nesse decreto fizemos o chamamento público para a iniciativa privada apresentar soluções técnicas que solucionassem as dificuldades da rede de IP de São Paulo. Soluções deveriam ser apresentadas, apresentar viabilidade econômica, financeira e jurídica institucional e o aproveitamento dos estudos poderá ser parcial ou integral. Às vezes um estudo aproveitar um pedaço daquele estudo, um trecho, uma ideia; ou poderíamos inclusive aproveitar a totalidade de um estudo.

Depois da publicação do chamamento nós demos 20 dias para os interessados se cadastrarem. Inicialmente se credenciaram 41 empresas para realizar os estudos. Nós demos 80 dias para a apresentação desses estudos, depois nós prorrogamos. Nós constituímos uma comissão especial, sob minha coordenação, aliás, sob minha responsabilidade, eu nomeei o secretário adjunto para ser o presidente dessa comissão, técnicos do Ilume, assessores técnicos para coordenar esse processo. Depois nós contratamos o SP Negócios, que é a empresa municipal de fomento de novos negócios na cidade, para nos dar assessoria técnica no projeto. Nós homologamos 37 empresas que estavam em condições de nos apresentar esses estudos. No final do processo, no início deste ano, recebemos 11 estudos, cerca de cinco foram estudos completos, dentro daqueles parâmetros que estabelecemos. A maior parte, cerca de seis ou sete, foram estudos parciais. Uma empresa resolveu estudar só um aspecto da modelagem.

O escopo dos estudos: estudos técnicos, projetos de engenharia, programa de investimentos, projeto operacional, indicadores de desempenho, viabilidade econômico-financeira, modelo econômico-financeiro, modelo de remuneração, plano de negócios referencial e, na área de riscos, modelagem jurídica, nós solicitamos análise de riscos, estudos sobre fundamentações legais e diretrizes para minutas de edital e contrato.

Vereador, neste item do projeto de engenharia, o que seria essa parte dos estudos: o conjunto de elementos necessários para caracterizar a obra ou serviço que assegure a viabilidade técnica – na página 12 -, que possibilite a avaliação de custo de investimentos, a

definição de prazo de execução.

Diretrizes: adoção de novas tecnologias visando “eficientização”, menor consumo de energia; desenvolvimento da solução técnica escolhida de forma a fornecer visão global do projeto; identificar todos os seus elementos constituídos com clareza; soluções técnicas em detalhamento suficiente para não comprometer a capacidade de o concessionário inovar e apresentar melhorias durante a elaboração do projeto executivo; elementos para montagem do plano de licitação e a programação das intervenções necessárias ao longo de todo o prazo da concessão de modo a subsidiar a elaboração de anexos técnicos ao edital da licitação.

E orçamento dos investimentos com os itens de custos, desagregar dos elementos de maior representatividade sobre o valor do investimento a ser resumido em cronograma físico e financeiro,

E produtos de cada um desses temas: anteprojetos e plantas esquemáticas; descrição técnica das soluções de engenharia e tecnologia (ininteligível) nas propostas apresentadas; plano de implementação; dimensionamento; caracterização dos empreendimentos previstos envolvendo a remodelação e expansão da rede; estimativas de investimentos; despesas de implantação exigidas; materiais, equipamentos, obras civis, o cronograma físico-financeiro pelo prazo do contrato, de acordo com o que cada est. o apresentava.

Modelagem operacional, que seria o modelo e dimensionamento da gestão do projeto, com plano de operação, manutenção dos ativos, política de gestão de pessoal com detalhamento de custos e despesas.

Diretrizes: prestação do serviço com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, cortesia e modicidade de preço, atualidade das técnicas, dos equipamentos, instalações. Deverá ser apresentado plano para manutenção da atualidade dos equipamentos. Adoção de mecanismos que possibilitem a aferição do desempenho do concessionário por meio de índices que possam medir o índice do serviço. Aplicação de ferramentas de tecnologia de informação no controle em tempo real do comportamento. Modelo de negócios. Produtos. Plano operacional. Solução de tecnologias de informação. Caracterização do centro de controle operacional com dimensionamento das instalações, equipamentos, equipe de pessoal. Proposta de índice e metas de desempenho a serem atendidas pelo futuro concessionário e detalhamento dos custos operacionais administrativos, manutenção e outras despesas ao longo do contrato, e a viabilidade econômico-financeira. Análise econômica da modalidade, da contratação do empreendimento, mais vantajosas para o poder público. Análise financeira da viabilidade do empreendimento.

Bom, aí estão as diretrizes, os produtos que nós buscávamos, os produtos indicadores da taxa de retorno e assim por diante. Depois a modelagem jurídica e as análises de riscos. A sugestão é a modalidade de parceria público-privada, nos termos de uma concessão administrativa, conforme a lei federal. Aqui estão as diretrizes e os produtos que nós buscávamos.

Há os critérios de ressarcimento dos estudos. Nós já propomos. A Prefeitura não pretendia e nós buscamos não pagar por esses estudos. Todos sabem quem são as empresas que apresentam os estudos. Quanto aquilo que for aproveitado, a concessionária ganhadora da licitação tem obrigação de fazer o reembolso naquelas partes dos estudos que foram aceitos, contemplados. Então, 40% para remuneração dos projetos de engenharia, 15% para a modelagem operacional, 30% para a área de viabilidade do projeto e 15% para da modelagem jurídica e análise de risco.

Estipulamos o valor de reembolso de 3 milhões(?) para esses estudos. Os projetos serão avaliados conforme o grau de aprofundamento, inovação e consistência das informações. A aceitação dos projetos não obriga o Poder Público a contratar a concessão evidentemente. Há uma parte que é só estudo mesmo. O aproveitamento dos estudos poderá ser integral ou parcial. Poderão serem selecionados partes dos estudos apresentados por proponentes distintos. Então, não (?) há necessidade de se pegar um estudo só e utilizá-lo.

A última parte aqui é mais um cronograma, para que V.Exas. Tomem

conhecimento. Nós recebemos uma solicitação da GE Iluminação do Brasil, para a realização do estudo preliminar, em 19 de setembro. Como já nós tínhamos o entendimento de que essa era uma área interessante para ser estudada, de acordo com o decreto de 2010, nós publicamos a portaria, instituindo a comissão especial de avaliação. No dia 9 de outubro, publicamos o chamamento para apresentação dos estudos. Quarenta e uma empresas apresentaram-se individualmente ou em consórcios, que se cadastradas, estavam interessadas em apresentar esses estudos. Dessas empresas, 34 foram habilitadas e passaram a ser identificadas como agentes empreendedoras. Entre 26 e 28 de novembro do ano passado, nós recebemos os 34 agentes, em visitas técnicas para esclarecimentos. São necessárias informações a respeito do parque, informações técnicas do parque de iluminação, dados do Ilume, informações da Cosip e assim por diante.

Durante esses encontros, foram apresentadas mais de 500 perguntas à comissão e nós consolidamos cerca de 270 esclarecimentos publicados no site do chamamento. Foi um período muito interessante de as empresas credenciadas e os agentes empreendedores tirarem dúvidas; e a nossa comissão, com apoio do Ilume, responderia esses questionamentos das empresas, como uma fase de pré-apresentação do projeto.

Inicialmente demos um prazo de 80 dias. Foi prorrogado o prazo até o dia 14 de março. Recebemos 11 projetos de estudos preliminares, no dia 14 de março. A partir daí, a comissão iniciou as análises dos estudos, cabendo à equipe técnica, à avaliação técnica de engenharia das proposições e a SP Negócios, contratadas pela Secretaria, a verificação da modelagem e a viabilidade econômico-financeira. Em função do volume de estudos apresentados, decidimos prorrogar por mais 60 dias a fase de análise desses estudos: complexidade, volume, estudos com mais de mil páginas, então, decidimos uma prorrogação. Depois fizemos mais de 26 a 29 de maio e 24 a 27 de junho, novas rodadas de sessões de esclarecimento para que os agentes empreendedores pudessem explicar os seus estudos para a comissão, para a São Paulo/Negócios antes da escolha, do caminho a ser escolhido.

No dia 14 de julho, concluído o relatório de avaliação, foi remetido para o conselho gestor do programa de parcerias público privadas para consolidação final da modelagem do projeto, lembrando que foi a primeira vez na história de São Paulo que o conselho gestor do programa de PPP se reuniu.

O conselho gestor definiu que a PPP deve limitar-se a iluminação pública e solicita a elaboração de minuta de edital e termo de referência para futura audiência pública e ficou a cargo da Secretaria de Serviços a elaboração dos elementos técnicos para a composição do termo de referência.

O que nós já publicamos no Diário Oficial foi a ata da primeira reunião do conselho gestor e o conselho gestor definiu então o seguinte escopo para essa parceria público privada. A parceria se limitar a iluminação pública. O escopo principal, vamos nos ater a iluminação pública, a elaboração e manutenção do cadastro e de todo ativo, todo o parque, telegestão, ou seja, possibilidade a partir do centro de controle operacional de toda a gestão e tempo real dessa rede, mas também a possibilidade de controle dos índices de luminosidade, por exemplo, possibilidade de diminuir a intensidade de iluminação na madrugada, numa via, ou se precisar ampliar até o limite no sentido de buscar a eficiência e conectividade, ou seja, por fibra ótica, por celular, etc, para que o controle on-line seja feito e esses cinco pontos do escopo principal são indissociáveis, ou seja, o projeto, não para em pé se tirar um desses elementos.

Outros temas que discutimos como fornecimento da energia elétrica, se o município deveria assumir o mercado livre ou não, mas ficou decidido que não.

A responsabilidade pela energia elétrica fica para a concessionária, inclusive, pelo bônus de economia e o método de aferição, previsão flexível em edital para mix de aferições, verificadores independentes, e um trabalho em conjunto. Até o presente momento o estágio que nos encontramos foi no ano passado a decisão, a constituição da comissão, a contratação da São Paulo/Negócios, o chamamento público para iniciativa privada apresentar os estudos, a análise dos estudos, a conclusão através de um relatório da comissão e a decisão do conselho gestor de levar a frente que o projeto se atenha a esse escopo e agora estamos numa fase de

elaboração do edital para apresentação do conselho gestor e partirmos para audiência pública e para o período de consulta pública necessária como determina a lei para levar a cabo esse projeto que considero muito importante para São Paulo para que a gente não fique atrás de outras cidades, não percamos o bonde da história.

Como foi manifestada a preocupação pelo Presidente da Comissão de oferecermos esses serviços de iluminação com a máxima qualidade, eficiência e economia na cidade para que a população não sofra problemas com mobilidade, seguranças, para que tenham mais qualidade de vida porque uma boa iluminação significa melhor apropriação dos espaços públicos e mais segurança.

Agradeço mais uma vez o convite e coloco a nossa Secretaria à disposição e digo que atendi prontamente o convite da comissão porque valorizo muito todas as vezes que fui convidado, ao Silvano Silvério e sua equipe na Anlurb, Humberto Serra, do Ilume, Lucia Sales, superintendente do serviço funerário e aos temas da conectividade e inclusão digital e estaremos prontamente atentos para que possamos estabelecer um diálogo com essa Câmara e considero isso da máxima importância.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Registro a presença dos Vereadores Alfredinho e Roberto Tripoli.

Passarei a formular algumas questões a V.Exa. A Comissão solicitou a sua Secretaria por escrito uma série de informações e eu gostaria que fosse enviado com a maior brevidade possível essas informações que foram elencadas eu pergunto como está o encaminhamento dessas informações?

R – Vereador Milton Leite, me entregaram hoje a resposta dos 16 itens então eu vou deixar com V.Exa., agora, mas vou pedir para que se encaminhe formalmente o mais breve possível para que a comissão possa se ater as respostas e se não estiverem satisfeitas para que possa nos devolver. Eu vou deixar com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Está perfeito. Uma das perguntas, Secretário, se não me engano, é sobre a cópia de inteiro teor do processo de que trata a presente PPP. Eu pedi cópia de inteiro teor, capa a capa. Eu gostaria que fosse entregue anexada a cópia de inteiro teor da abertura das demandas que se fazem necessárias para a abertura do pleito licitatório; ou seja, de capa a capa, desde a abertura até a presente tramitação. Essa é a demanda.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Vamos providenciar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Que as informações sejam passadas à Comissões formalmente. Eu recebo neste momento as respostas, mas elas deverão ser acompanhadas, para cumprimento dos requerimentos aprovados. Então, peço a V.Exa. que encaminhe a esta Comissão de modo formal, bem como cópia de inteiro teor do processo de que trata a presente PPP, capa a capa. De tudo o que foi tratado, desde a abertura até agora. (Pausa) Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, só queria saber como vai ser. Pelo tempo, eu gostaria de me inscrever para as perguntas.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Eu gostaria também de me inscrever, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Inscritos os Vereadores Paulo Fiorilo e Aurélio Nomura. Eu vou falar rapidamente na abertura, mas não vou me estender, porque quero, primeiro, Secretário, as informações do projeto capa a capa para que eu possa formular as questões. Depois, de posse desse documento – aí, sim, oficial –, não haverá necessidade de V.Exa. compareça aqui. De posse dele, formularemos questionamentos com base no processo e, aí sim, poderemos manter um diálogo via ofícios, o que tornará nossa comunicação mais rápida. Como a presença demanda tempo, e V.Exa. certamente é muito ocupado, mandaremos vários ofícios solicitando documentos e informações complementares.

Secretário, de tudo, chama-me a atenção, primeiro, o tamanho do empreendimento. Eu gostaria de fazer algumas perguntas ao senhor. Para compor uma Comissão, o senhor designou: Renato Afonso, José Alberto, Fábio Luís, Alessandra, Roberto Raimundo. Qual é o objeto dessa Comissão, Secretário? Em poucas palavras, o que especificamente faz essa

REUNIÃO: 14958 DATA: 17/09/2014

Comissão, Secretário?

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – É uma Comissão que tinha a incumbência de – na medida em que a Secretaria, a Prefeitura aceitou abrir para estudos – coordenador o processo de recebimento dos estudos e coordenar, com a assessoria técnica, depois da SP Negócios, a análise desses estudos e a elaboração do relatório final; ou seja, analisados os 11 estudos concretamente, encaminhar para o Conselho Gestor uma análise dos caminhos, dos melhores aspectos dos estudos para que a Comissão, o Conselho Gestor pudesse, aí sim, tomar a decisão mais adequada. Então, a Comissão coordenou, e ainda está coordenando todo o processo da análise desses estudos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não foram concluídos, não foram encaminhados ao Conselho Gestor?

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Já foi encaminhado o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Quem compõe o Conselho Gestor hoje?

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – O Conselho Gestor é formado por quatro Secretários de forma fixa: Secretário de Finanças, Secretário de Negócios Jurídicos, Secretário de Planejamento e Secretário de Governo, além do Secretário da pasta específica. No caso, eu componho o Conselho Gestor como poder concedente do serviço.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Qual o papel do Conselho Gestor?

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – O Conselho Gestor foi instituído quando a lei criou todos os caminhos para a adoção das parcerias publico privadas. Esse Conselho é a autoridade máxima, a instância máxima para decidir se vamos a parceria privada, se vamos conceder um serviço *etc.* É um conselho gestor dos projetos de parceria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Cabe ao Conselho Gestor manter diálogo com a sociedade - conversas com empresas, setores interessados na licitação? Está previsto em lei que o Conselho Gestor deve manter diálogo com partes interessadas, Secretário?

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Não me recordo, Vereador Milton Leite. O Conselho tem a tarefa, digamos assim, de presidir tomadas de decisões importantes. Se se vai conceder um serviço à iniciativa privada, como no caso da iluminação pública, pressupõe-se que isso é uma responsabilidade muito grande. Então, ele tem uma tarefa, uma responsabilidade da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Quer dizer: nenhum um Secretário, então, teria interesse em falar com empresário "a", ou "b", ou "c" *etc.* diretamente, chamar para reunião para discutir esse projeto?

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Acredito que não, Vereador. Essa fase de a gente fazer o chamamento, nós fizemos através da Comissão para que as empresas pudessem fazer entregar os estudos e tirar dúvidas. Demos oportunidade para que as empresas pudessem se informar. Abrimos isso de forma oficial, com agendas, para que as empresas pudessem formalizar suas dúvidas quando elas toparam aceitar o convite. O chamamento é um convite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas, Secretário...

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Agora, nós fizemos uma audiência pública. o Prefeito chamou as empresas interessadas em apresentar os estudos para mostrar a importância que estava dando para esse projeto, de solicitar o apoio das empresas privadas para...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas, Secretário, permita-me: entre o ente público e o ente privado, não seria de bom alvitre, para a coisa pública ter transparência, que tudo se manifestasse por escrito? Por que um Secretário "a", ou "b", ou "c" tem que conversar com a empresa "a", ou "b", ou "c"? A empresa manifesta-se por escrito e o Secretário responde por escrito, assim como o Prefeito? Por que ele tem que chamar a empresa para conversar? Quero saber qual a importância desse diálogo, se se pode mandar um ofício para a empresa tal. Não vou citar o nome do Secretário, porque esse é um processo de licitação que envolve interesse financeiro enorme nessa Cidade e principalmente o interessa da população. Nós queremos saber, até por conta da Lei 12.846, dos envolvimento eventuais e acusações que

possa haver dentro de um processo que será conduzido por V.Exa. Então, o apelo que fazemos é o seguinte: todo esse Conselho Gestor, se tiver que manter diálogo, entendo que deva ser mantido da seguinte forma: chama-se a empresa "a" ou "b", emite-se um ofício. Por exemplo, a General Elétric, que é uma das interessadas, por que ela tem que manter reunião em setor "a", ou "b", ou "c"? Vamos chama-la aqui para ouvi-la. Como não foi o senhor que chamou, sabemos quem chamou, e vamos chamar essa pessoa para ouvi-la. Obviamente, vou pedir o acompanhamento das autoridades públicas, que vão acompanhar esse pleito licitatório.

Eu quero entender a lógica de um Secretário qualquer da Prefeitura ao chamar "a" ou "b". Se é de ofício, em uma parceira, é legítimo que ele possa falar com uma empresa. A pergunta é: por que ele não faz via documento, para dar transparência ao ato? Emita-se um documento para a empresa "a", ou "b", ou "c", para tantas quantas forem necessárias, e essas empresas se manifestem por escrito. Que as dúvidas sejam formuladas por escrito, e que o Secretário tire essas dúvidas por escrito. Parece-me que isso seria salutar até para que nós, o poder fiscalizador, saibamos o que está acontecendo. Quando solicito cópia de inteiro teor de um processo, capa a capa, é porque queremos saber o que está em jogo para amanhã não sermos surpreendidos por informações que vêm via jornais. Isso não nos interessa, queremos a transparência pública.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Só para esclarecer V.Exa.: a partir do momento em que fizemos a publicação do chamamento e o convite, todo o processo, toda a relação da nossa Comissão, da Secretaria – o que há de conhecimento por parte deste Secretário –, tudo foi feito conforme as regras institucionais. Então, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – DEM) – Nenhum óbice quanto a isso Secretário. Não estou dizendo que foi V.Exa. Já estou excluindo V.Exa.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Então o correto é: se tinha alguma questão ou uma pergunta, um questionamento, um requerimento, as empresas tiveram de fazer de forma oficial, protocolar na comissão e a comissão decidia junto comigo – se fosse o caso – de se atender aquele pedido ou não, por exemplo: pedido de prorrogamento de prazos etc.

Quando nós entendemos que era de bom senso, por exemplo o prorrogamento do prazo da apresentação dos estudos, algumas empresas se manifestaram formalmente e nós entendemos que era importante dar esse prazo a mais.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – DEM) – Eu também entendo assim, Secretário, se for para economicidade da coisa pública, quanto mais empresas tiverem e ofertarem, melhor para o interesse público. Não tenho dúvida.

Só acho que deva ser feito isso sempre por ofício, sempre por documentos, não pessoalmente.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – É importante esclarecer V.Exa. o seguinte: quando as empresas entregaram os estudos, lembro que convidamos as empresas, inclusive, para que o Prefeito pudesse agradecê-las e para nós nos manifestarmos oficialmente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – DEM) – Isso é um ato institucional, não é problema. O convite é feito, o Prefeito publica a agenda no Diário Oficial, nós acompanhamos, isso é feito de maneira institucional. Não há problema nisso, o que não pode haver é reunião particular.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Do ponto de vista da nossa comissão, que procurei acompanhar, é uma comissão da minha extrema confiança para que todo procedimento seja feito de forma legal, para assim contemplar tudo, sem deixar dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – DEM) – Não tenho disso, Sr. Secretário. Quanto à forma, nenhuma dúvida. Quanto às dúvidas da sua Secretaria, eu passo, agora, a formular. Eu, particularmente.

Ouvimos aqui uma exposição de V.Exa. que foi maravilhosa. Só não vi com clareza a forma do projeto básico que permitisse a essa comissão ora constituída, e por quem for, que desse suporte à PPP. De onde saiu? Onde está o básico de pré-dimensionamento daquilo que se demanda.

Por isso, estou solicitando o projeto capa a capa, pois é lá que tem de se fazer

constar. Dentro desse projeto, dentro desses autos processuais, o prévio dimensionamento daquilo que nós faremos como institucional e que passará a constituir o objeto do pleito licitatório. Não uma unidade de PPP ou a forma que vocês decidirem.

Não vi, Sr. Secretário, nenhuma manifestação de V.Exa. Quanto a escutar a sociedade como um todo. Nesse prévio dimensionamento principalmente.

Por isso que, de novo, insisto, onde o povo foi auscultado, onde o povo falou – nem mesmo aparece a Câmara, daí a constituição dessa subcomissão, para dar a vez e a voz ao povo.

É um processo considerado caro, no qual os recursos serão empreendidos. O prazo é longo e, depois, com pequenas possibilidades de mudança.

Por exemplo, não vimos porque eu quero o projeto. Quero tratar aí de duas razões que falam nisso. Quero conhecer o projeto, sem criticá-lo. Não é que não haja, nem conste desse projeto um pré-estudo ou um básico que o constitua, ou que não esteja nos autos. Eu não conheço e estão dizendo que não tem. Por isso, a solicitação do projeto capa-a-capa desses autos.

E também onde todos os Secretários, bem como o Conselho Gestor, ou seja, todos os atos praticados pelo Conselho Gestor, nós os queremos – todos os atos – formalmente. O que eles fizeram; quem reunido com quem; e trataram do quê. Nós queremos acompanhar isso.

O poder fiscalizador, nesse momento, vai exercer seu papel via Comissão de Finanças, que é o fórum adequado para se cuidar disso, mas, principalmente, para escutar a sociedade. Não vi, na apresentação de V.Exa. onde foi feito isso na sociedade, onde foi discutido isso, onde foram feitas as audiências públicas e em quais Subprefeituras, se é que foram feitas.

E mais: onde foram feitos os estudos, por exemplo, das áreas de mananciais, citadas especificamente em uma matéria; o impacto dessa iluminação sobre pássaros e aves; se essa modificação dá impacto ambiental; se a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente foi ouvida no estudo prévio acerca da matéria.

Não conhecemos nada disso. Então para conhecer se o projeto está contemplado ou não, precisamos saber.

E precisamos saber também se, na área de Parelheiros, a mesma lâmpada é adequada para não espantar os ninhos de nossos passarinhos e nossas aves. Nós queremos conhecer o projeto, o que norteou o projeto básico, que chega a uma PPP dessa envergadura.

Sr. Secretário, há outro ponto que a comissão pleiteia conhecer. É de minha autoria um projeto de lei de aterramento dos cabos; o que faz constar, na medida do possível, que foram feitos estudos e dimensionamentos que possam contemplar o enterramento de cabos dos postes menores, em se tratando de uma concessão pública. Nós precisamos conhecer o projeto básico que deu suporte a esse preâmbulo de chamamento. Veja, Sr. Secretário, a distância que nós estamos da sociedade. Não estou aqui dizendo que isso não haja no projeto, mas a Câmara quer conhecer onde foi feito isso, onde estão esses estudos, principalmente de impactos ambientais das regiões que tratamos, o prévio dimensionamento, o tipo de iluminação que nós devemos ter e se ela deve ser focada só para o asfalto, se ela é aberta, para que atinja as árvores ao redor. Nós precisamos conhecer claramente o que está sendo feito, porque já estamos lançando a licitação pública e nós não conhecemos nada disso. Não foi feita audiência pública para isso. Lá só há as comunidades indígenas. Aonde chega a iluminação pública, o que há no projeto? A Câmara simplesmente desconhece a matéria.

Registro a presença dos nobres Vereadores José Police Neto; David Soares; Roberto Tripoli e Arselino Tatto, Líder do Governo, que representa o Governo. Espero que S.Exa. possa sempre representar o Governo e honrar as palavras que o Governo assume junto a esse parlamento. Isso é muito importante.

Sr. Secretário, só estou externando essas preocupações, pois quero passar para V.Exa. a palavra depois de conhecer o projeto de capa a capa. O que tem nele que norteou essas informações que cobra de S.Exa., principalmente essas questões ambientais, que são

fundamentais para essa região, como a Saia da Cantareira. O que nós vamos fazer? Que tipo de iluminação haverá? Isso está nos estudos prévios? Nós não ouvimos a comissão, não ouvimos ninguém; e já estão tocando a concorrência na rua. O que o conselho gestor fez até agora? Foi só uma preocupação financeira ou houve uma preocupação mais ampla? Por que a sociedade não falou ainda nesse projeto? Daí convidamos V.Exa. Na semana que vem, há outro Secretário convidado. Nós queremos ouvir todos as outras pessoas que compõem o conselho gestor. Estamos solicitando, em caráter de emergência, as informações precisas. Nós só temos as publicadas no *Diário Oficial da Cidade*, mas a comissão deseja a informação completa, capa a capa do processo, bem como todos os atos do conselho gestor e da comissão, de maneira formal, acostado junto a esta comissão, Sr. Secretário. Essa é a minha manifestação, só para que V.Exa. tome conhecimento das nossas preocupações

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Nobre Vereador Milton Leite, posso responder algumas perguntas bem rapidamente. Sei que V.Exa. manifestou preocupações gerais. Primeiro digo que todo trabalho que nós estamos executando está norteado pelos princípios da lei 14.517, de 16 de outubro, que instituiu o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, criando inclusive a SP Negócios, que foi instituída durante a gestão do ex-Prefeito Gilberto Kassab. É essa lei que norteou todas as decisões, todo o nosso trabalho. É ela que criou o conselho gestor e dá todas as orientações, os caminhos a serem trilhados, quando a administração resolver seguir uma ideia como essa, de uma parceria público-privada.

Nós fizemos audiência pública no ano passado no auditório da Prefeitura, quando decidimos lançar o chamamento, com a presença de umas 200 pessoas, empresários, ambientalistas, um público bastante variado. Pretendemos fazer agora uma audiência pública necessária inclusive, para dar conhecimento à sociedade da proposta que nós vamos levar para a consulta.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, não seria bom de alvitre serem feitas as audiências públicas primeiro nas subprefeituras ao auscultar a população, para depois compilarmos um projeto definitivo e irmos para o passo seguinte da licitação? Nós não estamos fazendo aqui uma inversão de fase? Estamos conversando com empresas, chamando empresas para fazer aquilo que a sociedade nem externou ainda. A comissão fará audiência pública nos bairros. Esta comissão vai pedir as audiências públicas, para ver as demandas que nós temos. Não seria de bom alvitre que se procedesse primeiro a audiência pública, com prévios dimensionamentos. Aí sim procederíamos, os chamamentos que se fazem necessários. Aí sim modularíamos os objetos. Eu indaguei a V.Exa. se está previsto o enterramento de cabos.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Eu respeito a posição de V.Exa. Poderia ter sido feito um processo de debate nos bairros. Isso é salutar, mas, pelo tempo que nós tínhamos e pela complexidade, por exemplo, quando nós chamamos as empresas para nos apresentar estudos, pode ser que nós tomássemos a decisão dizendo: “Olha, é inviável, não vamos tocar para frente”. Mas o conjunto de estudos indicou-nos que esse caminho é o melhor para a modernização e a melhoria do(?) serviço(?).

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, nós fizemos aqui um Plano Diretor desta Cidade. Nós perdemos o número de audiências públicas que tivemos. Os debates foram acalorados em todos os rincões desta Cidade. A Cidade foi auscultada e foi feito um Plano Diretor, do qual o Sr. Prefeito orgulha-se. Temos alguns problemas de vetos que nós vamos discutir em plenário ainda, mas esse é outro problema. Quanto ao problema de vetos, haverá a manifestação desta Casa.

Foi ouvida a sociedade em todos os rincões, para que se produzisse um texto que fosse a expressão da sociedade. Então, há a forma de condução e as prioridades que têm que ser feitas. Eu indago de V.Exa.: “Não seria mais prudente que uma licitação dessa envergadura fosse primeiro feita e ouvida a sociedade, ouvidas as prioridades, nas regiões onde há mais demanda, modalidade, ouvindo também a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, para vermos se, nessas áreas que eu mencionei, há realmente impacto ou não? Pelo que eu estou vendo, não há impacto ambiental. Por isso que eu quero conhecer o processo, porque

senão estou mandando para a rua uma licitação que eu não conheço e nem a sociedade conhece. Até antes de discutir, temos que ver as opções da sociedade. Podemos dizer: "Aqui não pode estar essa lâmpada, porque incomoda as aves noturnas. "Aqui não pode, porque elas não vão dormir". Nós precisamos escutar isso. Dentro das comunidades indígenas, onde chega a iluminação, a lâmpada vai ser desligada à noite? Há outra cultura que temos que saber. Estou falando isso porque temos atividades em Parelheiros, que demandam esse dimensionamento, ainda que pequeno. Então, precisamos conhecer isso. Eu entendo a preocupação com a iluminação; mas ela deve se acercar com alguns cuidados que devemos aqui ir um pouco mais devagar nessa licitação, com a prudência que requer o processo dessa monta.

A comissão vai exercer esse trabalho, com críticas e colaborações construtivas, para que possa ajudar nesse interesse, com um único objetivo, de que a população e a cidade de São Paulo, ao pagar por um serviço que se estenderá por 20 anos, talvez um pouco mais, um pouco menos, seja renovado esse igual período ou não, dependendo dos investimentos que se fizerem necessários, para termos a contrapartida dessa licitação. Vamos proceder o estudo de viabilidade econômica e o dimensionamento. A própria comissão vai fazer o seu estudo aqui. Ela tem um bom suporte nessa comissão.

Sr. Secretário, são essas as minhas preocupações. Por isso essas são as razões de nós querermos um projeto capa a capa, tanto do conselho quanto do processo.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Nobre Vereador, sob o ponto de vista ambiental, é evidente que esse projeto responde a uma preocupação enorme da Cidade, da sociedade, que é a diminuição do consumo de energia. Os níveis de consumo hoje da iluminação pública, com essas tecnologias que usamos por mercúrio ou sódio, são muito altos. Então, o *led* hoje nos proporciona também vantagens na manutenção. É evidente que o consumo de energia vai cair muito. Isso, sob o ponto de vista ambiental, é fantástico.

Eu prezo muito a transparência, e esta Casa terá todas as informações que solicitar, para que possa acompanhar esse processo e nos fiscalizar. O processo foi todo baseado primeiro numa demanda que nós recebemos diariamente de modernização, para dar mais eficiência. Essa cobrança é diária.

Todos conhecem os problemas da iluminação de São Paulo. Os Vereadores têm inclusive nos apresentado muitas demandas. Nós criamos uma comissão, no Ilume, para ir em reuniões de sociedade amigos, associações de moradores e Conseg, para que nos ajudem, porque hoje nós dependemos do cidadão para reclamar. Então, a demanda da modernização é urgente. Agora todo processo está baseado no que nos determina a lei. Não saímos daí. Há uma lei municipal, uma lei federal e nós seguimos estritamente aquilo que a lei determina. Agora há uma opinião do Vereador, que eu respeito muito, que provavelmente, num projeto dessa envergadura, poderia ter sido precedido de audiências etc. Respeitamos isso, mas também temos um tempo para tocar um projeto dessa envergadura. Procuramos seguir tudo o que determina a lei, fazendo audiência pública. Está prevista a nova audiência agora, a partir da conclusão dos estudos e das decisões da comissão.

Quanto à audiência pública, a fase de consulta pode mudar muita coisa. Num dos estudos, eu respondi, no requerimento, como vamos mandar oficialmente. Sugeriu-se a ideia de se fazer o enterramento. Há uma lei que V.Exas. conhecem, instituída por aqui, que determina níveis de enterramento; mas um dos estudos sugeriu a possibilidade de se aproveitar essa fase da parceria. Poderia se aproveitar a oportunidade.

O SR. MILTON LEITE – Eu esclareço, Sr. Secretário, essa minha preocupação das questões ambientais. Na medida em que nós tivemos um estudo ambiental, ouvida a Secretaria Municipal do Verde, acerca das aves que há, temos de fazer podas, até para que, no plantio, sejam escolhidas árvores mais adequadas e haja um dimensionamento de altura mais adequada para cada iluminação que deva ser feita.

Eu não estou julgando o livro pela capa. Por isso, quero o processo, para sabermos sobre esse projeto de longo prazo. Em que altura vamos colocar essa iluminação?

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – A preocupação de V.Exa. é muito importante.

O SR. MILTON LEITE – V.Exa. está colocando a licitação. A Casa não foi ouvida. Não foi discutido esse debate. Nós estamos só cobrando o maior diálogo com esta Casa e com os Srs. Parlamentares, acerca das nossas preocupações, que são de “n” naturezas. Principalmente as ambientais, não é só a respeito de Parelheiros e regiões de mananciais, mas também na Cidade, em baixo das árvores. Eu vejo lâmpadas sempre sobre as árvores, em cima da copas. Aí tem de ser feita a poda. A toda hora, por que tenho que podar, se eu posso colocar para baixo? Se há um problema, nós vamos buscar uma solução nessa parceria. Talvez tenhamos que dimensionar a rede, de forma adequada, prevista em lei, que permita a implementação.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Nobre Vereador, nós nos antecipamos a esse problema, quando passamos a implantar a iluminação pedonal. Em vez de ficar brigando com as árvores, com a copa das árvores, porque há uma dificuldade em podar, nós podíamos(?) colocar a lâmpada pedonal. Já implantamos nove mil unidades em regiões mais arborizadas, em avenidas. É uma solução simples.

O SR. MILTON LEITE – Muito boa.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – A telegestão permitiria-nos contentar a preocupação que V.Exa. tem, em diminuir a luminosidade em determinados períodos e locais. Hoje nós temos tecnologias que permitem baixar a intensidade e aumentar em determinados horários.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, não disse que não está nos autos. Nós só queremos tomar conhecimento. Se está, em que área está? Como é que foi feito o dimensionamento? Quais regiões que foram feitas? Serra da Cantareira, Parelheiros, M'Boi Mirim, Guarapiranga são regiões em que temos algumas áreas de mananciais e precisamos saber como é que foi feito esse prévio dimensionamento.

Eu falo desta região, a parte Leste. Aqui, para esta região, foram previstos estudos com base nisto, nisto e nisto. Foi escutada a Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Este é o melhor. Foram ouvidos os biólogos. Foi feito tudo isso.

Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Agradeço a presença do Sr. Secretário.

Esta é a 2ª reunião da subcomissão e a primeira que temos acesso a algumas informações produzidas pela Secretaria, então, gostaria que V.Exa. considerasse essa observação.

Parece-me uma atitude arrojada da Secretaria propor o processo através da PPP até porque a lei é de outubro de 2007. Se eu não estiver enganado, nenhuma parceria pública ou privada foi construída pela Prefeitura nesse período. Portanto, possivelmente nem o Conselho Gestor previsto pela lei foi constituído nesse período, esta é a primeira vez que o Conselho Gestor se reúne e coloca-se em prática a lei de 2007.

Diante disso, quero parabenizar a Secretaria pelo arrojo, mas quero trazer algumas preocupações em função de ser a primeira experiência de PPP, desde 2007, quando aprovada ainda no Governo Gilberto Kassab, sete anos depois. Com certeza, deverá ter uma utilidade importante mesmo tendo demorado tanto e não ter sido nem aproveitado no segundo governo do Prefeito.

A primeira observação diz respeito ao amparo legal. A Secretaria ou o Conselho fez uma opção em utilizar a lei municipal e a lei federal. É possível a construção dessa PPP sem uma lei específica? Se for, quais artigos da lei municipal o Conselho ou a Comissão se baseou?

O SR. SECRETÁRIO – Obrigado, Vereador Paulo Fiorilo.

De fato, seguimos estritamente o caminho. Quando fizemos o chamamento, achamos interessante trilhar esse caminho de uma parceria para a modernização da iluminação pública estritamente os ditames da Lei 14.507, que instituiu o programa de parcerias público-privadas e que dá prerrogativa ao Executivo.

O que preside a ideia de uma parceria público-privada? Quando há uma necessidade premente de grandes investimentos ou de um investimento mais vultoso e que o

REUNIÃO: 14958 DATA: 17/09/2014

ente federativo que tem a responsabilidade de dar solução para essa demanda não tem condições econômicas de fazê-lo.

Então, faz-se o chamamento. A iniciativa privada estabelece a parceria e depois as regras da concessão vai determinar a remuneração, prazos de investimentos e assim por diante. Nós seguimos estritamente o que permite a lei municipal que também está baseada na legislação federal.

Essa lei nos dá prerrogativa de tomar decisões, de encaminhar decisões administrativas de gestão para dar solução àquelas demandas que temos de responder.

No nosso entendimento e no entendimento da Procuradoria Geral do Município não há necessidade de encaminhamento à Câmara Municipal para que aprove uma lei específica que autorize fazer a parceria público-privada neste item da iluminação. Em nosso entendimento e no entendimento da Procuradoria, a Lei 14.517 nos dá o respaldo legal para fazermos, para tomarmos as decisões que já tomamos e pretendemos tomar.

O SR. PAULO FIORILO – Secretário, o parecer da Procuradoria está anexo ao processo que foi solicitado pelo Vereador Milton Leite?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Esse parecer está nos autos, é isso?

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Sobre a necessidade?

O SR. PAULO FIORILO – Sobre a não necessidade. Até porque a lei coloca exceções. Gostaria de saber se o parecer da Procuradoria observou também essas questões. Se não tiver nos autos, gostaria que o Presidente solicitasse o parecer. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nobre Vereador Paulo Fiorilo, se é que pode ser chamada de recomendação, mas faço uma ao Sr. Secretário: que todos os documentos seguissem a normalidade, fossem acostados sempre nos autos, para que, como V.Exa. disse, tenha transparência. Por que tem que estar nos autos? Secretário amanhã vai, vem. Vamos imaginar que Deus chame um. Se ficou na cabeça ou guardou na gaveta, não vale. Tem que estar nos autos. O senhor concorda comigo, Secretário?

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Vereador, evidentemente que um processo como esse exige respaldo jurídico, legal. Ninguém vai se aventurar, ainda mais este Secretário e toda a preocupação que o Prefeito tem de levar a cabo um empreendimento como esse sem o amparo legal, sem todo o amparo.

Evidente que consultamos a Procuradoria a respeito e a Procuradoria nos deu respaldo, como já lhes informei aqui. Então, há, sim, uma consulta que fizemos..., dúvida que surgiu no meio do caminho e a Procuradoria nos deu o respaldo para tocar para frente o projeto, sem a necessidade de uma consulta prévia à Câmara Municipal.

O SR. PAULO FIORILO – Ok. Mas essa manifestação da Procuradoria está nos autos?

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Se não tiver, gostaria que fosse solicitada, até para que não percamos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A Assessora do Secretário está dizendo que está.

Gosto que todos falem nos autos. Chamou a reunião, põe nos autos. Abre uma ata, põe, escreve, fala o que disse, sempre fazendo uma atinha, porque isso é muito importante.

Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Secretário, só uma dúvida aqui. A expectativa de conclusão da PPP tem prazo já ou não?

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Temos uma expectativa de tentar concluir essa fase ainda este ano. Então, provavelmente, na próxima semana, o Conselho Gestor se reunirá para aprovar os termos de referência, a proposta de edital. Aí, ela vai nos determinar a convocação de audiência pública e abrir o processo de consulta. A nossa expectativa é que possamos fazer isso nesses próximos meses para que possamos concluir esse processo de publicar o edital para chamar a concorrência este ano ainda, porque, como lhes informei no início, há uma necessidade de avançarmos nesse tema da iluminação. A sociedade clama isso. O nível de reportagem, de reclamações... O diagnóstico que fizemos... Ou seja, o povo não

merece os níveis de um serviço como ele está colocando no atual patamar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, quando o senhor fala “a sociedade clama” é o que a empresa fala ou foram ouvidas as suas bases? Queria entender: quando a sociedade fala esse é o que a *Folha* escreve, que eles tiram uma amostragem, ou foi ouvido mesmo o povo em diversas audiências?

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Vou dar um exemplo aqui. Vinte e cinco mil ligações por mês reclamando de problemas, ou de falta de energia ou problemas de manutenção da rede de iluminação. É só pegar um jornal de bairro. Recebo o *Clipping* diário dos jornais de bairro, o que mais aparece de reclamação é sobre iluminação. Os próprios Vereadores são canais importantes.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu reclamo da minha, lá vive quebrando. Hoje, por exemplo, de manhã, um pombo bateu na rede elétrica e acabou com toda energia da rua.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Então, ou seja, tudo bem... Não vou ficar debatendo, mas trabalhamos muito o ano passado para dar mais eficiência à iluminação, mas há um clamor para que melhore. E tem sentido porque com todas as tecnologias disponíveis - que já foram apresentadas em estudos, e estão aí nas reportagens, nas revistas -, deixemos de ter um centro operacional, que avancemos nas tecnologias já testadas. Citei o caso da USP, do Ibirapuera. Vejam na Avenida 23 de Maio, o impacto foi positivo no que tange à qualidade da iluminação, a possibilidade de controle e eficiência. Então, quando falo do clamor da sociedade é nesse sentido. Não fizemos pesquisa nem nos baseamos... Por exemplo, há Vereadores desta Casa que se manifestaram dizendo que o caminho seria uma PPI para dar um avanço na área da iluminação. Não é isso que nos move, o que nos move é a pressão diária que recebemos do llume para melhorar, para dar mais eficiência, para diminuir custos para ampliarmos, melhorarmos, modernizarmos. Então, é com esse diagnóstico que nos movemos nessa direção. E quando a iniciativa privada se manifestou e todas as manifestações que recebemos nos mostram que o caminho é esse.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Quero agradecer as interrupções oportunas do Presidente, sempre preocupado com a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não vou largar esse osso.

O SR. PAULO FIORILO – Mas eu gostaria de concluir.

Secretário, gostaria de tratar de duas questões, as quais estão nas páginas 17 e 18 da sua apresentação. Na página 17 o relato começa em 16.9.2003, e o senhor diz que recebeu solicitação da G&E Iluminação do Brasil para realizar um estudo preliminar de iluminação pública. Queria que o senhor esclarecesse. A G&E procurou a Prefeitura propondo estudo, como funcionou? Quero entender esse primeiro relato.

R – A G&E encaminhou ofício solicitando autorização da Prefeitura para poder apresentar estudo para modernização da iluminação pública, que é o que determina a lei. Achamos que esse caminho seria interessante. Em vez de contratar consultoria particular, achamos que a solicitação era interessante e resolvemos tornar pública a manifestação da G&E abrindo espaço para que outras empresas interessadas em fazer o estudo pudessem fazer também. Então 43 empresas se manifestaram, credenciamos 34, elas se juntaram em consórcio e nos entregaram 11 estudos que nos deram base para o parecer que a Comissão Especial entregou para o Conselho Gestor. Então, tudo foi conforme determina a legislação e os procedimentos legais para um projeto como esse.

P – E essa solicitação faz parte do processo que foi concluído até agora? Ela é a precursora?

R – Sim, ela é a inicial do processo.

P – Por fim, secretário, na página 18, no informe do dia 15.8 o senhor disse que o Conselho Gestor define que a PPP deve limitar-se à iluminação pública e aí solicita a elaboração. Gostaria que o senhor esclarecesse à comissão, se o Conselho Gestor vem discutindo outras questões que pudessem envolver essa PPP e quais. E por que se decidiu só

pela iluminação pública, se é possível?

R – O que nos motivou a tocar pra frente o projeto foi o objeto principal do Ilume que é oferecer iluminação pública de qualidade à população. O objeto principal é a modernização da nossa rede, da estrutura, agregando tecnologias, processos de gestão para que a gente possa oferecer para sociedade um serviço de iluminação de qualidade, eficiente, com modelos de gestão modernos e assim por diante.

Por que o Conselho Gestor determinou que o objeto dessa parceria seja a iluminação pública? Houve num dos estudos a ideia de estabelecer desde já, para que fosse inclusive analisada no procedimento da licitação, a possibilidade de receitas acessórias – se é isso que eu estou entendendo da pergunta de V.Exa. -, por exemplo, por que não colocar cabo de fibra ótica? Por que não fazer aterramento de fio e utilizar isso como um novo modelo de negócio agregado à iluminação?

No entendimento do Conselho Gestor, esse era um assunto complexo. Como foi só uma empresa, das 11, que sugeriu esse caminho, era um processo bastante complexo que poderia gerar dúvidas a respeito de não ter uma decisão eminentemente técnica, poderia gerar muitos questionamentos e o caminho escolhido foi fazer o processo se limitar à iluminação, não fechando a possibilidade de que a empresa ganhadora, o consórcio ganhador da licitação, possa oferecer, posteriormente, projetos que pudessem gerar receitas acessórias, a serem divididas entre o Poder Público e o consórcio vencedor do projeto a ser analisado.

Esse caminho não está fechado, mas deixou não para o processo da licitação, ou seja, não colocar projetos dessa natureza nessa fase da concessão, permitindo então ao empreendedor vencedor a possibilidade de explorar outras possibilidades de receita. Se for isso que eu entendi. Mas nos atemos no objetivo principal que é a iluminação pública.

O SR. PAULO FIORILO - Mas eu vou voltar, mas agora o senhor trouxe uma coisa que me deixou outra dúvida: há restrição do uso das receitas acessórias, o Conselho indicou restrições, por quê?

R - No processo de licitação sim. Não limitou, não colocou nenhum óbice a...

P - No processo de licitação tem restrições?

R - Não incluir para fim de pontuação, de definir o vencedor, que esses apresentassem projetos de receitas acessórias complementares (Ininteligível)

P - Na realidade o Conselho limitou nesse sentido?

R - Limitou o escopo à iluminação pública.

P - Por quê?

R - Porque isso é um processo complexo, que poderia gerar muitas dúvidas, questionamentos, processos infundáveis. O melhor caminho que nós escolhemos foi permitir receitas acessórias, ou seja, exploração de serviços anexos ao processo de oferecimento desses serviços, de forma posterior. Então o empreendedor que vencer a licitação ele pode, se assim quiser, o Poder Público também poderá discutir se assim achar necessário, a implementação de novos projetos agregados ao tema do serviço de iluminação pública.

Mas a ideia era simplificar o processo para não gerar questionamentos infundáveis, complexos, que permitissem avaliações subjetivas, vamos dizer assim.

P - Está claro. Secretário, a última questão, já se definiu qual vai ser a modalidade da licitação?

R - Ainda não, a modalidade da licitação?

P - É. Como que vai ser feito o processo? Já tem, vocês estão fazendo uma parceria público privada que, na lei, indica várias questões. Concessão. Tem a modalidade já definida ou não?

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – A modalidade é a parceria pública privada por cessão administrativa, conforme expliquei aqui e o que o conselho gestor aprovou até agora, está publicado no Diário Oficial, a Ata da reunião este escopo principal aqui. Ela nos autorizou com essa decisão a elaborar o edital, os termos de referência. Então vamos apresentar na próxima reunião o modelo que ainda estamos finalizando...

O SR. PAULO FIORILO - O modelo ainda não está finalizado?

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Não está finalizado. Provavelmente na próxima reunião damos um avanço nesse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, já estão discutindo as cláusulas de vitalícias sem esses estudos ambientais. Estão discutindo cláusulas vitalícias do processo, sem ouvir a Câmara Municipal de São Paulo, as audiências. Não está um pouco apressado Secretário, isso? Queria entender. Por isso que gostaria de tomar conhecimento desse processo, estou vendo uma velocidade de discutir cláusulas vitalícias já, sem essas preocupações que essa Casa se manifestou. Registro a presença do nobre Vereador Jair Tatto.

Com a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sr. Secretário, saúdo também o Secretário Adjunto, o Serra, Diretor de Ilumine, e gostaria de retomar essa questão, quando se diz, analisando essa modelagem que vai gerar essa questão, me parece que o Art. 13 da Lei Orgânica do Município, é taxativo, que cabe a Câmara Municipal de São Paulo, autorizar a concessão de serviços públicos, no seu Inciso 7º. Pelo que me parece, a Lei Orgânica do Município, prevalece sobre essa lei votada aqui na Câmara Municipal de São Paulo que permitiu a PPI. Gostaria de voltar a essa questão, acredito ser primordial importância, mesmo porque uma eventual licitação pode ser cancelada, até por falta de lei específica, é a primeira questão. Outra questão, pelo que estava verificando, os estudos de viabilidade econômicos, são bem diferentes, Apontam para investimentos de até 5,5 bilhões e receitas que podem gerar 23,7 bilhões em 30 anos. Essas são as estimativas maiores. Pego, por exemplo, o caso da Phillips AES Eletropaulo, prevê, por exemplo, uma receita de 8,13 bilhões em 30 anos. E a projeção da empresa é investir 2,7 bilhões.

O que me chama atenção, é que V.Exa. entendeu de não incluir essa questão dos serviços adicionais dentro do certame licitatório. Mas podemos pegar aqui um estudo, até formado pelo consórcio JEF Infraestrutura, A Lusa e FM Rodrigues, que propõe, por exemplo, construir uma rede de fibra ótica para conectar o sistema de iluminação. Que pode gerar receitas adicionais de 7,4 bilhões, ou seja, quase o valor da receita estimada na iluminação pública. Podemos verificar também que a outra KPMG e pelo consórcio renova, formado por seis empresas, ela prevê a oferta de serviços como recarga de veículos elétricos, que acredito que deva estar brevemente em nosso País, monitoramento de tráfego, Wi-fi grátis em locais, por meio de posses. Na realidade vemos que esses serviços adicionais representam exatamente essa diferença, porque observando, por exemplo, o Consórcio Philips e AES Eletropaulo, ele prevê uma receita de 8,13 bilhões em 30 anos. E o valor máximo da receita não sei qual empresa apresentou – pode gerar muito mais: 23,7 bilhões.

Se analisarmos os dados, veremos que há necessidade de um reestudo para podermos, efetivamente, colocar esses serviços essenciais, mesmo porque ele é muito maior que o projeto de iluminação pública, pelo que demonstra. E não colocar aquele que ganhar, será responsável ou poderá propor posteriormente esses serviços adicionais.

Essa é a pergunta e por que não se coloca. O senhor falou, mas pela conta e pelo que representam os serviços essenciais, representam muito mais do que efetivamente diz respeito a essa PPI da iluminação pública.

Eram essas perguntas que queria formular.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI - Obrigado, nobre Vereador Aurélio Nomura. A Comissão com toda a Assessoria da SP Negócios, seus técnicos, procuram se ater aos estudos que recebemos. De fato, um ou mais deles apresentaram essa possibilidade de, já no certame licitatório, premiar as empresas que oferecessem um projeto técnico já prevendo receitas acessórias.

O caminho que o Conselho Gestor escolheu foi não utilizar essa possibilidade nessa fase inicial da licitação e sim permitindo a empresa ou o consórcio ganhador, que vai executar os serviços, a possibilidade de explorar. Então, não está fechada essa porta de, a partir da estrutura montada...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas, Secretário, a receita eventual,

REUNIÃO: 14958 DATA: 17/09/2014

mencionada pelo Vereador Nomura, é um valor extremamente significativo. Não pode constar apenas como acessório. Teria de fazer parte do objeto. É uma receita que não pode ser desconsiderada. O estudo de viabilidade econômica e de tempo do prazo da concessão – não tenho esse estudo, por isso quero conhecê-lo -, com esses valores ora mencionados, são significativos demais. Não dá para dizer que vamos colocar isso lá na frente para uma possibilidade. Ela é maior que a receita líquida do resultado da operação, o que implica em prazos; prazo da concessão, contrapartidas.

Quer dizer, acho que não dá para discutir o objeto. Vocês estão falando em cláusulas vitalícias e essa questão não foi definida ainda. Não dá para dimensionar com clareza, pois não tenho as referências. Por isso que digo, o estudo de viabilidade econômica e demais receitas que podem ser auferidas, senão todas outras, deverão ser feitas previamente, antes de estarmos nos autoatropelando. O poder concedente está se atropelando em colocar simplesmente como matéria acessória. É muito dinheiro, Sr. Secretário. Não dá para desprezarmos.

Só um comentário porque nós vamos fazê-lo.

Com a palavra o Vereador Adilson Amadeu e, em seguida, o Vereador José Police Neto.

O SR. ADILSON AMADEU – Primeiro, é um prazer ter o Secretário Simão Pedro nesta Casa, um profundo conhecedor de tudo que acontece no Estado, não apenas no Estado, como no País.

As reclamações que mais ouvimos são que a Cidade está às escuras. Agora deixaram de falar por causa das ciclovias. Estão falando a respeito até da cor. Não estão gostando da cor. Não está aquele vermelho mesmo do PT. Precisam melhorar a cor. O laboratório que fez a tinta não fez correto, precisa melhorar. Mas é, mais ou menos, assim: Esta comissão inicia o trabalho, no dia de hoje, presidida pelo nobre Vereador Milton Leite, com todos os nobres Vereadores, que já receberam muitas informações.

Sr. Secretário Renato, tudo acontece, de alguma maneira, em reuniões, em até as; e aí a GE ganhou esse projeto. Ela que apresentou o projeto. Não foi ela que ganhou?

O SR. RENATO(?) – Não, nobre Vereador. A GE foi a primeira a se manifestar oficialmente, por escrito, por meio de ofício à secretaria, pedindo a permissão de elaborar estudos de viabilidade econômica, técnica e financeira para uma parceria público-privada, conforme determina a lei.

Já havia um entendimento, de que esse caminho seria interessante, em função de tudo que eu já expliquei. Então, nós resolvemos...

O SR. MILTON LEITE – Pediram uma carta, uma PMI(?).

R – Isso, uma PMI(?), uma manifestação de interesse privado. Fizeram um ofício.

P – Ofício, uma manifestação de interesse. Está publicado?

R – Publicado. É oficial. Foi a inicial do projeto. Então, a GE fez esse pedido. Nós achamos interessante constituir a comissão. Então, a comissão abriu, deu essa informação à sociedade, ao mercado, e optamos por esse caminho, de buscar estudos na iniciativa privada. Por quê? Porque a iniciativa privada tem conhecimento técnico de tecnologias, de experiências e de projetos. Em vez de contratar uma consultoria particular - porque isso poderia também gerar uma série de dúvidas, qual a consultoria, como foi escolhida etc. - nós optamos por esse caminho.

P – Por que uma consultoria contratada mediante uma licitação geraria dúvidas, Sr. Secretário, para elaborar um projeto? A GE é a parte interessada, muito interessada.

R – A GE fez a primeira manifestação. (inaudível) 41 empresas manifestaram-se, querendo participar dessa fase de estudos. Onze empresas, onze consórcios entregaram estudos. A GE fez um consórcio. É mais uma. A Philips fez, a Eletropaulo fez, uma infinidade de empresas... Houve onze estudos. Quatro, cinco, a KPMG(?) e uma série de empresas nós homologamos, porque havia condições de se fazer isso; e nos ofereceram onze estudos. Estávamos esperando uns quatro ou cinco. A comissão teve um trabalho enorme de analisar. Eu precisei prorrogar o prazo. Então, a GE foi a primeira a se manifestar oficialmente. É um

caminho natural e normal num processo como esse. Então, eu não vejo nenhum problema nesse aspecto.

P – Só para esclarecer: Esses onze estudos estão no processo, estão nos autos?

R – Estão.

P – Virão para cá? Eles estão no processo?

R – Se V.Exa. solicitar. Eles são públicos.

P – Eu entendo que eles deverão constar.

R – É um patrimônio do município já.

P – Sr. Secretário, a minha preocupação é a seguinte: se são estudos ofertados num processo licitatório, mesmo que rejeitados. Todos os documentos devem estar acostados no processo. Então, nesse processo, capa a capa. Se não está, eu estou pedindo que V.Exa. autue, dê numeração a todos eles, faça constar nos autos e mande nesse(?) processo para cá. Ele deve ser acostado no processo. Devem ser mandados para cá todos eles devidamente numerados e datados.

Tem a palavra o nobre Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Fico feliz porque o meu Presidente conhece demais e já fez toda a pergunta. Nós vamos precisar juntar, no decorrer dessa comissão, o consórcio gestor, o Sr. Renato e a equipe que trabalhou para ouvirmos os senhores um pouco mais. Sem chegar todo projeto aqui, todos os dados que nós estamos querendo, fica difícil. Nós já estamos antecipando demais no dia de hoje aonde nós queremos chegar. Possa, junto. A cidade precisa de tudo isso. É lógico que um projeto como esse é mais ou menos 250 cidades do município, do Estado de São Paulo, para iluminar. Mas São Paulo merece. São Paulo merece tudo. Cabe. Agora, nós precisamos, sim, é juntar as peças. Desde o início até o final esta comissão estará andando e pedindo informações, No decorrer das outras sessões a gente vai aprovando requerimentos, vai pedindo. De qualquer maneira acho que precisam ser observadas a transparência e a clareza, e nós vamos cobrar detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vereador Police Neto, V.Exa. tem alguns minutos. Eu tenho de encerrar até 11h10.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Vou usar menos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Obrigado. O senhor responde no final.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Só para fazer uma pergunta a V.Exa. Se eu posso mandar por meio eletrônico, em CD. Tem processo que tem mil páginas. Até facilita...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu queria os dois, Sr. Secretário. Os dois.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Como determinar V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu solicito os dois, Secretário. Pode papel recuperado, não tem problema.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, vou ser bastante objetivo. Primeiro saudar e comemorar o avanço que o Secretário Simão Pedro nos traz. Quando o faz na frente do Secretário de Finanças, eu tenho certeza de que tem uma importância ainda maior para a cidade todo esforço de se constituir, seja através da modelagem aqui apresentada via parceria público-privada, seja por qualquer outra fórmula encontrada. Parece importante, a partir da leitura do comando constitucional nacional e o comando constitucional municipal, interpretar as resoluções que a agência nacional deu e acabou por recomendar alterações de leis municipais. Na realidade a Aneel, quando trabalhou essa tese e definiu inclusive prazos, nas suas diversas resoluções ela vem anunciando a necessidade de os municípios adaptarem a sua legislação.

Falo isso porque só vim para cá porque estava na CPI da Sabesp e lá se discute a lei específica que permitiu a concessão, ou pelo menos que modelou a primeira assinatura de um contrato para o serviço de saneamento na cidade. Na semana passada recebemos um consultor aqui, trazido pelo Vereador Nabil Bonduki, anunciando que a lei é inconstitucional e anunciando que ela também é ilegal - isso em cima da tentativa de se ter lei específica, como reza o nosso mandamento constitucional municipal.

Ele é claro e explícito ao anunciar que as concessões, em especial essas que têm transferência de ativo, precisam de legislação própria não para proteger aquele que vai

participar, portanto quer, a partir da livre iniciativa, auferir resultados, mas para a cidade. E me parece que esse foi o tema que teve menos debate, e é o fundamental. Então superar...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vereador, permita apartear V.Exa. De ofício, esta presidência vai pedir que a procuradoria desta Casa e da comissão providencie parecer acerca dessa concessão com base no Art. 3º e na Lei das Concessões, se é permitido, ou não, sem a lei própria, Vereador. E chamaremos o Ministério Público também para uma audiência, para escutarmos acerca dessa matéria, Vereador.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – É que eu acho que aqui não é uma questão de disputa. Aqui eu acho que são todos empurrando para o mesmo lado, então eu não vejo nenhuma necessidade do Ministério Público. Acredito que tanto a procuradoria da Câmara, como a procuradoria do Município, como a equipe técnica que assessora o Secretário Simão Pedro têm capacidade de oferecer o que dá estabilidade para um processo que não é para dez dias, vinte dias, um ou dois anos.

Aqui a gente está trabalhando com algo que é essencial para a cidade, que é a sua iluminação, e o resultado que pode dar ao próprio município, então estamos falando de volumes “virtuosos” de recursos que serão investidos na cidade pela livre iniciativa, que vai interpretar numa lei própria os limites dessa ação. Então me parece que a maior dúvida que o Secretário nos traz da modelagem está muito mais afeta à incapacidade de ter legislação para dar solidez a esse processo e, portanto, ter o melhor resultado, do que qualquer outra coisa.

Então a gente pode estar descartando resultados positivos para um processo corajoso, que tanto o Prefeito Haddad como Secretário Simão Pedro estão conduzindo, por não realizar o óbvio que é ter legislação que dê solidez a esse processo. A gente busca um caminho torto, muitas vezes, para fazer algo de sumária importância e, no meio do caminho, perdemos.

Falo isso porque durante o ano passado o principal debate que a cidade fez – e o Prefeito se envolveu pessoalmente nisso – foi numa área de concessão que tinha lei própria, que tinha contrato, que se questionava o contrato. Será que São Paulo merece ter um novo debate como esse daqui a uns três ou quatro mandatos? Será que é bom para a cidade isso? Ou será que não é razoável termos legislação própria, estável para que, de fato, tudo que o Secretário aqui nos aprestou num excelente trabalho seja aquilo que a gente vai poder colher?

Quero crer que o Estado Democrático de Direito nos impõe regras democráticas de debate, mas nos impõe regras legislativas também. Essa não foi superada, mas deve ser superada para dar a estabilidade tão necessária para os 30 anos. Essa é a condição que me parece razoável para a Câmara entregar ao Prefeito e entregar ao Secretário Simão Pedro e a toda a equipe dele a solidez desse processo e não a vulnerabilidade que neste momento fica clara para a gente. Então eu quero poder auxiliar nessa leitura.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Obrigado, Police. Para a manifestação final, que eu tenho de encerrar esta sessão, Sr. Secretário.

O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI – Quero mais uma vez agradecer o convite. Todas as vezes que a Comissão solicitar a nossa presença, o nosso esclarecimento e informações, tenham certeza de que prontamente atenderemos. Saudar também o Secretário Marcos Cruz. Eu não tinha cumprimentado ainda o Vereador Police Neto nem o Vereador David Soares; fico feliz em reencontrá-los.

Mas é só para dizer que nós temos muita convicção de que todo o procedimento que adotamos até o presente momento está embasado numa interpretação de que a lei nos dá respaldo para isso, nos dá essa prerrogativa. Esta Câmara já aprovou uma legislação específica, mas é evidente que eu não vou ficar questionando como vai ser a participação do Legislativo, como vai se dar o exercício da fiscalização que é prerrogativa dos vereadores exercerem. Acho que a gente pode caminhar, buscar esclarecer, fazer um novo debate a respeito desse caminho. Mas o entendimento que temos até o presente momento é de que a legislação atual nos permite levar adiante esse processo.

Quero deixar muito claro que o que preside de fato essa vontade de executar esse

projeto são as demandas da nossa sociedade que merece serviços públicos. É o que nós vimos nas manifestações. Hoje eu queria fugir desse debate de que iluminação tem a ver com segurança pública, porque segurança pública, porque segurança pública é responsabilidade do Estado. Então, na medida em que ele está ligado à segurança e à mobilidade, acho que temos o dever de apresentar um projeto moderno para dar mais eficiência, para oferecer um serviço de mais qualidade. E acho que o caminho que está colocado é consensual. Talvez a divergência seja na forma. É o caminho da parceria público-privada para dar cabo desse projeto.

Muito obrigado pela paciência. Espero ter respondido a todas as questões. O que não foi, nós vamos encaminhar por escrito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Obrigado, Secretário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos desta reunião.

36 - OF-SGP12
36- 00376/2014

São Paulo, 17 de setembro de 2014.

Senhor Prefeito,

CÓPIA

Em atenção ao deliberado pela Subcomissão para avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, na reunião ordinária de 17 de setembro, comunico a alteração da data da reunião para a qual foi convidado o Senhor Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, a prestar esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos do FUNDIP – Fundo Municipal de Iluminação Pública da Cidade de São Paulo em reunião da Subcomissão, através do Ofício SGP-12 nº 347/2014.

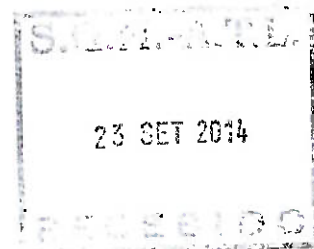
A reunião será realizada em **1º de outubro**, com início às **10:00 horas**, no Auditório Prestes Maia, 1º andar desta Edilidade.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria dessa Comissão.

JOSÉ AMÉRICO
Presidente

Anexo: cópia do requerimento citado.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Fernando Haddad
Digníssimo Prefeito da Cidade de São Paulo



Ana Luiza Vences Torres Ferreira
RF: 036.053.1.01
SGP/ATL

São Paulo, 30 de setembro de 2014.

36 - OF-SGP12
36- 00379/2014

Senhor Prefeito,

CÓPIA

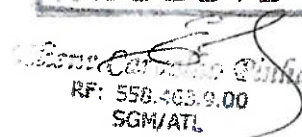
Em atenção ao deliberado pela Subcomissão para avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, comunico o **adiamento** da reunião da Subcomissão, que seria realizada no dia **01 de outubro de 2014, às 10:00 horas**, para a qual havia sido convidado o Sr. Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, a prestar esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos do FUNDIP – Fundo Municipal de Iluminação Pública da Cidade de São Paulo, para o dia **08 de outubro de 2014**, com início às **10:00 horas**, no Auditório Prestes Maia, 1º andar desta Edilidade.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria dessa Comissão.


JOSÉ AMÉRICO
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Fernando Haddad
Digníssimo Prefeito da Cidade de São Paulo




RF: 558.465.9.00
SGM/ATL

36 - OF-SGP12
36- 00391/2014

São Paulo, 7 de outubro de 2014.

Senhor Prefeito,

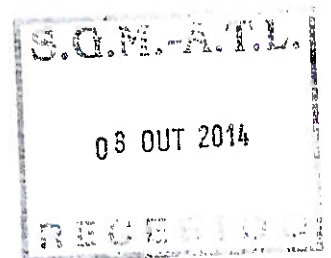
CÓPIA

Em atenção ao deliberado pela Subcomissão para avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, comunico o **adiamento** da reunião da Subcomissão, que seria realizada no dia **8 de outubro de 2014, às 10:00 horas**, para a qual havia sido convidado o Sr. Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, a prestar esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos do FUNDIP – Fundo Municipal de Iluminação Pública da Cidade de São Paulo, para o dia **15 de outubro de 2014**, com início às **10:00 horas**, no Auditório Prestes Maia, 1º andar desta Edilidade.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria dessa Comissão.


JOSÉ AMÉRICO
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Fernando Haddad
Digníssimo Prefeito da Cidade de São Paulo




Ana Lúcia dos Santos Ferreira
RF: 006.000.1.01
SGM/ATL

36 - OF-SGP12
36- 00392/2014

São Paulo, 7 de outubro de 2014.

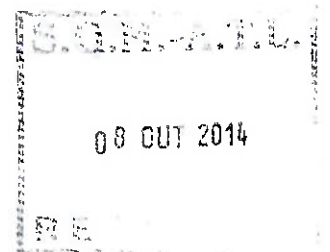
Senhor Prefeito,

CÓPIA

Em atenção ao requerido pela Subcomissão para avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, por ocasião da Reunião Ordinária realizada em 17 de setembro, na qual compareceu o Exmo. Sr. Simão Pedro Chiovetti, Secretário Municipal de Serviços, para prestar esclarecimentos sobre a futura licitação de PPP – Parceria Público Privada referente ao Serviço de Iluminação Pública desta Municipalidade, solicito que se encaminhe àquela Subcomissão uma cópia de capa a capa de todo o processo referente ao Chamamento Público nº 01/SES/2013, inclusive das propostas e do parecer de análise das mesmas.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria dessa Comissão.


JOSÉ AMÉRICO
Presidente



A Sua Excelência o Senhor
Doutor Fernando Haddad
Digníssimo Prefeito da Cidade de São Paulo


André Luiz Vitor Torres Ferreira
CPF 504.562.1-01
SECRETÁRIO



Prefeitura do Município de São Paulo

São Paulo, 23 de outubro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. I. L. nº 444/14-E

Ref.: OF.SGP-12 nº 0392/2014

Processo nº 44 de proc.
nº 37-07 de 2014

Salvo César Rodrigues
RF 11.267 - SGP 12

DOCREC

815/2014

Senhor Presidente

Em atenção ao requerimento da Subcomissão de Estudos para Avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, encaminho a Vossa Excelência cópia integral, em formato eletrônico, do processo nº 2013-0.270.788-0, referente ao Chamamento Público nº 01/SES/2013, oferecida pela Secretaria Municipal de Serviços.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


FRANCISCO MACENA DA SILVA
Secretário do Governo Municipal

Ao

Excelentíssimo Senhor

JOSÉ AMÉRICO DIAS

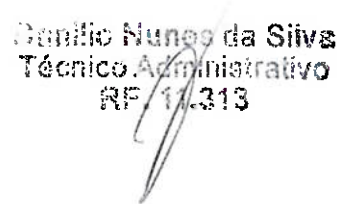
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

A Comissão de: FIN

24/10/14


Antonio Isoldi Calazari
Técnico Administrativo
RF 11.300

RECEBIDO
de Finanças e Orçamento
em 24/10/14 às 15:05
RF


Danilo Nunes da Silva
Técnico Administrativo
RF 11.313



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
SERVIÇOS

Processo nº 45 de proc.
nº 37-07 de 20 19

Calo Cesar Rodriguez

Folha de informação nº
em 13/10/2014 (a).....

Do Processo nº2014-0.261.468-0



PROCESSO - PPP

Processo nº 46 de proc.
nº 37-07 2019
Folha de informação nº 19
em 13/10/2014 (a).....
Rafael Cesar Rodrigues
nº 11.781.800-1/8
Rafael Cesar Rodrigues
nº 11.781.800-1/8

Do Processo nº2014-0.261.468-0

INTERESSADO: Secretaria de Governo Municipal - ATL

ASSUNTO: Cópia integral do Processo do Chamamento Público nº01/SES/2013

SES-G

Senhor Chefe de Gabinete,

Trata-se de expediente encaminhado pela Secretaria de Governo Municipal – ATL/Chefia solicitando cópia de capa a capa do Processo Administrativo nº 2013-0.270.788-0, referente ao Chamamento Público nº 01/SES/2013., conforme fls. 15.

Em atenção ao requerimento em epígrafe, **encaminhamos cópia integral em formato eletrônico - DVD** do Processo referente ao Chamamento Público 01/SES/2013.

Deste modo, sugerimos o retorno do presente a Secretaria de Governo Municipal- ATL para conhecimento e demais providências em prosseguimento.

À consideração de Vossa Senhoria.

São Paulo, 13 de outubro de 2014.


ALESSANDRA ROSSINI
Assessora Jurídica Chefe - SES
Procuradora Municipal



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
SERVIÇOS

Folha nº 47 do processo
nº 37-01 de 2019

Galvão Cesar Rodrigues

Folha de informação nº 19
em 13/10/2014 (a) 13/10/2014

Do Processo nº 2014-0.261.468-0

CÓPIA

INTERESSADO: Secretaria de Governo Municipal ATL

ASSUNTO: Cópia integral do Processo do Chamamento Público nº 01/SES/2013

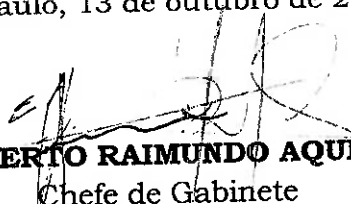
SGM-ATL

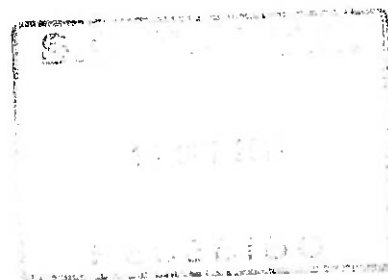
Senhora Assessora Especial,

Nos termos da manifestação retro, que acolho, encaminho o presente para ciência e providências pertinentes.

Ao ensejo, renovo protestos de elevada estima e consideração.

São Paulo, 13 de outubro de 2014.


ROBERTO RAIMUNDO AQUINO
Chefe de Gabinete
Secretaria Municipal de Serviços



RECEBUE
13/10/2014
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PARA AVALIAR O SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE DE SÃO PAULO, CONSTITUÍDA NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO NO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE – SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e quatorze, às dez horas, no Auditório Prestes Maia, 1º andar, reuniu-se a Subcomissão da Iluminação Pública sob a presidência do Vereador Milton Leite e com a presença dos vereadores membros Abou Anni, Adilson Amadeu, Aurélio Nomura, Paulo Fiorilo e Ricardo Nunes. Em atendimento ao Requerimento nº 2/2014, foi convidado o Sr. Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, para prestar esclarecimentos sobre a aplicação de recursos do Fundo Municipal de Iluminação Pública da Cidade de São Paulo – FUNDIP. Dando início aos trabalhos, o Vereador Milton Leite apresentou o Requerimento nº 4/2014 e, após, passou-se à oitiva do convidado. Terminada a oitiva, o requerimento apresentado foi aprovado. Nada mais nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, nós, Caio Cesar Rodrigues e Vinícius Moreira do Nascimento, secretariamos os trabalhos e lavramos a presente ata que, lida e aprovada, segue assinada pelos vereadores presentes e por nós subscrita.

Milton Leite

Abou Anni

Adilson Amadeu

Aurélio Nomura

Paulo Fiorilo

Ricardo Nunes

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

DE ____ / ____ / ____

Pág. ____ Col. ____

Conferido ____

Caio Cesar Rodrigues
Secretário

Vinícius Moreira do Nascimento
Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Comissão de Finanças e Orçamento

Lista de Presença

2ª Reunião Ordinária da Subcomissão da Iluminação Pública

Data da Reunião: 15/10/2014 - Horário: 10:00 - Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Ver. ABOU ANNI (PV)

Ver. ADILSON AMADEU (PTB)

Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)

Ver. DAVID SOARES (PSD)

Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)

Ver. PAULO FIORILO (PT)

Ver. RICARDO NUNES (PMDB)

À Presidência da Mesa, em cumprimento ao disposto no artigo 2º, parágrafos 1º e 2º, do Ato 654/99.

Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)

PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA



Folha nº 50
nº 37-01 de 2019
Celo Cesar Rodriguez
RF 11.261 / SGP 12

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 15 DE OUTUBRO DE 2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Na qualidade de Presidente da Subcomissão para avaliar os serviços da iluminação pública constituídos no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento declaro abertos os trabalhos da 2ª reunião ordinária.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

Presentes os Srs. Vereadores Aurélio Nomura, Paulo Fiorilo.

Em atendimento ao Requerimento (ininteligível) convido o Sr. Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, para fazer parte da Mesa.

Srs. Vereadores, antes de entrarmos na pauta, há um requerimento de minha autoria, que passo a ler.

- É lido o seguinte: (*Requerimento do Vereador Milton Leite*)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Faltou um adendo. Segundo preconiza a lei, o Secretário da Pasta atinente, Sr. Simão Pedro, mas também já prestou esclarecimentos. A Lei 14.517 diz que o Secretário da Pasta a que pertence deve compor o Conselho Gestor. Assim, o Conselho Gestor é integrado por esses membros.

A votos o Requerimento de minha autoria.

O SR. PAULO FIORILO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Qual é a questão de ordem?

O SR. PAULO FIORILO – Só para que não haja dúvidas, estamos em três e a comissão é composta de sete membros. Para a aprovação do requerimento, é necessário que haja mais um membro. Peço que V.Exa. faça a correção.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Peço à minha assessoria para que faça a correção de punho.

Sr. Secretário Marcos Cruz, o senhor deseja fazer alguma manifestação prévia antes de passarmos aos questionamentos desta comissão, em particular, deste que vos fala, que tem muitas dúvidas?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Não, a princípio, não. Estou à disposição para responder como Secretário de Finanças e membro do CGP no que for possível.

P – Obrigado, Secretário. Vou começar primeiro, já que o senhor é Secretário de Finanças, com a parte da massa financeira do negócio. Hoje o senhor paga por manutenção 9,88; mais energia, 13,88; mais o serviço de 0800, 0,28; por gerenciamento de contrato, 0,24; gerenciamento de contrato total, 24,98. Isso dá um custo total, Secretário, no atual sistema, de 164.943.302 reais. Peço aos Srs. Vereadores que se sentem de modo que nós três possamos dialogar com o Secretário. O senhor paga isso. Se o senhor arrecada 270.997.534 milhões sobram 106,054 milhões, estou correto, Secretário? A pergunta é...

R – Vereador...

P – Claro, estamos dialogando. Qualquer número que não esteja... Esses números são extraídos dos contratos que o senhor está pagando hoje.

R – Isso, eu acho que os números devem ter alguma diferença de visão.

P – Parece que o senhor pagou ou hoje está pagando?

R – Eu tenho aqui os fluxos de caixas exatos pagos pelo Fundip. Tenho os números de 2010 a 2013. Eu acho que deve ter tido alguma confusão de entendimento, 2013, por exemplo, para o ano fechado, a operação e manutenção da rede de iluminação pública foi de 128 milhões de reais.

P – Foi mais barato ainda? Então, sobra mais?

R – Não, fora a energia. A energia foi mais 100 milhões de reais; depois teve mais 3,4 milhões de ampliação da rede; mais 2,6 milhões de instalação de pontos públicos; e mais 68,4 milhões de eficientização da rede de iluminação pública.

P – Hoje o senhor está pagando o quê, nos balanços semestrais que o senhor teve até agora? Como é que está? Esses números foram extraídos das contas que o senhor efetivamente pagou na boca do caixa.

R – Talvez tenha extraído uma parcela do número...

P – Eu estou dizendo para o senhor, esses números aqui, o senhor pagou na boca do caixa isso? O resumo que o senhor tem eu não sei, mas esse aqui eu lhe garanto que foi extraído daquilo que o senhor efetivamente pagou, para quem recebeu de fato. Não duvido do número do senhor, mas tenho a absoluta certeza de que esses números aqui estão corretos.

R – Vereador, desculpe, eu também não duvido do senhor, mas tenho a absoluta certeza que os números...

P – 2013. Eu estou pedindo os de 2014.

R – Mesmo 2014, o gasto até agora, até 31/08/2014 já tinha chegado em 195 milhões até 31/08. Esse gasto, estimado, se você fizer a proporção vai chegar por volta de 270, 280 milhões. Novamente, o Secretário da Pasta, quem faz a gestão das finanças, é a pessoa mais indicada para falar dos gastos do contrato. Eu não monitoro quanto ele gasta no contrato, o que eu posso lhe afirmar é que em 2010 se gastaram 211 milhões; em 2011, 267; em 2012, 260 – desculpa, falei a receita. Em 2010, 170; em 2011, 185; em 2012, 283; em 2013, 300 milhões. Podemos sentar tecnicamente depois com a assessoria e ajudar a fazer o entendimento.

P – Vou fazer o seguinte, vou convidar a empresa que está recebendo para prestar esclarecimentos. Quero ver o que estão recebendo aqui. Esse aqui é o extrato da fatura deles.

R – Não, à vontade.

P – Então, por isso que estou dizendo para o senhor, há uma disparidade, porque eu tenho o extrato da fatura. Se ele está recebendo – diz que recebe isso – o senhor está dizendo que paga mais, já temos dois problemas, então, Secretário, o senhor concorda? O sujeito diz que recebe isso e o senhor está dizendo que pagou mais. Nas nossas contas pela fatura, pela cópia do extrato pago...

R – Eu não reconheço esses documentos como um documento oficial, Vereador, não conheço a diferença para comentar. Eu posso dar a maior transparência possível, inclusive a gente pode abrir o portal da transparência e olhar o que a Secretaria de Finanças executa. O que eu posso lhe garantir é que a execução das despesas nos últimos dois anos é da ordem de 280 milhões.

P – Eu vou pedir para a nossa assessoria, Ao Gilberto, que produza os extratos dos valores pagos da Cosip, setor de finanças. Se estiver on-line, imprima-os para mim, por favor. Enquanto isso, a gente prossegue, não tem nenhum problema. As contas pagas da Cosip.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – É, os valores pagos pela Cosip para as empresas que recebem as contas de fatura por ela. Secretarias de SSO, os valores todos pagos por SSO no ano de 2013 e a quem foram pagas todas as faturas efetivas. Nós vamos saber quem pagou, em dois minutos teremos aqui, Secretário.

Enquanto se apura os números, Secretário, o senhor quando fez a apresentação da iluminação – do Governo o senhor fez uma apresentação bonita -, na definição do objeto, o senhor já me ofendeu, o Governo. Eu explico as razões, me deixou irritado. O senhor diz aqui, “aprovação do objeto, modernização e otimização; expansão, operação, manutenção e controle remoto e em tempo real da infraestrutura real da rede de iluminação pública de São Paulo, sem enterramento e sem iluminação de próprios municipais.”

Secretário, por que eu digo que o senhor já me aborreceu com isso? Primeiro, tem uma lei minha que obriga o enterramento de cabos. O senhor está descumprindo a lei já no objeto da licitação. Segundo, eu pergunto: Secretário, faremos um edital para iluminarmos a Cidade – tenho outras considerações que debateremos logo a seguir. Se nós vamos fazer um edital para iluminação pública, por que tirarmos os próprios municipais se podemos incluir nessa concessão? Por que o não enterramento de cabos se o objeto da lei obriga que tais cabos sejam enterrados? Por que o senhor tira? Gostaria de entender essa formatação inicial que o senhor está dando à discussão desse objeto.

R – Em primeiro lugar, Vereador, desculpe se a Comissão e a modelagem o ofendeu, de forma alguma foi a intenção. Vou responder, Vereador, sempre lembrando, como membro do comitê, não sou o responsável pelo poder concedente. Então, já me desculpo por

não saber responder algumas perguntas técnicas que coerentemente vocês saibam.

P – Claro.

R – Do ponto de vista econômico, o que eu posso comentar? Os fios da iluminação pública dentro da rede de emaranhado de fios representam visualmente, em termos de volume, menos de 5% dos fios. Já tem até uma foto, vou ver se eu consigo imprimir e trazê-la. Quando a gente olha o sistema de fios, o fio da iluminação pública que é o objeto dessa concessão – são dois parezinhos metálicos, ou seja, 5% dos fios – o problema do fio está principalmente nas concessionárias de telefonia e no fio da rede elétrica da Eletropaulo. Esses outros fios não guardam nenhuma relação com o objeto dessa concessão. Vou chegar no aspecto econômico, Vereador.

Então, o enterramento do fio da iluminação é basicamente irrelevante por efeito. Talvez se nós obrigássemos... Porque o concessionário dessa concessão só vai ter ascendência sobre iluminação pública, ele não tem nenhuma ascendência sobre telefonia, sobre a gestão dos postes da Eletropaulo, que é outra concessão que não nos cabe. Acho, inclusive, que a Eletropaulo deveria ser (ininteligível) pela discussão do enterramento.

P – Adicionada pelo Poder Executivo, não é? Cabe ao Poder Executivo, não é? Poder Executivo, com a palavra, com o Sr. Secretário de Finanças.

R – O que aconteceria aqui? Como estamos falando de 5% dos fios, o nível de investimento para fazer o enterramento triplicaria. O enterramento dos fios que não são da iluminação pública, são fios de outras coisas, que no projeto da iluminação, que dez dos 11 estudos concordaram, dão investimentos da ordem de dois bilhões, Presidente. Se exigissem enterramento, isso subiria para seis bilhões. A Prefeitura não teria nenhuma condição de arcar financeiramente com isso.

P – Secretário, eu vou chegar aos finalmente, até da razão desse contrato. Mas, eu quero discutir primeiro a apresentação da reunião ordinária do Conselho Gestor que colocou aqui. Entendo que deva ser cumprida ou pelo menos avençada no contrato, Secretário, a possibilidade de compor o enterramento, porque estaríamos cumprindo a lei. A justificativa do senhor é financeira e não de amparo legal. Entendo que a justificativa do senhor é... Ora, é caro, tudo bem, mas a lei manda fazer, não diz se é caro ou barato. Ela manda fazer. O senhor está dizendo que ela manda que se enterre.

R – Falando em...

P – Pode falar, Secretário, que é um diálogo bom.

R – Não, eu não posso falar pelo amparo legal, mas a PGM foi consultada e de fato está com amparo legal, porque os fios da iluminação serão obrigados a ser enterrados se tiver passado o duto. Mas não é obrigação do concessionário de iluminação pública enterrar os fios das telecomunicações.

P – Eu sei, Secretário, mas na medida em que o senhor não prevê no edital nem essa possibilidade e os custos desse eventual enterramento é porque o senhor está afrontando a lei. O que é que estou dizendo, então? É que cabe à iniciativa do Poder Executivo a providência de que, quando houver os dutos, seja obrigada a concessionária a acompanhar o enterramento ou compartilhar a proporção do preço, o que uma vez não previsto o edital, ele não tem obrigação de, ele vai repassar ou aumentar o contribuinte. Aí não vejo o interesse público no prejudicado nesse instante para que se faça o reparo nesse ponto. Se o senhor disse que não pode gastar mais seis bi, concordo com o senhor, é caro. Essa é outra discussão. Mas, em atendimento nós deveríamos ter, então, lançado na Peça do edital e para que se faça constar em contrato dessa concessão que, na medida em que se for avançando, abrir o parâmetro legal e financeiro a previsão de que ela deva acompanhar as despesas do custo.

R – Vereador, isso está na consulta, isso está na obrigatoriedade do edital. O que não o obrigamos é fazer os dutos, porque isso não cabe. Mas, se estiverem os dutos...

P – Até porque o duto principal é uma composição.

R – Isso.

P – É uma composição em que vão as telefonias, as fibras óticas, todos os outros

componentes que estarão enterrados: a rede elétrica dos semáforos, enfim, todos os que compõem a rede de fiação aérea. Nesse momento, aí sim, a parte de iluminação pública tem de entrar na parte que lhe couber. Na verdade, precisa de um duto de quantos milímetros para colocar na composição que será enterrada. É isso que estamos dizendo, então, tem de ser feita essa previsão legal.

R – Então, deixe-me tranquilizá-lo.

P – Claro.

R – Isso está no contrato.

P – Não, contrato não tem. O modelo, a minuta...

R – Está na minuta de contrato que está disponível...

P – Está previsto isso?

R – Está previsto. O concessionário da iluminação pública, em havendo os dutos, é obrigado a acompanhar o enterramento. Se não tiver o duto, ele espera a estação conjunta. Então, quanto a isso acho que... Estamos atendendo a sua lei no máximo possível.

P – Secretário, na parte de diretrizes de contrato, o senhor colocou algo que entendo que não seja legal: “o verificador independente de apoio na fiscalização”, eu entendo que se o Tribunal de Contas ler isso, o senhor arrumará uma confusão com o mesmo que não tem tamanho. O senhor contrata uma empresa - e eu vi o organograma - e ela mede, faz, desconhece, prende e manda soltar no que se diz quesito financeiro. Onde estão a Câmara e o Poder que já existem para isso? Se nós temos o Tribunal de Contas, que é o órgão fiscalizador, o órgão de auxílio a esta Casa - eu entendo como competente para fazê-lo - queria entender por que agregar essa despesa maior, passando por cima de um poder verificador? Poder verificador nesta cidade é o Tribunal de Contas e esta Casa, em última instância. O Tribunal é um órgão de auxílio. Agora, entendo como uma supressão deste item seria aconselhável, porque isso causa um embaraço técnico ao Tribunal e a esta Casa. Nós estamos sendo desconhecidos. A Câmara e o Tribunal de Contas foram desconhecidos nesse processo. Com esse poder verificador independente? Isso dificilmente passa e prospera nesta Casa e nesta cidade com esse item. Eu faço essa consideração para que vocês de imediato revejam isso. É inaceitável que alguém venha a criar um órgão verificador independente, quer dizer, o Tribunal e nós aqui, o que estamos fazendo?

R – Presidente, então, contribuindo, eu acho que de forma alguma isso aqui se sobrepõe ou ultrapassa as responsabilidades do Tribunal de Contas. De forma alguma. Então, o que estamos tentando aqui é criar instrumentos a mais de fiscalização. Então, primeiro, a fiscalização é a principal responsabilidade do poder concedente. O poder concedente tem que...

P – Secretário, nós teremos uma agência para isso, nesse caso. Uma agência para acompanhar e o poder da própria Casa que irão fiscalizar. Contratar, criar um poder verificador independente é uma hipérbole, Secretário.

R – Presidente, essa é a prática hoje de todas as grandes PPPs ao redor do Brasil. Acho passível de discussão, não vou discutir que seja impossível. Entendemos que seja uma melhoria no modelo de fiscalização. O Tribunal de Contas resta soberano e é o último avaliador das contas, isso ninguém nunca vai questionar sobre isso. O poder concedente também sempre vai ter de fiscalizar e dar a sua opinião. Esses dois não se isentam. O que estamos prevendo aqui...

P – Então, o senhor está colocando mais um?

R – Estamos colocando mais um para auxiliar o poder concedente.

P – Mais custo?

R – Mas é uma prática de defesa da Administração.

P – Secretário, daqui a pouco o que é público passa a ser privado e vai embora. E nós vamos embora. Aqui eu vi a lógica de pagamentos. Olha como é fica isso: o senhor produziu uma lógica, até há dias para pagar, mês verificação... A impressão de que quem fez isso é o sujeito que vai fazer a medição. Não é possível. O negócio é de uma... Eu pergunto...

R – Vereador, tudo aqui é com a intenção de construir o processo mais

transparente possível e a sugestão da contratação de verificação independente é a melhor prática em concessão hoje ao redor do Brasil. A Prefeitura pode decidir por não fazê-la, acho isso absolutamente aberto à discussão. Mas, é preciso fazer uma medição e fazer um pagamento. O sistema dessa PPP será infinitamente superior ao sistema que tem hoje. Essa é a tentativa.

P – Tudo isso que o senhor está mencionando aqui, Secretário, lhe assistiria a razão se todas as outras medições tivessem o mesmo cronograma que o senhor colocou aqui. As medições na 866, que o senhor solicita hoje, coitado deles que caem na vala comum, esse é um privilegiado, é isso o que estou dizendo. Em outra premissa, esse aqui é o privilegiado. Eu leio com isso o seguinte: o coitado do prestador de serviço que entra na 866, ele fala: "Bom isso aqui é para eu me matar." O sujeito já terá uma garantia de prestação de serviço *ad eternum*. Vamos sair dessa concessão, estamos começando uma discussão sobre ela. Vamos em frente. A pergunta é: aqui eu tenho uma garantia absoluta só para esse contrato. Os outros contratos da Administração Pública em que prestamos serviços, o senhor sabe como é a medição na cidade de São Paulo. Tenta medir uma obra e tenta receber em menos de 60, 90 dias na Prefeitura, até porque contraria isso, a própria lei de licitações, que diz após a medição, o senhor tem 30 dias para pagar. Nesse caso, em 25 dias está na boca do caixa, a concessionária está numa eficiência danada.

Isso seria tudo muito bonito se fosse isonômico. A Prefeitura estabeleceu um padrão de gestão em que efetuará os pagamentos para todos os contratos. Isso é muito bonito, só não vejo a Administração toda diferenciada dessa forma. Não sei se o senhor entende a minha lógica, o fornecedor de remédio, o que executa a obra, todos os outros faziam a pergunta como está, qual é o prazo que o senhor tem nessa mesma lógica dos contratos de coleta de lixo? Ele tem esse mesmo organograma, tem a mesma fiscalização, tem o mesmo verificador independente? E por que falo da coleta de lixo? Porque é a mesma Secretaria.

Assim sendo, Secretário, a minha preocupação é que eu não posso, numa mesma Secretaria ou numa mesma Prefeitura começar a criar os polos privilegiados. Isso aqui passa a figurar como um polo privilegiado desse mecanismo, ou tem isonômico para toda a Prefeitura, que a Prefeitura o faça. Queria entender a lógica de funcionamento da gestão pública que o senhor está querendo implementar na Cidade. Eu até respeito, se isso for para todos acho maravilhoso, porque assim o prestador de serviços e o fornecedor da Prefeitura dirão que agora têm um produto que podem efetivamente vender e receber rapidamente por ele.

Peço perdão e minhas escusas por não registrar a presença do nobre Vereador Ricardo Nunes. Vou abrir as perguntas a V.Exas. Não passei a palavra ao Vereador Paulo Fiorilo, porque estou formulando algumas questões para o Secretário.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Se V.Exas. permitirem, agora entrei num debate há 15 minutos. Estou arguindo o Secretário e terei pelo menos mais umas cem perguntas a fazer ao Secretário.

O SR. PAULO FIORILO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Qual é a questão de ordem?

O SR. PAULO FIORILO – A questão de ordem é a otimização do tempo. Queria propor a V.Exa. – vi que tem mais de cem perguntas – que priorizasse três ou quatro para podermos debater, até porque possivelmente algumas perguntas que faremos. V.Exa. poderá deixar de fazer e lembrando que temos somente 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Quanto a isso, poderemos adiar sem problemas. Eu é que tenho limite e horário de 12 horas. Vejo que não será possível e teremos de debater com o Secretário, pois temos muito a esclarecer.

Então, Sr. Secretário, gostaria que o senhor falasse a respeito dessa lógica de pagamentos.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Acho que os estruturadores desse projeto e o apoio do comitê é tentar buscar o melhor contrato possível. Se infelizmente talvez nem toda a Prefeitura consiga ter um mecanismo ágil, eu concordo. Temos duas opções: a gente tentar

melhorar onde é possível e concordo que deveria ser feito e deve ser feito para tudo...

P – Razoável.

R - Ou podemos não tentar aprimorar esse modelo e testar e não fazer. A tentativa é de fazer um bom modelo. É óbvio que o interesse é que se difunda os melhores modelos para tudo. A Prefeitura segue na velocidade que consegue, Presidente.

P – Até entendo isso, Secretário, mas como fica com verificador independente, com piloto automático, para pagar, para receber, é uma garantia de execução que... Vamos pular essa parte, Secretário, o senhor já disse que cabe discussão. Pode falar, Secretário.

R – O verificador independente está contratado pelo Poder Público, sob responsabilidade do Poder Público para auxiliá-lo. A decisão é do poder concedente. Então, nós podemos tirar 100%, não mudaria em nada, o que vai mudar é que o Poder Público terá um insumo a menos para avaliar. Olhando as práticas de concessão ao redor do Brasil e a Prefeitura de fato ainda está incipiente nesse processo por nunca ter feito uma PPP, por nunca ter feito nada diferente de outros grandes municípios e estados, nós tentamos olhar o que de fato se faz bem no Brasil e essa prática existe. Aberto à discussão, entendemos que é um aprimoramento num contrato importante para a Cidade e queremos obter o máximo possível de garantia para o Poder Executivo.

P – Secretário, vou fazer mais duas perguntas rápidas e vou repassar – não sei quem irá falar, não houve manifestação dos meus nobres Pares, mas ainda não houve inscrição.

O SR. PAULO FIORILO – Vou me inscrever, então.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Estão inscritos para falar os Srs. Vereadores Paulo Fiorilo, Aurélio Nomura e Milton Leite retomará. Darei dois minutos para cada um.

Secretário, mais algumas questões rápidas. Voltando à lei, uma lógica da concessão, primeiro, entendo que o papel de V.Sa. nesse processo seja um, na parte financeira. Só vou fazer essa pergunta: o artigo 2, da Lei 14.517, fala de uma questão que mencionei ao senhor sobre a responsabilidade socioambiental. Na apresentação de V.Sas. não me recordo de ter visto ou de estar prevista essa questão dos estudos ambientais para que se desse esse passo editalício que V.Sas. já estão dando. Queria tomar conhecimento disso, quem procedeu aos estudos ambientais que compusessem em atendimento à Lei 14.517?

Depois prosseguirei, Sr. Secretário, pois são muitas perguntas e sinto-me, pressionado pelos Srs. Vereadores, para não dizer que estão chutando minha canela aqui por baixo. Ah! Foi acidente.

Esse item 8º do art.2, da Lei 14517, o que houve com ele nas considerações?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Infelizmente, como o senhor colocou, não sou a pessoa mais adequada para responder isso. Entendo que essa Lei rege o lançamento final do edital. Estamos ainda no meio de um processo de consulta pública, mas não sou a melhor pessoa para responder isso.

P – Secretário, o senhor terá de voltar com o Secretário Chico Macena, para responder mais algumas questões. Temos muitas dúvidas. Esse processo não pode prosseguir da forma como está. As dúvidas são grandes. Muito grande de ordem legal, para não ter que judicializar esse negócio, porque senão eu vou judicializar como está. Estou insatisfeito. Só vou fazer um comentário rápido. Estamos entregando aquilo que podemos fazer, pela administração direta, para os terceiros, para os tubarões, assim sem maior justificativa.

Com a palavra o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, tenho seis questões a fazer: Volto a questão do enterramento das redes aéreas. Secretário, entendi que há uma questão custo elevado e também há um número pequeno daquilo que deveria ser enterrado. O Senhor respondeu dizendo que está previsto o enterramento. No contrato ou na minuta do edital de licitação? No caderno? Esse caderno já foi publicado? Será que já foi encaminhado para cá? Foi! Então peço para a assessoria da comissão que disponibilizasse esse caderno de encargos onde consta a questão do enterramento onde há dutos. Peço para a assessoria do nobre Vereador Milton Leite que pudesse disponibilizar esse caderno que já foi entregue, para que os

outros vereadores tivesse acesso. Os documentos solicitados por essa comissão, entregues ao Presidente, há um caderno de encargos. Gostaria de ter...

R – De qualquer forma está disponível na internet desde ontem. Anexos da consulta pública.

P – Qual site?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Entrou no ar ontem. Hoje não é possível nós fazermos. Como iremos fazer a oitiva? Independente disso peço minha assessoria que distribua...Peço a assessoria que toda documentação acostada seja distribuída a todos os membros desta Comissão, e até mesmo aos membros efetivos da Comissão de Finanças. Uma cópia de inteiro teor. Na volta do Secretário, conjunta com o Secretário de Governo, vamos debater todo o caderno. Chegou ontem, não é possível debatermos tudo. Quero que os Srs. Vereadores tomem conhecimento. Não quis desmarcar a reunião de hoje para avançarmos, temos uma inicial com o Marcos que gentilmente está frequentando essa Casa e nos atendendo. Agradeço mais uma vez, Secretário, a compreensão. Temos a máxima preocupação com o interesse pública e em nome deles vamos defender a maior transparência, aliás, preconizada pela Lei. Lei 14517, manda que todos os dados sejam publicados. Estamos em cumprimento a Lei. É só isso e esta solicitada a distribuição. Pega dele o link para podermos fazer.

Com a palavra o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Apenas para concluir. A disponibilização de todos os documentos que foram já encaminhados. Secretário, com relação ao enterramento, na opinião do senhor há essa possibilidade prevista, portanto, em alguns casos, onde há dutos. Onde não há dutos, qual a expectativa do Poder Público de enterramento médio, longo, prazo? Existe algum?

R – Existe previsão no caderno de encargos como responsabilidade da concessionária de denominação pública, que os fios de iluminação pública sejam enterrados na medida em que existem dutos e toda nova expansão da rede também tem de ser enterrada. A questão do enterramento completo, que é principalmente telefonia e outros infelizmente não conversa com essa concessão. É outra discussão que vem sendo feita, com a concessionária Eletropaulo, de extrema importância, mas que é separada dessa, até são concessionárias diferentes. Não sei responder as quantas andas. Essa é uma discussão histórica, perfeitamente defendida pelo presidente da Comissão, nobre Vereador Milton Leite, mas diferente dessa de denominação publica.

P – Gostaria de entrar nos aspectos da COSIPE, como garantia. Primeiro uma dúvida que colocamos ao Secretário Simão Pedro. Houve uma opção do grupo de que não é necessário autorização da Câmara para essa PPP. Se eu estiver enganado, solicitamos do Secretário Simão Pedro, o parecer da Procuradoria. Gostaria de ouvir o senhor sobre isso. Quais as avaliações feitas, mesmo que ainda não tenhamos acesso ao parecer, que embasaram esse entendimento?

R – Tenho certeza de que o Parecer estava anexado no processo, eu vi ele anexado ao processo. São mais de 12 volumes, realmente, não sou advogado, o que entendo é na dúvida, quando discutimos, fizemos uma consulta formal. A Secretaria de Serviços fez uma consulta a Procuradoria Geral do Município, a qual disse que para as concessões administrativas dessa natureza não existe necessidade de uma Lei específica que já está prevista na lei geral, para concessões administrativas. Estamos trabalhando sob a orientação da advocacia máxima do Município com tranquilidade. Cabe os entendimentos. O parecer está ali, está disponível, não tenho dúvida quanto a isso, e também futuras interpretações de outros órgãos, como essa casa e o próprio Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

P – Secretário, tendo em vista que a fonte de recurso, que suportará essa PPP será a COSIPE. Como a Secretaria de Finanças, garante que todos os recursos arrecadados pela concessionária de energia, estão sendo repassados à Prefeitura e como se dará esse controle durante a vigência da futura PPP, de forma a garantir e preservar os interesses do Erário?

R – Quem continuará arrecadando a COSIPE é a Prefeitura. A COSIPE entra para

REUNIÃO: 15043 DATA: 15/10/2014

a Prefeitura.

P – A arrecadação continua vinculada à Prefeitura?

R – A arrecadação continua 100% veiculada à Prefeitura, nas mãos da Prefeitura. O que ela vai estar ligada a uma conta destinada ao pagamento da concessionária. O que acontece de interessante aqui? A COSIPE só pode ser utilizada para iluminação pública. Hoje ela já é utilizada, aquela discussão de números. Estamos falando na ordem de grandeza de 300 milhões de reais, hoje o que acontece é que ela é utilizada em diferentes contratos. Uma parte usada para pagar Eletropaulo, direta conta de luz, uma parte usada para compra de equipamentos, para serviços de manutenção, enfim, são pagamentos fragmentados. O que vai acontecer com essa concessão, é que você transfere essa responsabilidade para o concessionário. Utilizamos o recurso da COSIPE, após a medição aprovada pelo poder concedente como em qualquer outro contrato, paga o concessionário responsável por fazer seus pagamentos. Esse é o controle. Em nenhum momento o dinheiro vai primeiro ao concessionário, depois volta.

P – O dinheiro continua com o poder público, que a partir da medição faz o pagamento?

R – E aqui entra a discussão do verificador independente, seria um refino para apoiar. Se não tiver verificador independente não muda a discussão. O dinheiro entra na Prefeitura, a prefeitura atesta os serviços e passa por seu contratado.

P – E nesse caso a proposta a apresentada é que o verificador faria esse acompanhamento?

R – Faz o acompanhamento, mas prover subsídios para o Poder Executivo que é quem faz a liberação do pagamento, ou não, como em qualquer contrato público.

P – Secretário como está sendo equacionado essa questão no modelo de contratação dessa PPP? A COSIPE estaria sendo considerada como uma garantia para o futuro concessionário. Quais os critérios para o reajuste?

R – A COSIPE é uma garantia no sentido que ela é uma receita vinculada e definida. A Prefeitura, mesmo que quisesse não poderia gastar esse dinheiro em outra área, por isso ela trás tranquilidade para esse projeto. Sabe que terá de ser gasto ali. A COSIPE, ela anualmente, atualizada por critérios da Anel. Não depende da Prefeitura os critérios são feitos pela Anel, que uma vez por ano nos comunica e o contrato proposto da PPP terá parcela fixa que será atualizada pelo mesmo índice que atualiza a COSIPE mais um pedaço do IPC Fipe. Temos previsibilidade do que irá acontecer. Não tem nenhum impacto para a população, no sentido de tarifa. O que vai acontecer é uma grande antecipação de investimentos - depois gostaria de chegar nisso, o porque fazer uma PPP – é uma antecipação de investimentos que a cidade conseguirá implementar em cinco anos, um projeto que se for feito sozinho levará mais de 30 anos pela disponibilidade orçamentária.

P – Gostaria de entender essa questão. O senhor disse que não haverá acréscimo para os munícipes ou não haverá nenhuma preocupação com o Município. O senhor está dizendo: a Anel, vai continuar indicando reajuste, como faz, mas o senhor falou dessa questão da parcela fixa, o que dá previsibilidade. O senhor poderia explicar esse arranjo, só para entendermos.

R – Vamos falar em grandes números. Interessante entender. Os gastos de iluminação pública ano passado, oscilam na faixa de 270 milhões de reais. A COSIPE gira nessa faixa. Previsão para o ano que vem, é de 300 milhões de reais.

Peço um pouco de paciência, que vou expor o lado da equação, é interessante e dá mais visibilidade. Vamos arredondar para milhões de reais, que a COSIPE entra ano que vem, linha com a COSIPE dos últimos anos. Hoje a Prefeitura gasta com diversos contratos separados: a conta de luz, mais ou menos 100 milhões. A conta do serviço de manutenção e operação, mais ou menos 170 milhões, 130 milhões e projetos individuais de modernização e pagamentos. Gasta por volta dos 280 milhões...

P – Os projetos são 50 milhões?

R – Isso. projeto desse ano foi por volta de 50 milhões. Isso significa que no ano a

ano, a parcela que sobra de recurso da COSIPE é baixa. Se fossemos continuar no mesmo modelo que atuamos hoje e fosse investindo por conta própria para ir trocando a iluminação por Led, pelos motivos ditos de economia, de economia de energia, de gás carbono, de luminosidade, levaríamos, a simulação é de 28 anos para conseguir trocar todos os Leds da Cidade de São Paulo. Se ficássemos no limite da COSIPE utilizasse só a sobra que fosse tocando...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, Secretário se o dinheiro nosso, é esse, quem vai pagar a conta?

R – O que aconteceria? Quais são as opções? Se a Prefeitura do Município de São Paulo pudesse pegar um empréstimo, ela pegaria um empréstimo. Um empréstimo de três bilhões de reais...

P – Se é valor presente. Depois ele vai ter que desembolsar, no mínimo um período de cinco anos. Não estou vendo a vantagem. Qual é o avanço? Minha contraposição nisso Secretário? Tenho medo, até, por não estar formatado em minha opinião, não está o básico desse projeto suficiente para colocar na rua. Porque Secretário? Não estou prevendo o avanço de modernidade futura. O que significa isso? Modernidade futura de uma iluminação pública, há dez anos era uma, mudou, vai mudando e daqui quanto tempo isso vai mudar? O custo da Led hoje é um. Se o senhor comprar um iPhone 6, vai pagar super caro, daqui um ano não vale mais nada. Cai o valor. A Led é a mesma coisa. Porque vou pagar um preço absurdo agora, para um contrato que está prevendo 24 anos. A modernização da iluminação pública, sabemos que ela vem acontecendo em uma velocidade fantástica. Pergunto: porque 24 anos se o senhor pode fazer via serviço, se é só troca de lâmpada. O senhor não está colocando aterramento, o senhor deu as razões, o senhor não está colocando os próprios municipais, não está colocando receitas acessórias, o senhor está só trocando lâmpada, na verdade na concessão. Estou pegando dinheiro que tenho, posso fazer no contrato de serviço, que no meu entendimento é serviço, não concessão, só vai trocar a remuneração, porque vou entregar isso para os tubarões? Por um período tão longo. A pergunta é essa. Uma gestão, diria até um pouco temerária. Vou entregar tanto por tão pouco. Porque vou fazer isso? Sabemos que a tecnologia anda em uma velocidade que a Led, que é cara hoje, no preço, se o senhor olhar o que foi feito na USP, da uma deflação de 40% do lançamento para o edital. Foi o redutor que tivemos lá. Vê o hiato de tempo como foi. Uma velocidade absurda. Ou seja, deu uma perda de 40%. Porque a gestão pública vai entrar em uma aventura como essa. É uma aventura. O senhor está dizendo: vai levar tantos anos para modificar, tudo bem. Se implementa um programa, faz-se até o empréstimo com essa receita vinculada, a Câmara Municipal de São Paulo, autoriza o senhor compra as lâmpadas. O senhor vai trocar as lâmpadas, o senhor precisa, o melhor para sua demanda, por um custo menor. Porque vou fazer uma concessão desse tamanho? E quanto tempo vai demorar isso? Veja o que aconteceu com a Led, deu uma diferença de 40% na largada, no período de um ano. Como é que vou entrar em um negócio de 24 anos de iluminação? A engenharia financeira é do senhor Secretário...

R – Queria fazer um comentário. O senhor fez comentários bastante fortes. Queria dizer que acho, convido sua assessoria técnica a debruçar sobre os documentos que estão sendo feitos a um ano com muita gente e com muito apoio, duvido que tenha um processo feito com tanta diligência, transparência nessa prefeitura nos últimos anos. Temos a opção de não fazer. A Led dura em média de 12 a 15 anos. O projeto dura bastante porque você precisa colocar. Se você coloca o projeto assumindo pelo menos um ciclo, terminaria. A prefeitura não pode pegar nem com a Câmara, autoriza a Prefeitura pode pegar créditos, isso fere a Lei de Responsabilidade Fiscal Federal. Alternativa a isso, é ir ano a ano, colocando cinco mil, dez mil. Podemos. Daqui cinco anos teremos uma cidade iluminada. Porque vamos ter um contrato longo? O led colocado ele é longo. Não faz sentido eu fazer um contrato cinco anos se eu vou colocar um serviço que o produto, quero exigir do cessionário que ele mantenha a cidade acesa. Se ele colocar um Led e durar oito anos, a responsabilidade é dele, pelo contrato. Ele vai lá e troca o Led. A economia de energia que ele conseguir é benefício para todos. Não é só

troca de lâmpadas.

P – Sei Secretário. Mas com a implantação, com a redução da conta de energia, aí sim ele tem uma receita que é cobrada em cima do consumo de energia. Quem paga é o contribuinte. Quando tiver essa redução, da energia, estou mantendo o custo...

R – É isso que permite a antecipação de investimentos. O que existe – o senhor mesmo colocou – quem está pagando a conta? É a economia de energia. A economia de energia futura paga o investimento de agora. A minha alternativa, e é óbvio que as tecnologias são mutantes, se eu quiser esperar, mais dois, três anos o produto estará melhor, se eu quiser esperar mais anos o produto estará melhor, mas com isso a iluminação não avança.

O SR. PAULO FIORILO – Então, na realidade não tem almoço de graça. O que está dito aqui é: o que vai pagar é a economia de energia. Existe a previsão de algum ajuste ao longo dos 25 anos, ou a concessionária que ganhar vai poder lucrar, independentemente do que significa a redução de custos deles e o lucro que pode ser aferido ao longo dos 25 anos. Existe a previsão de, por exemplo, um ajuste naquilo que seria pagamento antecipado ou prolongado?

R – Em qualquer contrato é possível o reequilíbrio econômico financeiro. Pode ser feito ao longo do processo. Ressalto o alto nível de competitividade que vai se refletir nos preços dessa licitação. Não existiu nos últimos anos um processo tão transparente. Esse processo foi anunciado, do ponto de vista de mídia e de convocação, há mais de um ano atrás. pequei por curiosidade as matérias que saíram, em setembro de 2013, o prefeito dizendo: vamos fazer um chamamento público. Em outubro de 2013, Prefeitura realizou o chamamento público. Em novembro de 2013, 40 empresas cadastradas. Entendemos que o nível de competição e é por isso que uma PPP é interessante, economicamente, quem confiar mais na sua tecnologia? Quem confiar mais no nível de energia vai poder transferir isso para o preço do leilão. A responsabilidade dele será a de manter a cidade acessa durante 24 anos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu sei Secretário. Nós temos de olhar o interesse público. Não da empresa. Quando esses encontros de curvas de avanços financeiros e de redução de custos, não sei o instante em que ela cruza, em que o contribuinte começa pagar mais. O que é líquido e certo que a grande maioria da receita do contribuinte, vai anualmente.

R – O contribuinte não pagará mais em nenhum momento. Não tem nenhum impacto ao contribuinte.

R – Eu, sei, o que ele vai pagar, é o que ele pode deixar de pagar. Com o avanço tecnológico, a pergunta, não é o que ele vai, o que ele pode reduzir. A grande briga tecnológica é no sentido de que: porque posso ter uma cidade moderna e com menor custo se eu vou enfiar no modelo de longo prazo? Porque saio de cara para 24? Aqui estou questionando o seguinte: os documentos do senhor chegaram ontem, aqui para nós. Vou estudar um a um, mas minha pergunta continua a seguinte: porque vou sair de um modelo de 24 se eu não tenho o básico dimensionado para a cidade como um todo. O dimensionamento prévio, área por área, região por região, hora de troca de lâmpadas, qual é o projeto básico que deu base a essa licitação que está indo. O senhor colocou na rua, chamamento de diversas empresas só de partes interessada. As empresas não vêm aqui com saco de bondade para a Prefeitura, mas para ganhar dinheiro e muito. É a briga do dia-a-dia e eles não estão errados. São empresas que estão aí para ganhar dinheiro. Não sou contra eles que se ganhe dinheiro. O que temos aqui é que limitar e olhar o interesse público. A minha visão difere um pouco desse caso. Aqui tenho de olhar o interesse público e não a visão contrária. Tudo que o senhor colocou, eu só chamei empresa. Pergunto: a Prefeitura, chamou, contratou um projeto básico que mencionei. As questões ambientais, dimensionamento prévio da rede, a quantidade de luminária que o senhor tem de colocar, os 561 mil pontos tem de ser colocar. Onde serão colocados? Nas regiões de mananciais, como vamos tratar isso? É o mesmo tipo, Led, serve, os impactos ambientais dessa troca. Nada discursiva no projeto.

R – Desculpa. Tudo isso consta do projeto.

P – O projeto de impacto ambiental? Quem fez?

R – O projeto termo de referência foi construído pelo Ilumine, órgão técnico da Prefeitura que trabalhou último ano nisso.

P – O Simão Pedro disse que não tinha quando veio aqui. o dimensionamento.

R – Dimensionamento de impacto ambiental. O senhor perguntou do termo de referência do projeto. O projeto trata o mais absoluto interesse público de trazer uma iluminação modelo. Agora, novamente, o senhor pergunta, porque um contrato? Porque o Led dura 12 anos, podemos optar por não a iluminação. Acho que é uma opção. Vamos manter a iluminação como está, o que podemos dizer é: se você for mudar a iluminação para uma tecnologia de longo prazo, por definição o contrato será de longo prazo. Por recursos próprios a Prefeitura não consegue investir, não consegue fazer endividamento, aqui, como em toda discussão de infraestrutura do Brasil, - quem assiste todos os debates hoje, visa a discussão de infraestrutura no Brasil é como aumentar o investimento. Tem uma carência. Temos aqui uma grande oportunidade da Cidade de São Paulo, tomar a dianteira nisso, fazer um projeto que é de interesse público, vai melhorar a vida da Cidade de São Paulo, vai melhorar a emissão de carbono, que vai economizar energia, e que é possível fazer sem custar um centavo a mais para os cofres públicos, porque estamos remunerando com a economia de energia futura, um parceiro privado que vai assumir o risco fazer o grau de investimento. Existe um projeto com interesse público mais claro, explícito quanto esse. Temos de debater, estou disposto a vir quantas vezes for necessário, mas alternativa que é não fazer ou continuar fazer, ou continuar fazendo de forma pingada, acredito ser uma alternativa ruim para a Cidade de São Paulo.

P – Secretário, trocar a lâmpada e reduzir energia é bom. Temos de olhar o interesse do público como um todo. A pergunta é: porque 24 anos, vamos fazer então, por dez anos. No mínimo é cinco na lei.

Faz por dez. E aí, em dez anos, vamos estudar. Faz algo mais modesto, em que a Cidade pode reaver, com menor custo, rápido. Nós engessamos. E as parcerias não têm que ser obrigatoriamente engessadas por 35 anos. A lei já prevê 25 de aditamento de prazo. A 14.517 já prevê mais 25 de prazo de aditamento. Quer dizer, Secretário, por que nos entrarmos...

O SR. SECRETÁRIO – Na realidade, todo projeto grande de infraestrutura exige investimentos vultosos no início. Isso não é diferente. O investimento do LED é 10, 15 vezes maior que o investimento do outro. Por isso, não existe um projeto dessa magnitude. Isso faz com que todo projeto de concessão, se você olhar, exija um prazo para equalizar as contas. Fazer em dez anos, as contas não são possíveis, ou se teria que pagar mais que a Cor. Também é uma possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu sei, Secretário, mas por que não vamos fazer num momento do lançamento do LED, que é novo ainda, dado o (Ininteligível) que tem na ponta, na loja, para o consumidor. A lâmpada é cara. Nós sabemos que ela vai baratear; o senhor sabe que ela vai baratear, e muito, não só a lâmpada quanto a queda da energia. Então teremos um barateamento fantástico. Por que essa velocidade, nesse instante de troca, cravar esse valor? Então, nesse caso, faremos uma tabela progressiva. Na medida que houve redução do custo da lâmpada... hoje ela tem um valor cheio. Para esse valor ela tem esse período. Se houver diferença... Porque o senhor está dizendo que a componente de risco é a energia. Ótimo. O senhor deixa o componente de risco como energia, e não no custo da lâmpada, que é significativo, bem como as luminárias. O senhor vai pagar 1.200, estimado, por luminária. Nesse volume, precisamos discutir o valor. É um absurdo por luminária. Eu acho, Secretário, que nós podemos fazer um dimensionamento. Por isso que eu digo, a audiência pública longa, para discutir esse problema, discutir tudo isso que estamos colocando para o senhor, seria uma cautela que se faz necessário, por outro aspecto que vou mencionar ao senhor.

A lei de contratos públicos prevê claramente que acima de 150 milhões se obriga a fazer as audiências públicas. As audiências públicas regionais, principalmente por um contrato que... A iluminação está fazendo um contrato de cima para baixo, está martelando a

população. A população tem que discutir o que ela quer para o local. E nós estamos martelando. Eu vou cobrar isso da comissão do conselho gestor. Por que está se martelando em cima da opinião pública do povo? Pelo 156, que ficou recebendo? Não. Vamos ouvir o povo e dizer o seguinte: "Olha, a nossa prioridade é essa. O senhor está querendo tirar as praças aqui". Aqui não está previsto... não, não está previsto, na apresentação, não.

O SR. SECRETÁRIO – Vereador, eu não sei o que o senhor está olhando, mas está previsto em todas as praças, sim – praças, iluminação pedonal, parque. O que não está previsto é para prédios públicos – iluminar dentro do prédio da Prefeitura.

P – Ué, porque não (Ininteligível) com lâmpada de LED? Colocamos.

R – Isso não é iluminação pública, não está dentro do conceito. Inclusive a Cosip não pode ser usada para pagar...

P – Não, sei. O mesmo contrato pode ser. Por que o senhor está engessando só para a troca? Então, na verdade, é um contrato de troca de lâmpada.

R – Na verdade, a Prefeitura não estaria comprando lâmpada, isso é muito claro, está comprando serviços de iluminação. Inclusive, com a tecnologia instalada, todos os postos instalados por rede, permitindo o controle automático. O que hoje uma luz apaga, o cidadão tem que passar na frente da lâmpada e ligar para o Ilume, isso vai acontecer automaticamente. Então entendemos que tem muito mais tecnologia envolvida. Acho que a discussão é boa, salutar. Eu me ofereço para vir aqui quantas vezes for necessário, e seguimos com essa discussão. É um projeto que atende grandes anseios da população.

P – Eu entendi: o senhor acha; eu queria ver isso nas audiências públicas regionais, nas subprefeituras, nos bairros. O que o senhor vai fazer lá? Nós temos um bairro com população indígena que tem iluminação pública. Qual o estudo que foi feito lá para tipificar a iluminação pública? Em Parelheiros, Guarapiranga, na M'Boi Mirim. Eu não vi nada disso. Nenhuma discussão foi feita disso. O senhor diz transparência porque foi notícia de jornal. O pobrezinho que mora na região do M'Boi Mirim e Grajaú não lê jornal. Quando nós chamamos ele para o debate ele vai. Aí ele vai para as audiências públicas de finanças, vai e debate. Mas precisa ser chamado. Não adianta o senhor botar uma notinha na *Folha de S. Paulo*. Ele não compra a *Folha de S. Paulo*. E sai na notícia que só o centro expandido lê. Essa não é a discussão. A iluminação pública é principalmente instrumento de segurança para essa população. Então, Secretário, acho prematuro lançar o edital sem a discussão. Acho muito prematuro. O senhor está querendo lançar um edital numa velocidade que a Câmara está entrando no processo de discussão agora. Vamos às raias, ao extremo, para discutir esse projeto, porque queremos saber onde vamos. E a prioridade disso, de por onde eu vou começar. Vou iniciar essa troca onde? Na vielas da M'Boi Mirim, ou aqui na Avenida Paulista, na 23 de Maio? O que é mais importante para a população? Qual é o critério utilizado? Vamos trocar a lâmpada na porta das escolas, que dá segurança para os pedestres, ou vou trocar na 23 de Maio de novo? Secretário, é essa a discussão pública em audiência pública que não foi feita. O Prefeito está errando ao colocar um produto dessa envergadura sem discussão da prioridade com a comunidade. A comunidade não foi ouvida para dizer: "Eu quero a iluminação pública aqui ou acolá". É essa a discussão que nós queremos. O produto, a intenção, ao meu ver, até aqui, está revestida da maior boa fé possível. Todavia, é preciso que olhemos o interesse público. O interesse público é no todo, Secretário, não é só o interesse do dinheiro que vai sair, é da prioridade que vamos estabelecer na implementação, no programa dessa envergadura. Afinal de contas, o senhor estará dando a definição para um terceiro colocar como um órgão verificador... que eu não sei. Quando é que vai chegar a iluminação pública na viela B da travessa da Miguel Luiz Figueira? Eu não sei.

R – Desculpe, só uma informação correta, para ficar para o registro. De forma alguma o concessionário vai decidir onde implantar e como. A ideia é que seja feita em todas as vias arteriais logo no primeiro ano, chegando na periferia, regiões de escola, vulnerabilidade. Isso tudo está descrito no termo. Não muda a responsabilidade que hoje o Ilume tem. Nem posso falar como Secretário de Finanças.

P – Hoje está implementando, né?

R – O que esperamos atingir com esse projeto é que, diferente do ritmo normal, em cinco anos, a cidade inteira, incluindo toda a região da cidade, estará modernizada com iluminação nova. Podemos, de novo, não fazer, ou fazer no ritmo possível e levar...

O SR. PAULO FIORILO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Devolvo a palavra.

O SR. PAULO FIORILO – É que são 11h06, e eu queria saber como vamos proceder, porque as minhas perguntas eu não pude fazer, então nem sei mais por onde começar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem V.Exa. a palavra. Eu vou convidar o Secretário para outra oportunidade, para umas quatro ou cinco horas de debate.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, minha questão é a seguinte: são 11h06, e temos que abrir a Comissão de Finanças às 11h15.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não há quórum ainda.

O SR. PAULO FIORILO – Só para registro, e aí continuamos o debate. Secretário, queria voltar a essa discussão que fazíamos com relação àquilo que poderia, a empresa, obter, de lucro, ou de benefícios, com um prazo longo. Talvez fosse o caso agora de o senhor falar por que pela opção da PPP, não da concessão, até para ajudar a esclarecer esse debate.

O SR. SECRETÁRIO – O que estamos propondo é uma concessão administrativa. O termo popular é PPP, mas isso é uma concessão de serviços públicos. Estaríamos contratando o serviço de iluminação, exigindo um nível de qualidade, exigindo lâmpadas acesas e cobrando. Estamos falando de uma inversão, uma troca de tecnologia que já está madura. Há cinco anos, a tecnologia de LED era nova, hoje não é. Qual são as vantagens do LED? Economiza 50% de economia; tem uma luz branca que é muito mais saudável para a vista; permite maior visibilidade; emite menos carbono. Enfim, tem um conjunto de coisas. Se isso é tão bom, por que não é feito de forma intensa e rápida pelo Poder Público? Não é feito porque o investimento inicial é muito alto. As lâmpadas tradicionais, que todos conhecemos, é igual a de casa – é barata, dura pouco. Essa é a lógica da iluminação pública tradicional. Você compra uma lâmpada barata que dura dois, três anos. Por isso, é conveniente fazer contratos de três, quatro, cinco anos, como é feito na administração pública. No momento que você tem uma tecnologia que é muito mais cara na entrada, 10, 15 vezes, só que ela dura 10 vezes mais. Só que no momento inicial, se eu for trocar, eu preciso ter um investimento muito grande. Como a Prefeitura não tem condições de fazer investimento... isso é uma realidade do Brasil inteiro, não estamos falando da Prefeitura de São Paulo. Hoje, os governos federal, estadual e municipal estão buscando projetos de infraestrutura com parceiros, porque é a realidade, o jeito de se conseguir fazer isso. Você precisa fazer com que o parceiro invista na frente. Então ele vai gastar todo o dinheiro na tecnologia. E aí como ele vai ser remunerado? Com a economia de energia dos próximos anos. E aí a conta feita economicamente se fecha no prazo de 24 anos, onde está prevista uma segunda troca de LED. "Ah, mas e se o LED queimar antes?" Custo do parceiro, não tem nenhum problema para a população. Ele vai lá e troca o LED. Se o LED durar mais ou menos, é responsabilidade dele, e ele vai saber isso na hora de fazer o leilão. Como estamos com um leilão altamente competitivo, o interesse público está preservado nesse sentido. Digamos que vamos fazer um contrato de cinco anos. Não é possível, a não ser que a Prefeitura tirasse um a dois bilhões de reais, como saúde, educação, e investisse na iluminação pública. Então essa é a dialética, essa é a oportunidade. E por isso todo o debate de infraestrutura no Brasil está pautado em como fazer concessões que protejam. Entendemos que essa concessão protege o setor público, traz a oportunidade de a cidade dar um salto de qualidade na iluminação, sem gerir um centavo a mais de custo, e sem tirar dinheiro de outros lugares da Prefeitura, porque sabemos que o dinheiro é escasso em todas as situações. Então otimizamos o recurso da Cosip, colocamos a nova tecnologia, trazemos ganhos ambientais, ecológicos, e trazemos uma nova iluminação. Acho que esse é o debate em questão. A razão do prazo é para viabilizar o modelo econômico.

P – Secretário, entendido. Eu queria só saber se nos estudos realizados pelo grupo ou pela Secretaria... O senhor disse aqui que 24 anos é o prazo para que a empresa tenha de

volta os seus investimentos. Vocês fizeram essa projeção a partir daquilo que é possível? Por exemplo, a empresa passa a ganhar a partir de qual período? Quantos anos ela vai ter ainda para poder recuperar. A minha pergunta aqui é só para saber se, por exemplo, aquilo que está no final dos 24 anos, se dá a ela um lucro previsível, se ela pode auferir um lucro maior. O Vereador Milton Leite deu o exemplo da USP, mas nós sabemos que o LED é uma tecnologia que vai mudando rapidamente. A empresa pode colocar uma iluminação que vai fazer com que ele tenha uma economia maior. Todo contrato prevê um ajuste de preços quando necessário. Por exemplo, nesse caso, o estudo aponta o quê? Qual é o prazo para que ela passe a ganhar?

R – Primeiro um comentário que o presidente da Comissão fez: o estudo já prevê redução do preço de LED nos próximos anos. A empresa fica deficitária, ou seja, gasta mais do que investe por quase uma década. Sete ou oito anos, salvo engano, ela fica deficitária, investindo; depois, ela começa, com a economia de energia, a se repagar. Novamente a questão do custo do LED: claro que daqui a cinco anos o LED vai estar mais barato. Mas se nós queremos fazer o projeto agora, é meio irrelevante, porque o LED colocado hoje vai durar de 12 a 15 anos. Qual é a alternativa? Podemos esperar mais alguns anos e ver se a curva de tecnologia vai (Ininteligível). Como o LED já é uma tecnologia conhecida há alguns anos, essa curva já reduziu. Esperamos, no leilão, que os diferentes interessados coloquem na contraprestação, e aí vai ser economia para a energia, porque uma coisa já posso garantir: não gastaremos nenhum pinga a mais do que já gastamos em 2014. Então a única coisa que pode vir a mais para a Prefeitura é economia, num processo competitivo desse.

P – Uma última questão, até para que eu possa passa para o Vereador Aurélio Nomura.

Secretário, quais os meios previstos para garantir a qualidade dos equipamentos e serviços da PPP durante a execução do contrato?

R – Eu não sou o engenheiro da área da Ilume, então vou falar como membro do conselho do que eu entendi. Acho que a questão mais interessante é a questão que essa tecnologia de LED é um produto eletrônico. Então, diferente de uma lâmpada normal, que, quando se apaga, ninguém sabe o que aconteceu. Depende de passar algum morador e avisar que a lâmpada apagou para mandar um serviço de reposição. O LED, como equipamento eletrônico, vai conectar a cidade inteira num centro de controle. Apagou a lâmpada, ascendeu uma luzinha, mandou uma equipe de apoio. Então esse monitoramento passa a ser absolutamente *online*. E o pagamento da concessionária estará ligado ao índice de lâmpadas acesas, o que hoje não acontece.

Hoje, nos contratos da Prefeitura, nós não temos um controle em tempo real do que está aceso, e nós passaremos a ter. Então, se a concessionária tiver 2% das lâmpadas apagadas, ela receberá mais de 2% no desconto do pagamento – é até mais forte. Se ela tiver 10% das lâmpadas apagadas, ela terá 15% de desconto no pagamento. Isso hoje não acontece, e é uma melhoria brutal. Hoje, o contrato atual prevê um índice de tolerância na iluminação de até 4%. O contrato novo vai prever 1%. Isso sem ainda prejuízo das ações que são feitas, que são as fiscalizações por amostras, para ver qualidade de luz, e tudo. Então a tecnologia permite um nível de acompanhamento e fiscalização da Prefeitura, isso a Ilume pode falar, enormemente, muito superior ao que hoje é praticado.

P – Sr. Presidente, devolvo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nesse instante, declaro a não existência de quórum, no limite do tempo regimental, para a abertura da reunião ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento.

Anuncio a presença dos Vereadores Paulo Fiorilo, Aurélio Nomura, Ricardo Nunes, e este presidente, que se fazem presentes na Subcomissão, e membros da Comissão de Finanças.

Prossigamos com os trabalhos da Subcomissão.

Tem a palavra o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Estivemos ouvindo, na semana retrasada, a

manifestação do Secretário de Infraestrutura sobre a PPP com relação à iluminação pública. Mas vi, de antemão, que ao apresentar os dados, e apresentar o projeto, nós nos ressentimos com a falta da elaboração do plano diretor de iluminação pública, onde deveria se fazer um diagnóstico, um levantamento luminotécnico de vias, praças, jardins, passarelas, outras, visando a atualização desses dados. E aí, sim, iniciar o serviço de operação, de manutenção dos serviços, enfim, e começar a discutir.

A outra coisa que nos chama bastante a atenção é que nesse projeto, pelo que vimos no chamamento que foi feito com diversas empresas, os estudos de viabilidade apresentados, que já chegaram esta semana a esta comissão, pelo disparate de investimento, pois vai de 5,5 bilhões, a nível de receita, até 23,7 bilhões em 30 anos. Isso considerando as estimativas maiores. E o que verificamos é que dentro do escopo, e até fizemos esse questionamento ao Secretário Simon Pedro com relação ao objetivo, e S.Exa. manteve que a Prefeitura não tinha condições de se fazer a análise e a inclusão dessa questão da telegestão, onde você poderia dar um *upgrade*, e, volto a falar, em 23,7 bilhões, aumentando esse contrato e a receita da Prefeitura, que não pode ser desprezada. Estamos falando em mais de 23,7 bilhões, quando se imagina...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vereador, vou interromper V.Exa., porque aí gerou dúvidas entre os membros comissão: não entendi essas fontes de receitas.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Nos estudos de viabilidade que foram apresentados no chamamento que foi feito pela Prefeitura.

P – Sei, mas esses números, esses 23 bilhões em 30 anos, contam?

R – De receitas. Foi apresentado aqui nos estudos...

O SR. SECRETÁRIO – Posso comentar, Presidente? Eu acho que está havendo algum equívoco, baseado em alguma matéria dessas matérias de jornal.

Vou esclarecer de forma muito explícita.

A receita do contrato é 7 bilhões...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não, não...

O SR. SECRETÁRIO – Vereador, se permite, é o seguinte: acho que teve uma confusão, talvez na interpretação da mídia. Não existe isso que o Vereador está comentando. A receita prevista do contrato é da ordem de 7 bilhões de reais, que é muito simples de explicar. São 24 anos de Cosip a uma média de 300 milhões de reais. Ponto. Então essa receita de 20 bilhões de reais não existe.

O que aconteceu, e talvez possa ter causado um estranho? Acho que vale comentar.

Foi feito o chamamento; 40 empresas se cadastraram; 34 seguiram; foram entregues 11 grandes estudos. Desses 11, 10 são absolutamente consistentes. Eles dão receita na faixa de 7 bilhões ao longo de 24 anos, que é a receita da Cosip de hoje. Ou seja, não tem um centavo a mais do que a Prefeitura gasta com iluminação. Não vai ser necessário tirar dinheiro de nenhum outro lugar para fazer esse projeto, e eles são investimentos da ordem de dois a dois bilhões e meio, concentrados nos primeiros cinco anos. Teve um estudo que divergiu completamente dos outros dez porque previu, além da iluminação pública, todo um procedimento de infraestrutura, de enterramento de fios, que geraria uma despesa de mais 6 bilhões de reais, para a qual a Prefeitura não tem orçamento. Então, se eu quisesse acatar aquele estudo, eu teria que tirar dinheiro de outro lugar do orçamento, e a gente sabe que tirar dinheiro do orçamento já é difícil, e exigiria receitas acessórias, outras (Ininteligível), que não funciona. Então, baseado na matéria de jornal, o nobre Vereador está se baseando num estudo...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, quais receitas acessórias seriam possíveis? Quais as receitas acessórias que poderiam ser agregadas? Quais as receitas sugeridas nos estudos por uma empresa... tidas como receitas acessórias, que podem ou não ser agregadas na concessão? Quais são essas receitas, e as referências de valores.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só acrescentando: porque na realidade nós estamos falando daquele sistema das cidades inteligentes, porque toda essa questão de iluminação

pública, de gestão dessa questão de telegestão, hoje, no mundo inteiro, se vê essa coisa das cidades inteligentes. E aí congrega uma série de serviços complementares que esse projeto não permite. E conversando com o Secretário de Infraestrutura, ele disse: "Quem ganhar, se quiser agregar outros dados, como internet e outras coisas, como o Vereador Milton Leite mencionou, poderia ser solicitado após a celebração e a contratação". Era basicamente isso. Essa é a primeira questão.

O SR. SECRETÁRIO – Eu acho muito importante a gente esclarecer, porque, de fato, aqui existia, nessa interpretação, um risco muito grande para a cidade, para a Prefeitura, que foi afastado. O risco é que um dos estudos previa utilizar a PPP da iluminação como um grande projeto de infraestrutura. Só que o que estava implícito aí? Que a Prefeitura teria que gastar mais do que a Cosip. Ou seja, teria que achar espaço no orçamento, que é limitado. Eventualmente teria que pensar em outras coisas, tirar para botar lá. Segundo: previa que a concessionária iria explorar outras receitas, e a principal é aluguel de fibra ótica, e, com essas receitas, fechar a conta dele. Qual era o risco? Era que se ele não conseguisse vender esse produto, ele não iria terminar o projeto de iluminação pública.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, permita-me interromper V.Exa.

O objeto principal tem que ser ancorado pelo valor. Se é a (Ininteligível) da iluminação pública... Nem pode ser maior valor do que o objeto lançado. O objeto lançado é da ordem de 7,2 bilhões? Não posso ter receita acessória com valor que seja 30% dessa. Seriam complementares. Porque qualquer valor que supere 30-25% desse valor, que seria o aditamento possível, teria que ser uma nova concessão específica.

O SR. SECRETÁRIO – O senhor está perfeito, é exatamente isso.

P – Se isso me passou despercebido, o Secretário Simon Pedro não pode fazer uma concessão, uma parceria público-privado, com o objeto principal chamatório, lançado, e agregar um que o valor seja maior, de 25%. Então eu vejo como descartado. Com todo o respeito.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Eu gostaria até que as Notas Taquigráficas da...

O SR. SECRETÁRIO – E é exatamente isso. Acho que o projeto da discussão é com um escopo muito claro, como está definido ali. E nesse projeto claro não existe divergência dos números, como apontado por aquela matéria, que eu classifico como uma matéria feita de modo superficial. Os investimentos e receitas são muito alinhados entre todos os estudos.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Eu gostaria que as Notas Taquigráficas da audiência com o Secretário fossem fornecidas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Providencie que a Assessoria providencie as Notas Taquigráficas.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Porque no debate anterior foi levantada essa questão, e a resposta do Secretário foi a partir dessas observações.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Lamento, Vereador Nomura, mas o próprio site da Prefeitura... Até para que o debate seja estruturado, estamos discutindo aqui o interesse público. A Comissão tem intenção de discutir, mas com bases reais. Sobre a outra receita desse montante, se o Secretário Simão Pedro mencionou isso, vamos chamá-lo para esclarecimento, porque senão não é concessão desse serviço, é outra concessão. Acho que pode estar havendo alguma confusão.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Acho que, o que vai estar previsto no contrato é: qualquer tentativa que o concessionário faça de algo fora do contrato, ele tem que voltar e discutir; ele não tem direito, não está na sua conta.

P – Não contempla o objeto da concessão.

R – Não contempla o objeto da concessão.

P – Não pode.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Pediria, então, que sejam preparadas as Notas Taquigráficas o mais rápido possível para que possamos chamar o Secretário novamente a fim de dirimirmos essa questão, porque isso foi o fulcro. O próprio Secretário declarou aqui...

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Se me permitem, olhando os materiais que estão publicados, fica claro. Acho que talvez seja uma questão de interpretação. Basta olhar o edital, o chamamento e a proposta de contrato.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Entendo, Secretário. Vamos olhar as Notas Taquigráficas até para esclarecimento, mas não é possível a execução; seria judicializada na primeira esquina, não ficaria de pé algo dessa envergadura. Se o Secretário Simão Pedro mencionou qualquer coisa do tipo, entendo não como um erro, mas como um equívoco na sua forma de se expressar. Não me ative a esses valores, a esses números, a essa monta.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sim, isso foi levantado.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Esses números constam de uma matéria de jornal. É só isso.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Isso foi levantado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vereador Nomura, acho que assiste razão nesse ponto, porque o objeto que estamos discutindo dá conta de cerca de 7,3 bilhões. Há de se apurar no leilão. Torço para que seja menor, mas...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sim, receitas acessórias. Exatamente, está ali.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, o Conselho Gestor faculta a exploração de receita independente, modelo PPP. Isso vamos discutir; está na ata do Conselho Gestor. A minha assessoria estava me lembrando disto: aqui ele menciona, sim, as receitas acessórias.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Exatamente o que comentei antes. Isso aqui significa que receitas acessórias não fazem parte. Não podemos ter um desenho, como o Vereador Aurélio Nomura estava comentando. Qualquer coisa que ele queira fazer a mais, ele está proibido, a não ser que seja autorizado. Isso não faz parte da compra.

P – A ata do Conselho está autorizando, Secretário.

R – Essa é uma ata intermediária. Pode ver a ata final, não está autorizando.

P – Na final, não tem mais?

R – Não, como eu falei, não está pré-autorizado absolutamente nada. Se ele quiser explorar qualquer coisa... O concessionário é uma empresa, se ele quiser fazer qualquer coisa diferente do objeto, ele não pode, a não ser que seja autorizado. O que acho que permite confusão é que, com base nessa matéria, existiu um estudo, que foi descartado, Vereador, em que a receita acessória chegava a 300 milhões por ano, ou seja, mais que o dobro do valor e exatamente para afastar esse estudo é que foi feita essa ata. Acho que um bom entendimento é este: exatamente para afastar a necessidade de receita acessória do contrato é que se falou que não pode haver receita acessória, a não ser com autorização.

P – Secretário, mas quando abrimos a possibilidade de receitas acessórias, fica aberta a válvula.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Quanto aos números, tenho uma discussão com o Vereador Nomura, mas, por enquanto, não há outra ata revogando essa ata, pelo menos que esteja disponibilizada. Por isso, haverá necessidade de um novo debate.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Podemos fazer um novo debate, mas sugiro olhar na minuta do contrato do edital que regula as limitações de receita acessória. O que posso garantir é que, justamente, para que receitas acessórias não desbalanceasse o contrato positiva nem negativamente, elas foram tiradas. Ora, uma empresa, se ela quiser fazer um serviço privado e vender para outro privado, nem isso ela pode.

P – Ela, com base nas fontes de receitas, é uma prestadora, uma empresa específica que executará um contrato de concessão, uma Parceria Público-Privada com o objeto definido. Agora, se o senhor diz que no contrato está afastada e foi disponibilizado ontem...

R – Mediante aprovação. Isso.

P – Tudo bem, mas, quando o senhor coloca “mediante aprovação”, aí entendo que

devamos limitar, senão entendo como uma válvula jurídica perigosa, porque pode suscitar dúvida e inclusive judicializar o contrato, porque, se eu estou dando a possibilidade de, no futuro, e não está dimensionado, eu tenho que esclarecer isso, qual é o componente que o senhor vai autorizar; senão, se o senhor está autorizando por contrato uma receita não mencionada e não dimensionada. E que receita acessória é essa? Então, eu acho que ela tem que ser afastada até mesmo do objeto claramente declarado.

Entendo, Secretário, que devemos tomar cuidado inclusive contra a judicialização, porque ela consta na última ata do Conselho Gestor disponibilizada, e constar do contrato essa válvula e não mencionar o valor é uma falha, eu diria, estrutural da minuta de contrato. Ela tem que estar planilhada ou pelo menos sua tese de gestão prevista. Acho que ela deve ser afastada e qualquer outra que o senhor mencione deve estar claramente dita ao contribuinte o que ele leva de vantagem e o que o interesse público invoca nessa abertura, qual é o interesse público em abrir essa receita acessória, como será contemplada a redução de energia. É isso que queremos ver, Secretário, em cima desses 7,3 bilhões.

R – Novamente, o que está no contrato tem previsão legal; inclusive foi consultada a PGM sobre receita acessória. Toda preocupação foi justamente fazer um conceito simples e que não caísse no erro que aquela matéria de jornal comete, de querer ter uma receita acessória que vai ser 50% ou 100% do objeto principal; isso não faria sentido nenhum. Então, acho que pode ser discutido isso depois em profundidade, mas posso dizer que foi consultada a PGM, está na previsão legal das leis das PPPs. Ele não é um fator relevante dentro da discussão e podemos seguir a discussão; não é algo necessário para a PPP. O risco seria de que a iluminação pública ficasse dependente de uma receita do qual não temos controle, porque aí o concessionário não consegue a receita e, então, ou ele para a iluminação pública ou pede para a Prefeitura completar, e isso não aceitamos.

P – O que restou saber é o seguinte: a fonte de receita da Prefeitura é a Cosip e a eventual redução de energia. Essas são as fontes de receita que o senhor mencionou aqui; não conhecemos outra fonte de receita para financiar esse contrato, que não consigo dimensionar ainda, porque o acesso pequeno, nessa eventual redução de energia, o seu impacto no contrato, de que tamanho é, o seu significado no contrato, porque uma coisa é dizer o quanto se vai reduzir de energia, qual é o custo da energia. A redução é relativa, posso reduzir aqui, mas, se o aumento recai sobre a Cidade como um todo, resume em quilovatt-hora (kWh). Isso é uma coisa, mas o custo dessa energia é que tenho que saber o quanto é.

Essa é a questão, Secretário. Senão, se vai começar a subir a conta, para onde vamos? Se a energia vai lá em cima, a concessão vira um ótimo negócio nessa crise que em que já estamos. Secretário, esse dimensionamento, com base no projeto básico que o Vereador Nomura mencionou, aquele que tem que estar previsto... E chamo a atenção para a questão ambiental, que não está sendo cumprida; vocês não estão cumprindo a lei quando ela menciona os impactos ambientais. Não há estudo disso, e o edital não pode ser lançado; tem que ser feito um estudo, porque há uma mudança e há impacto, principalmente nas regiões de mananciais e APPs. Hoje, qual é o impacto dessa mudança, Secretário? Até porque teríamos que passar em cima de lâmpadas. Qual o impacto que teríamos dentro da luminária? Precisamos ter tudo isso estudado. Tivemos que parar a construção da obra porque havia um ninho de passarinho. Então, precisamos ver o que é e a forma como vamos fazer, Secretário.

Tem a palavra o Vereador Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só para complementar. A Lei Municipal 14.517/07, que assinamos em relação à PPP, estabelece no seu artigo 7º que “a remuneração do contratado, observada a natureza jurídica do instituto escolhido para viabilizar a parceria, poderá ser feita mediante a utilização isolada ou combinada das seguintes alternativas: (...)VII - outras receitas alternativas, complementares, acessórias, ou de projetos associados, com informação ao Poder Legislativo de sua composição e origem”.

Apenas para deixar claro, Presidente, que existe essa previsão e, quando o Secretário Pedro Simão esteve aqui, disse o que está sendo afirmado na própria lei. Só para deixar carimbado.

Agora, outra questão que queria levantar é que, na realidade, conforme até uma manifestação de pessoas do setor, especificamente a CPFL Energia, por meio de seu Diretor de Energia, Sr. Paulo Bombassaro, afirmou que o diferencial desse negócio é o serviço e não a lâmpada. Se formos analisar exatamente com é feita essa questão da cobrança, percebemos que a legislação fala de um fluxo luminoso de no mínimo 30 lúmens. Vamos supor, então, que comecem a ligar às seis horas da tarde; mesmo havendo luminosidade suficiente, tem que ser ligado em 30 lúmens. Às 2h, meia-noite, às 6h, quando é apagado, tem que estar em 30 lúmens. Só que acontece o seguinte, Secretário, isso nunca foi avaliado na nossa cidade. Essa é a primeira questão.

Outra questão é que, na madrugada, não há necessidade de se colocar iluminação máxima prevista, de 30 lúmens; às 3h e em alguns lugares, também não há necessidade de se colocar a iluminação máxima. Verificamos então, que o que se paga em São Paulo é em cima do ponto e não propriamente em cima do volume, porque ele, confrontado com a questão do tempo para fins de faturamento de energia, destina também um volume de horas que acho totalmente equivocado. De acordo com o artigo 24 da Resolução 414/10, da ANEEL, "para fins de faturamento da energia elétrica destinada à iluminação pública ou à iluminação e às internas de condomínios, o tempo a ser considerado para consumo diário deve ser de 11 (onze) horas e 52 (cinquenta e dois) minutos". E isso, como temos visto, não acontece. Não conheço lugar nenhum da nossa cidade que fica iluminado por quase 12 horas ou, mais especificamente, por 11 horas e 52 minutos.

Então, para resolvermos essa questão, não importa a alteração da lâmpada, mas discutirmos a questão da normatização que se apresenta hoje no nosso país.

Um dado interessante de 30 de setembro de 2014: as lâmpadas de LED ficaram 50% mais baratas no segundo semestre. Informo isso para que o Presidente tenha noção. Por isso, até aqueles estudos prévios que foram feitos e encaminhados à Prefeitura têm que ser reavaliados, mesmo porque já houve uma redução com relação a essa questão do custo.

Gostaria, então, de ouvir preliminarmente sobre essas questões.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Não sei se entendi exatamente a pergunta, mas, do ponto de vista técnico, não sou a melhor pessoa para responder sobre o lúmen e os watts do sistema de iluminação que hoje são geridos na Cidade. O que se está tentando fazer é um contrato que melhore a Cidade. Tenho confiança de que...

P – Não, mas não é o contrato, Secretário, são as normas que constam hoje.

R – Se V.Exa. me permite terminar, por que esse contrato vai melhorar o serviço? Por exemplo, porque vamos saber, ponto a ponto, se ele está aceso ou não e com que potência. Por exemplo, vamos saber se ele está com a luminosidade máxima ou menor, porque teremos o controle, já que é um equipamento eletrônico.

P – Secretário...?

R – Agora, que o sistema atual tem suas limitações, imagino que sim. Sou Secretário de Finanças, não sei julgar. Podemos continuar novamente no sistema a atual.

P – Não, não, o que estou querendo dizer é o seguinte: a ANEEL determina, faz essas observações de que precisa mudar a legislação, porque não adianta modernizarmos o parque de iluminação pública da Cidade se não alterarmos essas normas. É isso que estou querendo dizer.

R – Permita-me dizer que eu acho que adianta. Primeiramente, o Município não tem jurisprudência sobre uma agência reguladora nacional de energia elétrica. Agora, o que prevê o contrato, e isso só é possível na nova tecnologia, é que, o que é determinado de lâmpada acesa pela agência – logo, não cabe à Prefeitura –, seja cumprido. Como saber? Porque, com o equipamento eletrônico, conseguimos saber se está aceso por 11 horas e 52 minutos.

P – E a economia, não estamos trabalhando para economizar também? V.Exa. não falou o que estamos economizando, pois, além da eficiência, busca-se a redução de gastos.

R – Mas, Vereador, somos obrigados a seguir as determinações federais. Podemos descumprir, mas não acho que seja o caso disso. Poderíamos, e acho louvável, abrir uma discussão com a ANEEL sobre qual é o padrão, porém, cabe-nos seguir a lei. Se ela exige que

sejam 11 horas, vamos contratar por 11 horas.

P – Então, aí que acho uma incongruência, porque, se não há necessidade de 11 horas, quase 12 horas, e não há necessidade também dessa questão do fluxo luminoso de 30 lúmens, não vamos resolver nada; não adianta mudar a lâmpada que vamos pagar a mesma coisa. É isso que estou querendo dizer.

R – Acho que está errada essa afirmação. Iremos pagar muito menos porque a tecnologia economiza energia. Agora, não sei qual é a incongruência em seguir as determinações técnicas. Não podemos desrespeitar as determinações técnicas do Poder Executivo.

P – Podemos travar aqui um debate técnico, porque estamos falando que há necessidade de haver um plano diretor de iluminação pública na Cidade, porque, a partir daí, estaremos discutindo essas questões, que não estão sendo discutidas e não foram discutidas em lugar nenhum, pelo que sei.

R – As determinações da ANEEI realmente não foram discutidas. Acho que, se vamos fazer um contrato, o mínimo que temos fazer é garantir que o concessionário siga as leis. Se eu der a discricionariedade para ele, de cumprimento da ANEEI, me parecerá um pouco estranho. Não entendo...

- Falas simultâneas.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Mas, se estamos usando uma tecnologia mais eficiente, ainda vamos ficar com a iluminação de 12 horas; vamos colocar um fluxo luminoso cuja necessidade não é de 30 lúmens. Quer dizer, que incongruência é essa? Sendo que vamos pagar por isso, pelo desperdício de energia na iluminação pública de São Paulo. É isso que estou querendo dizer. Estou trabalhando pela economia, assim como V.Exa., que enalteceu a redução de valores, do custo e da melhoria da iluminação. Só estou complementando. Agora, estou vendo que sequer existe margem para essa questão.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Desrespeitar os critérios técnicos da ANEEI, de fato, não passa pela nossa ideia.

P – Isso foi implantado antes do LED, uma tecnologia mais avançada de eficiência energética. Ainda assim, vamos continuar no tempo da onça. É isso o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Registro a presença dos nobres Vereadores Abou Anni, Jair Tatto e Adilson Amadeu.

Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Serão três perguntas, porque já elucidei muitas dúvidas por meio das perguntas dos demais Srs. Vereadores.

É sabido que a luz das lâmpadas de LED some quando há neblina. No projeto, existe alguma questão específica para a área de mananciais, já que lá há muito esse problema de neblina, ou o projeto é uniforme, para a Cidade inteira?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Não sou a melhor pessoa para responder sobre critérios técnicos de influência de neblina, não.

P – Em relação à duração da lâmpada de LED, Secretário, tem-se falado em 12 anos, mas isso é laboratorial, e o fabricante normalmente dá garantia de cinco anos. Segundo o que pesquisamos em outras cidades do mundo, nenhuma passou esse tempo sem fazer a troca. Existe uma correlação com a compatibilização do prazo de garantia, de 12 anos, com a do fabricante ou também é uma questão técnica?

R – Essa é uma pergunta excelente e muito importante. O Poder Público não está comprando lâmpadas, está comprando o serviço. Então, se o LED durar seis anos e tiver que ser trocado, ele troca; se tiver que trocar cinco vezes o LED, isso estará na previsão contratual. Ele tem que fornecer a iluminação nos níveis adequados, segundo as legislações vigentes, durante 24 anos. Se o seu LED durar 15 anos, ótimo, mas, se durar cinco, o risco é dele, pois estamos contratando o serviço.

P – Nessa mesma linha, Secretário, pergunto se as lâmpadas boas que serão substituídas vão então ficar com a concessionária.

R – Há um cronograma de implantação de cinco anos, porque é impossível mudar a

Cidade, quase 600 mil pontos, tão rapidamente. Como as lâmpadas atuais duram dois, três anos, elas serão usadas durante o processo de modernização. Exemplo: se um bairro que foi modernizado recentemente tiver uma lâmpada antiga ainda boa, essa vai ser colocada num local onde a lâmpada atual está velha enquanto o LED não chegar. Há um cronograma de cinco anos para ser reaproveitada, e os equipamentos que não forem utilizados serão devolvidos ao Ilume.

P – Para concluir, Secretário, apesar de V.Exa. ter comentado, não consegui entender bem: no projeto existem dois cronogramas, um de substituição e outro de instalação de energia onde ainda não é provido. É um problema grande, principalmente para a periferia, onde há muitas ruas sem iluminação. Essas ruas correm o risco de serem prejudicadas em detrimento das substituições?

R – Não, de forma alguma. Hoje já existe uma operação de manutenção e ampliação na Prefeitura; quando se encerrar, vai ser substituída por um novo contratado, que tem que ampliar e modernizar em paralelo, seguindo um cronograma, diria, bastante ambicioso de instalação. Já adianto que a discussão do onde não é em relação ao centro expandido, vai estar disseminado pela Cidade. O que o edital indica é que seja feito primeiramente nas principais vias, para depois chegar a toda a Cidade; então, todas as avenidas da zona Sul, e depois privilegia-se o miolo dos bairros.

P – Não corremos, então, o risco de, por conta da substituição, perder o prazo de instalação para novos locais que ainda não são atendidos pela energia pública?

R – Não, não existe.

P – Obrigado, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o nobre Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Bom dia, Secretário. A minha pergunta é a seguinte: vamos trocar milhares de lâmpadas, não é isso? Quantas são?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – O parque atual é de 580 e poucos mil pontos de iluminação.

P – O que vamos fazer com elas?

R – As luminárias atuais têm duração máxima de dois anos; então, elas serão utilizadas durante o período de integração. Por exemplo, no primeiro ano, que é um ano de instalação mais limitada, troca-se 10% da rede, ou seja, sobraram 10% de luminárias que foram utilizadas. Se elas tiverem boas, elas podem ser imediatamente substituídas onde há luminárias antigas enquanto não chegar a nova tecnologia. Se não, ela vai ser vendida e devolvida ao Ilume e vendida.

P – Mas, Secretário, já há um estudo a respeito disso? Porque isso custou muito dinheiro para a população, que pagou por isso. Vamos tirar uma lâmpada boa.

R – Novamente, a duração das lâmpadas é de dois anos. Então, não vamos tirar lâmpada boa, vamos tirar principalmente lâmpadas que já têm que ser trocadas. A diferença é que hoje operamos o parque com um sistema no qual vamos deixar de comprar, porque a rotatividade do sistema atual é muito alta. Como as lâmpadas vão ser instaladas em cinco anos, na verdade, na hora que tiverem que ser trocadas, serão trocadas por uma lâmpada que vai durar doze anos. Essa troca é de absoluta economia para a Cidade.

P – Muito bem. O estudo que há sobre esse cenário de reconstrução de iluminação aponta que todo esse sistema é nosso ou vem de fora?

R – A pergunta é o estudo ou o sistema? Não sei se entendi.

P – O sistema todo, a montagem. Alguém fala que vai trazer peças de fora e elas vão ser montadas aqui. Talvez a empresa que ganhar essa licitação. Quem se preparou para isso, apresentou um projeto foi a GE. Não é isso?

R – A manifestação de interesse inicial foi da GE nos meados do ano passado. Em setembro do ano passado foi feito um chamamento público, no qual 40 empresas se inscreveram, dentre elas todas as grandes do setor. Empresas como a Philips, Unicoba, Osram se envolveram e cada uma está fazendo seu plano. Se a empresa vai montar aqui ou lá e

trazer, isso não é diferente do que acontece hoje: a Prefeitura tem suas lâmpadas. Isso vai depender da decisão do concessionário, da forma como ele vai operar.

P – Esse é o alerta que faço à Comissão da qual faço parte: acompanhar para saber se vem de fora, se vai, por exemplo, ser feita uma montagem no Tocantins para vir para São Paulo. Quero saber de que maneira ela vai chegar até aqui, o custo. A minha análise é saber o custo caso ela venha de fora e seja montada aqui e que custo será esse. Será que não temos esse material aqui para implantar imediatamente? É apenas uma observação, pois, no decorrer do processo, vamos acompanhar e teremos informações.

Portanto, só queria saber do Secretário essa questão, pois, como V.Exa. está certo de que essa é a melhor maneira e está atendendo da melhor forma os Vereadores desta Comissão, é algo que vamos explorar um pouco mais, pois é nosso interesse também.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Perfeito. Eu acho uma ótima pergunta para esclarecer a diferença desse contrato. Nós, no momento em que fizemos o leilão, vamos licitar o serviço. Vamos dizer que o serviço saiu por 280 milhões de reais/ano. O custo da lâmpada passa a ser responsabilidade dele. Então, ele sabe - e vai ser do interesse dele dar o melhor lance possível - do custo. Se ele vai importar ou abrir uma fábrica em São Paulo ou trazer de Manaus, é uma decisão dele. Se a lâmpada dele ficar mais cara é uma responsabilidade dele. Não fala com a Prefeitura. Por isso a mudança da contratação. Nós estamos contratando serviços e não, equipamentos.

O SR. ADILSON AMADEU – Muito bem.

Obrigado, Secretário.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, restam algumas dúvidas que precisamos tirar.

O Vereador Adilson colocou com relação à empresa General Eletric que tem interesse em fornecer lâmpadas. Lâmpadas e luminárias ou só lâmpadas?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Iluminação pública.

O concessionário que ganhar será responsável por tudo, do suporte, da iluminação...

P – Mas o senhor não dá o modelo? Não é a gestão pública que determina o modelo? Porque eu posso ter um modelo que custa, dos valores estimados, do modelo que o Sr. Prefeito lançou e que tem na 23 de maio – o único conhecido -, custa na ordem de R\$ 1.241,00. Nós achamos caro pelo volume contrato. Achamos absurdamente caro. Essa é a questão. Essa é uma componente caríssima. É essa avaliação que eu pergunto ao senhor. Isso foi feito na formação de preço base para que a Prefeitura tenha as referências?

Como eu não li o processo, eu me permito sempre dizer o seguinte – eu vou ler, vou proceder à leitura, porque chegou ontem e não é possível 29 volumes – então, quero saber, lá constam os valores de preços bases de modelos? (Pausa) Então, tá.

R – Incluindo estudos complementados do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, com o qual foi feita a parceria. Vale citar, que foi feita essa parceria com o BID, que acompanha projetos como esse ao redor do mundo, justamente para nos dar subsídios para podermos confrontar os 11 estudos técnicos que foram entregues.

P – Secretário, muito se fala da empresa General Eletric aqui. Consta que ela tem uma gestão política empresarial forte. Indago de V.Exa.: o senhor recebeu os representantes da General Eletric na Prefeitura?

R – Recebi. E recebi todos os que me pediram audiência. Inclusive, acho que, pelo menos, três ou quatro dos envolvidos. Entendo que é um processo absolutamente natural na formação do projeto.

P – Não, Secretário. Essas reuniões todas constam das atas dos processos? O senhor recebeu essas atas lá?

R – Constam da minha agenda.

P – Não. É porque a lei manda que os Presidentes dos Conselhos Gestores é que façam isso.

R – Eu não sou Presidente do Conselho Gestor.

P – Pois é. Essa atividade de receber só caberia ao Presidente do Conselho Gestor, segundo a Lei de Concessões. Ela é muito clara: toda gestão em contrato... por isso que eu perguntei. O senhor disse que recebeu e fez essa gestão. Então, aí, nós temos um problema, porque as atividades, segundo diz a Lei 14.517, é de função específica do Presidente do conselho Gestor, e o senhor está dizendo que recebeu as empresas para cuidar disso.

R – Não, desculpe-me, Vereador, acho que vale um esclarecimento. Como Secretário de Finanças, como dever de ofício, me envolvo em todos os projetos que tenham quantidade de recursos significativos.

Quando surgiu a hipótese de se fazer um estudo de iluminação pública, é, obviamente, responsabilidade do Secretário entender se aquilo faz sentido ser progredido como estudo ou não. Você precisa entender as condições. Para isso, você conversa com a sociedade de forma aberta.

Uma vez definido o processo, e o processo se inicia no começo da MIP, a partir daí, não tenho mais envolvimento sobre isso, e se deu ampla divulgação.

P – Eu entendi, Secretário. Mas não seria, neste momento, pela estrutura que está aqui, da Lei... ela não tem previsão legal para essa atividade do senhor. Ela diz: “caberá à Secretaria do Governo executar as atividades operacionais e de coordenação das parcerias público-privado, bem como assessorará o Conselho Gestor ora instituídos, divulgando os conceitos de modalidades de próprios de contratos de parcerias”.

Até aí eu superaria isso – ainda que não fosse atividade do senhor.

R – Desculpa, eu tenho que discordar é absolutamente atividade minha.

P – Não está prevista em lei.

R – Se envolver nos projetos de despesas da Prefeitura.

P – Mas não é previsto em lei, Secretário.

R – Está previsto na lei, na Secretaria de Finanças.

O SR. PAULO FIORILO – Para esclarecer: eu estou entendendo que a Lei das Parcerias Público-Privadas estabelece um...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – um rito.

O SR. PAULO FIORILO – Rito. Agora, eu entendi do Secretário - me corrija, se eu estiver errado -, que ele dialogou com empresas antes do processo...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – do processo ser instalado.

O SR. PAULO FIORILO – Eu só queria ter certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Foi isso. Dialogou com o mercado antes. A pergunta é: da agenda do senhor não é problema que estivesse. Como o senhor colocou, e a lei também manda que se dê publicidade, foram feitas atas dessas reuniões com a General Elétric, então, ‘reunião no Gabinete do Secretário de Finanças. Presentes as empresas: General Elétric, Secretário de Finanças, Assessor Jurídico, vamos discutir qual a pauta, isso para formatar’. Essas atas dessas reuniões existem? Porque nós queremos entender o caráter embrionário da concepção, como é que nós chegamos nessa formatação. Para entender isso, precisamos entender os passos que foram dados e por quem.

Agora, o senhor está dizendo que o senhor fez, apesar de não estar previsto em lei. Eu só queria ter acesso a essas atas de reunião. O senhor fez e é um ente público, não é de direito privado, então, tem que ter uma ata de reunião. O senhor admitiu aqui que recebeu a General Elétric, ótimo. Eu queria entender a ata dela e das outras, porque vamos imaginar o seguinte: o Sr. Secretário de Finanças pode receber as empresas. Muito bem. Não vejo problema. O interesse público está acima disso.

Mas, vamos imaginar que o senhor, por uma obra de Deus, depois de receber todas as empresas, Deus lhe chama, como pode me chamar. Não pode ficar na agenda do senhor só, como recebi a empresa. Tem que ter um processo público de quem faça a gestão, e, por isso, ele é previsto em lei. Ao ente público não lhe compete nenhuma função que não seja a constada nos atos todas as atividades. Nós chamamos o senhor aqui e botamos nos

atos as Notas Taquigráficas. O senhor não tem Notas Taquigráficas, mas tem que existir uma ata de reunião que funda a atividade do senhor. Apesar de não previsto em lei, na fase pré-inicial do contrato, houve as reuniões – o senhor aqui admitiu –, e nós gostaríamos desses resumos dessas reuniões – que é que houve atas. Se não houve, fica prejudicado.

Essa é a pergunta: houve atas? O senhor disse que recebeu várias empresas para formatar e para conhecer o mercado. Não era atividade do senhor. Esta a pergunta: existem essas atas, Secretário?

R – Eu discordo do fundamento. Não sei exatamente aonde o Vereador quer chegar, mas reforço: é minha responsabilidade funcional lidar com todos os temas de finanças da Prefeitura. Em qualquer projeto que envolva bilhões de reais, o Secretário de Finanças precisa se envolver.

P – Só...

R – Permitiria eu desenvolver o raciocínio? A minha agenda é pública. Eu recebi diversas empresas envolvidas: três ou quatro. A discussão foi: existe interesse do Município em perseguir essa parceria? Uma vez entendido o contexto, sim. Existe. Vamos iniciar um processo formal. Inicia-se com a MIP. A MIP foi protocolada, se tem o maior chamamento público competitivo da história desse Município, com 40 empresas, 33 cadastradas, e nós seguimos.

Normalmente, Vereador, eu não sei se o senhor faz atas de todas as suas reuniões, posso até questionar os procedimentos jurídicos.

A agenda é pública, o objetivo da reunião foi essa, assim como o das outras empresas que procuraram.

Essa é a minha resposta.

P – Secretário, *permissa venia*, o respeito que tenho a V.Exa., mas não é o que diz a lei. Ela é muito clara. Tem até o regimento interno previsto aqui para o Conselho Gestor, das atividades que o senhor pode fazer, tudo o que o senhor fez.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, o senhor faz referência a uma lei que é da PPP, e nós estamos dialogando sobre o papel do Secretário em receber ou em dialogar com empresas que foram apresentar sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Pode.

O SR. PAULO FIORILO – É que, nesse caso, não tem uma lei dizendo que tem que fazer ata. Aliás, eu fui Secretário da Administração, atendi várias empresas, e não tem lei que diga que eu faça ata. Tem na PPP. Aí, sim.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Pois é, Vereador.

O SR. PAULO FIORILO – Não, mas na PPP. Por isso que eu perguntei ao Secretário. Secretário, o senhor atendeu durante ou antes? Ele disse antes. Bom, então, antes não tem ata, não tem nem lei.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vereador, como é que o senhor consegue... vamos imaginar a seguinte hipótese: ele preparou todo esse material e fez as reuniões com as empresas. Fez 10 ou 30 reuniões. Eu entendo como legítimas. Ele morre. Deus lhe chama. Como é que ficam todos os estudos? Ele é pago com o dinheiro público.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Não havia estudo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Espere aí, Secretário, estou com a palavra agora. O senhor está exercendo uma atividade pública que tem que ficar registrada.

Ele está preparando um estudo que envolve bilhões, recebe empresas interessadas, para formatar, para dar os passos iniciais, para iniciar os estudos preliminares, precedentes à PPP. Ele põe até no objeto: recebidas as empresas "a", "b", "c", não importa a empresa que ele recebeu.

Faz-se uma ata preliminar, dizendo: registrei os atos, porque se eu morrer amanhã, o próximo que vier, vai continuar meus trabalhos. Ele vai dar a sequência ao meu trabalho, no mesmo propósito do interesse público que o Secretário chamou.

Eu não estou dizendo que ele não deva fazê-lo.

Nos atos, no que prevê a lei, tudo bem. Eu não vejo problema algum. Eu queria

entender.

Por que, Secretário, eu falo isso? Porque o modelo que V.Exa. aqui preconiza está formatado numa direção. Eu queria entender a lógica como o senhor começou. O senhor não é especializado em energia. O senhor respondeu ao Vereador Ricardo Nunes e Adilson Amadeu: “não sou especialista técnico em energia”.

Ora, se o senhor não é, primeiro, nós teríamos que ter o embrionário da Secretaria de Serviços e Obras para que o senhor adentrasse no processo. Daí a pergunta.

Nós fizemos uma inversão de posições. O Secretário de Finanças entrou em um negócio, quando a função dessa preliminar seria do Secretário de Serviços e Obras, dizendo: “Secretário de Finanças, eu fiz 10 reuniões com as empresas, tem interesse, e o senhor, agora, prossiga”.

Eu acho que o senhor pode fazer todas as reuniões que o senhor fez – e deveria fazer até mais – só que em minha opinião modesta – eu queria entender, porque não, o Secretário de Serviços e Obras e, sim, o senhor falar com as empresas. É isso que não entendi como foi formatado. Era essa só a dúvida.

E por que não ficou registrado nos autos as reuniões de um ente público. E o ente público não fala. Ele escreve e mantém nos registros tudo o que faz, principalmente, a atividade envolvendo milhões. Eu entendo - e aí respeito a posição de V.Exa. -, mas *permissa venia* discordar, entendo que toda essa atividade - que o senhor disse que fez com as empresas - caberia sim ao Secretário, mas de Serviços e de Obras, porque é ele que tem os técnicos e pode dizer: ‘nós vamos fazer isso’. Fase preliminar: ele passa os estudos e diz: ‘Secretário de Finanças, agora, finanças é com o senhor. Eu estou de acordo. Chame as empresas novamente, e o senhor tire as dúvidas.’

O que suscita dúvida na coisa pública é quando há uma inversão de valores, uma inversão de posições.

Eu não duvido de nenhuma conduta do senhor. É que começa a suscitar dúvidas por que é que foi feito isso e não assim, quando existe uma formatação prevista para iniciar, era só essa dúvida, Secretário.

Tem a palavra o Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, é que aqui, parece-me que o problema não é da ata, se teve ou não teve. Até porque eu entendi, Sr. Presidente, que o Secretário disse que não foram reuniões para tratar do objeto. Então, aqui caberia uma pergunta ao Secretário, se o senhor me permitir: Secretário, quantas empresas o senhor atendeu e quais foram os temas tratados. Não tem ata. Ah, atendi essa, essa e essa, que vieram propor coisa. Depois, daí. Aí, é o processo regido pela lei etcetera e tal. Porque eu estou entendendo que – o senhor pode explicar – não dialogou e não tratou sobre tema preliminar, texto preliminar, nada preliminar, tratou de uma ideia que poderia ou não ser discutida posteriormente a partir da lei. Então, a minha pergunta ao Secretário é outra: quais foram as empresas atendidas e o objeto do diálogo. Porque, quem sabe, nós vamos dirimir as dúvidas do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não. Eu não entendi a lógica só. Só isso.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Eu explico a lógica, Vereador, fico até é importante. Eu atendi todas que me pediram, que foram quatro dos consórcios que me pediram audiências.

P – Consórcios, Secretário?

R – As propostas foram apresentadas em consórcios.

P – Já tinha consórcios antes de o senhor começar?

R – Hoje eu estou dizendo que dos 11 consórcios apresentados, quatro me pediram audiências.

P – eu queria entender isso.

R – Posso?

P – Pois não, Secretário.

R – É absolutamente de escopo do Secretário de Finanças ver a viabilidade inicial

de qualquer projeto. Vamos dizer que surja um empresário e me diga que tem um projeto fantástico. É um projeto importante para a cidade. Eu quero fazer uma PPP de enterramento de fios e preciso de 10 bilhões de reais de dinheiro dos cofres públicos nos próximos cinco anos.

O que o Secretário de Finanças vai se manifestar logo no início do processo?

Não existe viabilidade econômica para isso.

Então, você gastar energia e discussão em um tema que sabe ou não que terá continuidade é absolutamente fundamental.

Quando as empresas, depois de discussões com a Secretaria de Serviços, dizem: 'temos um projeto que tem viabilidade econômica', faz sentido para a Administração ir para a frente? Acho que é uma resposta que o Secretário de Finanças, se não der, eu diria que não está cumprindo o seu papel. O objeto dessas conversas é: vamos em frente com essa manifestação ou não. Ninguém está discutindo o projeto.

P – Secretário, eu quero interromper V.Exa. porque, na medida em que vai externando, começam a ficar mais complexas vossas respostas. Concedo sempre o direito de o senhor interromper para que não continue, eventualmente, cometendo equívocos.

Como pode um Secretário, qualquer deles, não o senhor, dizer: eu vou ver o que é de interesse público e chamar, sem a primeira formação técnica daquilo que eu quero? Está bom. Eu chamo a empresa "a", "b" ou "c" para tratar de postes de ouro na cidade de São Paulo, mas eu preciso ver a viabilidade técnica e o quanto é isso, para depois o senhor entrar. O senhor precisa, primeiro, ter uma referência técnica, para depois entrar as finanças.

Olha, os parâmetros técnicos são esses, agora, vou ver se isso é viável. Acho que cabe esse papel. Mas não inicial.

O senhor chama uma empresa e diz: eu quero discutir a eletricidade – que é o caso em tela. Mas qual a referência técnica se o Secretário da Pasta não falou?

Então, é essa só a minha dúvida.

Entendo que caiba ao senhor fazer esse contato público, em conjunto até com o Secretário de cada Pasta, em tese, o Secretário de Serviços e Obras, mas nunca sozinho. Chame as empresas e ele, porque ele poderia dirimir as dúvidas técnicas, e não o senhor isoladamente, com todo o respeito. Eu não faria essa reunião, se fosse o Secretário de Finanças. Agora, o senhor sozinho discutir com uma empresa altamente especializada como a GE – e se ela, eventualmente, ganha a licitação, pode suscitar dúvidas quanto ao processo porque não estava presente a parte técnica, o Sr. Secretário de SSO, acompanhados dos técnicos.

O senhor poderia ter feito tudo o que o senhor fez e mais, no interesse público que o senhor está mencionando. Eu acho que o senhor foi revestido de uma boa intenção tamanha – e é natural que isso ocorra – que pode ter cometido um equívoco de cronologia e não registro. Isso não é nada que seja errado. É que para fora, para a sociedade e para o Poder Fiscalizador, isso pode... alguns ficam telefonando no meu Gabinete e dizendo: 'O Secretário fez reunião lá para tratar sobre energia'; 'Sr. Vereador, o senhor tem que perguntar o que aconteceu lá, não deveria estar o outro?'. Eu não sabia disso Secretário. O senhor admitiu aqui publicamente porque é uma pessoa honesta. Eu respeito a posição do senhor.

Nós voltaremos a tratar desse tema, Secretário. Vou encerrar a fala com o senhor, respeitando a sua posição, mas sempre terá a palavra, por favor.

R – Agradeço. E agradeço a preocupação. E reforço: encontrei pelo menos quatro empresas, então, eventualmente, uma das quatro pode ganhar a licitação, sim.

Não temos, absolutamente, nada a esconder. Essa é a discussão. Os processos foram os mais abertos possíveis. Os estudos foram entregues e estão disponibilizados. A mídia está acompanhando o processo há mais de um ano.

Acho que é legítimo perguntar, e tenho muita tranquilidade...

P – O Poder Fiscalizador, Secretário, desculpe-me, não é a mídia, somos nós.

R – O Tribunal de Contas também.

P – Ele é um órgão de auxílio nosso. O Tribunal de Contas é um órgão de auxílio desta Casa, que está a serviço desta Casa e, em particular, desta Comissão.

A mídia não fiscaliza e não tem os instrumentos certos. E sim, esta Casa e o Tribunal que nos socorre.

Quando nós mencionamos isso, Secretário, eu não estou lá no seu Gabinete, na porta, preocupado com isso. É porque a gente fica recebendo cartinhas e telefonemas insinuando. Eu não tenho nada para esconder quem escreveu ou falou. Para mim eu não tenho problema em perguntar. Não é para o senhor, para o Prefeito, para qualquer um. Eu tenho que dizer aquilo que as pessoas me dizem, sob pena de dizer o seguinte: o senhor não falou para o Secretário, por que o senhor não falou? A gente fala discute assim e assado. Não tem nenhum problema, mas fica registrado, pelo menos, os passos que o senhor deu, as coisas que o senhor fez, porque como o senhor disse: 'não tenho nada a esconder', mas o Poder Fiscalizador é aqui, e disso nós não abrimos mão.

Neste momento, vou passar a presidência ao Vereador Abou Anni para que possamos votar requerimento de minha autoria.

- Assume a presidência o Sr. Abou Anni.

- É lido o seguinte: *(r. convite aos integrantes do Conselho Gestor do programa municipal de PPP, do Vereador Milton Leite)*

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – A votos o requerimento. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovado.

Devolvo a presidência ao Sr. Vereador Milton Leite.

- Assume a presidência o Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Indago dos Srs. Vereados se há mais questões a serem formuladas ao Secretário, se não, já tomamos tempo demais dele, que foi extremamente gentil conosco nesta manhã. Peço desculpas ao Secretário, mas volto a dizer que essa matéria é de interesse público e a Câmara não abrirá mão das discussões nem tampouco das audiências públicas que mencionei, e o senhor não respondeu, mas nós teremos outras oportunidades.

Eu só pediria que esse edital não fosse para a rua, até que essas discussões com esta Casa, pelo menos, até que nós convoquemos audiências públicas a respeito desse projeto, com pelo menos cinco regiões da cidade de São Paulo, para discutirmos claramente a implementação, para os senhores não lançarem esse projeto sem ouvirem a população, para que se adiasse essa matéria, fica o registro do lançamento desse edital porque a Câmara quer e vai discutir ainda que tenhamos que tomar as medidas legais para que seja feito isso. Essa discussão é de interesse da Cidade que o senhor tem o maior interesse de atender e nós também.

Então, Secretário, estou lhe dispensando por hoje.

Se alguém exagerou, em particular, fui eu e peço as minhas desculpas, mas é a minha forma de ser e não vou mudar isso de maneira nenhuma. Não com quase 20 anos nesta Casa, e o povo contemplando os meus filhos com um contrato de mais quatro anos. Isso mostra que o contrato foi leal. O povo contratou os trabalhos do Deputado Milton Leite por mais quatro anos para a Assembleia Legislativa, e, também, o Deputado Alexandre Leite por mais quatro anos para a Câmara Federal.

Eu, mais uma vez, agradeço em público, porque disputar uma eleição com dois filhos, Secretário, o senhor não sabe o trauma que eu passei no dia da eleição. O Deputado Milton abre as urnas e está eleito. Está do meu lado. O Deputado Alexandre Leite, à minha direita, não sai, vai até de madrugada; um querendo festejar, e o outro lá. No fim, ganham os dois. Tomei um guaraná zero porque estou barrigudo.

Secretário, mais uma vez, me desculpe por qualquer coisa.

Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Aproveitar que está o Secretário de Finanças para fazer uma consulta, mesmo que informal, com relação às audiências públicas regionais.

Existe uma proposta do Vereador Paulo Fiorilo, acompanhado por demais Vereadores da Comissão, de que nós façamos as regionais não nas Subprefeituras como tem sido até hoje, por conta da pouca presença.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Desculpe-me, Vereador, eu queria manter a de M'Boi Mirim porque lá tem sido frequentemente, no mínimo, mil pessoas. Eu vou pedir que se faça lá.

O SR. PAULO FIORILO – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu queria fazer uma sugestão, Vereador Ricardo Nunes.

Parece-me que alguns Vereadores da Comissão têm interesse na realização de audiências. Ouvi o Vereador Aurélio Nomura e Vereador Milton Leite.

A minha sugestão é que aqueles Vereadores que tiverem interesse organizem as audiências.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Pode ser.

O SR. RICARDO NUNES – Então, tá. Porque nós não podemos, também, Milton, fazer em algumas e em outras não. Vou conversando com vocês, e acertamos as datas.

Com relação às audiências temáticas, está tudo tranquilo?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Peço à Assessoria que providencie os ofícios para que eu assine a solicitação para que não haja sessão plenária, a fim de que façamos amanhã uma audiência pública, com a presença do Secretário novamente.

O SR. RICARDO NUNES – Só para concluir a minha fala. Deve haver vários professores aqui. Desejo a vocês um feliz Dia dos Professores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tenham as senhoras e os senhores uma boa tarde!

Estão encerrados os trabalhos da subcomissão de iluminação pública.



CÂMARA MUNICIPAL DE

SÃO PAULO

Processo nº 65
nº 37-07 de 2019
Celo Cesar Rodrigues
CPF 11.287.812-12

À

Subcomissão de Estudos Iluminação Pública

REQUERIMENTO nº 4/2014

A Subcomissão de Estudos, criada para avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade de São Paulo, requer, na forma regimental, que sejam CONVIDADOS os integrantes do Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público Privadas de que trata o art. 11 da Lei Municipal nº 14.517/2007 (Institui o programa de Parcerias Público-Privadas), a fim de prestarem esclarecimentos sobre o futuro edital de Parceria Público-Privada que tem por objeto a iluminação pública da cidade.

Os integrantes do Conselho Gestor a serem CONVIDADOS são:

- a) Secretário do Governo Municipal;
- b) Secretário Municipal de Planejamento;
- c) Secretário Municipal de Finanças;
- d) Secretário Municipal de Gestão, e;
- e) Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos;
- f) Secretário Municipal de Serviços.

São Paulo, 15 de outubro de 2014.


Milton Leite

Presidente da Subcomissão de
Estudos do Serviço de Iluminação
Pública de São Paulo.





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Locat. 66 no proc.
nº 37-01 19
Celo Cassi Rodrigues
RF 11.967-80P 12

À
Subcomissão de Estudos Iluminação Pública

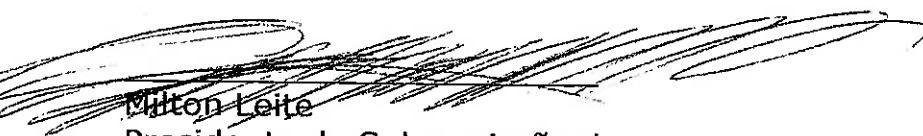
REQUERIMENTO nº 4/2014

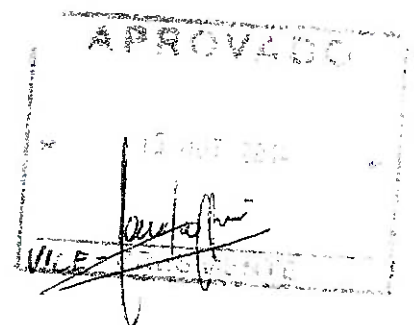
A Subcomissão de Estudos, criada para avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade de São Paulo, requer, na forma regimental, que sejam CONVIDADOS os integrantes do Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público Privadas de que trata o art. 11 da Lei Municipal nº 14.517/2007 (Institui o programa de Parcerias Público-Privadas), a fim de prestarem esclarecimentos sobre o futuro edital de Parceria Público-Privada que tem por objeto a iluminação pública da cidade.

Os integrantes do Conselho Gestor a serem CONVIDADOS são:

- a) Secretário do Governo Municipal;
- b) Secretário Municipal de Planejamento;
- c) Secretário Municipal de Finanças;
- d) Secretário Municipal de Gestão, e;
- e) Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos;
- f) Secretário Municipal de Serviços.

São Paulo, 15 de outubro de 2014.


Milton Leite
Presidente da Subcomissão de
Estudos do Serviço de Iluminação
Pública de São Paulo.



São Paulo, 11 de novembro de 2014.

Ofício SGP12 nº 475/2014

Senhor Prefeito,

CÓPIA

Em atenção ao deliberado pela Subcomissão para avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, encaminho a Vossa Excelência cópia de requerimento de autoria do Vereador **Milton Leite**, aprovado na reunião de 15/10/2014, pelo qual solicita que seja **convidado** o Senhor Francisco Macena, Secretário do Governo Municipal, a prestar esclarecimentos sobre o futuro edital de Parceria Público-Privada que tem por objeto a iluminação pública da cidade.

A referida reunião será realizada em **12 de novembro**, com início às **10:00 horas**, no Auditório Prestes Maia, 1º andar desta Edilidade.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria dessa Comissão.


JOSÉ AMÉRICO
Presidente

Anexo: cópia do requerimento citado.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Fernando Haddad
Digníssimo Prefeito da Cidade de São Paulo



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
GOVERNO

68
37-01
19
Calo Carril Rodríguez
11/26/14 SGP 12

São Paulo, 12 de novembro de 2014.

Ofício nº3597 /2014-SGM/GAB

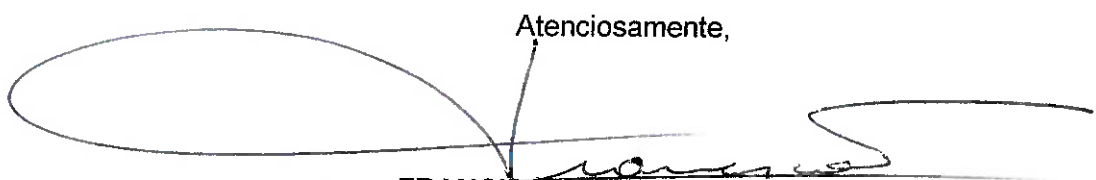
Ref : Ofício SGP 12 nº 475/2014

Senhor Vereador

Acuso o recebimento do Ofício em epígrafe e sirvo-me do presente para informar a Vossa Excelência que, em razão de compromissos inadiáveis, estarei impossibilitado de atender ao convite para participar da reunião agendada para o próximo dia 12 de novembro, com o intuito de prestar esclarecimentos acerca do futuro edital de Parceria Público-Privada que tem por objeto a iluminação pública da cidade.

No aguardo da compreensão de Vossa Excelência, coloco-me à disposição para eventual futura renovação do convite em questão.

Atenciosamente,


FRANCISCO MACENA DA SILVA
Secretário do Governo Municipal

Excelentíssimo Senhor
MILTON LEITE
Vereador
Câmara Municipal de São Paulo
Viaduto Jacareí, 100 – 2º andar – sala 213-A
01319-00 – São Paulo - SP


SR Arçváb

Secretaria do Governo Municipal
Viaduto do Chá nº 15 – 5º andar – Edifício Matarazzo – Centro
01002-900 – São Paulo – SP Fone: (11) 3113-8330

Comissão de Finanças e Orçamento

De: Celeste Batalha [celestebatalha@PREFEITURA.SP.GOV.BR]
Enviado em: terça-feira, 11 de novembro de 2014 16:55
Para: Comissão de Finanças e Orçamento
Assunto: ofício SGP 12 Nº 475/2014

69
37-07
19
Calo Cesar Rodriguez
RTE 11 287-8049 12

A/C: Caio,

Em atenção ao ofício em referência informamos que por compromissos agendados anteriormente o Secretário Francisco Macena não poderá aceitar o convite do Vereador Milton Leite para prestar esclarecimentos sobre o futuro edital de Parceria Público-Privada que tem por objetivo a iluminação pública da cidade.

Informamos ainda que o Secretário conversou com Vereador Milton Leite e que o mesmo reagendará para um novo dia e horário.

Atenciosamente,



Celeste Batalha
Secretária de Finanças e Orçamento
Rua da Consolação, 100 - 10º andar - Sala 1001
05401-000 - São Paulo - SP
Telefone: (11) 287-8049



“Esta mensagem, incluindo seus anexos, é confidencial e seu conteúdo é restrito ao destinatário da mensagem. Caso você a tenha recebido por engano, queira, por favor, retorná-la ao destinatário e apagá-la de seus arquivos. É expressamente proibido o uso não autorizado, replicação ou disseminação da mesma. As opiniões contidas nesta mensagem e seus anexos não necessariamente refletem a opinião do órgão emissor”.

36 - OF-SGP12
36- 00514/2014

São Paulo, 13 de novembro de 2014.

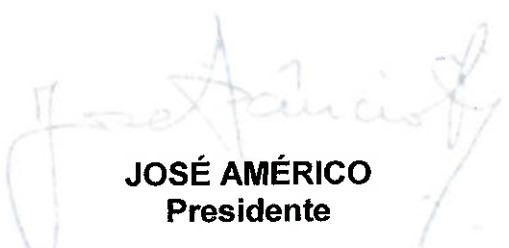
CÓPIA

Senhor Prefeito,

Em atenção ao deliberado pela Subcomissão para avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, encaminho a Vossa Excelência cópia de requerimento de autoria do Vereador **Milton Leite**, aprovado na reunião de 15/10/2014, pelo qual solicita que seja **convidado** o Senhor Francisco Macena, Secretário do Governo Municipal, a prestar esclarecimentos sobre o futuro edital de Parceria Público-Privada que tem por objeto a iluminação pública da cidade.

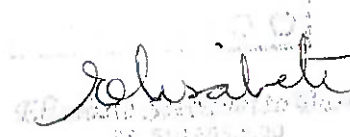
A referida reunião será realizada em **19 de novembro**, com início às **10:00 horas**, no Auditório Prestes Maia, 1º andar desta Edilidade.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria dessa Comissão.


JOSÉ AMÉRICO
Presidente

Anexo: cópia do requerimento citado.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Fernando Haddad
Digníssimo Prefeito da Cidade de São Paulo


Elizabeth
PC 11.961.50-12

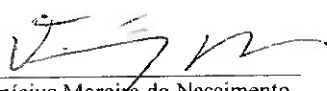
TERMO DE COMPARECIMENTO

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, às dez horas e dezesseis minutos, no Auditório Prestes Maia, 1º andar desta Edilidade, compareceram o Vereador Milton Leite, Presidente da Subcomissão da Iluminação Pública, e os vereadores membros Abou Anni e Paulo Fiorilo. Tendo em vista a ausência de quórum, não foi realizada a Reunião Ordinária convocada. O Presidente convocou os membros da Subcomissão para Reunião Extraordinária a ser realizada no dia seguinte, 13/11/2014, às 12 horas, no Auditório Prestes Maia. Para constar, eu, Vinícius Moreira do Nascimento, lavrei o presente termo que, lido e achado conforme, segue assinado pelos vereadores presentes e por mim subscrito.

Milton Leite

Abou Anni

Paulo Fiorilo


Vinícius Moreira do Nascimento
Secretário

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

DE ____/____/____

Pág. ____ Col. ____

Conferido _____



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Comissão de Finanças e Orçamento

Lista de Presença

3ª Reunião Ordinária da Subcomissão da Iluminação Pública

Data da Reunião: 12/11/2014 - Horário: 10:00 - Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

SEM QUÓRUM

Ver. ABOU ANNI (PV)

Ver. ADILSON AMADEU (PTB)

Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)

Ver. DAVID SOARES (PSD)

Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)

Ver. PAULO FIORILO (PT)

Ver. RICARDO NUNES (PMDB)

À Presidência da Mesa, em cumprimento ao disposto no artigo 2º, parágrafos 1º e 2º, do Ato 654/99.

Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)

PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PARA AVALIAR O SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE DE SÃO PAULO, CONSTITUÍDA NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO NO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE – SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, ao meio dia e seis minutos, no Auditório Prestes Maia, 1º andar, reuniu-se a Subcomissão sob a presidência do Vereador Milton Leite e com a presença dos vereadores membros Adilson Amadeu, Aurélio Nomura, David Soares, Paulo Fiorilo e Ricardo Nunes. Foram apresentados os Requerimentos nº 5/2014, 6/2014, 7/2014, 8/2014 e 9/2014, todos de autoria do Vereador Milton Leite, sendo posteriormente aprovados. Foi convocada Reunião Extraordinária para o dia 18/11/2014, às 10h00, na Sala Oscar Pedroso Horta, 1º subsolo, para que se procedesse com a oitiva dos convidados constantes dos Requerimentos nº 6/2014, 7/2014, 8/2014 e 9/2014. Também foi convocada Reunião Ordinária para 19/11/2014, às 10h00, no Auditório Prestes Maia, para a oitiva do Secretário Francisco Macena, referente ao Requerimento nº 4/2014. Nada mais nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, nós, Caio Cesar Rodrigues, Danillo Nunes da Silva e Vinícius Moreira do Nascimento, secretariamos os trabalhos e lavramos a presente ata que, lida e aprovada, segue assinada pelos vereadores presentes e por nós subscrita.

Milton Leite

Adilson Amadeu

Aurélio Nomura

David Soares

Paulo Fiorilo

Ricardo Nunes

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

DE ____/____/____

Pág. ____ Col. ____

Conferido ____

Caio Cesar Rodrigues
Secretário

Vinícius Moreira do Nascimento
Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Comissão de Finanças e Orçamento

Lista de Presença

1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão da Iluminação Pública

Data da Reunião: 13/11/2014 - Horário: 12:00 - Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Ver. ABOU ANNI (PV)

Ver. ADILSON AMADEU (PTB)

Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)

Ver. DAVID SOARES (PSD)

Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)

Ver. PAULO FIORILO (PT)

Ver. RICARDO NUNES (PMDB)

À Presidência da Mesa, em cumprimento ao disposto no artigo 2º, parágrafos 1º e 2º, do Ato 654/99.

Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)

PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

Ordem nº 75 de 2014
nº 37-01 de 20 19
Celo Cesar Rodriguez
RF 11.267 - SOP 12

SUBCOMISSÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA - FINANÇAS

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: EXTRAORDINÁRIA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 13/11/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com a presença dos Vereadores Adilson Amadeu, Aurélio Nomura, David Soares e eu, na presidência, declaro abertos os trabalhos desta subcomissão, para avaliar os serviços de iluminação pública na Cidade.

Informo que essa reunião está sendo transmitidas no portal da Câmara - www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara, Auditórios On-Line.

Srs. Vereadores, em função dos adiamentos e de não ter havido quórum ontem, hoje nós trouxemos à pauta o convite para diversas pessoas prestarem esclarecimento acerca da iluminação pública. Estou trazendo aqui alguns requerimentos, para que sejam convidadas algumas pessoas. Esclareço um novo convite, de uma empresa que nós recebemos informações pelo Jornal Hoje, de um jornalista que nos ligou, sobre uma empresa chamada Pedace Engenharia e Consultoria. O que fez essa empresa? É uma empresa, segundo levantamos nos autos do processo, de capital de mil reais e que ganhou uma concorrência, na Prefeitura, no ano de 2011, de 3,663 milhões de reais, com capital aberto de mil reais. Nós vamos então convidá-la para prestar esclarecimentos. Por que vamos chamá-la? Porque essa empresa participa também da atual concessão, da futura concessão. Isso chamou atenção de todos. Vou passar a presidência ao Vereador Paulo Fiorilo, para que a Assessoria leia os requerimentos de minha autoria, e o Sr. Presidente coloque-os em votação.

- Assume a presidência o Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Passo que seja feita a leitura dos requerimentos.

- É lido o seguinte: (Requerimento do Vereador Milton Leite, para que seja oficiado o Sr. Simão Pedro Chiovetti)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – A votos o requerimento do Vereador Milton Leite, para que seja oficiado o Sr. Simão Pedro Chiovetti. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

Passemos ao próximo requerimento.

- É lido o seguinte: (Requerimento do Vereador Milton Leite, para que seja convidado o Sr. José Alberto Serra de Almeida)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – A votos o requerimento do Vereador Milton Leite, para que seja convidado o Sr. José Alberto Serra de Almeida. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

Passemos ao próximo requerimento, do Vereador Milton Leite, para que seja convidado o Sr. Geraldo José Pedace.

- É lido o seguinte: (requerimento do Vereador Milton Leite, para que seja convidado o Sr. Geraldo José Pedace)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – A votos o requerimento do Vereador Milton Leite, para que seja oficiado o Sr. Geraldo José Pedace. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

Passemos ao próximo requerimento.

- É lido o seguinte: (Requerimento do Vereador Milton Leite, para que seja convidado o Sr. Wilson Martins Poiti)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – A votos o requerimento do Vereador Milton Leite, para que seja convidado o Sr. Wilson Martins Poiti. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

Passemos ao próximo requerimento, do Vereador Milton Leite, para que sejam convidados os Srs. Alexandre de Castro Ferrari e Rodrigo Martins.

- É lido o seguinte: (requerimento do Vereador Milton Leite, para que sejam convidados os Srs. Alexandre de Castro Ferrari e Rodrigo Martins)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – A votos o requerimento do Vereador Milton Leite, requerimento, do Vereador Milton Leite, para que sejam convidados os Srs. Alexandre de Castro Ferrari e Rodrigo Martins. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

Passo a presidência ao Vereador Milton Leite.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 15165

DATA: 13/11/2014

76
37-07 de 2019
Celo David Rodrigues
DE 14.287 - SGP.12

- Assume a presidência o Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Srs. Vereadores, considerando os presentes requerimentos, faço uma agenda para a próxima reunião desta comissão, na quarta-feira, se os Srs. Vereadores concordarem, para fazermos as oitivas de todas essas pessoas mencionadas. Poderemos iniciar os trabalhos às 9h. É importante a presença de todas essas pessoas. O Vereador Chico Macena também participará dos trabalhos.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, faço uma sugestão: Na quarta-feira que vem, haverá a apresentação do primeiro relatório do orçamento, que vai demandar bastante tempo. Não podemos fazer isso na quinta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nobre Vereador, na quarta-feira que vem, eu acho que não há condições de votarmos o relatório. Seria de bom alvitre votarmos, até porque V.Exa. precisa apresentar o relatório aos Srs. Membros. Faremos uma reunião fechada com os Srs. Membros da comissão, debateremos e verificaremos alguns pontos. Seria aconselhável ouvirmos todos os membros da Comissão de Finanças e Orçamento antes, para depois nós submetermos a votos.

Se necessário for, nobre Vereador, eu posso convocar uma reunião extraordinária só para apreciarmos o relatório. Na quarta-feira, após a comissão tomar conhecimento, poderemos fazer as adequações necessárias. Convoco os trabalhos com 24 horas de antecedência, a qualquer momento. Não há necessidade de nós fazermos a reunião na própria quarta-feira. Podemos fazer na sexta-feira ou qualquer dia. Não há problema. O problema é construir já a versão final e o que nós devemos acertar, por exemplo, os valores das emendas, que não foram negociados, com os Srs. Vereadores, com a Casa e com o Executivo, sobre a natureza da sua utilização, se vai para a parte da Educação ou se não vai, se vamos aumentar o valor em relação ao passado, qual o período de aplicação e a obrigatoriedade ou não do cumprimento das emendas. São quesitos as formas como nós vamos apresentar as emendas. Então, não adianta haver uma emenda de quatro milhões de reais se (ininteligível) garantia de execução. Quando vamos executá-las? Então, nós temos que construir isso no âmbito da comissão e no âmbito da Casa, porque é preciso que levemos o relatório a plenário, votemos e haja votos para que a matéria seja legitimada pelo plenário. Esses pontos são fundamentais.

Nobre Vereador, quanto à questão da subprefeitura, que V.Exa. colocou, com propriedade, é bom nós fazermos um debate com os Srs. Vereadores, para que se adequem e sejam acertadas as sugestões que vêm, via bancada aqui, para esta comissão; e vermos as margens possíveis do Executivo. Hoje há uma reunião agendada, da qual vou tratar hoje com a Sra. Secretária do Planejamento, para vermos o que vamos fazer, o que nós temos, qual a rubrica que vamos colocar e o valor, além da obrigatoriedade de cumprimento. Se, no Congresso Nacional, as emendas estão sendo obrigadas a se cumprir, por que não aqui? Para haver um pouco de garantia para os Srs. Vereadores. S.Exas. podem prometer uma viela, com hospital e Unidade Básica de Saúde, pois vai haver mesmo esse recurso, quando será apresentada a emenda. Precisamos construir isso. Na quarta-feira ainda eu vejo, com dificuldade.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, qual seria a sugestão de data do relatório?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Que nós façamos a reunião hoje. Acertado o valor, passamos isso aos Srs. Vereadores, porque S.Exas. vão apresentar uma emenda na frente. Temos que negociar isso. Qual a rubrica que nós vamos colocar? De onde nós vamos retirar os valores da peça orçamentária, para não desfigurar o orçamento do Executivo(?).

O SR. RICARDO NUNES – O 110 já está providenciado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, já estão sendo definidos dois milhões de reais para cada Vereador. Eu temo que esse valor não seja ajustado há muito tempo. Os Vereadores pleiteiam um pouco mais. É isso que nós vamos pleitear hoje junto ao Executivo. Só dois não serão possíveis para cumprimento de emenda.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, quanto a sua experiência nessa área, não há nem o que se questionar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nobre Vereador, eu não sei se V.Exa. concorda com a nossa propositura. Na próxima quarta-feira, durante a semana que vem, após o feriado, nós faremos uma reunião.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, sem ser na quarta-feira que vem, na outra quarta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Isso, nobre Vereador, ou até antes, na segunda-feira, logo após o feriado. Nós podemos sentar com os Vereadores, avaliar os pontos e passar informações para cada gabinete. Vamos ter que conversar com todos os gabinetes, dizendo qual é o quadro.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, na relatoria do ano passado, do Vereador Paulo Fiorilo, foi feita essa emenda, e o Executivo vetou.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nobre Vereador, por isso que nós vamos negociar.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, é importante essa colocação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Os Vereadores podem concordar com o veto ou derrubar.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, há a questão do PL 101. Seria na quinta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Se começarmos às 9h, dá tempo. Se houver demanda, haverá convocação para outra.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, faço uma sugestão. Na próxima quarta-feira, a comissão poderia ouvir o Sr. Secretário Francisco Macena, o Sr. Wilson Poiti, Diretor Presidente da SP Negócios ou os Srs. José Alberto Serra e Geraldo José Pedace.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Foi feito requerimento ao Diretor da General Electric?

O SR. PAULO FIORILO – Da GE foi lido?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PAULO FIORILO – Então, há três.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, dou prioridade ao Sr. Francisco Macena e à General Electric.

O SR. PAULO FIORILO – Isso. Depois ouvimos outros.

O SR. DAVID SOARES – Sr. Presidente, para colaborar, por que não fazemos na terça-feira, na primeira oitiva dos dois convidados, e, na quarta-feira, (ininteligível)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Se não houver problemas por parte Vereadores.

Está suspensa a reunião.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Fica agendada para a próxima terça-feira, no dia 18, uma reunião extraordinária da comissão, na sala Oscar Pedroso Horta, a partir das 10h. Ficam convidadas as partes que serão ouvidas nessa reunião da comissão, os Srs. Alexandre de Castro Ferrari e Rodrigo Martins, da General Electric; Wilson Martins Poiti, da SP Negócios e Geraldo José Pedace, da Pedace Engenharia e José Alberto Serra de Almeida, do Departamento de Iluminação Pública. Expressem-se esses convites, para que nós possamos assinar. Essa é a agenda de hoje.

Na quarta-feira, ouviremos o Sr. Francisco Macena, pois já há um agendamento prévio.

Em não havendo mais nada a ser tratado, estão encerrados os trabalhos.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO



À

Subcomissão de Estudos do Serviço de Iluminação Pública

REQUERIMENTO

Nº 5/14

Requeiro, na forma regimental, que seja oficiado o ILMO. **Sr. Simão Pedro Chiovetti, Secretário da Secretaria Municipal de Serviços - ILUME - Departamento de Iluminação Pública**, para enviar a esta Subcomissão **cópia do contrato de prestação de serviços e cópia de todo processo licitatório realizado** referente à Contratação da empresa **PEDACE ENGENHARIA e CONSULTORIA LTDA**, que executou projetos luminotécnicos, projetos elétricos, projetos AS BUILT e georreferenciados, para o Sistema de Iluminação Pública da Cidade de São Paulo, no período de 05/12/2011 a 30/09/2013.

Dados: **SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS - ILUME - DEPARTAMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.**

Endereço: Rua Libero Badaró, 425, 27º e 34º andar

CEP - 01009-905 - Centro - São Paulo

Telefone: (11) 2075-7240

São Paulo/SP, 13 de novembro de 2014.



Milton Leite

Presidente da Subcomissão de
Estudos do Serviço de Iluminação
Pública de São Paulo.

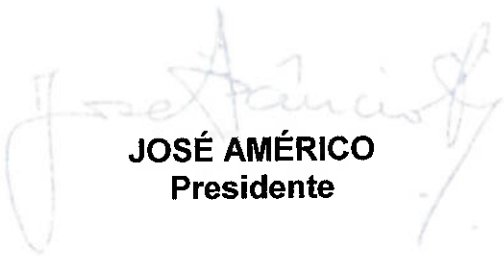
36 - OF-SGP12
36- 00520/2014

São Paulo, 13 de novembro de 2014.

Senhor Prefeito,

Em atenção ao deliberado pela Subcomissão para avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, encaminho a Vossa Excelência cópia de requerimento de autoria do Vereador **Milton Leite**, aprovado na reunião de 13/11/2014, pelo qual solicita informações à Secretaria Municipal de Serviços.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria dessa Comissão.


JOSÉ AMÉRICO
Presidente

Anexo: cópia do requerimento citado.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Fernando Haddad
Digníssimo Prefeito da Cidade de São Paulo





Prefeitura do Município de São Paulo

São Paulo, 17 de dezembro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. I. L. nº 562/14-C

Ref.: Ofício SGP12 nº 00520/2014

DOCREC

1004/2014

Folha nº 79 de proc.
nº 37-01 de 2019

Oslo César Rodrigues
RF 11.287 - SGP 12

Senhor Presidente

Reportando-me ao ofício acima referenciado, em atenção ao requerimento de autoria do Vereador Milton Leite, deliberado pela Subcomissão para avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, encaminho a essa Presidência cópia da informação prestada pela Secretaria Municipal de Serviços, a respeito da contratação da empresa Pedace Engenharia e Consultoria Ltda. para execução dos projetos citados, no período de 2011 a 2013.

Na oportunidade, renovo a essa Presidência meus protestos de apreço e consideração.

FRANCISCO MACENA DA SILVA
Secretário do Governo Municipal

Ao

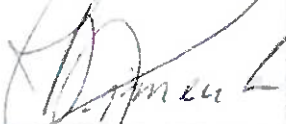
Excelentíssimo Senhor

JOSÉ AMÉRICO DIAS

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

JAM/MNS/bam
Req CFO 520-14

13:10 18/12/2014 01:12:36 - Protocolo Legislativo - SGP 12

A 334- 12
18/12/2015


Jader Augusto Pimenta
Supervisor - SGP. 22
REF: 10.860

RECEBIDO
Comissão de Finanças e Orçamento
Em 18/12/14 às 16h00
RF 11.261
Vinícius Moreira do Nascimento
RF. 11.261



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
SERVIÇOS



ILUME
DEPARTAMENTO DE
ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Fabio Limona
Assessoria Jurídica
RF: 812.818-9
ILUME

Do Processo nº 2014-0.261.468-0 - em 28/11/2014 (a)

80 *pro*
37-07 *19*

X
Celo Cesar Rodrigues
RF: 11.281.451-12

SES-AJ

Senhora Assessora Chefe,

CÓPIA

Em atenção ao quanto solicitado à fl. 25, tenho a informar que, em pesquisa junto ao banco de dados deste Departamento de Iluminação Pública – ILUME, foi possível constatar que a empresa Pedace Engenharia e Consultoria Ltda., não possui ou, possuiu vínculo direto, decorrente de contrato de prestação de serviços, com a Secretaria Municipal de Serviços.

São Paulo, 28 de novembro de 2014.

JOSÉ ALBERTO SERRA DE ALMEIDA

Diretor do Departamento de Iluminação Pública – ILUME

Secretaria de Serviços



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
SERVIÇOS

81
37-01
19
Celo Carlos Rodrigues
R.F. 11.261.504-12

Do Processo nº 2014-0.261.468-0

Folha de informação nº
em 02/12/2014 (a).....

Interessado: Câmara Municipal de São Paulo.

Assunto: Requerimento solicitando cópia do contrato de prestação de serviços e do processo licitatório referente à contratação da empresa Pedace Engenharia e Consultoria Ltda.

SGM/ATL

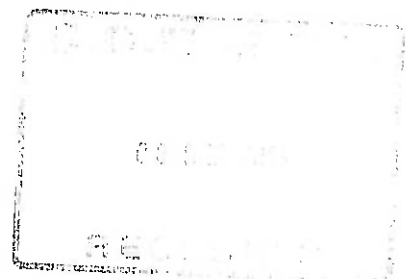
Senhora Assessora Especial,

CÓPIA

Restituo o presente a Vossa Senhoria com as manifestações do Departamento de Iluminação Pública e da Assessoria Jurídica desta Pasta, que acompanho.

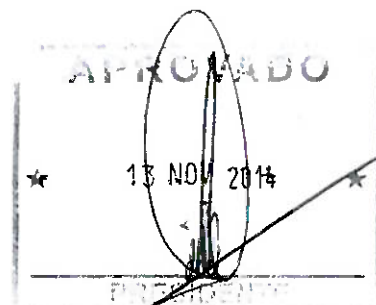
São Paulo, 02 de dezembro de 2014.

ROBERTO RAIMUNDO AQUINO
Chefe de Gabinete
Secretaria Municipal de Serviços





CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO



VER. PAULO FIORILLO

Processo nº 82
nº 37-07 19

Caro Celso Rodrigues
RF 14.281.508 12

À
Subcomissão de Estudos do Serviço de Iluminação Pública

REQUERIMENTO

Nº 6/14

Requeiro, na forma regimental, que seja CONVIDADO o Ilmo. Senhor **JOSÉ ALBERTO SERRA DE ALMEIDA**, engenheiro e Diretor de Divisão Técnica de Manutenção do Departamento de Iluminação Pública – ILUME – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS, para comparecer perante esta Subcomissão a fim de prestar esclarecimentos sobre o Chamamento Público 01/SES/2013 promovido pela Secretaria Municipal de Serviços – Departamento do ILUME.

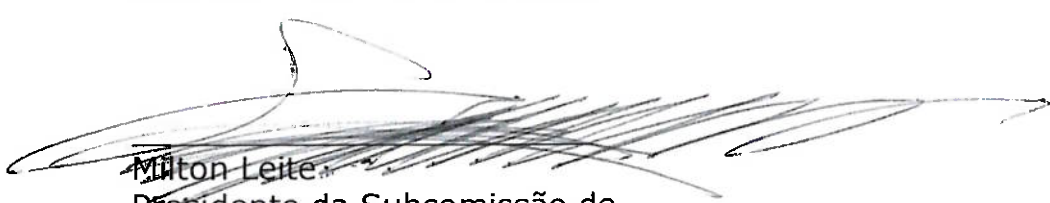
Dados: **ILUME – DEPARTAMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.**

Endereço: Rua Libero Badaró, 425, 11º andar

CEP – 01009-905 - Centro – São Paulo

Telefone: (11) 3396-7900

São Paulo/SP, 13 de novembro de 2014.


Milton Leite

Presidente da Subcomissão de
Estudos do Serviço de Iluminação
Pública de São Paulo.

36 - OF-SGP12
36- 00512/2014

São Paulo, 13 de novembro de 2014.

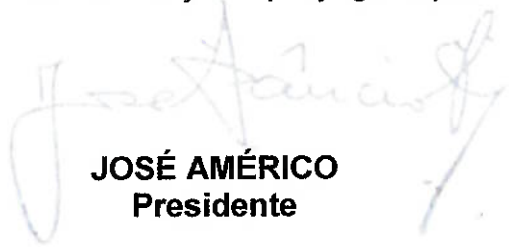
CÓPIA

Senhor Prefeito,

Em atenção ao deliberado pela Subcomissão para avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, encaminho a Vossa Excelência cópia de requerimento de autoria do Vereador **Milton Leite**, aprovado na reunião de 13/11/2014, pelo qual solicita que seja **convidado** o Senhor José Alberto Serra de Almeida, Engenheiro e Diretor de Divisão Técnica de Manutenção do Departamento de Iluminação Pública – ILUME – da Secretaria Municipal de Serviços, a prestar esclarecimentos sobre o Chamamento Público 01/SES/2013 promovido pela Secretaria Municipal de Serviços.

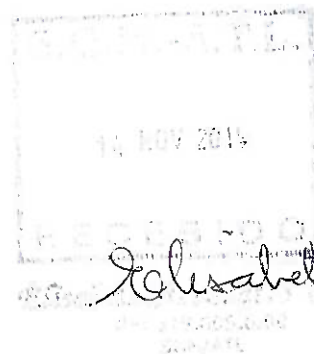
A referida reunião será realizada em **18 de novembro**, com início às **10:00 horas**, na Sala Oscar Pedroso Horta, 1º subsolo desta Edilidade.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria dessa Comissão.


JOSÉ AMÉRICO
Presidente

Anexo: cópia do requerimento citado.

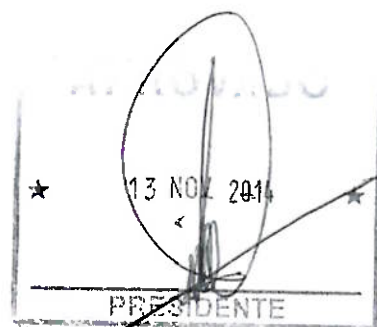
A Sua Excelência o Senhor
Doutor Fernando Haddad
Digníssimo Prefeito da Cidade de São Paulo





CÂMARA MUNICIPAL DE

SÃO PAULO



VER. PAULO FIORILO

Processo nº 84
nº 37-01
19

Carlo Cesar Rodrigues
12/11/2014

À

Subcomissão de Estudos do Serviço de Iluminação Pública

REQUERIMENTO

Nº 7/74

Requeiro, na forma regimental, que seja **CONVIDADO** o Ilmo. Senhor **Geraldo José Pedace**, sócio-diretor da empresa **PEDACE ENGENHARIA e CONSULTORIA LTDA**, para comparecer perante esta Subcomissão a fim de prestar esclarecimentos sobre o Chamamento Público 01/SES/2013 promovido pela Secretaria Municipal de Serviços – Departamento do ILUME.

Dados da empresa: **PEDACE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.**

Endereço: Rua Ouvidor Portugal, 691 – Vila Monumento

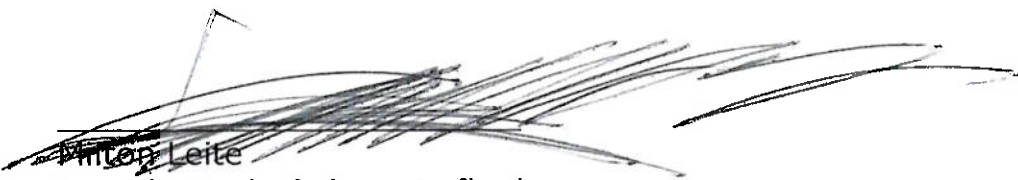
CEP – 01551-000 – São Paulo

Telefones: (11) 4324-8115/4324-8113

Fax: (11) 3614-1825

E-mails: geraldo@pedace.com.br e contato@pedace.com.br

São Paulo/SP, 13 de novembro de 2014.


Milton Leite

Presidente da Subcomissão de
Estudos do Serviço de Iluminação
Pública de São Paulo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
SUBCOMISSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Folha nº 85
nº 37-01
Celo César Rodrigues
RF 11.267 - SOP 12

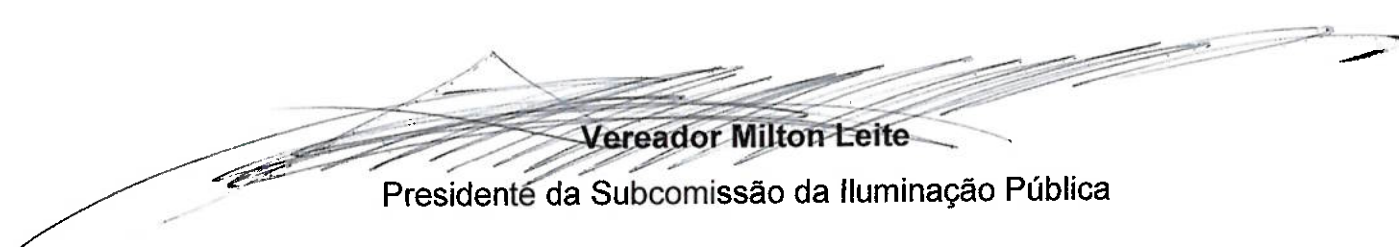
São Paulo, 13 de novembro de 2014.

Ofício Sub-Iluminação nº 001/14

Senhor Sócio-Diretor,

Na qualidade de Presidente da Subcomissão para Avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, convido Vossa Senhoria a comparecer à Reunião Extraordinária que esta Subcomissão realizará em **18 de novembro**, às **10 horas**, na Sala Oscar Pedroso Horta, 1º subsolo desta Edilidade, para prestar esclarecimentos sobre o Chamamento Público 01/SES/2013 promovido pela Secretaria Municipal de Serviços – Departamento de Iluminação Pública – ILUME.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria desta Comissão.



Vereador Milton Leite

Presidente da Subcomissão da Iluminação Pública

Ao Ilmo. Sr.

Geraldo José Pedace

Sócio-Diretor da Pedace Engenharia e Consultoria Ltda.

Rua Ouvidor Portugal, 691 – Vila Monumento

CEP: 01551-000 – São Paulo

Fone: (11) 4324-8115 / 8113

Email: geraldo@pedace.com.br; contato@pedace.com.br

Comissão de Finanças e Orçamento

De: Geraldo Pedace [gerald@pedace.com.br]
Enviado em: sexta-feira, 14 de novembro de 2014 16:21
Para: Comissão de Finanças e Orçamento
Cc: contato@pedace.com.br
Assunto: Re: CONVITE para prestar esclarecimento - Subcomissão da Iluminação Pública - 18/11/14

86
37-07 19
Caio Cesar Rodrigues
11.281.513.12

Prezado Sr. Caio,

Informo o recebimento do seu e-mail e confirmo a minha presença na referida reunião.

Atenciosamente

Geraldo José Pedace



(11) 4324-8115 / (11) 99623-0132
www.pedace.com.br

Em 14 de novembro de 2014 15:58, Comissão de Finanças e Orçamento
<financasorcamento@camara.sp.gov.br> escreveu:

Ilmo. Sr. Geraldo José Pedace

Sócio-Diretor da Pedace Engenharia e Consultoria Ltda.

De ordem do Vereador Milton Leite, Presidente da Subcomissão da Iluminação Pública, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, encaminho em arquivo anexo convite para V. S.^a comparecer à reunião que a Subcomissão realizará em 18/11/14 às 10 horas, para prestar esclarecimentos sobre o Chamamento Público 01/SES/2013 promovido pela Secretaria Municipal de Serviços – Departamento de Iluminação Pública – ILUME.

Favor confirmar o recebimento deste email.

Atenciosamente



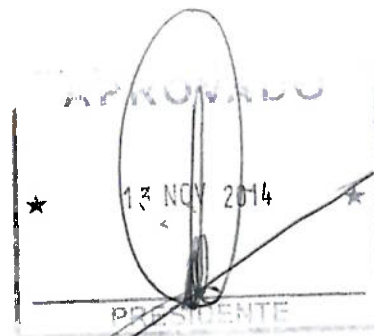
Caio Cesar Rodrigues

Secretaria da Comissão de Finanças e Orçamento

Viaduto Jacareí, 100 – Sala 213-A



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO



VER. PAULO FIORILLO

Processo nº 87
nº 3207 de 2014

Oslo Carneiro Rodrigues
RE 11.097-5/14

À
Subcomissão de Estudos do Serviço de Iluminação Pública

REQUERIMENTO

Nº 8/14

Requeiro, na forma regimental, que seja CONVIDADO o Ilmo. Senhor **WILSON MARTINS POIT**, diretor-presidente da empresa **SP NEGÓCIOS**, sociedade de economia mista, para comparecer perante esta Subcomissão a fim de prestar esclarecimentos sobre o Chamamento Público 01/SES/2013 promovido pela Secretaria Municipal de Serviços – Departamento do ILUME e o **Edital de PPP** de Iluminação Pública divulgado no site da referida empresa para **Consulta Pública até o dia 24/11/2014**.

Dados da empresa: **SP NEGÓCIOS**.

Endereço: Rua Libero Badaró, 293, 9º andar, conjunto 9

CEP – 01009-000 - Centro – São Paulo

Telefone: (11) 3106-4010

São Paulo/SP, 13 de novembro de 2014.



Milton Leite

Presidente da Subcomissão de
Estudos do Serviço de Iluminação
Pública de São Paulo.

36 - OF-SGP12
36- 00513/2014

São Paulo, 13 de novembro de 2014.

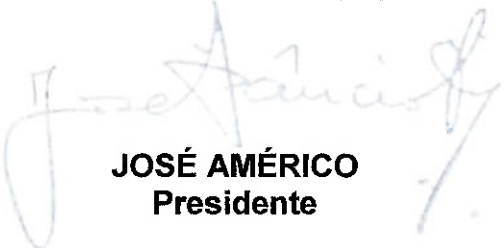
CÓPIA

Senhor Prefeito,

Em atenção ao deliberado pela Subcomissão para avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, encaminho a Vossa Excelência cópia de requerimento de autoria do Vereador **Milton Leite**, aprovado na reunião de 13/11/2014, pelo qual solicita que seja convidado o Senhor Wilson Martins Poit, Diretor-Presidente da empresa SP Negócios, a prestar esclarecimentos sobre o Chamamento Público 01/SES/2013 promovido pela Secretaria Municipal de Serviços, e sobre o Edital de PPP de Iluminação Pública, divulgado no site da referida empresa para Consulta Pública até o dia 24/11/2014.

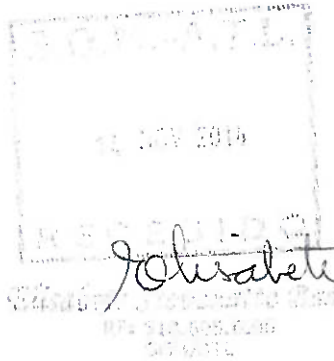
A referida reunião será realizada em **18 de novembro**, com início às **10:00 horas**, na Sala Oscar Pedroso Horta, 1º subsolo desta Edilidade.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria dessa Comissão.


JOSÉ AMÉRICO
Presidente

Anexo: cópia do requerimento citado.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Fernando Haddad
Digníssimo Prefeito da Cidade de São Paulo


13 NOV 2014
JOSÉ AMÉRICO
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO



VER PAULO FIORILO

Local nº 89 - 1º prod.
R 37-07 - 14

Paulo César Rodrigues
R 37-07 - 14

À
Subcomissão de Estudos do Serviço de Iluminação Pública

REQUERIMENTO

Nº 9/14

Requeiro, na forma regimental, que sejam CONVIDADOS os Ilmos. Senhores **Alexandre de Castro Ferrari** e **Rodrigo Martins**, ambos funcionários da empresa **GE Iluminação do Brasil Comércio de Lâmpadas Ltda**, para comparecer perante esta Subcomissão a fim de prestar esclarecimentos sobre o Chamamento Público 01/SES/2013 promovido pela Secretaria Municipal de Serviços – Departamento do ILUME.

Dados da empresa: **GE Iluminação do Brasil Comércio de Lâmpadas Ltda.**

Endereço: A. Maria Coelho de Aguiar, 215, Bloco G, Piso Jardim, São Luiz

Centro Empresarial de São Paulo

Telefones: (11) 3614-1801/3614-1982

Fax: (11) 3614-1825

E-mails: rodrigo.martins@ge.com e alexandre.ferrari@ge.com

São Paulo/SP, 13 de novembro de 2014.


Milton Leite

Presidente da Subcomissão de
Estudos do Serviço de Iluminação
Pública de São Paulo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
SUBCOMISSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Forma nº 910
nº 37-01
Calo Cesar de Figueira
RF 11.287-5

São Paulo, 13 de novembro de 2014.

Ofício Sub-Iluminação nº 002/14

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Subcomissão para Avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, convido Vossa Senhoria e o Sr. **Alexandre de Castro Ferrari**, Gerente Geral de Iluminação – Brasil, a comparecerem à Reunião Extraordinária que esta Subcomissão realizará em **18 de novembro**, às **10 horas**, na Sala Oscar Pedroso Horta, 1º subsolo desta Edilidade, para prestar esclarecimentos sobre o Chamamento Público 01/SES/2013 promovido pela Secretaria Municipal de Serviços – Departamento de Iluminação Pública – ILUME.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria desta Comissão.



Vereador Milton Leite

Presidente da Subcomissão da Iluminação Pública

Ao Ilmo. Sr.

Rodrigo Martins

Presidente da GE Iluminação do Brasil Comércio de Lâmpadas Ltda.

Av. Maria Coelho Aguiar, 215, Bloco C – 6º andar

Jardim São Luiz – São Paulo

Fone: (11) 3614-1801 / 1982

Email: rodrigo.martins@ge.com; alexandre.ferrari@ge.com; mariluce.carvalho@ge.com

Comissão de Finanças e Orçamento

De: Carvalho, Mariluce (GE, Appl & Light) [mariluce.carvalho@ge.com]
Enviado em: segunda-feira, 17 de novembro de 2014 10:48
Para: Comissão de Finanças e Orçamento
Assunto: RE: CONVITE para prestar esclarecimento - Subcomissão da Iluminação Pública - 18/11/14

Caio
Mais uma pessoa os acompanharão Bruno Werneck

91
10.37-01 19
Caio Cesar Rodrigues
11.347.014.12

From: Carvalho, Mariluce (GE, Appl & Light)
Sent: Monday, November 17, 2014 10:22 AM
To: 'Comissão de Finanças e Orçamento'
Subject: RE: CONVITE para prestar esclarecimento - Subcomissão da Iluminação Pública - 18/11/14
Importance: High

Caio
Bom dia . Tudo bem ?
Confirmado a presença dos Sres. Rodrigo Martins, Alexandre Ferrari e Sergio Binda

Vc. pode me confirmar o local ?
Horário : 10:00hs.
Local : Palacio Anchieta – Viaduto Jacarei, 100 – 1ª subsolo Sala Oscar Pedroso Horta

From: Comissão de Finanças e Orçamento [mailto:financasorcamento@camara.sp.gov.br]
Sent: Friday, November 14, 2014 4:06 PM
To: Martins, Rodrigo (GE, Appl & Light); Ferrari, Alexandre (GE Lighting); Carvalho, Mariluce (GE, Appl & Light)
Subject: CONVITE para prestar esclarecimento - Subcomissão da Iluminação Pública - 18/11/14

Ilmo. Sr. Rodrigo Martins
Presidente da GE Iluminação do Brasil Comércio de Lâmpadas Ltda.

Ordem do Vereador Milton Leite, Presidente da Subcomissão da Iluminação Pública, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, encaminho em arquivo anexo convite para V. S.^a e para o Sr. Alexandre de Castro Ferrari, Gerente Geral de Iluminação – Brasil, comparecerem à reunião que a Subcomissão realizará em 18/11/14 às 10 horas, para prestar esclarecimentos sobre o Chamamento Público 01/SES/2013 promovido pela Secretaria Municipal de Serviços –Departamento de Iluminação Pública –ILUME.

Favor confirmar o recebimento deste email.

Atenciosamente



Caio Cesar Rodrigues
Secretaria da Comissão de Finanças e Orçamento
Viaduto Jacareí, 100 – Sala 213-A
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01319-900
Tel.: 3396-4216

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PARA AVALIAR O SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE DE SÃO PAULO, CONSTITUÍDA NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO NO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE – SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, às dez horas e oito minutos, no Auditório Prestes Maia, 1º andar, reuniu-se a Subcomissão da Iluminação Pública sob a presidência do Vereador Milton Leite e com a presença dos vereadores membros Abou Anni, Adilson Amadeu, Paulo Fiorilo e Ricardo Nunes. Em atendimento aos Requerimentos nº 7/2014, 8/2014 e 9/2014, de autoria do Ver. Milton Leite, foram convidados a prestar esclarecimentos sobre o Chamamento Público 01/SES/2013 promovido pela Secretaria Municipal de Serviços – Departamento de Iluminação Pública - ILUME, e sobre o Edital de PPP de Iluminação Pública divulgado no site da SP Negócios para Consulta Pública até o dia 24/11/2014, os senhores Wilson Martins Poit (Diretor-Presidente da SP Negócios), Geraldo José Pedace (Sócio-Diretor da Pedace Engenharia e Consultoria Ltda), Rodrigo Martins (Presidente da GE Iluminação do Brasil Comércio de Lâmpadas Ltda) e Alexandre de Castro Ferrari (Gerente Geral de Iluminação - Brasil da GE Iluminação do Brasil Comércio de Lâmpadas Ltda.), todos presentes na Reunião. Também com a presença do senhor Ítalo Cardoso (Vice-Presidente da SP Turis), foi feita a oitiva do senhor Wilson Martins Poit. O Vereador Milton Leite, ao tomar ciência de que o final da fase de consulta pública, aberta pela SP Negócios acerca da PPP em debate, seria dia 24/11/2014, solicitou que a Secretaria da Subcomissão oficiasse o senhor Wilson Martins Poit para que houvesse adiamento do prazo de consulta, a fim de permitir a realização de audiências públicas em 31 regiões da cidade. Também foi feita a oitiva dos demais convidados, bem como dos senhores Bruno Werneck (Sócio do Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados) e Sérgio Binda (Gerente de Marketing da GE). Nada mais nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, nós, Caio Cesar Rodrigues, e Vinícius Moreira do Nascimento, secretariamos os trabalhos e lavramos a presente ata que, lida e aprovada, segue assinada pelos vereadores presentes e por nós subscrita.

Milton Leite

Abou Anni

Adilson Amadeu

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

DE ____/____/____

Pág. ____ Col. ____

Conferido ____

Paulo Fiorilo

Ricardo Nunes

Caio Cesar Rodrigues
SecretárioDanillo Nunes da Silva
Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Comissão de Finanças e Orçamento

Lista de Presença

2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão da Iluminação Pública

Data da Reunião: 18/11/2014 - Horário: 10:00 - Local: Sala Oscar Pedroso Horta - 1º subsolo

Ver. ABOU ANNI (PV)

Ver. ADILSON AMADEU (PTB)

Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)

Ver. DAVID SOARES (PSD)

Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)

Ver. PAULO FIORILO (PT)

Ver. RICARDO NUNES (PMDB)

À Presidência da Mesa, em cumprimento ao disposto no artigo 2º, parágrafos 1º e 2º, do Ato 654/99.

Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)

PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

Folha nº 94
nº 37-01
Celo César Rodrigues
CPF 15.287.507-12

SUBCOMISSÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA - FINANÇAS

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: EXTRAORDINÁRIA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 18/11/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Na qualidade de Presidente da Subcomissão para avaliar o serviço de iluminação pública da cidade, constituído em nome da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da segunda reunião extraordinária de 2014. Informo a reunião está sendo transmitida pela internet, no portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara, Auditórios On-Line.

Em atendimento ao requerimento 789/14, foram convidados, para prestar esclarecimentos, sobre o chamamento público SS/13 Secretaria de Municipal de Serviços, departamento de Iluminação Pública – Ilume. PPP Iluminação Pública, divulgado no site para consulta pública até o dia 24/11, as seguintes autoridades: Wilson Martins Poit, Presidente da SPNegócios; Geraldo José Pedace, Sócio Diretor da PEDACE Engenharia e Consultoria LTDA; Rodrigo Martins, Presidente da Iluminação GE do Brasil Comércio LTDA e Alexandre Castro Ferrari, Gerente da Iluminação GE do Brasil Comércio LTDA.

Vou suspender a reunião por dois minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nosso primeiro convidado é o Sr. Wilson Martins Poit. Indago a assessoria se os demais estão presentes? Passo a palavra ao Sr. Vereador Paulo Fiorilo para que inicie os questionamentos.

O SR. PAULO FIORILO – Antes de iniciar minhas perguntas, questiono o Sr. Wilson se tem alguma apresentação a ser feita, da participação da São Paulo Negócios, nessa Parceria Pública Privada.

O SR. WILSON MARTINS POIT – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui. Nenhuma apresentação formal. Gostaria de resumir, dizendo que a SPNegócios, é uma empresa nova na Cidade de São Paulo. Um ano e meio, para quem não me conhece, sou um empreendedor que veio para o setor público, depois de vender meu negócio, há dois. A intenção, melhor, possível, de dar uma contribuição para a Cidade de São Paulo. Estou muito feliz, de que, entre outros trabalhos SPNegócios cuida de melhorar o ambiente de negócios para os empreendedores, abertura de empresas. Está cuidando também do projeto da zona Leste, que vai indo muito bem e da recepção de investidores e retenção de investidores em nossa cidade. Temos como projeto mais importante no momento, articular para a Secretaria de Serviços, Ilume, a PPP, da iluminação pública que trata-se de um projeto extremamente elogiado, inclusive na última audiência pública. Temos sido convidados por varias cidades para falarmos sobre esse projeto. Projeto que vai proporcionar muita economia para a cidade, modernidade, redução de violência, por meio da mudança da escuridão que temos nas ruas, por alguma coisa muito moderna, econômica, que tem uma vida útil muito maior, cinco vezes maior do que “a vida útil das lâmpadas que estão aí, e muito economia de energia. Projeto moderno que fomos buscar os melhores exemplos em outras cidades do mundo, e estamos, inclusive no período de audiência pública, ouvindo a opinião da população, dos agentes empreendedores”. Estamos nesse momento, justamente, aceitando sugestões e temos até o dia 24 da semana que vem, abertos contribuições por e-mail, como o site do Ilume, como também a última audiência que será dia 5 de dezembro. Estou à disposição dos senhores para qualquer outro esclarecimento.

O SR. PAULO FIORILO – Obrigado, Sr. Wilson. Iniciando, gostaria de saber com relação consulta publica. O senhor poderia resumir aqui, como foi essa consulta do dia – me fugiu a data – consulta realizada aqui ao lado, do sindicato, se foram feitas sugestões, quais as mais relevantes e se o senhor tem uma percepção do interesse do mercado, por essa PPP?

R – Consulta foi muito boa. Foram muito mais elogios dos munícipes, dos eleitores que participaram e dos agentes. Tivemos diversas sugestões que estão sendo todas, computadas e muito surpresos com o aceite que a cidade está com esse projeto que acreditávamos muito, mas o interesse dos investidores é grande. Tivemos, na primeira fase de estudos, 34 empresas interessadas, e na apresentação dos estudos, elas se juntaram em 11 consórcios. Estamos esperando muita competição, e uma PPP que está atraindo muito o interesse do mercado, quer seja de players, instaladoras, concessionárias de energias, fabricantes de lâmpadas. Uma PPP que acredito que vai dar muito interesse e que poderemos

95
37-01
19
Celo Castro Medeiros

ter um preço competitivo.

P – Sr. Wilson tivemos a oportunidade de ouvir o Secretário de Finanças, Marcos Cruz, e também o Secretário Simão Pedro, e assim, uma das várias questões abordadas aqui, foi com relação ao escopo desse PPP. Qual o papel da SPNegócios, que o senhor disse aqui que uma das questões da SPNegócios é articular essa PPP, com a Secretarial e Serviços. Na definição do escopo, o senhor poderia informar aqui foi a participação da SPNegócios, ou foi um debate coletivo. Nós tivemos a informação que esse debate sobre a iluminação, sobre a PPP, surge a partir de uma manifestação da GE. Gostaria, se o senhor pudesse situar um pouco como se deu, e como definiu um pouco o escopo da PPP?

R- Em setembro do ano passado, em 2013, uma PPP começa com uma manifestação de interesse privado. Houve uma manifestação dessa empresa na Prefeitura, a partir disso, a SP Negócios foi acionada e passou a ajudar a Secretaria de Serviços e a Ilume na montagem de um chamamento, que aconteceu no mês de outubro de 2013.

O nosso trabalho foi de articulação. Temos uma equipe bastante enxuta, somos em aproximadamente 20 pessoas, técnicos que já trabalharam com PPPs no Governo Federal, em outros Estados e no Governo do Estado, portanto, têm experiência nisso. Ajudamos a montar o trabalho, a pesquisar também outras cidades do mundo, que já têm esse sistema, em que a roda já foi inventada. Fomos procurar as melhores práticas e definir o modelo. Abrimos um chamamento de estudo. Como eu disse, havia 41 empresas, inclusive internacionais, que demonstraram interesse. Habilitamos, juntamente com Ilume, 34 empresas, que se concretizaram na apresentação de 11 consórcios. A partir disso, abrimos essa fase de audiência e de consulta públicas que temos agora.

Nosso papel é de assessorar o Ilume e a Secretaria de Serviços a ter o melhor modelo possível. Para fazer uma PPP é preciso de três ingredientes: vontade política, interessados e garantias. Temos várias PPPs em São Paulo, mas essa é a que tem os três componentes. Há uma vontade política muito forte do Prefeito Fernando Haddad. É uma necessidade no Município de São Paulo tanto para diminuir a violência como para melhorar a iluminação de toda a Cidade. Há muitos interessados e garantias, no caso aqui, a Cosip.

O SR. PAULO FIORILO – Tenho mais duas questões, Sr. Presidente. Dos 11 consórcios que se consolidaram, a partir das 34 empresas habilitadas, pelo menos um deles apresentou uma proposta que aproveitaria a PPP para ir além do parque de iluminação; cabeamento, internet, de ações que perpassam a história do parque.

O senhor poderia falar um pouco sobre as propostas apresentadas pelos consórcios. O senhor tem um quadro comparativo para mostrar em que um difere do outro?

O SR. WILSON MARTINS POIT - Para essa fase agora de consulta pública e de audiências públicas, estudamos todas as propostas e optamos pelo caminho da simplificação, o que é suficiente com a Cosip, que façamos com tranquilidade e que dê garantias aos interessados.

O nosso foco é a melhor iluminação possível com economia e eficiência para os moradores desta Cidade, para a Prefeitura de São Paulo. Existem possibilidades. As tecnologias de hoje são avançadas. Não estamos fechando as portas para que no futuro existam outras receitas. Mas o foco, neste momento, é a iluminação. O contrato vai prever que se houverem impossibilidades e receitas acessórias, elas serão discutidas com o órgão concedente, com o CGP, e também a participação do Município nessas receitas. O foco neste momento é a simplicidade. É começar o quanto antes esse contrato.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Wilson, apenas uma última questão. O senhor disse que vamos ter um parque com modernidade, com economia e com uma durabilidade maior. Na discussão que os senhores estão fazendo - o senhor mesmo disse que a Cosip é a garantia -, há algum estudo entre essa equação de custo, durabilidade e redução do valor a ser repassado?

O SR. WILSON MARTINS POIT – A Prefeitura não vai gastar nada a mais do que está gastando, pelo contrário, o vencedor será pelo menor preço. Pode até ter benefícios para a Cidade. Também não está definido que o tipo de iluminação será o Led. Estamos dizendo

que será o Led ou algo melhor. Se surgirem coisas melhores...

P – Nos 11 consórcios, todo mundo apresentou proposta de Led ou há outra diferenciada?

R – Todo mundo está na proposta de Led.

P – Então, na realidade, estamos trabalhando com Led, *a priori*, é isso?

R – Estamos trabalhando com Led, que é uma lâmpada, pelo menos, 50% mais econômica que a média que temos por aí. Tem uma vida útil em torno de cinco vezes mais.

P – Isso significa quantos anos?

R – Uns doze anos, de 11 a 12 anos. Por isso estamos falando em 24 anos, que são dois ciclos de vida do Led, suficiente para que o investidor faça todos os investimentos necessários na rede da Cidade e tenha seu retorno no longo prazo sobre isso.

P – Quero ainda fazer uma pergunta sobre o retorno. Os senhores calcularam a partir de quando começa a ter o retorno efetivo para quem ganhar? E qual vai ser o retorno? A taxa de lucro, essas coisas ou não?

R – Fizemos alguns cálculos e o retorno está dentro do esperado nas outras PPPs que estão acontecendo no Brasil no momento, de rodovias, de aeroportos. Procuramos ficar dentro dessa faixa.

P – E qual é a faixa?

R – Em torno de uma TIR de 8%, aproximadamente.

P – TIR de 8 e o prazo é a partir de quando, a expectativa?

R – A expectativa é de que o investidor, nos primeiros seis ou sete anos, apenas faça investimentos, ou investimentos muito altos, porque ele vai precisar de alavancagem. A boa notícia é que o BNDS - já tem uma carta colocada no site da PPP, do Ilume - e também o BID estão oferecendo financiamento e elogiando bastante o modelo dessa PPP.

P – Desculpa, não entendi essa última parte. O senhor havia dito anteriormente que a Prefeitura não iria ter nenhum outro custo até porque vai utilizar a Cosip. Mas aqui o senhor está dizendo que pode haver financiamento público?

R – O agente empreendedor, o consórcio que vencer essa concorrência, vai precisar fazer um alto investimento de início. A previsão é de se trocar essas lâmpadas em cinco anos, aproximadamente, numa velocidade de 120 mil pontos por ano. Isso vai exigir um grande investimento e aqueles que precisarem de dinheiro barato, de investimento para isso, eles vão encontrar. Eles têm maior capacidade de endividamento do que a Prefeitura. Conseguem fazer isso com financiamento.

P – Então, na realidade, tanto o BNDS e o BID é que se colocaram à disposição do consórcio ou da Prefeitura.

R – Inclusive o BNDS participou, outro dia, da última audiência com bastantes elogios a isso. Eu diria que esse é um projeto pioneiro. É o maior projeto do mundo de iluminação pública em termos de pontos. Conhecemos o projeto de outras cidades como Los Angeles, Barcelona, Londres e Buenos Aires, mas nunca um com tamanha quantidade de pontos como São Paulo. São cerca de 600 mil pontos, arredondando as contas. Mas esse é o primeiro de muitos projetos do Brasil.

Pela quantidade de convites que temos recebido para darmos palestras ou para falarmos do projeto e ainda não estamos falando muito para outras cidades brasileiras, São Paulo pode não só ser a pioneira como ser um *hub*(?) com uma fábrica, por exemplo, montadora de LEDs, com luminárias e com esses equipamentos, passaram a fornecer para outros municípios e estados brasileiros que, com certeza, vão buscar economia e a sustentabilidade desse modelo.

O SR. PAULO FIORILO (PT) – Só para concluir, quando os senhores, lá atrás, que tinham ido procurar exemplos no mundo, são esses que o senhor citou: Barcelona, Los Angeles, Londres e Buenos Aires?

O SR. WILSON MARTINS POIT - E muitos outros, a roda já foi inventada. Parto do pressuposto, Vereador, que a roda já foi inventada. Já erraram bastante e já acertaram bastante.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 15171

DATA: 18/11/2014

96
37-01
19
Celo Carter
RE 11.997 - SGP.12

Conversamos com muita gente, com o BID, com essas cidades, algumas delas foram visitadas, algumas ainda serão, algumas estão sendo visitadas essa semana pelo Ilume e vamos aplicar, aqui, as melhores práticas e a simplicidade.

P - Só para que pudéssemos ter um parâmetro: dessas citadas, quais são as modelos para que tenhamos esse parâmetro para São Paulo.

R - Eu diria que Barcelona é um exemplo; Los Angeles é um exemplo; e Buenos Aires, agora, está num processo de execução; África do Sul, onde tem algumas cidades; - temos a lista de várias cidades que foram pesquisadas - Birman, na Inglaterra; Nova Iorque também; mas, nenhuma delas com uma quantidade tão grande quanto São Paulo.

E com projeto tão ambicioso, se começar pelas avenidas principais, pelas vias principais de toda a cidade que já serve, praticamente todo o Município. E, em seguida, pelas comunidades e pelas necessidades, por causa de violência, por causa de uma série de coisas, esse projeto, rapidamente, pode ter não só retorno econômico, como redução da violência e uma série de benefícios para o comércio e tudo o mais. Porque a discriminação de cores e a claridade que dá para a Cidade é muito bacana.

P - Só para concluir, Sr. Wilson, fiquei ainda com uma última dúvida. O senhor disse que temos, mais ou menos, 600 mil pontos na Cidade.

R - São 580 mil, aproximadamente hoje, mas a Cidade tem um crescimento. Isso está sendo ampliado: praças, outras avenidas, outros locais.

Vamos ter um pulmão aí de, pelo menos, mais 76 mil pontos que deverão ser criados durante a execução do projeto que podem ser praças, museus e outros logradouros que poderão ser incluídos no contrato.

Estou dando uma ordem de grandeza de, aproximadamente 600 mil pontos.

P - Seiscentos mil pontos. O senhor disse que a expectativa são 120 mil pontos/ano.

R - Isso. Projeto de quatro a cinco anos.

P - Cinco anos. É que o senhor tinha me dito de um investimento de seis a sete anos. Na realidade, cinco anos seria o período do investimento do consórcio vencedor, é isso?

R - Vocês imaginem que ele tem de se estruturar, depois, com centro de controle e gestão, com carros para manutenção e ele tem de fazer uma manutenção constante disso.

A manutenção do LED, por exemplo, é muito melhor do que a manutenção do sistema que temos hoje aí. Mas vai exigir uma série de outros investimentos. O período de investimento é muito forte.

P - Então o período de investimento, o senhor está prevendo de seis a sete anos?

R - Isso.

P - Ok. Sr. Presidente, me dou por satisfeito nesse primeiro momento.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - Obrigado. Passo aí a fazer algumas formulações.

Sr. Wilson, o senhor disse que veio da iniciativa privada. Para eu entender, o senhor mencionou que vendeu seu negócio, onde o senhor trabalhou antes? O que o senhor tinha e o que o senhor vendeu?

O SR. WILSON MARTINS POIT - Sou engenheiro eletricista, nasci em Oswaldo Cruz, no interior do São Paulo, sou caipira da roça, meu pai e minha mãe são agricultores. Vim para São Paulo há 35 anos, sou paulistano de coração.

Fiz engenharia elétrica e trabalhei durante - até por coincidência, que essa primeira PPP tem a ver -, na verdade, a vida toda, como empreendedor. Tive cinco empresas e a última delas de grande sucesso.

P - Quais empresas o senhor teve antes?

R - Tive um sítio, no interior, onde produzia manga.

P - Que mais?

R - Tive uma loja de material elétrico e hidráulico, em São Paulo. Tive uma empresa de instalações elétricas que tinha meu nome, chamava Poet Engenharia. Tive uma transportadora na Vila Maria, muito simples, que quebrou, não deu certo.

Mas, em 1998, criei uma empresa de aluguel de geradores elétricos sobre caminhões. Inicialmente alugando para eventos, para festas, para aniversários. Mas, essa empresa cresceu muito, graças a Deus. Passei a alugar para grandes jogos de futebol, para mineradores, para cidades na Amazonia e a empresa se expandiu por toda a América Latina.

Tornou-se líder de mercado em aluguel de energia elétrica, seja para uma emergência num *call center*, seja para um grande evento, ou uma indústria, ou mesmo um porto congestionado com contêineres.

Daí, fui assediado por diversas empresas multinacionais e fundos de investimento.

Em abril de 2012, graças a Deus, num momento bom e certo, vendi meu negócio. Foi uma negociação muito importante, está na mídia. Foi adquirida pelo líder mundial nesse negócio, sediado em Londres.

Eu menti para minha esposa que a gente ia descansar, ia viajar, eu iria virar conselheiro de outras empresas familiares, mas recebi alguns prêmios durante essa trajetória: de empresa de consultorias, como empreendedor que saiu da roça e serve como exemplo, e passei a dar palestras pelo Brasil todo. E uma das entidades que me apoiam é a Endeavor, uma ONG que apoia empreendedorismo e criação de pequenas e grandes empresas.

Essa organização me apresentou ao Prefeito Fernando Haddad e entrei na Prefeitura para ser Presidente da SP Negócios, em maio do ano passado. E isso sempre pensando que o empreendedor também tem de ajudar sua cidade a melhorar o ambiente.

Tentei abrir negócios no Brasil e na América Latina toda, mas tive muita dificuldade em algumas cidades. É muito difícil abrir um negócio e muito difícil fechar o negócio, em São Paulo e no Brasil.

E eu vim, agora, para o outro lado do balcão. Acho que todo empresário deveria fazer isso numa fase da vida, ajudando os senhores, trazendo um pouco da experiência de fora, a melhorar isso.

Minha missão na São Paulo Negócios é melhorar o que se chama de *deal business*: reduzir o prazo de abertura de uma empresa em São Paulo; levar empresas para a zona Leste, perto de quem trabalha e mora, dentro da filosofia do Prefeito; atrair mais investimentos em São Paulo dentro da vocação dela, e uma delas é a zona Sul, o polo de ecoturismo de Parelheiros, por exemplo; e também articular Parcerias Público Privadas que é um negócio muito importante.

Sou da opinião que as Prefeituras e os Governos não têm mais de investir dinheiro em grandes prédios, em grandes obras, obras faraônicas, mas, sim, comprar o serviço que sai pelo aporte dessa obra, pagar pela eficiência, como é nessa PPP, ou seja, a remuneração ter um componente variável, vamos fiscalizar e pagar pelo nível de iluminação – ou deixar de pagar – e entregar isso para o terceiro.

P – Satisfeito.

R – Estou bastante feliz nessa função e, desde janeiro, fui convidado pelo Prefeito e acumulo a Secretaria de Turismo também.

P – Nessa sua carreira, o senhor trabalhou com a General Electric?

R – Trabalhei com a General Electric, com todos os players que o senhor pode conhecer.

Como engenheiro eletricista, tive a oportunidade de conhecer todos os fornecedores, inclusive a GE.

P – O senhor conhece o Sr. Alexandre Castro Ferrari, da General Electric?

R – Devo conhecer, mas, pessoalmente, no momento, não me lembro.

P – Em que área da General Electric o senhor trabalhou?

R – Para falar bem a verdade, comprei muito material elétrico durante a vida toda e tive um relacionamento mais próximo com essa empresa no ano de 2001, ou 2002, quando eles quiseram, inclusive, comprar minha empresa, que, felizmente, não vendi naquele momento, era o início do Governo Lula.

Continuei com meu negócio e vim a vender por 40 vezes mais, talvez agora para um outro fornecedor, outro concorrente da Europa.

Durante todo esse tempo tive muitas interações e comprei geradores de todos os fabricantes, sempre na área de geradores de energia.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Sr. Wilson, só para eu entender, na cidade de São Paulo nós estamos concedendo, fazendo concessão de um serviço público, uma vez que a Prefeitura tem uma receita líquida e certa.

Registro a presença dos Vereadores Ricardo Nunes, Abou Anni.

O Vereador Paulo Fiorilo indagou de V.Sa. se nessa concessão... o que é líquido e certo, Sr. Wilson é que temos um dinheiro, por volta de 300 milhões da Cosip, anualmente.

O senhor disse que nós vamos conceder cerca de 560 mil pontos de energia. Explique para nós o que estamos entregando pela PPP para a iniciativa privada, senão as pessoas não vão entender. Qual a obrigação do eventual vencedor, se houver PPP? Se alguém tiver dúvidas, se haverá essa PPP. Eu particularmente sou contrário da forma como está sendo conduzida, mas eu queria entender o que nós pretendemos entregar versus esses 300 milhões que a Cidade terá. O que nós vamos comprar dessa empresa, por um período de 24 anos? O que o senhor pretende entregar?

O SR. WILSON MARTINS POIT – A Secretaria de Serviços, o Ilume, nós somos assistentes, somos como uma consultoria interna para eles. O que nós vamos conceder é a iluminação pública da Cidade.

Essa empresa vai ter a obrigação de trocar todo esse parque de iluminação que São Paulo tem hoje de lâmpadas antigas, ou de lâmpadas que duram em torno de 10 mil horas, gastam muita energia e precisam de uma fiação bastante grossa, bastante complicada, tem muita fraude e problema.

Essa empresa vai trocar isso tudo por uma iluminação moderna, dentro das prioridades que a Prefeitura vai dar, ou seja, na sequência. Como não dá para fazer tudo em um ano, nós vamos dar a sequência, que será pelas vias principais, pelos bairros com mais necessidade e ela vai cuidar também disso.

O que nós vamos comprar é o nível de iluminação na rua, é o que uma PPP compra, é a eficiência. O que vamos cobrar é o quanto vão estar iluminadas essas ruas. Haverá penalidades se tiver lâmpada apagada, se não tiver bem iluminada uma avenida ou uma rua, ou tiver níveis grandes de interrupção, como hoje temos.

Não vamos mais ter problemas com isso, vamos passar a ser o cliente, sem maiores custos, vamos ter uma iluminação muito melhor, vamos remunerar com uma parcela fixa e uma variável o serviço.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Eu entendi, Wilson, mas para isso o povo vai pagar. E pagar caro. Então nós não vamos fornecer a haste, não vamos fornecer o braço, só a lâmpada. O senhor está vendendo a iluminação, não está vendendo o suporte, nem o poste. Estou correto?

O SR. WILSON MARTINS POIT – A rede de iluminação existente que está aí hoje, a fiação, ela vai negociar com a Eletropaulo. Ela vai utilizar essa rede ou não, vai substituir. A haste, a luminária – a luminária tem que ser trocada, a que está aí hoje é um trambolho muito grande, com um reator grande, inclusive vai ficar...

- Manifestação simultânea.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Para sermos objetivos e as pessoas entenderem, o que nós estamos comprando, o que nós vamos entregar versus esses 300 milhões da Cosip? É isso que está nos interessando e preocupando muito.

Para o senhor entender, nós vamos comprar o quê? Vamos comprar a haste, vai negociar ou não? Qual é a obrigação? Vou discutir o objeto depois do projeto, que é o dimensionamento prévio da rede. Não é isso que nós estamos discutindo neste momento, estamos discutindo qual é a obrigação? Se for iluminar ele não tem então contrapartida de fornecer a haste nem o poste. Ele só tem obrigação de fornecer a iluminação, o senhor está dizendo. É isso?

O SR. WILSON MARTINS POIT – Em alguns casos ele vai ter que fornecer muitas outras hastes, porque nós vamos cobrar o nível de iluminação a certa altura da calçada. O que

ele vai ter que fazer para conseguir isso é problema dele. Então ele vai ter que por braços auxiliares, complementar isso, o que é problema dele, nós vamos comprar o serviço.

O que nós vamos pagar é cerca de 25 milhões, por mês, que é o que se paga hoje, na Cosip, daí para baixo. Esse é o preço que se paga hoje. Vai ganhar quem der o menor preço em relação a esse.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu entendi, muito claro. Estamos falando de 300 milhões, ao custo de 560, sai em média é R\$ 2.560,00 por lâmpada, por ponto que o senhor está trocando. Com esse dinheiro nós trocamos em cinco anos, dos 120 que o senhor está falando. Por que vou entregar para a iniciativa privada aquilo que eu estou fazendo? Estou estimando em 300 milhões. Ora, se eu tenho 300 milhões eu posso pagar à vista, escolher aquilo que quero, sem entregar para os tubarões ao preço de R\$ 2.500,00, por ponto.

Nós estamos entregando, pelo que o senhor está falando, a R\$ 2.500,00 por ponto. Se eu dividir os 300 milhões que tenho, pelos 120 que o senhor está colocando, em cinco anos eu troco e pago R\$ 2.500,00, não é meio caro para fazer isso? E nós ficamos amarrados a um contrato de longa vida a esse custo?

A preocupação é a seguinte, por que nós temos que conceder, se eu posso pagar por um contrato de serviços e ter o controle desse contrato? Há uma questão de critério, o senhor está dizendo hoje, fugindo um pouco desse norte que a Administração está traçando, não o senhor especificamente, não quero configurar a figura do senhor. É do projeto como um todo, da Administração.

A dúvida é: por que vou entregar para tubarões e barões aquilo que eu posso controlar com um contrato de serviços de cinco anos, é o que o senhor está falando. O senhor está falando em financiamento do BNDES com 300 milhões, por ano, nós trocamos.

Se dividir 300 milhões (Ininteligível) só para a lâmpada, a R\$ 2.500,00, está caro. Colocar uma lâmpada a R\$ 2.500,00 por ponto, é uma equação.... Por isso, eu quero saber o que nós estamos concedendo, o que estou comprando. Depois vem os aditivos, preciso comprar mais, é preciso estar definido o que estamos comprando.

Outra coisa, Sr. Wilson, que a Câmara, esta Comissão, vai promover e nós vamos pedir o adiamento da proposta, é fazer audiência pública aqui. O senhor está dizendo que vão iluminar as grandes avenidas. Quem disse que a população quer as avenidas e não quer as áreas do Jardim Ângela e da Cidade Ademar iluminadas primeiro e não as avenidas? Quem disse que nós queremos isso?

Sr. Wilson, nós temos problemas de segurança nos cinturões primeiro. O problema de segurança pública que nós temos hoje, que a iluminação traz um conforto, é nas áreas mais periféricas. É lá que tenho estupros, assaltos, roubos, toda natureza de crimes, nas portas das escolas e creches.

Ficamos preocupados não com os senhores, com o Sr. Wilson, amanhã o senhor pode ir embora e pode estar alguém respondendo por esse projeto como um todo. A preocupação desta Casa, daí a Subcomissão, vamos fazer audiência na periferia e saber se eles querem lá ou querem priorizar a Marginal Pinheiros, como estamos fazendo.

Ao custo que estamos fazendo hoje, a SSO já está substituindo as marginais. Só que ela está trocando poste, o braço e a lâmpada. Daí a pergunta, se nós estamos fazendo isso hoje, com financiamento da Cosip, eu pergunto muito claramente para o Sr. Wilson, quem é que fez os estudos e o dimensionamento prévio, não do discurso que o senhor colocou, da iluminação, isso é a resultante óbvia que tenho de fazer, até porque não está sendo levadas em consideração as tecnologias novas que podem ser mais baratas no futuro.

Aí a pergunta, por que o Poder Público, o dinheiro do povo, amarrado a 24 anos, se esse investimento pode ser feito com a estrutura do serviço hoje, mais barato? Se o senhor for em qualquer lojinha, quanto custa essa lâmpada, se for comprar no mercado aberto hoje, eu duvido que custe dois mil e quinhentos reais, ao ponto que estamos vendendo.

Então o que está nos preocupando é o investimento versus serviço amarrado. Se eu dissesse: tenho de trocar o cabeamento, a lâmpada por esse dinheiro, talvez não houvesse

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 15171

DATA: 18/11/2014

Folha nº 98 de 100
nº 37-01 de 2014
Calo Cassio Rodrigues
CPF 11.207.507-12

demanda para tanto tempo assim. É muito tempo para ficar amarrado a uma empresa de tubarão, que a Cidade tem de ficar entregue. Não sei por que, queria entender a razão. Nós estamos trocando, é só substituir as lâmpadas.

Outra questão é a prioridade, por que estão fazendo lá se temos problemas no Jardim Ângela, Jardim Herculano, no M'Boi Mirim, Embu-Guaçu, Jardim Capela, Av. dos Funcionários Públicos, Jardim Arizona, Cavalo Branco, Capão Redondo, o caos está instalado. Nós votamos lá e não vemos uma lâmpada dessas, um serviço barato que poderia ser feito prioritariamente.

Então o senhor está dizendo que vão as fazer as marginais onde passam os carros não têm problemas de assaltos e aqui temos a Polícia. Os pobrezinhos lá da periferia não tem isso. Vamos fazer audiência nas 31 regiões porque não queremos que o senhor faça a concessão – essa PPP – antes de ouvirmos a população.

Estou dizendo que vamos marcar 31 audiências em todos os bairros para discutirmos com o povo. Não ficar recebendo telefonema: o senhor gostou? Maravilha. Não. O senhor desculpa o desabafo.

Estou vendo que o Prefeito começou pelas marginais. Não concordo com ele. Em muita coisa concordo com o Prefeito, com isso não concordo porque o índice de violência não está nas marginais. É lá onde está o povo. E eles não dão queixa mais em lugar nenhum. O tráfico de drogas campeia, as biqueiras correm soltas, as mulheres são estupradas na porta da escola, as crianças vão à escola com medo da violência.

Isso não foi discutido nas comunidades. Não foi discutido nos Consegs. Vamos chamar os Consegs aqui, todos, chamar as comunidades e vamos discutir aqui no âmbito da Câmara onde o povo tem a oportunidade de falar.

Então peço para o senhor anotar, para que respondesse a esta Comissão, primeiro, com referência à lâmpada, qual empresa fez o dimensionamento prévio para fazer a concessão e o currículo dela. Vamos discutir até o currículo das empresas. Há uma empresa que tem um capital de mil reais e está habilitada a fazer o estudo. Como é que com um capital de mil reais faz uma habilitação de 7,3 bilhões.

São algumas coisas que nós, a opinião pública está assim olhando, mas não está satisfeita. Para que amanhã ou depois não haja problema de insatisfação popular versus preço. Não que os senhores tenham má intenção, mas podem errar na dosagem que estão fazendo de uma concessão desse tamanho.

O senhor não tem convivência com o povo, por isso que perguntei o currículo do senhor, para saber onde trabalhava. Para saber se o senhor tinha um passado de conviver com a demanda do povo. Só sabe as dores do povo aquele que passou e passa diariamente. Esse que está aí do seu lado, Ítalo Cardoso, ele convive e sabe da dor do povo. Eu sei. Estes Vereadores que estão ao meu lado sabem, porque convivem com a reclamação e o povo o dia inteiro.

O senhor nunca foi num embate popular. Fazer palestra em ar condicionado é uma maravilha. Queria que o senhor fosse chamado lá na Sociedade Amigos Parque Figueira Grande, no Jardim Alto do Riviera e Cidade Ademar para fazer palestra sobre iluminação pública. Discutir lá. Nós vamos convidar o senhor, fique tranquilo.

Vamos convidá-lo e toda a Comissão para essas 31 audiências públicas que vamos fazer nas entidades de bairro, para saber se eles concordam porque estamos gastando o dinheiro deles.

Então quero saber hoje quem fez o dimensionamento com avaliação de custos comparativos com os produtos. Esse que estamos aplicando hoje, qual o custo dele e qual o custo que o senhor pretende implementar. Se o serviço em cinco anos não resolve, ou se resolve em seis ou sete, isso seria resultante e não temos de entregar para esses barões, tubarões que vão ficar com o contrato só vendendo a iluminação.

Quer dizer, a expectativa de ganho é muito grande. A pergunta é: por que se amarrar a tanto se podemos resolver com a gestão direta. Por exemplo, com a boa administração do senhor ou até do Simão Pedro, que é um excelente Secretário, uma

excelente pessoa e bem intencionado, é um ótimo Secretário, uma feliz escolha do Sr. Prefeito. Nós que remos fazer com (palavras ininteligíveis). Então é isso. Eu queria saber a respeito disso.

R - Muito obrigado pelas perguntas, eu anotei na sequência, antes de mais nada eu queria dizer ao nobre Vereador que para ser empreendedor nesse País, para construir uma empresa, também tive que gastar muita sola de sapato, tirar a bunda da cadeira e andar por esse Brasil inteiro. A gente só consegue fazer uma empresa, principalmente, o pequeno empresário como eu fui, visitando todos os lugares onde a gente fazia serviço, ouvindo os clientes, como eu disse, gastando a sola dos sapatos. Você só consegue ser diferente no Brasil e lutar contra toda essa estrutura tributária difícil se você andar por esse Brasil e isso eu andei muito, pela América Latina e até um pouco pela África, ouvindo a dificuldade do meu cliente, do povo e sempre renovando o meu produto.

Não é uma coisa só de palestra no ar-condicionado, mas para construir uma empresa é também de embate com o povo. Coitado daquele empresário que acha que mandando e-mail vai conseguir fazer o negócio crescer.

O senhor me perguntou o que nós estamos comprando, não estamos simplesmente comprando commodities, lâmpadas, estamos comprando um serviço, estamos comprando o que sai pela porta de todo esse projeto, o nível de iluminação. Isso inclui a commodities, que são as LEDs, as lâmpadas, os braços necessários, o Centro de Gestão, porque essas lâmpadas são monitoradas 24 horas e precisam ser substituídas e nós vamos ter mecanismos, verificação do atendimento, eu não sei administrar nada que não tenha medida, tudo vai ter medida e nós sugerimos, estamos na época de audiência, de consulta, mas a nossa sugestão são 17 indicadores de iluminação, de tempo de interrupção, de quantidade de luz que numa noite apaga e que vamos punir e que vai estar na remuneração dele. Então, o investimento não é simplesmente uma conta dividido pela quantidade de lâmpadas, mas é um serviço, que ao longo de muitos anos ele precisa de constante manutenção, precisa de muita gente na rua, um centro de gestão super moderno em São Paulo, que faça com que a gente pela primeira vez, reduza fraude e tenha uma iluminação correta. Vamos medir nas ruas e junto com o povo vamos exigir. Onde vamos fazer? Muito bem-vinda a sua sugestão, estamos abertos. Até terça-feira que vem estamos na fase de consulta pública e no dia 5 de dezembro...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu peço que a Secretaria da Comissão emita ofício a consulta pública adiando até que essa comissão de consulta, até que concluamos as 31 audiências públicas. Já estou pedindo formalmente para o senhor, e temos fé pública, que adie até a conclusão das 31 audiências públicas, essa comissão vai fazer com a presença dos senhores para que possamos ouvir a população. Faremos as audiências públicas *in loco* essa subcomissão estou pedindo que se adie para conclusão dos trabalhos da comissão.

R- Com todo o respeito a gente vai anotar isso e vou só continuar, desculpe-me, eu gostaria só de responder a sua pergunta que foi bastante...muito boa e que me permite esclarecer. As audiências e as consultas estão sendo muito ricas, a última no Instituto de Engenharia teve a presença de muita gente e por incrível que pareça foram os eleitores, cidadãos, os que mais elogiaram. As empresas também estiveram presentes, apresentaram muitas questões, mas são os cidadãos que estão mais contentes com esse projeto e estamos abertos. Continuamos até a semana que vem e dia 5 de dezembro temos de novo uma sessão dessas. Então estamos comprando, como disse ao senhor, um serviço, a eficiência da iluminação, e não um produto. Não é uma simples divisão, e que depois o Poder Público... O senhor sabe a dificuldade que temos para contratar e para cuidar de tudo isso, com todas as fraudes, com todos os problemas que tem na rua hoje, roubo de fio, de lâmpadas, uma série de coisas. Essa lâmpada é muito mais eficiente. Se ela apagar durante a noite, não é preciso um vizinho me telefonar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Só para contribuir com a reposta; depois o senhor complementa.

A Prefeitura está iluminando a Marginal, a 23 de Maio. Eu pergunto ao senhor: o senhor tem a tabela do custo da lâmpada, aquilo que o senhor está trocando, *versus* a

concessão? Eu queria que o senhor nos fornecesse essa tabela. O senhor já está fazendo aquilo que pretende fazer no futuro, que é o que está sendo implementado, que o senhor ainda vai conceder mais. Já não será mais o número (Ininteligível) que está sendo feito. (Ininteligível) Eu estou complementando a pergunta para o senhor. O senhor já tem esse comparativo, do custo do produto que o senhor está comprando com aquilo que está sendo implementado hoje? Peço ao senhor que faça a comparação. Numericamente, quanto custa a iluminação pública que está sendo colocada, ofertada pelo Poder Público hoje, e aquela que o senhor pretende ofertar no futuro?

O SR. WILSON MARTINS POIT – Está bom. Vamos anotar isso. Mas essa rede que está sendo construída, que é pequena, serve até como mostruário para a Cidade. Temos, por exemplo, avenidas que tem um lado com LED e o outro sem, justamente para se ver a grande diferença de eficiência e de economia que temos.

Mas quando o senhor me perguntou onde, começar pelas periferias, e tal, não somos contra, não, nós estamos abertos. E esse projeto colocou um modelo. Estamos na fase de consulta pública e de audiência, e todas essas sugestões são muito bem-vindas. Tenho certeza de que a Prefeitura, o Simão Pedro, a Ilume não terão objeção a escolhermos juntos as prioridades. Como disse, trata-se de um projeto muito rico, muito bom para a cidade de São Paulo, não só pela economia, mas para reduzir a violência, para melhorar a qualidade de vida da população.

Outra questão que o senhor comentou, e que eu gostaria de comentar, diz respeito às tecnologias novas.

Estamos, sim, pensando que são muitos anos, e que tecnologias novas vão surgir. E o mecanismo de contrato sugerido, que está em discussão, permite ajustes a cada cinco anos. Então, a cada cinco anos, poderemos fazer ajustes, analisar as tecnologias que estão sendo usadas, se surgiram coisas melhores, e como está o equilíbrio do contrato.

Quanto às audiências, de novo: até semana que vem elas estão abertas; não é só por email, não é só por telefone. Dia 5 dezembro temos novamente uma presencial. A última, no Instituto de Engenharia, foi ótima. Podemos pensar e obedecer a sua determinação de termos outras.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Determinamos que faremos as 31 audiência públicas a partir de janeiro nos bairro, uma em cada subprefeitura, preferencialmente não na sede. Tipo Instituto de Engenharia: o meu pessoal do Jardim Ângela não vem, lá da Brasilândia, do extremo da Cidade Tiradentes.

O SR. WILSON MARTINS POIT – Vereador, eu conheço bem o Jardim Ângela, até porque sou de uma família descendente de alemães que morava na zona Sul, assim como conheço Parelheiros agora, onde estamos trabalhando num projeto. Inclusive fui morar com a minha esposa, meus filhos, esses dias, numa pousada lá no Centro Paulus, em Parelheiros, e fiquei lá andando e conversando com as pessoas na rua para ver o que é melhor para o futuro do turismo de Parelheiros, que eu acho que vai ser um outro grande projeto. E o Prefeito não tem nada contra isso, não. Vamos fazer da melhor maneira possível. Eu só tenho um senso de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Por que essa urgência, Sr. Wilson? Por que essa pressa?

O SR. WILSON – Porque acho que é uma economia enorme. É um bem-estar enorme para a população e para a Administração. Estou pensando em São Paulo. Acho que esse projeto é pioneiro. A conta é tão bem feita e o preço não será esse que estamos falando, de 24 milhões por mês. Esse é o preço inicial. É o top. Vai ganhar quem oferecer por menos tudo isso aí. Quando o senhor falou da habilitação, que há empresas muito pequenas, temos fundamentos e requisitos bastante robustos para a habilitação dos licitantes, para impedir os aventureiros. Não vai ganhar uma empresa de mil reais, não.

P – Só faltou o senhor me responder se foi feito o quadro comparativo com aquilo que está sendo feito hoje de custos. Isso porque o senhor já tem experiência prática. O Secretário está implementando. Então, pergunto, se o senhor já tem esse comparativo daquilo

que o senhor vai comprar, daquilo que o senhor vai conceder pela PPP, daquilo que o senhor vai efetivamente fazer.

R – Olha, o modelo de negócio criado prevê, sim, o que vai absorver esses pontos que já foram instalados. Temos a quantidade dos pontos que já foram colocados e, em nossos cálculos, eles foram previstos. Podemos encaminhar depois quantos pontos já existem na cidade de São Paulo e que serão herdados, e a gestão desses pontos passará a ser. Não são muitos em relação aos 600 mil, não.

P – Sr. Wilson, não foi essa a questão colocada. Se o custo daquilo que está sendo colocado versus aquilo que o senhor vai conceder, cobre o custo ou não. É essa a tabela que quero.

R – Os custos foram dados pelo Ilume. Estamos todos baseados nos custos.

P – O senhor não entendeu. Serei mais claro. Hoje já está lá na Marginal e na Vinte e Três de Maio uma lâmpada. Ela tem um custo. Pergunto: traçado um paralelo para aquilo que o senhor vai conceder, com um dinheiro desse, daquilo que o senhor está fazendo, o senhor faz os 560, 580 mil pontos.

R – Não estou comprando só lâmpada. Estou comprando um serviço. Porque R é compra de um pacote completo de serviço, eu não quero saber.

P – Mas o senhor não pode falar “não quero saber” para o dinheiro público. Desculpe-me.

R – Desculpe-me, mas não quero saber como que o fornecedor vai se desdobrar. Quero o serviço. Quero um nível de iluminação dentro do esperado. Ele vai ter que se desdobrar. Não estou, simplesmente, fazendo uma conta de que vou comprar lâmpada. Ele vai me fornecer a PPP.

R – Posso fazer uma sugestão? Foi feita a formação de preço básico como é feita na da 866, para discutirmos se isso que o senhor vai comprar corresponde a cinco anos e, aí, teria um custo muito menor. Imagine o senhor se em uma licitação com formação de preço-base do mesmo produto que o senhor está vendendo, agora com o produto que o senhor tem o contrato, ISSO, o senhor tem um contrato de iluminação que está fornecendo para a cidade de São Paulo. Então, pergunto, no paralelo, teria cinco anos para fazer e não ficaríamos... A cidade de São Paulo teria que entregar...

P – Vereador, nunca mais vamos ter que pagar a conta de luz. A conta de luz fica totalmente por conta de quem ganhar. Quem ganhar vai trocar as lâmpadas, vai dar o serviço e vai pagar a conta de luz para a Eletropaulo. Então, vai gastar menos do que gasta hoje.

R – Podemos fazer isso da mesma forma com contrato de serviço. As nossas não estão batendo com essa PPP. Esse é o grande debate, hoje, aqui. Se houver eventual risco ao erário, temos que nos insurgir a isso. Então, os gestores que, eventualmente, forem implementar esse serviço, e ficar evidenciado, aqui, que há risco ao erário futuro, isso terá que ser discutido. Nem toda PPP traz bons resultados ao erário. Quem vai pagar a conta, continua sendo a Cosip. É o povo que continuará pagando. Não há milagre. A empresa vencedora não será casa de caridade e nem acho que deva ser. Ela está aqui para ter lucro. A questão é: temos que dimensionar se esse ganho compensará. Não podemos colocar o erário em risco. Não podemos fazer uma PPP temerária.

R – Vereador, a SPNegócios está segura de que essa é a melhor relação custo/benefício para a população. Nos baseamos nos custos do Ilume, das últimas reformas feitas na Vinte e Três de Maio.

P – Quanto custou cada lâmpada na Vinte e Três?

R – Não tenho os números, mas posso encaminhar. Temos um plano de negócios. Tudo isso, foi feito um plano detalhado de negócios: custo da iluminação, custo da conta de energia, custo da manutenção, custo do centro de gestão. Foi feito um cálculo muito detalhado de tudo isso. E com todo o respeito, Vereador, se o senhor tiver algumas informações que não temos, que torne isso mais barato, estamos abertos a ver essas contas. Porque se somarmos o custo de implantação, o custo das luminárias, a conta de luz, custo de manutenção e todos esses anos, fizemos uma conta...

P – Vamos acostar ao processo e oferecer ao senhor, ao final, junto com as audiências, a proposta mais barata. Disso já não tenho mais dúvida. É bem mais barato, inclusive, que uma absorção de energia. Disso, pessoalmente, já estou convencido. Sobrará dinheiro do que tem e dá para implementar. Nós vamos acostar ao processo. Por isso que nós não estamos preocupados com a pressa.

Nós temos que estudar com calma. Isso aí é uma economia grande.

Ao longo do período, para a cidade de São Paulo, espero que seja grande mesmo. Mas qual é a melhor?

O SR. WILSON – Vereador, eu estou na SP Negócios com a melhor das intenções para garantir que o dinheiro público vai ser empregado da melhor maneira possível.

O plano de negócios e as contas que nós fizemos estão disponíveis no site. Lá tem todas as contas que nós fizemos para chegar nesses números e provocar os empresários a apresentarem números menores ainda.

Eu asseguro para esta Comissão que o objetivo da Secretaria de Finanças, o objetivo do Prefeito de São Paulo e da SP Negócios, é que esse seja o melhor equilíbrio econômico possível para a população: melhor qualidade dos serviços, emprego do dinheiro. E nós vamos ter verificadores. Além do próprio llume, nós vamos ter jeito de medir o que eles estão entregando mês a mês.

Então, nós não estamos comprando simplesmente lâmpadas e luminárias. Estamos comprando um serviço, a instalação, a gestão de todo esse parque, a troca dessas iluminações. Eles vão pagar a conta de energia da Cidade, e a população, gastando um pouco menos do que gasta hoje – não sabemos qual vai ser o preço vencedor -, vai ter um serviço de ótima qualidade.

- Falas simultâneas.

O SR. WILSON – O plano de negócios que faz essa conta está disponível no site.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – *Permissa venia*, Sr. Wilson, nenhum empresário vai pagar a conta de contribuinte nenhum. Quem vai pagar é o povo com a COSIP.

Nenhuma empresa vencedora, a General Electric não é – eu só espero que ela não ganhe, pelos precedentes que ocorreram durante todo esse processo, que foi a primeira a abrir. Espero que ela não vença, se não, vai ser um escândalo isso aqui.

Eu só entendo que eles não são casas de caridade. Então, não precisa me dizer que vão pagar a conta. Eu discordo do senhor. Ninguém vai pagar a conta pelo povo. Ele não vai sacar o cheque ele e dizer: 'eu paguei a conta de energia'. Não. Quem vai pagar é a COSIP.

O dinheiro é único, é uno. As outras fontes de alternativas de receita, eu concordo com o senhor. Com todo respeito que tenho pelo histórico do senhor: eu não concordo que eles vão pagar energia. Não vão pagar, não. Quem vai pagar é o contribuinte, aquele que consome energia, vai pagar com a COSIP. É essa a equação de quanto só é o lucro.

A pergunta nossa é o quanto. Isso a Comissão vai propor, também, e com quadros comparativos. Com o que o senhor publicou – nós temos isso aqui – e com a aquilo que nós vamos ofertar, discordando do senhor frontalmente e dizendo: olha, esse caminho aqui tem que ser considerado.

Nós, ao final dos trabalhos – e já temos bem avançado isso -, nós vamos mostrar para o senhor e dizer: nós não concordamos por isso. Vamos dar os motivos particularmente. Não sei se os demais membros, sim. Mas eu vou levar à colação deles, esta presidência, pelo menos num comparativo até aqui, tenho dúvidas se serão melhores. Mas nós vamos voltar a chamar de novo Secretário Cruz, o Simão Pedro, um senhor que é uma autoridade e que já atuou no setor elétrico, tem uma vida no setor elétrico, é Engenheiro Elétrico.

Vamos dizer que o plano de negócios que o senhor colocou realmente no papel é bonito.

A dúvida nossa, Sr. Wilson, hoje, se o Secretário disser que o plano está aqui na mão, por ora, aquilo que eu tenho me gera dúvida. Os preços são menores comparados com a PPP.

O SR. WILSON – Vereador, nós temos o plano de negócios, no *site*. Aachamos que essa é a melhor alocação do dinheiro público, mas estamos no período de receber sugestões. As sugestões desta Comissão serão muito bem vindas. Anotei, mas gostaria de receber mais detalhadamente e vamos analisar. O que irá para o edital será a melhor solução para a Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A minha dúvida é de fundo. O que é? É a cidade de São Paulo. Porque, amanhã, vamos embora. Sr. Wilson, não é a figura do senhor. É o negócio em si, porque um equívoco cometido pode, não é que vai fazer, mas pode ensinar que aquele não seja o melhor negócio. E o senhor não é o precursor. O senhor é o condutor do negócio. Estamos discutindo com uma das peças.

O SR. WILSON – Então, gostaria de assegurar ao Vereador que não vim para o setor público por acaso e não com outra intenção que a de ajudar para que essa PPP seja a melhor alocação possível do dinheiro público. Reitero que o plano de negócios foi bastante estudado. Colocamos nessas contas tudo que a empresa ganhadora terá que fornecer. Mas estamos abertos a sugestões para realizarmos esse plano de negócios no momento oportuno. Essa é a hora dos senhores apresentarem as sugestões. Asseguro de que todas as contas, tudo que pudemos buscar, porque existem exemplos em outros lugares, colocamos no plano de negócios que está no *site*, para podermos chegar a esse número, que é muito bom para a Cidade, para os moradores da Cidade, para todos terem uma São Paulo linda, iluminada, mais segura. Esse projeto trará para São Paulo não só o pioneirismo, como a possibilidade de replicar esse exemplo no Brasil todo e, quem sabe, em outros países.

P – Essa é uma intersecção que temos em comum, no sentido de que a Cidade tenha, e a proposta é boa, a iluminação. O produto *led*, hoje, entendemos como um bom produto para o momento, mas as tecnologias vêm avançando muito e essa é uma preocupação porque, daqui a cinco, seis anos, já pode ser muito velha. Daí a preocupação: por que amarrar isso a uma PPP neste momento?

O nosso trabalho estará concluso após as audiências. Mandaremos todas as sugestões para os senhores com um trabalho bem elaborado, com tabelas comparativas. Vamos agendas as reuniões. Temos a peça orçamentária no momento, aqui na Câmara, da cidade de São Paulo, com projetos importantes para votar, e não termos conseguido êxito. É importante para a Cidade, precisamos tirar da frente da Câmara Municipal, mas a discussão política impede, estamos trabalhando para isso. Então nós queremos discutir com o senhor.

O senhor vai voltar aqui, tenho certeza, após algumas audiências públicas que nós faremos. Vou convidá-lo para as primeiras, que vou marcar lá no Jardim Ângela, o senhor disse que esteve lá, em Parelheiros.

Vou convidá-lo, com sua equipe, para que assistam a uma audiência pública no bairro. O senhor vai ver que às vezes a temperatura sobe um pouquinho lá. Nós não faremos com o senhor lá, talvez neste ano ainda, umas duas ou três, para adiantar a agenda, enquanto nosso trabalho vai prosseguindo.

Sr. Wilson, por ora é isso, o senhor fica nos devendo o comparativo do produto que está hoje ofertado, com a tabela do senhor, dizendo da viabilidade.

Indaguei dos Srs. Vereadores, e o Vereador Ricardo Nunes quer formular questões.

Antes, porém, registro a presença do nobre Vereador Nelo Rodolfo, ex-presidente desta Casa e atual Vereador com mandato, jornalista. (Pausa)

Obrigado pelo futuro presidente. Tomara, vou disputar, pelo menos, no Plenário. Vamos tentar, é um direito da democracia.

Agradeço ao nosso sempre Vereador Ítalo Cardoso, a quem eu tenho um apreço pessoal muito grande.

Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES - Presidente, obrigado.

Rapidamente, das 34 empresas, Sr. Wilson, geraram 11 consórcios, desses, quantas das 34?

O SR. WILSON MARTINS POIT – Não tenho exatamente esse número aqui, mas posso informar à Comissão. Se não me engano são 16 empresas que se consorciaram de

REUNIÃO: 15171 DATA: 18/11/2014

diversas maneiras e montaram 11 consórcios. Mas peço para encaminhar isso depois.

Inicialmente, foram mais de 40 empresas interessadas.

P - Mas entraram 34?

R - Trinta e quatro foram habilitadas e 11 consórcios apresentaram estudos. Olhamos todos esses estudos para poder colocar essas primeiras condições que estão sendo levadas à audiência pública, à consulta pública.

P - Agora, dos 11 consórcios, o senhor não tem agora a informação, das 34, quantas foram absorvidas dentro dos 11 consórcios?

R - Acho que são cerca de 16, mas posso informar corretamente.

P - São 11 consórcios com 16 empresas.

R - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Sr. Wilson, nos trabalhos que o senhor desenvolveu, na documentação acostada, o senhor solicitou o estudo de viabilidade econômica das empresas CPFL, Consórcio GE- Citeluz Andrade, Engeform, Luzes Paulistanas, Philips e AES, além da avaliação detalhada da consistência de valor. Qual o critério que levou a essas empresas especificamente elaborar? O senhor selecionou com qual critério essas empresas, esse grupo, para que fizessem a viabilidade econômica, conforme documentação que temos aqui?

O SR. WILSON MARTINS POIT – Todos os agentes empreendedores que nos procuraram, dentro do prazo legal, os que se interessaram, sem favorecer ninguém, foram recebidos e nós conversamos. Não foi solicitado, eles apresentaram os estudos. Algumas empresas nos procuraram, outras não procuraram, todos dentro do prazo legal foram recebidos, os horários foram agendados no Ilume. Nós acompanhamos o Ilume que é o órgão que vai fazer a concessão.

Foram feitas perguntas, sugestões, todas foram muito bem vindas antes de elaborar esse documento, que é o extrato do melhor que vimos em todas as conversas. Inclusive permite maior número de agentes empreendedores possíveis de participarem, porque alguns deles tinham colocado números muito altos, por exemplo, que outros não poderiam atender.

Procuramos fazer uma média para que abra, inclusive para que agora possamos receber não só na hora do edital, muitas outras empresas poderão aparecer.

P - Está perfeito. Tenho certeza que o senhor voltará para uma conversa boa conosco. Peço desculpas por qualquer falha nossa, ou de condução, assim como sua compreensão para que volte, vamos lhe fornecer os dados, para que veja antecipadamente os elementos técnicos que vamos debater em conjunto com o Simão Pedro, faremos uma reunião, forneceremos os dados sobre a nossa visão, dos quadros comparativos, do produto que a Cidade quer.

Não posso personificar em alguém, mas sim na Cidade como um todo. A nossa preocupação, como o senhor disse, é o interesse público aqui. Ninguém mais do que nós tem nesta Comissão, e do senhor tenho certeza, quer o melhor para a nossa cidade.

Mas às vezes, no ímpeto de acertar, erra. Imagine um centroavante do Corinthians, vive tentando acertar o gol, de vez em quando erra. A intenção dele é boa para com a torcida, mas erra. O do Palmeiras vive tentando acertar, de vez em quando erra. A intenção dele é a melhor, ele quer fazer, quer marcar o melhor gol e correr para a galera. Nem sempre a gente acerta. Essa é a preocupação com o erário, tentar acertar e fazer o gol de placa.

R - Por isso estamos aqui, voltaremos quantas vezes forem necessárias, vamos receber de muito bom grado as vossas contribuições, até a gente ganhar o campeonato. Também, como corintiano, não precisa ganhar todos os jogos, precisa ganhar o campeonato. Vamos juntos aqui e vamos fazer o que é melhor para a Cidade. Esse projeto é muito importante.

P - De vez em quando saem umas caneladas, mas o objetivo maior nosso é acertar.

Quero agradecer a presença do senhor, em especial do nosso amigo Ítalo Cardoso.

Muito obrigado. Vamos suspender por um minuto para que o senhor possa retirar-se e em seguida retomarmos nossas oitivas.

R - Muito obrigado, é uma satisfação grande, é a primeira vez que pude vir a esta Casa nessas condições, tenho muito orgulho estar aqui, vou receber de muito bom grado as vossas contribuições.

Estou muito feliz em estar na Prefeitura de São Paulo, ajudando esta cidade que me deu tanto, que me ajudou tanto. Principalmente com um projeto como esse, que penso vai dar uma grande visibilidade para esta gestão, vai transformar a Cidade. É uma coisa de tecnologia, que vai mudar a imagem e a fotografia da cidade de São Paulo. Estou bastante seguro disso e agradeço muito as contribuições que vou receber dos senhores e da população de São Paulo, durante esse período. Muito obrigado.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos pelo Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Reaberta a reunião, convido o Sr. Pedace para que tome assento naquela mesa, por favor. Fique de frente é melhor para os demais.

Sr. Pedace, bom dia.

O SR. GERALDO JOSÉ PEDACE - Bom dia.

P - O senhor está aqui porque foi elencado entre as 11 empresas habilitadas, ou que se propuseram a apresentar os projetos, é isso?

R - Correto, entre as 11 empresas que se propuseram a apresentar um estudo com relação a PPP.

P - Ótimo. Então, Sr. Pedace, como recentemente houve uma...

O senhor é natural de São Paulo, Sr. Pedace?

R - Sou, nasci em São Paulo. Sou natural daqui, se me permite fazer uma pequena apresentação

P - Pois não, pode fazer.

R - Sou engenheiro eletricista, trabalhei e trinta anos na Eletropaulo. Passei por diversos setores da empresa, trabalhei, estudei, custeei meus estudos com o trabalho, me aposentei dentro da empresa e passei por vários setores em todas as áreas de São Paulo, então conheço muito bem o sistema elétrico de São Paulo, aéreo, subterrâneo, de iluminação pública e todas as regiões de São Paulo e suas dificuldades.

P - Só uma dúvida. O senhor conhece o Sr. Antonio Albertino Pedace? É parente do senhor?

R - Não conheço. Sei que tem o meu sobrenome, mas eu não tenho nenhum tipo de relação com essa pessoa.

P - Nunca o viu, não conhece ele, não tem relação com ele?

R - Não tenho conhecimento dele.

P - Nem é parente do senhor, em nenhum grau?

R - Pode ser, mas eu não conheço.

P - O senhor há de convir comigo, dois Pedace na cidade de São Paulo, é um nome meio atípico. Eu estou perguntando para o senhor, se é parente do senhor. Não deve ter tantos Pedace na cidade de São Paulo.

R - Eu não tenho relação.

P - Silva, como eu, tem centenas de milhares.

R - Aliás, o Pedace, se me permite, é um lugarejo que existe na Itália, perto de Cosenza e é de lá que vem esse nome. Então não sei, pode ter sido. Tem Pedace na Argentina, em vários outros países.

P - Esse Antonio Albertino Pedace não é parente do senhor?

R - Eu não conheço, não tenho relacionamento com ele. Minha família não tem relacionamento com ele.

P - O senhor não tem?

R - Eu não tenho.

P - Sr. Pedace, me fala uma coisa, o senhor foi habilitado. O senhor tinha uma empresa, o senhor abriu com capital de mil reais. Estou correto?

R – É. Hoje tem 300 mil reais.

P – O senhor se habilitou entre as onze. Com o capital do senhor, de mil reais foi para 300 mil reais, eu queria entender como o senhor vislumbra buscar os investimentos de tempo, recursos desse empreendimento dessa concessão pública? Ou o senhor está trabalhando em parceria com alguém?

R – Deixe eu esclarecer o seguinte, nós entramos para contribuir com o estudo. Como o senhor bem disse aí, nós não somos barões, não temos dinheiro, temos a experiência e o conhecimento da cidade de São Paulo e do seu sistema elétrico. Então a nossa participação vem da nossa experiência e de contribuir para a cidade de São Paulo aquilo que nós entendemos como é melhor maneira de implantarmos um sistema de iluminação eficiente e o devido gasto do erário público. Agora, existem parceiros que estão, evidentemente, interessados e isso...

P – Quem são os parceiros interessados?

R – São empresas, inclusive de fora do País, da Espanha, por exemplo, estão interessados. Mas eu não conversei e não fechei nenhum contrato até hoje.

P – Quanto fatura a empresa do senhor anualmente, nos últimos cinco anos? Qual foi o faturamento? Está público, por isso estou perguntando para o senhor dos últimos cinco anos.

R – A nossa empresa é uma empresa pequena, então faturou algo em torno de três milhões, mais ou menos.

P – Não. Anualmente. Em 2009, 2010, 2011, 2012, 2013. De 2009 para 2010 quanto o senhor faturou?

R – Em 2009 ele não teve praticamente faturamento.

P – Em 2010?

R – Cem mil reais anual.

P – Em 2010 foi cem mil reais. Em 2011?

R – Em 2011 foi algo em torno de um milhão e meio, mais ou menos.

P – Em 2012?

R – Mais ou menos nessa faixa.

P – Um e meio. Em 2013?

R – Trezentos mil.

P – Em 2014, até agora?

R – Mais ou menos por aí.

P – Trezentos mil?

R – É.

P – E como que o senhor, com um faturamento, que o senhor concorda comigo que não é grande, o senhor deve ter faturamento e diversas despesas.

R – Sim.

P – Se nós estimarmos em 10% de lucro, aqui...2014, até agora?

O SR. PEDACE - Mais ou menos por aí.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Trezentos mil?

O SR. PEDACE - É.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – E com um faturamento desses, o senhor concorda comigo que não é grande, o senhor deve ter... faturamento tem (ininteligível) despesa. Nós estimamos em 10% de lucro aqui. Não é uma aventura grande para um faturamento que não é tão grande? (Ininteligível) já disse que é uma empresa pequena, modesta, numa aventura tão grande, num processo tão grande. O senhor pretende vender o produto do senhor lá na frente, caso seja a melhor? Explica para nós qual é o projeto do senhor nessa concessão, nessa PPP? Eu queria entender.

O SR. PEDACE - O nosso projeto, como eu disse, estabelecer um... a nossa filosofia e proporcionar um estudo decente para São Paulo. Nós temos um sistema, criado por nós, um *software* de gestão que é um *software* mais moderno em relação a como conduzir esse processo aliado a nossa experiência; e estamos dentro do estudo. Talvez seja um dos

estudos mais diferentes dentre as onze participantes, as dez demais participantes, porque a gente entende que o sistema de gestão tem que preservar o patrimônio público.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Pedace, o senhor assistiu aqui à fala do Dr. Wilson Poit. O senhor observou que está propondo uma solução para iluminação pública. Qual é a proposta do senhor e o referencial de preço para o produto que ele está vendendo? A pergunta que eu faço para o senhor, já que o senhor tem uma vida na Eletropaulo, tem experiência em lâmpada. É verdade que isso (ininteligível), mas tem experiência no setor. A primeira pergunta: o senhor conhecia o Sr. Wilson Poit?

O SR. PEDACE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Conhece alguém da General Electric?

O SR. PEDACE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – No projeto do senhor, em relação àquilo que está sendo ofertado pela PPP, é boa ou a de serviço, a concessão... o atendimento à população pela uma... uma licitação 866 de serviço atenderia à demanda... Já que o senhor está propondo o modelo, o senhor está propondo aquilo que o senhor quer ofertar. Eu queria que o senhor explicasse para nós. E se o senhor fez os comparativos daquilo que a Ilume colocando na rua hoje com aquilo que nós vamos conceder.

O SR. PEDACE - Correto. Uma diferenciação da nossa proposição é a seguinte: nós entendemos que São Paulo precisa de uma empresa de gestão, uma empresa que faça a gestão e que ela não esteja vinculada a serviços e tampouco a produtos. Por quê? Porque nós precisamos de qualidade.

Como vocês disseram aqui há pouco, a preocupação é com o futuro. A tecnologia LED hoje é uma das mais modernas, mas provavelmente futuramente vão ocorrer novas tecnologias, então nós entendemos que não há necessidade, e é preocupante ficar um tempo preso a um determinado grupo que possa coibir o desenvolvimento tecnológico.

Então o conforto da população tem que estar numa empresa que faça uma gestão idônea, que promova qualidade dentro dos padrões estipulados pelo próprio Ilume; que o Ilume seja uma agência que promova, a exemplo da Arsesp em São Paulo, que promova as regras, que promova os parâmetros a serem atingidos pelo consórcio, mas que seja preservada a livre concorrência; e que a qualquer momento em que surgir uma tecnologia nova, uma empresa com qualidade superior, possa ser adotada pelo agente contratado.

Aí a outra pergunta sua. Evidentemente a discussão que vocês estão fazendo aqui é com relação a serviço prestado e ao valor do investimento. O investimento em termos de iluminação hoje, em LED, uma luminária dessas custa em torno de 2,5 mil reais, isso com dólar do jeito que está hoje, porque a maioria desses produtos é importada. Abarcado nele vem a tecnologia da telemetria, o que deve considerar também um custo um pouco maior. Daí os números de que está se falando hoje desse investimento.

Quer dizer, se você tem 600 mil pontos e você quer trocar em cinco anos...

- Falas sobrepostas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Quinhentos e cinquenta, quinhentos e quarenta (ininteligível) hoje.

O SR. PEDACE - Não. Tem mais, porque hoje em dia, com os pedonais, estão chegando lá perto, Vereador. Então a gente sabe que estão chegando bem perto desse número. Então esse é mais ou menos o (ininteligível)...

- Falas sobrepostas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Desculpe, mas não será esse modelo de 2,5 mil que nós estamos aplicando aqui. Esse modelo aplicado em periferia é aquele modelo mais modesto, não é o de 2,5 mil reais. Essa é a dúvida, Sr. Pedace. Não é o mesmo modelo. Essa é a pergunta que eu estou fazendo para o senhor. Nós falamos no plano macro. O que o senhor vai colocar na periferia é modelo mais modesto, um bracinho mais simples que ilumina e que atende àquele raio proposto; não é o mesmo que nós estamos (ininteligível) aqui da Marginal (ininteligível).

O SR. PEDACE – Não. Veja, o sistema de iluminação... São várias questões que

estão dentro desse modelo aí. Primeiro, quando nós estamos falando de uma remodelação de uma avenida, de uma Av. 23 de Maio, Faria Lima, onde foi trocada a posteação, onde eu tenho oportunidade de trocar os postes e colocar eles no lugar certo, excelente, aí eu vou colocar uma tecnologia e aí pode ser que a gente vai estar fazendo alturas e outras economias. Mas, lembre-se, nós estamos falando - e o senhor disse aqui na periferia - a periferia são postes existentes da concessionária de distribuição. A concessionária, seus postes não são equidistantes e há um aproveitamento da iluminação dentro desses postes, então esse problema é que tem que ser resolvido com a nova tecnologia, e aí existe o mecanismo para que seja feito isso. Mas nem sempre - e isso é um cuidado e está dentro do nosso estudo - esse nível de conhecimento e o nível de conhecimento que tem que ser na aplicação de um LED numa rede aérea, porque até hoje eu não vi nenhum dos outros demais colegas que participaram lá soluções para o problema que é instalar um LED numa rede aérea.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Na atual rede aérea.

O SR. PEDACE - Na atual rede aérea.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Quer dizer, a proposta hoje, pelo que o senhor está colocando, Sr. Pedace, tem um espaço - vamos dizer - para discutir a rede aérea que não tem adequação até o momento?

O SR. PEDACE - Até o momento eu não vi abarcado nisso, nas propostas, esse tipo de solução. Como o senhor diz, eu trabalhei oito anos na Eletropaulo, na zona Leste, vi crescer vários bairros e várias comunidades lá, e sei o problema deles, então tudo é muito improvisado, tudo é muito difícil. Para você colocar uma tecnologia dessas é preciso solucionar determinados problemas básicos do sistema.

Acredito que poucas pessoas conhecem como é a rede de iluminação pública de São Paulo. Para que todo mundo aqui saiba, São Paulo é a única cidade que tem um sistema independente. Na maior parte das cidades do Brasil o sistema de iluminação é conectado diretamente à rede secundária do distribuidor. São Paulo não, ela tem uma rede independente, transformação independente, e isso tudo exige conhecimento, exige aquilo tudo que nós colocamos na proposta.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Sr. Pedace, o senhor prestou serviço para a Prefeitura, diretamente contratado pela Prefeitura?

O SR. PEDACE - Não, diretamente não.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Indiretamente o senhor também prestou, com sub-rogação, contrato sub-rogado?

O SR. PEDACE - Contrato sub-rogado não. Eu prestei, mas fizemos como empresa de projetos...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Mas foi sub-rogado para a Prefeitura, formalmente sub-rogado?

O SR. PEDACE - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Voltando à rede aérea, o impacto nessa substituição, ou qual a tecnologia que temos para atender a iluminação porque o senhor está falando um negócio, agora me preocupou. Eles não estão colocando na periferia porque não tem, então?

O SR. GERALDO JOSE PEDACE - Não...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - O que o senhor está colocando é o seguinte, olha o que o senhor nos colocou: estão colocando na Marginal, na 23 de Maio, é rede subterrânea, mas para fiação aérea não há ainda. E o senhor disse que não conhece tecnologia. Preciso entender bem isso porque vamos demandar a SSO que se faça alguns pilotos.

R - Há na rede aérea, pode-se colocar uma luminária de led numa rede aérea normal. É que é assim... Bom, vou revelar porque é conhecimento técnico, e aí estou meio cansado, desculpem-me a expressão, de sempre ser explorado, falar do conhecimento que a gente tem e não ser valorizado. Desculpem a minha fala.

P - O que for de competência pessoal, que o senhor entende que atrapalhe a sua

carreira, o senhor não tem obrigação de falar à comissão. O senhor está se propondo, habilitou-se, e por isso foi chamado, a ofertar à cidade de São Paulo uma boa tecnologia. E agora é uma discussão. Se o senhor está dentro, obviamente, e tem de haver transparência, o senhor tem que discutir, falar o que sabe, contribuir com a cidade. Assim o senhor como contribuinte, como participante tem essa obrigação.

R – Por isso a contribuição está em nosso estudo, está registrada lá. Mas eu vou dizer, de público. O sistema aéreo de iluminação de São Paulo é um sistema delta. Esse sistema está suportado na apreciação da concessionária de São Paulo. Você colocar luminária *led*, que nada mais é do que um equipamento eletrônico, ele precisa de proteção e essa proteção para funcionar – e G&E vende, Phillips vende, qualquer fornecedor vende – necessita de um bom aterramento.

P – Para funcionar bem?

R – Para funcionar e proteger o produto porque *led* – volto a dizer – não é uma luminária barata, é uma luminária de custo razoável. Então esse quesito é importante e está considerando.

O SR. PAULO FIORILO – Um aparte, Vereador Milton Leite?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Cedo aparte, mas, só para esclarecer, é temerário então implementarmos na rede aérea?

O SR. GERALDO JOSE PEDACE – Não. Desde que esteja previsto no contrato, não. O pessoal vai ter que abordar esse aspecto.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Pedace, eu não sou da área de engenharia ou elétrica ou civil. Sou professor, por isso vou perguntar ao senhor, espero que entenda a minha dificuldade, mas quem sabe possa me ajudar. O senhor está dizendo que para poder instalar o *led* precisa de proteção, portanto, a proteção é o aterramento?

O SR. GERALDO JOSE PEDACE – Sim.

P – E o senhor também disse que não viu previsto, pelo menos nas discussões feitas, o aterramento.

R – Exato.

P – Sem o aterramento, o que vai acontecer se a rede for trocada por *led*?

R – Ela corre o risco, através de surtos de energia, de queimar o produto.

P – Isso significa que a expectativa que a Prefeitura poderia ter de um parque de até 12 anos de duração, ele não tem nem um ano de duração?

R – Pode ser menor.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Completando o Vereador Fiorilo, como substituição da rede não é objeto da PPP, teremos de arcar com isso?

O SR. GERALDO JOSE PEDACE – Não, eu entendo que a concessão que você transfere, você está transferindo a responsabilidade do patrimônio, do sistema de iluminação, para o consórcio. Ele então vai assumir toda a manutenção, os reparos necessários. Agora, se o concessionário que assumir não tiver esse cuidado, pode sofrer despesas não previstas.

P – E alegar eventual desequilíbrio econômico?

R – Pode alegar eventual desequilíbrio econômico.

P – É uma válvula perigosa?

R – É, por isso nós colocamos no estudo. “Esse aspecto e outros aspectos técnicos que nós colocamos, em face do nosso conhecimento, foi para que a Prefeitura tivesse a acessibilidade de ver que está lidando com um sistema que é delicado, que precisa ter cuidado antes de tomar determinadas providências”.

P – O dimensionamento do senhor para custo dessa PPP remontaria que valor prevendo essa substituição, a questão elétrica? O que o senhor estima como valor, nessa perspectiva?

R – Então, eu posso te dizer em termos de valor aproximadamente porque não temos noção... E hoje o dólar está meio diferente do cálculo inicial, mas, com certeza, se considerar essa necessidade, os custos são maiores do que o previsto inicialmente.

P – Ou seja, os 7,3 bi não seriam suficientes?

REUNIÃO: 15171

DATA: 18/11/2014

R – Pode não ser, é nisso que é precisa fazer uma avaliação mais completa.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vereador Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO (PT) – Para concluir, o senhor disse que ao transferir a responsabilidade para o consórcio vencedor, o consórcio teoricamente teria de se responsabilizar pela proteção do led?

O SR. GERALDO JOSE PEDACE – Sim, claro.

P – Isso significa um custo a mais para o consórcio?

R – Um custo a mais, é.

P – Esse debate é público, já foi feito na discussão realizada?

R – Não... Não tenho conhecimento.

P – Porque o senhor disse que a questão do aterramento não está posta, só que quem ganhar vai ter que se responsabilizar... Se não, vai perder recursos, certo?

R – Porque se você fizer uma pergunta... eu vou te responder de outra forma. Se você fizer essa pergunta para qualquer fornecedor de led, e eu já fiz e consultei, qual a garantia que você me dá do seu produto?

P – Qual é a resposta?

R – Não, eu dou garantia, e tal. Está bom. Se der um surto e ele queimar, você me garante o produto?

P – A resposta é “não”?

R – Não porque as condições técnicas tem que ser estabelecidas. Para o produto funcionar, numa instalação elétrica como esta, como está aqui dentro, ela tem que ter um critério de proteção. Se ela está fora do critério de proteção do produto, você está expondo o produto. Uma coisa é você trabalhar com a tecnologia existente, que é hoje o que estamos vivendo. Outra é entrar com tecnologia totalmente diferente dentro de um sistema de iluminação existente. São coisas diferentes.

P – O senhor ouviu a resposta que o Sr. Wilson deu à comissão, à subcomissão com relação a taxa de remuneração, prazo de investimento e tal. Se considerarmos a questão do aterramento, com o custo estabelecido de 7,3, o senhor acha que o consórcio vencedor - e estou perguntando o que o senhor acha porque o senhor só pode ser aqui *achômetro* - teria um pouco mais de tempo para investimento e menos de remuneração?

R – Se partir, se for dentro da concepção atual da PPP, eu acredito que ele vai ter mais tempo.

P – Mais tempo de investimento e menos de retorno?

R – Sim.

P – O que significa o aterramento do ponto de vista do custo?

R – Veja, hoje o sistema... Temos que encarar da seguinte forma: o sistema, do jeito que está concebida hoje a Prefeitura, é de propriedade dela. Então, para cada transformador temos dois circuitos, par e impar. Isso foi implantado na minha época, quando eu entrei na Light.

P – Na época da Light...

R – Isso. E há motivo para ser par e impar. É assim porque as ruas, ao longo de uma rua uma lâmpada é ligada no par e outra no impar porque quando um dos circuitos tivesse problema, a rua não ficaria escura. Infelizmente, hoje isso foi abandonado.

P – A Eletropaulo eliminou?

R – Não é a Eletropaulo.

P – É a Prefeitura?

R – Não... Prefeitura, eu não sei. Não é a Eletropaulo porque ela deixou de fazer manutenção.

P – A manutenção é a Prefeitura.

R – Só para terminar: esse circuito não tem o cabo de aterramento. Haveria necessidade de se colocar o cabo do aterramento.

P – Para concluir essa parte, Sr. Pedace, na época da Light eram dois circuitos. Hoje, foram abandonados. O senhor está dizendo que não é a Eletropaulo que faz a

manutenção, quem faz é a Prefeitura.

R – Sim.

P – Quem abandonou, portanto, foi a Prefeitura? O senhor teria como precisar quando foi isso abandonado?

R – Não tenho, não sei.

P – Faz tempo?

R – Já faz tempo.

P – Foi abandonada e continuou sem utilizar o par e ímpar?

R – Bom, é só vocês percorrerem qualquer rua de São Paulo, periferia, quando cai um circuito desse a rua inteira fica pagada, qualquer rua. Pode ver que isso está acontecendo hoje e vem de anos, não é de agora.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Pedace, consta dos autos parecer da Procuradoria que não considerasse a PPP o aterramento porque encareceria o projeto demais, inviabilizaria. O senhor considerou na sua proposta, o senhor leu? Consta dos autos parecer que não considerasse o aterramento.

O SR. GERALDO JOSE PEDACE – É, mas nós consideramos o aterramento.

P – Ai o do senhor é diferente?

R – É, diferente.

P – Mesmo contrariando o parecer da Procuradoria, que pede que fique fora?

R – Que fique fora... Mas como deixar fora se tecnicamente é imprescindível?

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Pedace, a minha dúvida é outra. O senhor estava entre as 41 empresas, depois 34 que foram credenciadas e está entre os 11 consórcios. A empresa do senhor, o senhor pode declarar em qual consórcio está?

O SR. GERALDO JOSE PEDACE – Em nenhum desses daí.

P – O senhor está fora dos consórcios?

R – Fora dos consórcios.

P – Mas a empresa do senhor participa do processo?

R – Não... Participou do processo até aqui, até a entrega do estudo, atendendo o chamamento público, como foi colocado. Até aqui, sim. Isso não significa que a Pedace vai participar da PPP porque são coisas diferentes.

P – Sim, mas o senhor disse que tem parceiros espanhóis?

R – Sim, há parceiros.

P – Sim, mas o senhor não se constituiu como um consórcio?

R – Não.

P – Então há 11 consórcios?

R – E a Pedace, sozinha.

P – E mais a Pedace?

R – Não, são dez consórcios e a Pedace sozinha.

P – Deixa eu fazer uma última questão e devolver a palavra ao Presidente.

O SR. RICARDO NUNES – Deixa eu colaborar. O Wilson falou que são 16 empresas dentro dos 11 consórcios. Não necessariamente precisa ser 10 consórcios e mais Pedace.

O SR. PAULO FIORILO – Ele disse que são 11 consórcios, ele falou.

O SR. RICARDO NUNES – Então, aí perguntei: quantas empresas? Ele falou, 16.

O SR. PAULO FIORILO – Nos 11 consórcios?

O SR. RICARDO NUNES – Nos 11... Quer dizer, não necessariamente porque nessa conta tem que ser 10 consórcios mais a Pedace.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Deixe-me esclarecer. Ele foi habilitado, autorizado dentre os 34, a realizar estudos. Então, está habilitado sim pela Secretaria.

O SR. PAULO FIORILO – Presidente, em seguida o Sr. Wilson disse que haveria 11 consórcios e estou perguntando de qual ele participa. Ele disse que não participa.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Ele tem um consórcio independente.

O SR. PAULO FIORILO – Teoricamente são 10 consórcios...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, o senhor é independente em projeto dessa envergadura, isso me chamou atenção porque é independente em uma briga de titãs?

O SR. GERALDO JOSE PEDACE – Briga de titãs, exatamente.

P – Então, nos chamou atenção, nos interessou muito, pois quando o senhor faz um estudo para nós rico em detalhes técnicos, as expensas do senhor... Pergunto ao senhor, um estudo como este, que não é simples, há custo, aí a nossa curiosidade, o nosso interesse em saber se o senhor está *linkado* a alguém ou é independente mesmo?

R – Independente.

O SR. PAULO FIORILO – Sim, a proposta é independente, mas o senhor disse que há parceiros internacionais que podem se interessar?

O SR. GERALDO JOSE PEDACE – Podem se interessar.

P – Eu não tive a oportunidade de ler a proposta do senhor, mas na conversa anterior disse que houve empresa que apresentou modelo além da iluminação. A do senhor é só de iluminação?

R – Só de iluminação.

P – O senhor não trata de outros acessórios na questão da PPP?

R – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas considerou no preço do senhor o aterramento?

O SR. GERALDO JOSE PEDACE – Considerou.

O SR. PAULO FIORILO – Qual a diferença?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Resulta em valor maior o dele.

O SR. GERALDO JOSE PEDACE – Sim, eu acredito que sim. Não sei dos outros consorciados, mas o nosso deve ter custo maior...

O SR. PAULO FIORILO – Por conta especificamente do aterramento?

O SR. GERALDO JOSE PEDACE – Sim, por conta da parte do aterramento. Porque São Paulo, ela tem, 95% do sistema distribuidor é aéreo; 5% é subterrâneo. Então, o impacto disso é substancial. E a questão do dinheiro vai de conseguir tecnologia boa, de qualidade a um custo pertinente, que contribua para diminuir o impacto do aterramento.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Pedace, o preço do senhor fechou em quanto aqui? São 7...

O SR. GERALDO JOSE PEDACE – Em 7,4 ou 7,5.

P – Mais do que o previsto, considerando que o deles tem desconto?

R – Isso.

P – O do senhor está previsto aterramento. Com 7,4 bilhões o senhor faz a rede e enterra os cabos?

R – Isso.

P – O do Governo está em 7,3 e quer desconto, ou seja, quer menos. Só que tem a... agregar e enterrar a diferença do aterramento dos cabos?

R – Isso.

P – Essa diferença... Sete bilhões e não teremos os cabos, Sr. Pedace?

R – Veja, há tecnologia para fazer isso e aí é conhecimento nosso, particular de como fazer isso com um valor desses.

P – O senhor consegue aterrar os cabos...

R – Consigo fazer o aterramento de tal maneira a proteger adequadamente o produto, satisfazendo as normas ABNT e a proteção adequada ao sistema.

P – Sr. Pedace, para a cidade interessa que a população não fique reclamando de luzes apagadas. Não queremos uma concessão de serviço no qual a Procuradoria diga: aqui não está embutido o preço do aterramento. E aterramento é uma obrigação na cidade, há uma lei minha que obriga.

R – Eu queria fazer uma pequena distinção aqui.

P – Pois não.

R – Aterramento que estou falando não é enterramento.

P – Eu sei.

R – Sim, algumas empresas estão colocando o enterramento da rede. Enterramento da rede é algo diferente.

P – Com cem milhões o senhor faz isso? De 7,3 para 7,4 o senhor faz aterramento?

R – O aterramento sim.

P – Aí não corre o risco de queimar?

R – Não.

P – Cada ponto?

R – Cada ponto.

P – Cada ponto tem que ter aterramento... é isso?

R – Isso.

P – E por cem milhões o senhor faz isso?

R – Sim, porque o sistema das luminárias é uma espécie de um disjuntor, chamado GPS, é um dispositivo de proteção contra furto e para funcionar precisa ter um referencial perto de terra. Não adianta comprar luminária com esse dispositivo se não tem o terra.

P – E no caso da led queima?

R – Queima. E eu tenho exemplo de testes feitos aqui em São Paulo.

P – Essas que estão testadas tem o terra?

R – Na Faria Lima tem porque eu participei...

P – Na 23 e marginais?

R – Na 23... Eu não tenho certeza porque eu não participei desse projeto, mas na 23 de Maio eu sei porque me foi-me pedido uma consultoria junto com a Philips. Eu fui lá e, pessoalmente, medi o sistema terra da Faria Lima. Então, lá, está correto.

O SR. ADILSON AMADEU – Presidente, permita-me uma curiosidade: o senhor tem a empresa há quanto tempo nessa área.

R – Eu tenho a empresa desde 96.

P – Nos últimos anos, o senhor prestou serviço para as que hoje fazem todo o serviço de manutenção de iluminação da Cidade?

R – Nos últimos anos, sim.

P – quais são as empresas às quais o senhor prestou serviços?

R – Prestei serviço independente, na minha própria empresa, contratos... para pequenas Prefeituras no interior de São Paulo, fazendo manutenção ou dando consultoria técnica, e sempre na área de projetos.

P – Não, mas aqui em São Paulo, as duas empresas aqui.

R – Não. Então, a nossa empresa é de São Paulo, mas faz projetos para várias empresas para São Paulo, para o interior e para as várias áreas do Brasil.

P – As empresas. Eu estou perguntando quais as empresas que o senhor fez? Que hoje cuidam da Cidade?

R – Por exemplo, aqui em São Paulo?

P – Sim.

R – Fiz alguma coisa para a Philips; para o consórcio SP Luz e para empresas privadas.

P – E, hoje, o senhor não faz mais?

R – Estou fazendo ainda. Não, para o Consórcio, para esse pessoal, não.

P – Teve um porquê de o senhor não mais estar fazendo o projeto para eles?

R – Não, não estou fazendo mais.

P – Desde que data?

R – Desde 2012. Eu cheguei muito no final, mas já entendi um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu vou encerrar a fala com o senhor, mas vamos convidá-lo para outras reuniões com a Comissão para debatermos o projeto. O senhor, tendo disponibilidade, a Comissão vai convidá-lo para que nós possamos falar um pouco sobre essa PPP, porque o que o senhor está colocando hoje são eventuais válvulas que podem comprometer custos e tecnologia. São dois pontos que nos interessam chamar a atenção.

Primeiro o da viabilidade econômica que o senhor propõe – não que seja aquele preço, pode ser maior ou menor...

R – Menor.

P – Pode ser maior ou menor, estimado em 7,3; segundo, chama a atenção porque o aterramento colocado ou o não enterramento de cabo da fiação aérea, mas com essa fiação área vamos discutir se isso atenderá essa demanda com essa tecnologia.

Então, resta sabido até aqui, Sr. Pedace, que vai na mesma perspectiva nossa. É prematura a conclusão que estão fazendo, que a Prefeitura está fazendo nessa consulta pública para concluir o projeto aqui. Uma é a coisa popular, a outra é que indaguei se havia o projeto básico. Ninguém responde claramente qual é o básico e a formação de preço que norteasse o produto. Eles falam em reuniões privadas. Nós vamos debater essas reuniões privadas e o projeto. E vamos convidá-lo oportunamente para conversar com a Comissão a respeito desse projeto.

Quero agradecer a presença do senhor. Gostaríamos de ficar mais no debate, mas temos até 13h, e a empresa General Electric para falar ainda hoje.

Muito obrigado.

R – Agradeço o convite e fico à disposição da comissão para todos os esclarecimentos que forem necessários. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – De imediato, convido o Sr. Alexandre, da General Electric, para que tome assento, a fim de iniciarmos o debate, por favor. E o Sr. Rodrigo Martins também.

Pela General Electric quem é que fala? (Pausa)

O nome do senhor?

O SR. RODRIGO MARTINS – Sou o Presidente da Divisão de Iluminação da América Latina.

P – Quando o senhor se interessou por projetos de iluminação da cidade de São Paulo? Em que data ocorreu isso? A General Electric tem um momento em que ela parte para... quando ocorreu isso?

R – No ano de 2013, Presidente, segundo semestre, nós, que já desenvolvemos projetos de iluminação no mundo inteiro, olhamos para a cidade de São Paulo e vimos uma excelente oportunidade de melhorar significativamente a iluminação da cidade de São Paulo. Tivemos o interesse e entramos com um pedido de estudo para a Prefeitura de São Paulo, o que nos foi aceito e, também, aberto para outros participantes.

P – Eu indago do senhor: o senhor chegou e falou “eu vou fazer amanhã um PMI”. Foi isso que o senhor falou?

R – Nós falamos com a investida São Paulo para saber qual o caminho ideal para...

P – O senhor procurou quem neste momento?

R – O Presidente Wilson Poit.

P – Sei. E quem mais o senhor falou?

R – Eu, pessoalmente, falei...

P – A empresa falou com quem mais?

R – E a empresa falou... Teve, também, uma reunião do nosso *chairman* mundial com o Prefeito Haddad, numa visita.

P – Antes disso.

R – Isso foi no primeiro semestre, talvez, de 2013. Numa visita de cortesia, como sempre o Presidente da General Electric faz com várias autoridades e, nessa conversa, ele falou assim ‘olha, uma das oportunidades seria a iluminação da cidade de São Paulo’.

P – Antes disso, a empresa procurou algum Secretário?

R – Não, absolutamente.

P – Estou achando estranho porque o Secretário Marcos Cruz relatou, em depoimento aqui, que esteve com vocês antes, pessoalmente, sequer foi agendado. Quando ocorreu isso e quem esteve com o Secretário Marcos Cruz?

R – Bom, então, deixa eu dar o cronograma. Em 2013, o Presidente mundial da...

P – Antes de 2013, o Presidente mundial não chega aqui, vai falar com o Prefeito e “olha, tem um negócio aí para nós fazermos”. Eu pergunto: qual foi a primeira reunião que a General Eletric teve com o Sr. Marcos Cruz?

R – Eu não me lembro. Eu não participei de reunião nenhuma. Nós temos uma área de relações governamentais que, muito provavelmente, teve esse...

P – O senhor vem aqui e não sabe disso? O senhor não tem atas internas, reuniões que possam...

R – Esse ponto pode ser esclarecido rapidamente. Nós temos todas as atas internas. Eu só não sabia que ia ser perguntado isso quando exatamente foi... falamos com o Secretário Marcos Cruz.

P – Antes do Presidente mundial, houve o contato com o Sr. Marcos Cruz?

R – Certo.

P – O senhor confirma isso?

R – Se o senhor está falando, eu confirmo isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu não estou falando. Estou perguntando, porque ele disse que teve. Pode falar, Alexandre.

O SR. ALEXANDRE – O Rodrigo se tornou CEO da Divisão *Lighting*, se não me engano, há um ano ou um ano e pouco. Ou seja, esses acontecimentos se deram um pouquinho antes da chegada do Rodrigo.

P – Então, o senhor pode esclarecer.

R – O Jeff Immelt, que é o Presidente mundial da GE, esteve aqui e, numa das reuniões, colocaram ele junto com o Haddad, quando se falou, obviamente, sobre iluminação pública de São Paulo.

P – Quando foi isso?

R – Eu acredito que em abril de 2013 ou maio, algo desse tipo. Também não me recordo da data exata, mas a gente pode buscar isso. Isso é muito fácil de se buscar. Após esse contato, obviamente, esse contato se reflete dentro da Divisão de *Lighting*, pela qual sou o responsável no Brasil e o Rodrigo, na América Latina, nós, com um *input* desses, precisávamos tentar e ver alguma viabilidade de ação que a gente pudesse mostrar, pelo menos, para a Prefeitura de São Paulo sobre quais são as tecnologias hoje para a iluminação pública porque, a vinda do *led* para a iluminação mudou completamente a indústria. Eu estou nessa indústria há 22 anos, e o *led* vai acabar com a lâmpada. Ela tem uma data para morrer, inclusive já está até sendo banida em vários mercados.

O que aconteceu? Depois disso, pelo fato de termos tido o Presidente mundial o Haddad, conseguimos uma agenda para ir à Prefeitura, onde estive... tinha tanta gente da Prefeitura, e sei que o Marcos Cruz estava...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Deixe-me dizer uma coisa para o senhor: o Sr. Marcos Cruz, em uma reunião pública, em uma audiência da Comissão, disse que se reuniu privadamente com a General Eletric. Quero saber com quem foi. Antes de seu Presidente mundial vir aqui.

R - Antes da vinda do Presidente Mundial, não.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O Sr. Marcos Cruz esteve aqui prestando esclarecimento nesta Comissão e disse que esteve com o senhor... Sr. Marcos Cruz. Eu perguntei a ele: “O senhor foi tratar de quê?” Indaguei a ele, porque o produto ofertado não era Secretaria de Finanças, é da SSO. Chamou a nossa atenção. Se o senhor vai tratar de tecnologia, o senhor procura o Prefeito primeiro? Ou não seria bastante razoável que os senhores procurassem a Secretaria de Serviços e Obras e não o Sr. Prefeito, ou o Secretário de Finanças para tratar de produtos novos? E a forma como seria abordado isso, que o senhor ia tratar?

R - Só complementando, isso se deu após a visita do nosso Presidente mundial e obviamente que o Sr. Prefeito convidou seus Secretários que tinham correlação com o assunto. E fomos fazer uma explanação sobre a tecnologia nova que existe hoje no mercado. Foi uma reunião de provavelmente 30 a 40 minutos, em que fizemos uma explanação bem técnica...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vocês e o Secretário Marcos Escuso?

R - O Secretário Marcos Cruz estava presente e...

P – Não foi essa reunião. O Sr. Marcos Cruz afirmou, há poucos dias, aqui, que esteve reunido privadamente com vocês. Eu perguntei quem mais estava presente, fui bem claro. Ele respondeu: "Eu e a General Eletric. Depois chamei outras empresas, mas primeiro chamei a General Eletric. É dessa reunião que quero saber quem participou. A omissão, neste momento que o país atravessa, de qualquer informação dessa natureza, é temerária com a coisa pública. O senhor dizer que não conhece reunião, ou que não houve reunião, quando o Secretário disse que houve, começa a suscitar dúvida quanto ao que vamos fazer das pretensões da General Eletric na cidade de São Paulo.

Indago, mais uma vez, quem esteve com o Secretário Marcos Cruz e por que a iniciativa com ele, se a pasta afim é a SSO. Complemento a pergunta: os senhores procuraram a SSO? A Secretaria de Serviços e Obras, a secretaria afim?

R - Eu não procurei, o Alexandre Ferrari não procurou. Muito provavelmente quem tratou desse assunto foi nossa diretora de relações governamentais, que se chama Adriana Machado. Eu vou confirmar isso com a Adriana na GE e volto a informar para termos todas as datas exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Além dos senhores, quem faz a parte de relação governamental? Como ela chama?

R – Adriana Machado. Ela é especificamente encargo da função de relações governamentais.

P – Qual o cargo dela na empresa?

R - Vice-Presidente de Relações Governamentais.

P – Vice-Presidente de Relações Governamentais. Meire, minha assessora, por favor, prepare um requerimento para que ela venha aqui. O senhor não precisa, nós vamos chamá-la aqui. Vamos chamá-la.

Pergunto: quantas reuniões técnicas, já que os senhores são da área pública, área de iluminação, os senhores fizeram com a equipe técnica de Ilume, ou com a Secretaria de Serviços e Obras e departamento de iluminação?

R – Foi só essa daí. Depois que houve esse contato com o Presidente e surgiu o assunto iluminação, envolveram-nos – nós, de iluminação, e depois fui fazer uma explanação sobre quais as novas tecnologias para iluminação pública. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Também não era nenhum segredo do mundo que haveria isso. Só depois do contato como Presidente mundial é que houve interesse? Depois do contato com o Prefeito? Após o Presidente Mundial da General ter se encontrado com o Prefeito, aí surgiu o negócio?

R – Foi quando ligaram para nós, na divisão de light, e é assim, não é uma coisa tão simples, não é só o Led, tem o telegerenciamento, tem o software que faz controle de emissão...

P – Eu sei, o pacote completo.

R – Exatamente.

P – Aí, após esse encontro com o Prefeito, após a visita do Presidente mundial, houve o interesse na cidade de São Paulo. Até então não havia isso?

R – Exatamente.

P – Só depois do contato com o Prefeito da cidade.

R – Depois do contrato com o Prefeito da Cidade abriu-se essa oportunidade. Fizemos uma reunião para explicar.

P – O senhor que está atuando na área, não havia nada no radar da General Eletric antes da visita do Presidente Mundial? Não havia despertado o interesse desse produto?

R – No nosso radar sempre há interesse em iluminação pública, até pelo que vem acontecendo com a iluminação pública.

P – Mas foi preciso a presença do Presidente Mundial.

R – Sem dúvida nenhuma ajudou.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – Posso fazer um esclarecimento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sim, só fale o nome.

O SR. BRUNO VERNECK – Meu nome é Bruno Verneck. Só dois esclarecimentos. Na verdade, o movimento da Secretaria de Finanças é bastante pertinente porque o modelo de PPP envolve garantias que, necessariamente, envolvem a Secretaria de Finanças. Por isso, o movimento da Secretaria de Finanças. O não interesse pela Prefeitura antes é porque a GE acredita, veementemente, no modelo de PPP.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Explique, primeiro, o nome do senhor, o que o senhor faz, a função.

O SR. BRUNO VERNECK – Meu nome é Bruno Verneck, sou sócio do escritório Matos Filho e trabalho para o consórcio que protocolou a ...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Qual consórcio? Quem o senhor está representando aqui hoje?

R – Consórcio formado pela General Electric, Citéluz, Engeform e, originalmente, Andrade Gutierrez. Fui contratado para, oficialmente, preparar uma petição, que foi protocolada na Prefeitura, sugerindo à Prefeitura de São Paulo que iniciasse um processo de chamamento que culminasse na entrega dos estudos. A Prefeitura, que, segundo é falado, já considerava o modelo de PPP, decidiu, em nome da transparência, abrir um processo de chamamento público, que contou com o maior número de empresas até hoje já participantes na história, foram 44, sendo que 34 entregaram os Estudos, e a GE participou.

A questão do não interesse anterior é porque a GE acredita no modelo de PPP, diferentemente do modelo anterior. Então, quando a Prefeitura sinalizou pelo interesse em PPP, a GE prestou mais atenção em São Paulo, como tem interesse em outras PPPs. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O que restou sabido é o seguinte: a Sra. Adriana teve.... agora, Secretaria de Finanças a gente procura... Como funciona a cronologia? Há uma secretaria afim, que é do produto específico. SSO, Secretaria de Serviços e Obras, porque detém a iluminação, a tecnologia e o produto. O que chama a atenção é que você vai logo na Secretaria de Finanças, quando a lei não fala isso. A Lei 14.517 diz que, para qualquer gestor, é o Secretário de Governo, não é o Secretário de Finanças. O Conselho Gestor, para tratar... a figura de coordenação prevista em lei para o Conselho Gestor da PPP não é o Secretário de Finanças, é o Secretário de Governo. E para que uma entidade, um ente privado possa se endereçar, seria bastante razoável que ele procurasse as secretarias afins antes da vinda do Presidente mundial. O Presidente mundial da General Electric é óbvio, quer vender produto, acho legítimo, mas seria bastante razoável que dissesse o seguinte: "Precedido de uma visita técnica do corpo técnico da General Electric, dizendo: 'Olha, nós temos esses produtos. Quando o Presidente vier aqui, pode ser uma oportunidade. Na verdade, ele vai falar com o Prefeito, sugerir ao Prefeito. Nós queremos aqui ofertar um serviço, um produto novo para a cidade'". Seria Legítimo. A empresa tem tecnologia novo, mas não seria a Secretaria de SSO e departamento de iluminação pública a indicada para os senhores fazerem essa visita? Vamos lá, vamos tocar as obras da cidade de São Paulo? Ai sai uma PPP, um chamamento para transparência? Ai mesmo que vocês não tem conhecimento. Não seria bastante razoável isso? O senhor chegou depois de ter andado um pouco a carruagem. Há um precedente que nos preocupa. Se houve reunião não agendada, não publicada, com alguém que não tinha previsão legal, em Lei, para tratar do assunto, e a General Electric ganha com qualquer diferença, pode suscitar dúvidas judiciais, legais e morais sobre esse processo.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – Sr. Presidente, acho que todas as informações a respeito desse encontro temos dentro da GE. Nós aqui não sabemos. Se eu soubesse que seria perguntado isso, teria me preparado com as informações, que são absolutamente disponíveis dentro da GE.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não, não foi publicada essa agenda, não. O Secretário Marcos Cruz afirmou que não foi publicado.

R – Mas está disponível dentro da GE, eu posso falar tranquilamente com Adriana

Machado para saber com quem elas falaram. Eu suspeito, sem saber... porque normalmente, em uma visita do Presidente mundial da GE, não se fala simplesmente de iluminação. Ele fala de iluminação, de tratamento de água, de turbinas de avião e assim vai. Inclusive da relação da GE com o Brasil.

O senhor comentou, e atentamente escutamos todas as perguntas ao Presidente Wilson Poit e ao engenheiro que estava aqui também, e se eu pudesse comentar a respeito da GE...

P – Nós falaremos a respeito da GE, que, para que dê legitimidade a uma eventual vencimento por parte da General Electric e desse pleito... porque, de repente surgiu uma reunião, que ninguém agendou, com a General Eletric. Vem o Presidente mundial e surge um negócio pequenininho de 7,3 bilhões.

O senhor há de entender que no mundo de hoje é preciso que haja transparência;

R – Se o senhor conhecesse melhor a GE, veria que entendemos isso, compreendemos muito bem. A GE é uma das empresas mais éticas do mundo, ganha prêmios em todos os países, inclusive aqui no Brasil, com ética e transparência. E quando o senhor comenta, no princípio dessa discussão “tubarões”, “barões” e tal...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – São tubarões, são grandes mesmo.

- Comentários simultâneos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Deixe-me dizer uma coisa ao senhor. São tubarões, são grandes, e eu não concordo que se faça a PPP da forma como depois foi visto. É para deixar muito claro. Eu não concordo com isso. Deixo muito claro que não concordo com isso, principalmente da forma encaminhada pela General Electric. Para mim, pessoalmente, coloco sob suspeição, porque houve reuniões que não foram agendadas, com uma pasta que não era da área. Vocês nunca procuraram a Secretaria nem o Departamento de Iluminação para dizer o seguinte...

R – Eu não sei se procuramos ou não. Eu não sei quem foi...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O Sr. Secretário da área esteve aqui e não tomou conhecimento de nada disso.

R – É uma pena que nossa Secretária, nossa Vice-Presidente de Relações Governamentais não esteja aqui, agora, conosco, porque ela teria a possibilidade de resolver esse problema tranquilamente.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – Vereador Milton Leite, só queria fazer um comentário. Nós não podemos tomar um fato isolado – o encontro do Secretário com uma pessoa da GE – e dizer que não tínhamos nenhum contato. A gente vive em Ilume há muito tempo, a gente já participou até de concorrência para poder fornecer, sabemos das licitações.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu perguntei para o senhor se tinha contato...

R – Nós temos contato. Agora, o que acontece...

P – O senhor está mudando a versão.

R – Não estou mudando a versão.

P – Veja o seguinte, Sr. Alexandre. O que estou indagando? Se os senhores, antes de vislumbrar um negocinho de 7,3 bilhões foram ao departamento com esse propósito, que precedesse....

R – Nós já participamos inclusive da concorrência da Avenida Faria Lima...

P – Deixe-me concluir. Essa é outra história. Quero dizer o seguinte: nós temos interesse em colocar um pedido de manifestação de interesse. Agora, é legítimo, a General está aí para isso, para ofertar o seu produto, não há nada de errado nisso.

O que seria razoável? Ela envia uma carta, de ofício, pedindo as informações preliminares ao departamento. Se é público, então publica. O Secretário da pasta publica a carta: “Acusei o recebimento de uma carta da empresa General Eletric, que tem interesse em tais atas”. E dá as informações da sua competência. Vocês manifestem as intenções iniciais: “Temos interesse em ofertar esse produto por isso, isso, pedimos as informações”. Mas para o Secretário da pasta. Por que isso? Porque o Presidente mundial virá fazer uma visita ao Sr. Prefeito e vai propor tais sugestões como solução para a Cidade. É legítimo que ele fala isso, e

não temos nenhum problema com isso. O que não pode haver é reuniões não agendadas, não marcadas, não publicadas no *Diário Oficial*. Que pelo menos estivesse na internet precedentemente, e, se houvesse a manifestação, que fosse ao departamento competente. Tenho de ir ao departamento competente e fazer da forma como coloquei: mandar um ofício, um e-mail, uma correspondência que fique registrada da parte de vocês dizendo quais as intenções iniciais. Depois, ir ao presidente e falar: "Agora surgiu um negócio de 7,3 bilhões".

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – A petição foi endereçada ao Prefeito do Município de São Paulo por instrução do escritório Mattos Filho, que presta serviço à GE. Se o senhor entende e consegue demonstrar que uma petição sugerindo uma PMI não deveria ser endereçada ao Prefeito, reconheço a falha do escritório. A petição foi protocolada e dirigida ao Prefeito de São Paulo pela General Electric e pela Citéluz por uma instrução do escritório Mattos Filho, que entende que um pedido de provocamento para PMI tem de ser endereçado ao Prefeito do Município.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - O pedido de PMI já é a fase segunda. A fase preliminar é a fase do contato. A fase da formalidade, que o senhor está colocando, é a fase *a posteriori*. Já é a fase que está entrando no negócio. A partir do momento que o senhor mencionando, já ocorreu a visita do Presidente da General Eletric aqui. A fase que o senhor está colocando é uma fase *a posteriori*. Essa fase que o senhor está colocando está correta. Digo que deveria preceder uma outra. Caiu do céu uma oferta? A nossa colocação é diferente. A General Eletric em momento algum manifestou ou pediu informações ao departamento adequado da Prefeitura para que pudesse dizer o seguinte: "Sr. Presidente, há aqui na cidade de São Paulo esses produtos, tanto disso aqui. Estamos vislumbrando uma possibilidade. Temos todos os estudos da Cidade. Naquela departamento, de maneira formal. Para quê? Para fundamentar a reunião do Presidente da General, que é legítima. Nós não estamos aqui condenando essa fase. É que de repente houve uma reunião com um Secretário cujo assunto não é competência dele – nosso entendimento é que não era. Imagine se a General Eletric ganha a licitação. Ocorreu uma reunião antes. Para quê?

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – Vai ganhar licitação quem tiver o menor preço. Independentemente de reunião, não faz a menor diferença.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - A discussão aqui é transparência pública.

R – A gente vê com muito bons olhos o fato de a General Eletric não ter tido acesso a informações de...

P – Não, é legítimo.

R – A gente vê com muito bons olhos, como advogado, o fato de que a General Eletric teve acesso às mesmas informações que as outras 34 empresas. Isso torna o processo bastante...

P – Não é isso. A intenção do senhor não converte em realidade quando só após a visita do seu Presidente é que surgiu o negócio. Só após essa visita veio aqui o Presidente da General Eletric. Agora vamos fazer uma (ininteligível) de 7,3 bi. A sugestão foi da General Eletric, precedida por uma reunião da General Eletric. O que o senhor está achando que isso aqui é? A casa de anjinhos? Ocorre uma reunião não agendada. Ocorre a visita do Presidente. Aí o senhor diz o seguinte: "Nós protocolamos o pedido". Não teve acesso a informações? Aí já não tenho mais certeza. A reunião não foi agendada, e não foi dada transparência. Seria legítimo que o representante da General Eletric, como afirmei ao Sr. Marcos Cruz aqui, o seguinte: o Secretário de Finanças seria parte legítima interessada se, e somente se, ele tivesse acompanhado do departamento de Ilume; acercado de todos os outros assessores e dizer o seguinte: está aqui o Secretário, meu presidente de Ilume, todo o departamento e temos o interesse...A General está com uma outra parte. Abre-se uma ata e publique-se.

Este aqui é o órgão fiscalizador da cidade de São Paulo. Temos obrigação de, e faremos, e quando suscitam dúvidas como essa, que o senhor está dizendo que não houve, "eu publiquei, tenho todas as informações", eu não tenho mais essa certeza, porque houve fatos que precederam o pedido de manifestação. E isso pode macular o processo, não é que vá, mas pode. "Ah, vai ser o menor preço". A essa altura, não dá. O depoimento anterior do

senhor Pedace está dizendo, está constando nos autos que o aterramento não está considerado. Ele está dizendo que é inviável.

Então, é possível que uma dessa natureza suscite dúvidas. Então, antes de discutir o que vamos fazer, vamos discutir a presença da General Eletric e de que forma está se dando isso. Não é a General Eletric dizer: "Sou ético, sou isso, sou aquilo". Já vi um monte de gente falando isso. Depois, saiu correndo pela porta dos fundos e a PF atrás deles.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – O senhor conhece algum caso com a General Eletric? O senhor já viu a GE em algum caso desse?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Vou dizer uma coisa para o senhor. O sujeito nasce, todo ser humano, todas as empresas nascem sem acusação nenhuma. Até o dia em que o senhor... O senhor, quando tirou carta, não tinha nenhuma infração de trânsito. O senhor só teve oportunidade de cometer uma infração a partir do momento que foi habilitado a dirigir.

Não estou dizendo aqui que a General Eletric...

O SR. RODRIGO – Pode conceder um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – No momento oportuno. Ele auferirá a transparência não em um ato, mas em todos os atos. A mim não importa o que a General Eletric venha aqui fazer. Ela não vem aqui atrás de caridade. Ela não vai ceder nada de graça para a cidade de São Paulo. Ela vem buscar lucro. Ela é um a S/A que visa a lucro. Senão os acionistas... Se o senhor assim não se comportar na empresa, os acionistas o demitem. Não é o presidente, são os acionistas. Eles o afastam, o conselho o afasta da empresa se o senhor não visar o lucro. É legítimo que assim o seja, só que de maneira transparente. Quando se comete um deslize como esse, ou por lapso... Eu quero acreditar que seja lapso, porque, se não for, é criminoso.

O SR. RODRIGO MARTINS – Posso fazer um comentário? Sr. Presidente, isso é extremamente sério para a gente. Nós estamos assumindo aqui que um encontro que normalmente toma lugar quando o Presidente da GE visita... A GE do Brasil é a terceira maior operação da GE do mundo. A GE é uma empresa que tem 135 anos. Uma empresa que tem 135 anos não é corrida pela Polícia Federal em outros países. Uma empresa que tem 135 anos e trabalha em 160 países e é considerada ano sim, ano depois como uma das mais éticas do mundo não passa por problemas de ser corrida pela Polícia Federal. A General Eletric está aqui no Brasil há cem anos, Sr. Presidente. Nós temos 18 fábricas aqui no Brasil, empregamos 10 mil brasileiros. Somente na cidade de São Paulo, empregamos 4 mil paulistanos. Temos 18 fábricas e inúmeros escritórios. A GE sempre preza pela ética, pela transparência e pela integridade. Só o fato de nós estarmos nesse processo, eu, como paulistano, Rodrigo Martins, paulistano, nascido e criado aqui em São Paulo, já me dá muito orgulho de saber que esse é um processo transparente, limpo e vai levar a cidade a ter um benefício muito bom.

Mais uma vez, se o senhor me perguntar: "Rodrigo, a GE quer ganhar essa licitação?" Obviamente, nós queremos ganhar. Sabemos que vamos trazer obra para São Paulo. Se a Phillips ganhar, eu, como paulistano, vou ficar triste? Não, porque a Phillips é uma empresa séria, vai ter um equipamento bom. Se uma empresa da China ganha aqui em São Paulo, eu vou ficar contente? Não vou, porque vai ser uma empresa com uma qualidade ruim, e tudo mais. Essa reunião que houve ano passado é uma reunião que aconteceu que... não sei se os senhores viram, mas a semana passada o GF Immelt, que é Presidente mundial da GE, estava aqui de novo, no Rio de Janeiro, na Ilha do Fundão, inaugurando um centro de pesquisa para 200 doutores.

Ele vem aqui frequentemente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Rodrigo, o que ocorre?

R - O que ocorre? Eu não quero acreditar que o processo venha a se macular por esse deslize. A minha obrigação, como fiscalizador... nós, aqui, estamos cumprindo a obrigação constitucional, o dever de fiscalizar. E quando suscitam dúvidas, temos de ir atrás e descobrir o que é. Pode ser que em algum determinado momento as informações da sua empresa não cheguem aos senhores presentes. Mas os senhores não venham aqui imaginar que eu trabalho só com as informações dos senhores, Sr. Rodrigo, Sr. Alexandre e o Sr.

Advogado. Nosso nível de informação vai um pouco além disso. Talvez o senhor esteja limitado pela sua empresa a um determinado nível de informação. Não sabia que tinha ocorrido a reunião. O senhor não sabia. Aqui diz não conhecer uma reunião prévia. Então digo ao senhor que, nem sequer dentro da sua empresa, o senhor teve acesso.... parece a esta Comissão desprovido daquilo que ocorreu previamente. Não desacredito na crença de V.Sa. na empresa, mas talvez V.Sa. não tenha acesso às informações que temos aqui fora. Infelizmente, o senhor não tem esse nível de conhecimento. Não tem conhecimento do nível de informações com que trabalhamos.

Está certo? Quando o senhor diz “Não estou correndo da Polícia Federal”...

O SR. RODRIGO MARTINS – Não falei isso de mim, falei da GE.

P – O senhor aqui representa a GE. Não é o senhor fisicamente. O senhor está representando uma empresa. Mas o senhor está compondo consórcios. Quando compõem um consórcio, é bom que o senhor tenha uma visão... quando o senhor senta aqui para discutir conosco, a visão precisa ser um pouco mais ampla. É que o senhor está com uma visão estreita, dizendo o seguinte: “A General não está sozinha”. Ela está sozinha?

R – Não, não está sozinha.

P – Está associada.

R – Sim.

P – O senhor diz as mesmas coisas do seu consórcio, das empresas... faz a mesma afirmação dos consorciados, a mesma coisa que fala da General Eletric?

R – Nós fizemos um trabalho de diligência muito importante nessas outras empresas, e temos garantias contratuais dadas por essas outras empresas de que elas...

P – O senhor não fala a mesma coisa. O senhor está dando garantias contratuais. Então, veja...

R – Uma coisa é a empresa que eu trabalho. Outra empresa é uma que eu...

P – O senhor vem pleitear dinheiro público em consórcio. O senhor não vem sozinho. Só veio para vender um produto, e, como o senhor está associado a alguém, é preciso que tenhamos uma visão um pouco mais ampla, não só da General Eletric, como dos passos que ela deu e de seus consorciados.

Nós temos aqui a ponta de uma das ações desse consórcio. O senhor não está agindo sozinho..

R – Sem dúvida.

P – E houve uma ação precedente. Mas se acercou de outros para poder dar os passos que está dando.

Então, quero que o senhor entenda que, quando esta Comissão está aqui exercendo o trabalho dela, não quer dizer que ela esteja olhando a General Eletric. O senhor está falando pela empresa, mas ela deu alguns passos de que o senhor não tinha conhecimento, mas nós temos. E se associou a outras empresas das quais nós, sim, temos conhecimento.

Então, o senhor vem dizer aqui “Tenho histórico de não sei quantos anos, como paulistano...”, é muito bonito, mas isso, para nós, não é suficiente tendo em vista o dinheiro público. Isso pode não ser suficiente para nós. Pode ser que, ao final do processo, venhamos a referendar e dizer o seguinte: “Os senhores tem total razão, o produto é bom. Ao final do trabalho desta Comissão, não temos nenhum problema em dizer isso para os senhores. Mas hoje não temos essa condição. Não só pelo senhor, mas também por aquilo a que os senhores estão associados. Preciso ver o senhor no conjunto da obra. O senhor não está sozinho, e não pleiteia dinheiro público sozinho. Se o produto da General Eletric é bom, oxalá ele seja empregado na cidade de São Paulo a um preço bom, a um preço muito bom.

R – É isso que nós queremos.

P – Mas quando o senhor vem aqui, acompanhado de outras empresas – que nós conhecemos, e bem – e a General Eletric, unilateralmente, tomou uma atitude que não teve transparência necessária, suscita dúvidas, sim, ficam passíveis de outras ações por iniciativa deste parlamentar.

R – Entendi.

P – Vamos imaginar que o grupo do consórcio vença a concorrência, e eu aqui tenha documentos que suscitem dúvidas desses valores. Nada vai me impedir de propor uma ação popular para ressarcimento do erário se eu entender que houve um diferencial a mais.

Eu não estou dizendo aqui que o senhor não... eu não puxei certidão negativa da GE, mas na Secretaria de Relações Governamentais puxo tudo que tem da General Eletric para saber tudo, se tem trabalhista, para saber se é tudo que o senhor está falando e do que se orgulhou aqui. A Sra. Adriana, quando vier aqui, avise-a, vai responder sobre isso também.

Queremos saber quem é que está trabalhando para a Cidade. Não estamos satisfeitos com essa posição. Quero deixar isso muito claro para os senhores. Essa atitude de não estar claro até aqui – pode ser que a Sra. Adriana venha até aqui e nos esclareça e a Comissão se dê por satisfeita, por ora, não. Não foi suficiente.

Vou passar a palavra ao Vereador Paulo Fiorilo. Senão, vou ficar debatendo com os senhores aqui, insatisfeito.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, serei breve, até porque acho que talvez com o convite à Sra. Adriana, e talvez até com os que estão aqui hoje, possamos avançar no esclarecimento.

Queria só atentar sobre o cronograma sobre o qual vocês começaram a falar e não concluímos. O Presidente da GE fez uma visita ao Prefeito em 2013, no primeiro semestre. Vocês têm como precisar? Maio? Foi isso?

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – Foi abril ou maio.

P – E, entre os vários assuntos tratados, foi colocada a questão da renovação do parque de iluminação da Cidade de São Paulo. É isso? Quem participou dessa visita ao Prefeito? Tem alguém aqui? Nenhum dos quatro.

Dessa visita, entendi, que o Dr. Bruno Verneck, advogado que acompanha a GE, foi instado a apresentar uma solicitação de estudo. É isso?

O SR. BRUNO VERNECK – Uma petição.

P – Isso aconteceu no segundo semestre?

R – Correto.

P – O senhor podia precisar quando aconteceu?

R – Se não me engano, setembro, mas já te fala a data em cinco minutos.

P – Então, em setembro, o escritório que o Dr. Bruno representa e trabalhada para GE, apresentou uma petição à Secretaria de Serviços e Obras. É isso?

R – Se não me engano, à Prefeitura. Eu já confirmo.

P – Enquanto o senhor confirma, acho que foi o senhor que fez a observação de que a comissão tinha alguma informação de denúncia contra a GE. Eu, particularmente, não tenho, mas a Argentina tem. Eu nem sei se ela é real ou não real. Por isso que não queria entrar nesse debate de denúncia, não denúncia, até porque acho que não me interessa. Mas só para a gente precisar aqui – ao Vereador Milton Leite interessa –, gostaria que o senhor lesse o texto publicado na *Exame.com* do dia 5 de novembro. Vou passar para o e-mail do Vereador Milton Leite.

Mas não me vem ao caso isso. Não é problema meu. Acho que não deveríamos fazer esse debate. Devíamos tentar aqui entender...

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – Até porque as empresas que hoje prestam serviço à Prefeitura têm muito mais acusações do que a GE. Então, seria muito mais interessante fazer um debate sobre elas do que sobre a GE.

P – Doutor, por isso não gostaria de tratar desse assunto, porque o senhor faz uma observação peremptória, mas eu podia citar aqui o texto publicado na revista *Exame*. Não me interessa muito, mas só para dizer que todas as empresas correm o risco de ter ou não uma denúncia. É natural. Mas eu só não gostaria de começar o debate aqui desse jeito. “A GE, não sei quem”, não, não me interessa.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – A nós também não.

O SR. PAULO FIORILO – Interessa fazer o seguinte: nós estamos fazendo o

debate sobre uma PPI importante, de 7,3 bilhões, que vai mudar o parque de iluminação da Cidade, que vai beneficiar milhares de pessoas, na periferia, no Centro, e assim por diante.

Então, enquanto Dr. Bruno checa a informação, gostaria de avançar. A partir daí...

A petição está aqui, Dr. Bruno, já ajuda. Dia 16 de setembro de 2013, à Secretaria Municipal de Serviços de São Paulo. Então, foi entregue ao Secretário Simão Pedro pedido de autorização para apresentação de estudos preliminares relacionados ao serviço de iluminação pública do município de São Paulo. "A GE requer pedido de autorização", assinado pelo Sr. Alexandre de Castro Ferrari, que está aqui com a gente.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – (Ininteligível) como o meu. Foi ao Secretário, como o Presidente havia pleiteado.

P – Esse aqui foi ao Secretário, só para ajudar no processo...

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – Esse foi o documento.

P – Esse aqui foi, na realidade, a segunda parte da conversa. Pelo que entendi, o início se deu na conversa do Prefeito, em maio, abril, e a partir daí iniciou-se esse processo de solicitar autorização para o estudo. É isso? Tem um acordo aqui.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – Sim.

P – Com relação ao estudo, vocês acompanharam as perguntas anteriores, então vou ser objetivo. A GE já tem uma experiência de troca de parque por LED em algum lugar do mundo?

O SR. RODRIGO MARTINS - Sim. A experiência da GE com LED. O LED foi inventado em um laboratório da GE nos Estados Unidos em 1962. Desde então, a GE aprimora esse LED e o torna economicamente viável.

A tecnologia LED tornou-se economicamente viável há aproximadamente 5 anos, quando o chip passou a ser barato o bastante para justificar sua troca. Hoje em dia fala-se muito em *payback*, ou seja, em quanto tempo você retorna esse investimento. Hoje em dia, grande parte dos investimentos, como, por exemplo, investimento interno aqui em LED muito provavelmente traria o retorno em 2 anos. Aproximadamente 2 anos para a Prefeitura, para quem quer que seja o dono do escritório.

A GE já fez cidades na América Latina, na Europa e nos Estados Unidos com LED. Essa PPP não é somente com LED. Só para comentar um pouquinho mais, esse estudo para o qual que nós pedimos autorização para fazer, ele levava em consideração não só a substituição de todas as luminárias da Cidade de São Paulo por luminárias LEDs, que gastam muito menos, têm uma iluminação muito melhor, e que praticamente não precisam de manutenção. As falhas chegam a 1, 2%, e eles têm mais de 12 anos de vida útil. Além economizar muito mais energia.

Além disso, temos um ponto de telemetria. O que é importante no ponto de telemetria para a cidade de São Paulo? Basicamente todos os postos se tornaram inteligentes; eles vão saber: "Sou um poste, estou na rua Libero Badaró, número 122, e estou acesso durante o dia". Aí vai uma equipe lá, ou, dentro do centro de controle, você pode desligar diretamente aquele ponto de LED que está acesso durante o dia. Se um ponto estiver apagado durante a noite, também do centro de operação, pode se observar isso.

P – Por favor, se identifique.

O SR. SÉRGIO BINA – Sou gerente de marketing da GE. Só complementando a resposta do Rodrigo, a GE já teve experiências com telegestão e LED na cidade de São Diego, onde implementamos agora um projeto de 3.500 pontos. Experiência com LEDs na cidade de Las Vegas, onde implementamos aproximadamente 45 mil pontos e aqui no Brasil fizemos o entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, com LEDs, e na cidade de Florianópolis as duas pontes que ligam a ilha até o continente foram feitas também com LEDs da GE.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Sérgio, do ponto de vista da experiência de parques de iluminação, São Paulo, com certeza, será o maior parque que vocês estão disputando.

O SR. SÉRGIO BINA – Sem dúvida. Em termos mundiais...

P – Menos a China...

R – É o maior projeto do mundo de iluminação e da história de iluminação.

P – Este aqui é o maior projeto do mundo?

R – Do mundo de iluminação.

P – Mas é o maior parque do mundo?

R – É o maior parque do mundo para ser trocado de uma vez só.

- Comentários simultâneos.

R – Acredito que a Cidade do México... Mas a Cidade do México é menor do que aqui, por incrível que pareça.

Acredito que talvez Tóquio...

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – Mas em processo de troca, não existe maior. É o maior que tem no mundo.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – A Cidade do México, para dar uma ideia para a Comissão, fale em 200 mil pontos. É 1/3 da iluminação de São Paulo.

O SR. PAULO FIORILO – Aqui estamos falando em quase 600 mil.

O SR. ADILSON AMADEU – Nobre Vereador Paulo Fiorilo, V.Exa. permite um aparte?

O SR. PAULO FIORILO – Eu só tinha mais uma última pergunta, mas permito o aparte.

O SR. ADILSON AMADEU – Para aproveitar o raciocínio do Dr. Sérgio e do Dr. Rodrigo.

Em outros países, em outras cidades como Florianópolis, vocês implantaram o sistema LED, não é isso? O que fizeram com o produto que havia? As lâmpadas que estavam lá? Usam para quê? Aqui, por exemplo, seriam quantos pontos?

O SR. SÉRGIO BINA – Aqui em São Paulo seriam 600 mil, aproximadamente. Em geral, o que se faz é vender a luminária como sucata, a luminária que foi trocada, e a lâmpada vai para um processo de reciclagem.

O SR. ADILSON AMADEU – Isso faz parte do projeto?

R – O descarte faz parte do projeto.

P – Fala no projeto?

R – Faz parte do projeto.

P – Vocês não têm ideia para falar isso?

R – Não, faz parte do projeto.

O SR. RODRIGO MARTINS – Vereador Adilson, faz parte do projeto a instalação... escutei aqui também anteriormente se falar do braço – o poste, o braço de iluminação, tudo. Porque dependendo do espaçamento que tenhamos de poste, isso afeta a iluminação. Então, esse espaçamento deve ser levado em consideração também.

O SR. ADILSON AMADEU – Muito bem. Obrigado, nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Tenho uma última questão. Ouvi o Dr. Bruno fazer uma observação sobre o diálogo com a Secretaria de Finanças em função da Cosip ou da questão de ter ...

O SR. BRUNO VERNECK – Volume de negócio.

O SR. PAULO FIORILO – Volume de negócios, e tal. Nenhum dos que estão aqui saberia dizer quando ocorreu exatamente a reunião com o Secretário de Finanças, o período? O que temos como cronograma é a reunião de maio ou abril, com o Prefeito e o Presidente da GE, e depois, em setembro, a carta endereçada à Secretaria de Serviços. Está faltando essa lacuna para saber se ocorreu, se não ocorreu...

O SR. RODRIGO MARTINS – Que será facilmente esclarecido...

O SR. PAULO FIORILO - Com a vinda da Sra. Adriana. Vamos esclarecer.

R – Se o senhor quiser, posso mandar uma comunicação formal até o final do dia, para que se esclareça a questão da visita.

P – Não há problema mandar e depois conversarmos com ela. Por último, precisava só saber o seguinte: os senhores acompanharam o depoimento do Sr. Pedace, que foi anterior ao de vocês, e ele fez a observação da proteção do LED. Queria saber quem pode falar. Sr. Sérgio?

O SR. SÉRGIO BINA – Eu posso. Há três aspectos que gostaria de esclarecer. A primeira situação é a questão de diferenciar aterramento de enterramento. Enterramento seria o enterramento de cabos, isso é uma coisa. O aterramento dos postes onde serão instaladas as luminárias, isso está dentro do escopo do consórcio. Por quê? Porque se houver algum problema com o ponto de luz dentro dessa modalidade de PPP, quem arca com esses custos é o consórcio. Então, isso daí reduziria o ganho, ou o retorno do projeto para o consórcio. Essa responsabilidade é do consórcio e, se houver um ônus, é do consórcio.

O SR. PAULO FIORILO – Então, Sr. Sérgio, mas, por exemplo, na proposta apresentada pelo consórcio de que vocês fazem parte isso está previsto?

R – Isso está previsto, e há um outro aspecto que acho importante colocar, diz respeito ao supressor de surto, que ele falou, aquele dispositivo que protege o LED contra surtos. Seriam justamente problemas de surto de tensão ou de corrente. O dispositivo da GE tem vários opcionais desse protetor, desse supressor. Existe o que é padrão de mercado, e no padrão da GE esse supressor já está dimensionado para um nível acima. E existe ainda uma outra opção dentro do produto da GE que é uma proteção maior ainda, em que se considera não só o tamanho do surto, mas também a frequência de surtos naquele ponto da rede. É esse produto que estamos colocando no nosso estudo, o que tem maior nível de proteção contra surto.

P – E o valor que vocês estão apresentando está dentro do 7,3?

R – O 7,3, na realidade, é o projeto inteiro. A parte da GE, que é a parte de equipamento, é de aproximadamente uns 30% desse valor, 30, 40% desse valor. É o valor do (ininteligível).

P – Mas o 7,3 é o valor razoável, inclusive dentro das propostas que vocês estão apresentando de proteção, de segurança e assim por diante.

R – Exatamente.

P – Por fim, não sei se é com o senhor ou com os outros dois representantes, em relação à taxa de retorno e o período para que vocês tenham o retorno do investimento, tenho uma dúvida que já externei com reunião com os Secretários, que é a seguinte: quanto mais tempo temos, mais avançamos no desenvolvimento de tecnologia. Vocês deram o exemplo aqui de que, no caso do LED, foi uma descoberta no laboratório da GE, nos Estados Unidos, em 1962 – eu não tinha nem nascido. De lá para cá, possivelmente, não só a viabilidade econômica, mas a tecnologia mudou muito. Custo e duração devem também, ao longo do tempo, diminuir. Isso significa que possivelmente o consórcio que ganhar – se vai trabalhar com LED ou não – pode ter também um retorno maior, dependendo do parque e da qualidade tecnológica que for aplicada. Estou certo ou errado?

O SR. SÉRGIO BINA – Certíssimo.

P – Isso significa que quem ganhar pode ter um lucro maior?

O SR. SÉRGIO BINA – Isso significa o seguinte: quando fizemos o estudo, tivemos de falar com nosso pessoal de tecnologia para prever qual seria a curva de aumento de fluxo, ou seja, aumento de eficiência, e redução de custo do produto. E isto foi considerado dentro do nosso estudo, o que pode aumentar ou não a nossa competitividade na futura oferta. Se tivermos um aumento de fluxo maior e uma redução de custos, mais competitivos, podemos ser na oferta que vai ser feita quando houver concorrência.

P – Mas isso está sendo considerado?

R – Está sendo considerado.

P – Não só pela GE, mas pelos outros consórcios.

R – Claro.

P – Porque, se você tem uma curva que pode te possibilitar...

R – Os concorrentes também têm. Obviamente que isso está de acordo com o fabricante.

O SR. PAULO FIORILO – Agradeço. Preciso me retirar porque tenho uma outra reunião. Aguardamos a vinda da Sra. Adriana.

O SR. ADILSON AMADEU – Pela ordem, Sr. Presidente.

Dr. Bruno Verneck, o seu escritório representa a empresa GE ou outras...

O SR. BRUNO VERNECK – O consórcio do qual a GE faz parte.

P – A Phillips também está nesse consórcio?

R – Não, a Phillips faz parte de outro consórcio.

P – Há uma associação que os senhores têm dessas empresas? GE, Phillips? Há uma associação?

O SR. RODRIGO MARTINS – Da GE e Phillips? Tem associações de...

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) - Está falando da Abilux.

P – Como chama?

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – Abilux. Estão todos os fabricantes de iluminação.

P – Sei, mas participaram de um levantamento já?

- Comentários simultâneos.

O SR. BRUNO VERNECK – Desse levantamento a que o senhor está se referindo a GE não participou.

O SR. ADILSON AMADEU – Não participou. A associação não...

R – A GE faz parte do Abilux, mas desse levantamento a que o senhor está se referindo a GE não participou, justamente por se tratar uma concorrência da qual tínhamos interesse. Então, não participamos desse levantamento.

P – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O senhor trabalhou para qual empresa do consórcio antes? Aqui o senhor está representando o consórcio. Dessas empresas que compõe o consórcio, qual empresa lhe chamou para participar?

O SR. BRUNO VERNECK – Originalmente, a GE.

P – Mas o senhor trabalhou para algum das outras empresas anteriormente, não?

R – Não.

P – Nunca trabalhou para alguma das empresas que compõe o consórcio?

R – Eu, Bruno Verneck, não. O escritório provavelmente deve ter trabalhado para a Andrade Gutierrez em algum momento do passado. Mas a Andrade entrou depois no consórcio.

P – O senhor trabalha para a Andrade Gutierrez?

R – Eu não.

P – O escritório trabalhou?

R – No passado. A Andrade se retirou do consórcio, não é?

P – Mas trabalhou para a Andrade?

R – O escritório já trabalhou para a Andrade no passado.

P – Perfeito.

R – Só um comentário, Presidente, se o senhor me permite, até porque nós temos muita experiência, porque trabalhamos muito com PMI no escritório, dezenas. Quando se discutiu essa questão de primeira fase, segunda fase, esclareço que essa fase da petição que dá transparência ao processo e permite participação de todo mundo não é comum. Por isso que enfatizei a petição. Em muitos outros casos você tem uma conversa, que vira um processo sem uma petição formal apresentada pela empresa. Essa PMI tem uma característica bem importante: houve uma petição assinada pela GE e pela Citéluz formalmente provocando a Secretaria de Serviços para começar o processo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Pois é, o senhor falou tudo: houve uma conversa antes. Quando há essa conversa, para o ente público não existe isso, ele tem de registrar em ata. O senhor é advogado, e sabe que é bastante razoável... vamos imaginar que, no caso em tela... o Sr. Marcos Cruz diz que fez reunião com outras empresas, mas fez previamente com a GE. Por que tem de ficar registrado em ata e não o foi? Porque ele recebe do erário, e o senhor sabe bem que o erário é pago por nós e pelo senhor também. Vamos imaginar que ele faça um elenco de reuniões e depois lhe chama. Tudo que ele faz se perde? Pode ser que tenha conseguido o melhor resultado possível.

Então, tudo que temos de fazer, quando é ente público, é dar publicidade e

registrar, é isso. Chamou nossa atenção não ter ocorrido esse procedimento. Não tem nada melhor do que chamar... não deveria, deveria ser a GE falar com o órgão competente, a conversa prévia. Mas por carta. Ou vai pessoalmente e faz uma ata. Dá transparência. Não há nenhum problema nisso. É legítimo uma empresa como a General Eletric ir discutir com um departamento. Ela tem interesse, é uma oferta melhor para a Cidade e boa para a General Eletric. Vá ao departamento e peça: "Quero uma reunião, porque tenho uma oferta. O modelo de vocês nós conhecemos, está decadente". O que não pode é fazer uma reunião que não fique registrada. Pelo simples fato que... estou imaginando tudo no terreno da honestidade e transparência. Mas vamos imaginar que ele morra, depois de dez reuniões, e tenha ele na cabeça diversas propostas maravilhosas para a Cidade. Quem o pagou? Quem paga qualquer funcionário, qualquer servidor, somos nós, ente público. E tudo que faz, deve colocar no papel, não há problema.

O SR. BRUNO VERNECK – Por isso que fizemos questão de fazer a petição.

P – *A posteriori*. Esse é o problema.

O SR. RAFAEL MARTINS – Assumimos o compromisso com o Vereador Paulo Fiorilo e com V.Exa. de que nós, até o final do dia, mandamos uma carta com todas as visões antes de Adriana vir a esta Casa.

P – Antes da visita da Adriana mencionando isso, o que houve. Se ela anotou internamente, deu publicidade.

R – Não tenho dúvida nenhuma de que ela anotou.

P – Isso ajuda a evitar problemas no futuro, principalmente porque serão licitados por mim. Eu não tenho dificuldade nenhuma em tomar as medidas que entendo cabíveis se entender que não houve transparência legal. Nós não entendemos como razoável a forma como foi. Pode ter sido um lapso. A Adriana pode contribuir muito com isso.

Vereador Adilson, mais alguma questão?

Vereador Ricardo Nunes? V.Exa. está em silêncio, preocupado com a Comissão de Finanças e Orçamento. À tarde, falaremos na Comissão a respeito do orçamento da cidade de São Paulo, que inclui também este dinheiro aqui.

Para que os senhores entendam, esta subcomissão é da Comissão de Finanças. E nós estamos discutindo o dinheiro do povo, o orçamento da Cidade de São Paulo. É duro gastar o dinheiro de vocês, saber para onde vai, o que será feito. Pergunte ao Relator a dificuldade que tem. O cobertor está deste tamanho e o corpo é da minha altura, enorme. Está difícil, muito difícil. Os Vereadores estão precisando de mais dinheiro para aplicar. V.Exa. tem no relatório, consegue dinheiro?

O SR. RICARDO NUNES – Acho que a GE vai apresentar uma proposta de não usar 100% do dinheiro da Cosip, só uns 70%, e nós vamos ter esses 30% para investir em outras coisas.

O SR. RODRIGO MARTINS – Eu não queria falar isso, mas agradeço o aparte do Vereador.

O SR. RICARDO NUNES – Mas não é mais ou menos isso? Seriam 70% da Cosip.

O SR. RODRIGO MARTINS – Quem sabe até menos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Começo a olhar com bons olhos uma proposta que me orgulha. Já começo a mudar de opinião. Se vocês vierem com um preço que ele está mencionando, já começa a ficar atrativo.

O SR. RODRIGO MARTINS – Como paulistano, se V.Exa. andar pela Cidade vai ver que a iluminação...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Fale-me de quanto é a proposta que eu fico sabendo se é boa ou não.

O SR. RODRIGO MARTINS – Vai ser boa. Como paulistano, vai ser boa, e, de novo, quero que o melhor consórcio ganhe, que o melhor consórcio, que vai trazer bons equipamentos para a cidade de São Paulo e melhorar a iluminação.

Outro ponto que o senhor comentou anteriormente, Sr. Presidente, Jardim Ângela, periferia, Zona Sul, que seja, isso é uma questão de decidir onde vamos fazer primeiro. Não

será, necessariamente, as Marginais.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – No critério de aplicação, devíamos usar as demandas. Sem ouvir a população, entendo que deveriam ser portas de escola e creche, em cima de faixas e travessias de pedestre. Pontos de alta criminalidade, de tráfico de drogas. Esses seriam os critérios iniciais, não fazer como estamos fazendo. Discordo dessa administração quando faz a Marginal Pinheiros. Há pontos mais críticos. Pontos de atropelamentos, escuros.

O SR. RODRIGO MARTINS – Eu assumo o compromisso como o senhor, Presidente, nós não entregamos o estudo final, o BID(?), a licitação, efetivamente. O que podemos é levar esses pontos para tratar no nosso estudo. Prioritariamente vou fazer isso

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Esta Comissão ainda pretende ouvir a Secretaria de Segurança Pública a respeito dos pontos que demandamos. Vamos convidar os distritos para a audiência pública. Por quê? Para dar prioridade àquilo que tem de ser prioridade. Eu não posso....Eu respeito, a Marginal Pinheiro é boa para todo mundo ver, é uma bela vitrine, mas não resolve o problema de onde tenho a maior demanda. Insisto nisso, são faixas de pedestre, Srs. Vereadores, portas de escolas, creches, hospitais, e pontos onde há alto índice de estupro, de violência, assalto. Enfim, ouvir a parte da sociedade que nos compõe. Vieras obscuras, que causam problemas para mulheres e senhoras nos bairros mais distantes, que nem sequer vão à delegacia dar queixa. Com todo respeito que tenho, quem sai iluminando a Marginal é o Sr. Prefeito, eu não concordo com isso. Acho que o critério deveria ser...pode ser que façamos uma mescla, mas por que sempre o Centro Expandido, que está bem aqui ao lado dos benefícios da infraestrutura pública? É sempre o Centro Expandido que está ganhando, que está levando. É sempre o Centro Expandido que leva. Ele contribui.... como se o pobre não pagasse imposto. Não é IPTU, não. Ele paga tudo. E estamos sempre atirados a segundo, terceiro, quarto, quinto plano. Isso não pode ficar assim. Esta Comissão quer discutir, superada essa discussão de aspecto legal, é o aspecto político e social de segurança que temos de aplicar. Este é um projeto de longo prazo.

O SR. RICARDO NUNES – Só para ajudar, já que é importante essa colocação de periferia, considerarmos onde não há iluminação. É uma preocupação que temos de ter: vai trocar, mas onde não há iluminação, como fica? Tem de começar, primeiro, por onde não há iluminação.

O SR. RODRIGO MARTINS – Só um ponto em relação a isso, que achei importante. O projeto foi feito, está hoje sob consulta pública, de forma a que essa responsabilidade de manter iluminado seja do consórcio. Senão, vai ter penalidade, inclusive no recebimento da parcela. Foi isso que achei interessante. Hoje, nesse lugar que não há iluminação, na verdade, há uma luminária lá, só que ela deve estar apagada ou queimada. Isso é uma penalidade muito forte, e acho que mudou o modelo, porque a responsabilidade veio toda para o consórcio que ganhar. Por isso que acreditamos que o trabalho sério é o que vai dar resultado para a Cidade. Você terá de por a luz lá, mas também mantê-la acesa.

Outro ponto que queria destacar: esse sistema eletrônico de que tanto falamos hoje, aterramento, não podemos esquecer de um benefício grande que ele nos dá, dimerização. Hoje é impossível hoje fazer dimerização nas ruas. Com o sistema de LED, você pode dimerizar, ou seja, ter mais luz no momento em que a cidade está com vida e economizar energia durante a madrugada em ruas onde não há problemas de segurança. Você pode economizar energia dimerizando a luz.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Só uma questão. O Sr. Wilson falou, acabou me escapando, mas ele estará aqui em outra oportunidade, muito de Parelheiros. Lá é uma região de proteção de mananciais. Eu tenho aves, eu tenho tudo. Pergunto: a General Elétric fez estudos do impacto? Haverá diferença de iluminação, porque a LED clareia muito mais e causa um impacto. E naquelas regiões de acesso às serras há muito neblina. Vocês têm um estudo de impacto ambiental com o atual sistema, tendo em vista as aves próximas à iluminação? São algumas questões que vamos abordar no campo técnico da concessão. Lá são estradas com área de preservação. Nós vamos abordar isso e já abordamos e vamos

insistir nesse ponto. Como LED ilumina mais, e tenho aves na região, qual o impacto? Vai atrapalhar? E não estou dizendo que vai. Estou perguntando se há um estudo de impacto nas áreas de preservação que temos. Na Serra da Cantareira, por exemplo, e outras serras que tenho, tanto de um lado quanto de outro. Pergunto: quais estudos a General fez.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – O nosso estudo tem aproximadamente 2 mil páginas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu perguntei do ponto específico dos mananciais.

R – Sim. Ponto específico do manancial a gente não trata. Posso falar que, de maneira genérica, há estudos que mostram que o LED, por ser uma fonte de luz monocromática, ou seja, você tem só um comprimento de onda, é mais benefício que outras fontes de luz que trabalham com vários comprimentos de onda e podem ter mais impacto no ambiente. Agora, esse estudo específico para Parelheiros, ou outras de São Paulo em termos ambientais realmente ainda não fizemos.

P – Então, havia a necessidade de ter o estudo de biólogos, ambientalistas da região para que pudesse contemplar até uma forma... pode ser que tenha de ser mais concentrado, ou não, que não (ininteligível) as árvores. É isso que estou indagando de V.Sa. Se isso está contemplado.

R – Esse estudo ainda não fizemos. Temos de atentar agora, ainda não fizemos.

P – Já chamei a atenção do Secretário. Isso não é da lâmpada, é da forma como vamos aplicar a iluminação nessas áreas. Temos aves. Qual o impacto? Os biólogos, os ambientalistas têm de ser ouvidos especificamente para isso.

R – A característica do produto de LED hoje, o LED por ser um chip é, na verdade, diferente de uma lâmpada que joga luz 360 graus e precisa de um compartimento ótico, e essa luz se espalha muito. É a tal da poluição lumínica que falamos. O LED não tem isso, ele faz um pouco disso que o senhor falou, ele realmente direciona a luz, porque para nós, quanto mais conseguir direcionar a luz e aproveitar melhor, mais vou atingir o nível que a Prefeitura vai me exigir, com a potência menor. Então, teremos muito menos poluição lumínica...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A Prefeitura não fez estudo nenhum, de natureza alguma, nas áreas de preservação. E uma troca causa impacto. Nós vamos exigir isso, nem que por medida judicial, que se faça isso antes da PPP. Essa PPP não prosseguirá sem os estudos. Estamos preparando para que suspenda até que se prove que essa parte esteja superada. Pode ser que a resultante não seja nada, mas sem a devida licença, que demanda essa troca por chip... estou afetando a natureza, quero saber o impacto. Que alguém firme textualmente “não há impacto”. Está resolvido, prossiga-se. Mas até que haja estudo, e vocês afirmaram que não há... Precede de, é isso.

Quero agradecer a presença...

O SR. RICARDO NUNES – A neblina não tem problema com a... porque estou recebendo uma mensagem de um amigo meu, engenheiro eletricista, que fala: “O LED, onde há neblina, some a luz”. Procede? Fica sem foco.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) Não. Não tem essa questão. Varia, porque o que realmente determina essa questão é justamente a concentração da luz, que o (ininteligível) falou. Quanto menos dispersão você tiver e mais foco, melhor será o comportamento da fonte de luz sob neblina.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu insisto na pergunta: os senhores têm estudo nessa direção de iluminação em área de neblina? Foram feitos os comparativos?

R – Em relação a isso, sim. Em relação à questão de neblina, temos.

Em relação à questão ambiental...

P – Está acostado ao processo?

R – Não, não está colocado ...

P – Então, estou solicitando que os senhores remetam esse estudo, porque isso é importante, principalmente para nossa região. A região da parte sul da Cidade é...

- Comentários simultâneos.

REUNIÃO: 15171 DATA: 18/11/2014

P – Temos dois lagos. Por que isso? Temos lagos e a serra, tanto o lago Billings e a Guarapiranga, que proporcionam uma maior incidência de neblina. Por isso queremos saber se há um estudo.

O SR. SÉRGIO BINA– Só uma coisa que gostaria de colocar a respeito do impacto ambiental, pois colocamos um aspecto e há outros aspectos de impactos que, estes sim, foram contemplados. Acho que um que é extremamente importante é a questão de economia de energia, porque, quando você fala em economia de energia, você tem um aspecto econômico, pois obviamente você vai gastar mais em conta de energia, mas há um aspecto muito importante na preservação de recursos hídricos. Já fizemos um estudo no Brasil: se de um dia para a noite nós trocássemos toda a iluminação nacional em iluminação pública por iluminação com LED, em seis anos economiza o equivalente a Itaipu. Só com iluminação pública.

Outro aspecto que considero importante falar do ponto de vista ambiental, e até o Vereador Adilson perguntou, é a questão do que se faz com o que será trocado. A partir do momento em que você troca por LED, a geração de resíduos é muito menor do que a da iluminação convencional, porque a vida útil é muito maior, então você tem muito menos geração de resíduos. Além disso, você trabalha com produtos sem metal pesado. Você não trabalha com mercúrio, com chumbo, com nenhum produto que utilize metal pesado.

São aspectos ambientais importantes.

O SR. ADILSON AMADEU – Presidente, vou aproveitar a presença do Dr. Sérgio. Uma só central para esse universo todo de trabalho na Cidade?

R – O senhor fala do centro de operação? É suficiente. Não fizemos um estudo, mas mencionamos a possibilidade de colocar duas áreas para a Cidade, porque entendíamos que assim poderíamos gerar comparação entre concessionários e mitigar, evidentemente, o risco, mas existiria um complicador, que seria exatamente você ter duas centrais de empresas distintas trabalhando na Cidade. Até por conta de que o Sr. Poit falou, para simplificar, acho que eles resolveram colocar uma única área para ter um centro de operação, que é suficiente e atende. Sendo que, do jeito que saiu o edital, pede-se redundância, ou seja, você tem de colocar dois centros de operação: um seria o principal, e o outro a retaguarda.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a reunião da subcomissão que estuda a iluminação pública. Tenham todos os senhores um bom início de tarde. Está encerrada a reunião.

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE TRABALHO DA SUBCOMISSÃO PARA AVALIAR O SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE DE SÃO PAULO, CONSTITUÍDA NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO NO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE – SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *novembro*

Aos dezanove dias do mês de ~~dezembro~~ de dois mil e quatorze, às dez horas e doze minutos, no Auditório Prestes Maia, 1º andar, reuniu-se a Subcomissão da Iluminação Pública sob a presidência do Vereador Milton Leite e com a presença do vereador membro David Soares. Tendo em vista a ausência de quórum para a realização da Reunião Ordinária ora convocada para a data, o evento foi convertido em Reunião de Trabalho. Em atendimento ao Requerimento nº 4/2014, de autoria do Vereador Milton Leite, foi convidado o senhor Francisco Macena, Secretário do Governo Municipal e integrante do Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas de que trata o art. 11 da Lei Municipal nº 14.517/2007, que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas, para prestar esclarecimentos sobre o futuro edital de Parceria Público-Privada que tem por objeto a iluminação pública da cidade. Após a oitiva do convidado e considerações dos vereadores presentes, o Presidente, nada mais nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Para constar, nós, Caio Cesar Rodrigues e Danillo Nunes da Silva, secretariamos os trabalhos e lavramos a

Consente ata que, lida e aprovada, segue assinada pelos vereadores presentes e por nós subscrita.

Milton Leite

David Soares

Caio Cesar Rodrigues
Caio Cesar Rodrigues
Secretário

Danillo Nunes da Silva
Danillo Nunes da Silva
Secretário

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

DE ____ / ____ / ____

Pág. ____ Col. ____

Conferido ____



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Comissão de Finanças e Orçamento

Protocolo 116
nº 37-07
19
Celo César Rodrigues
RF 11.287.519-12

Lista de Presença

REUNIÃO DE TRABALHO DA SUBCOMISSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3ª Reunião Ordinária da Subcomissão da Iluminação Pública

Data da Reunião: 19/11/2014 - Horário: 10:00 - Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Ver. ABOU ANNI (PV)

Ver. ADILSON AMADEU (PTB)

Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)

Ver. DAVID SOARES (PSD)

Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)

Ver. PAULO FIORILO (PT)

Ver. RICARDO NUNES (PMDB)

À Presidência da Mesa, em cumprimento ao disposto no artigo 2º, parágrafos 1º e 2º, do Ato 654/99.

Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)

PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

Processo nº 117 do proc.
nº 37-07 de 2019
Celo Cassio Figueres
DF 11.067.501-12

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
SUBCOMISSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 19/11/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Na qualidade de Presidente da Subcomissão para Avaliar os Serviços de Iluminação Pública, constituída em nome da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 3ª reunião ordinária de 2014.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo - www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

Em atendimento ao requerimento nº 04/2014, convidar o Exmo. Sr. Francisco Macena, Secretário do Governo Municipal, do Conselho Gestor e Parcerias Público-privadas, de que trata o artigo 11, da lei 14.517, que institui o programa de parceria público-privada, para prestar esclarecimentos sobre o edital de parceria público-privada, que tem o objetivo de iluminação para a cidade de São Paulo.

Tem a palavra o Sr. Francisco Macena.

O SR. FRANCISCO MACENA – Bom dia, Sr. Presidente, Vereador Milton Leite, Vereador David Soares e todos os presentes, é um prazer novamente estar aqui nesta minha Casa.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Casa que deve retornar daqui a dois anos se o bom Deus nos permitir. Não abrimos mão de vossa presença, Secretário, pode até vir para o Executivo, mas revestido do mandato de Vereador que o senhor merece. O povo haverá de conferir este contrato.

Secretário, o senhor pretende fazer uma explanação ou podemos passar diretamente aos questionamentos?

R – Presidente, eu gostaria apenas de fazer uma introdução para que todos possam entender quais são as atribuições do Conselho Gestor. E poder também entender onde se enquadra o objeto em debate agora.

Quando foi criada a São Paulo Parcerias inicialmente, e depois mudou o nome para São Paulo Negócios, criou-se um Conselho Gestor para parcerias público-privadas.

A atribuição desse Conselho Gestor, no âmbito da Prefeitura do Município de São Paulo, é discutir quais são as possibilidades, as oportunidades de negócio que há na Cidade, em favor do Município, que possam ser revertidas num estatuto de parceria público-privada.

Foi feito, inclusive, a partir desse escopo e a partir da presidência da Secretaria de Governo um contrato com a São Paulo Negócios em particular, que foi firmado em 2013. Eu entrei em 2014, mas esse contrato já havia sido firmado em 2013. Esse contrato faz estudos de oportunidades na Cidade. Chegou o PPP da Iluminação, há possibilidade de um PPP na área de estacionamentos subterrâneas, inclusive, uma lei que já se encontra na Câmara Municipal a revisão dessas possibilidades ou não.

Na área de turismo ou de eventos ou de centros de exposições, também possibilidades de PPP e foi elencado nesse estudo um rol de possibilidades a serem alavancadas pela Prefeitura de São Paulo.

A partir daí o Conselho Gestor opina sobre as PPPs. Foi opinado sobre a PPP da Iluminação para que fosse preparado o estudo técnico, o edital, ir para as audiências públicas e a Prefeitura colocar esse processo não só em debate na Cidade, como também tentar viabilizar esse processo.

O Conselho Gestor aprova as diretrizes gerais e a equipe técnica, no caso a Secretaria de Serviços é quem faz todo o estudo e todo o encaminhamento legal, porque é da sua responsabilidade fazê-lo para essa PPP, junto com a Secretaria de Negócios para que se trate basicamente desse objeto.

Se fosse um objeto vinculado à Secretaria de Transportes, a Secretaria de Serviços não participaria desse Conselho Gestor e a Secretaria de Transportes seria o 5º membro, e assim por diante. Se fosse outra secretaria envolvida, essa outra secretaria é quem participaria do Conselho Gestor.

Queria fazer essa introdução para que entendam qual o mecanismo de debate desse Conselho Gestor e quais são suas atribuições.

P – Secretário, há uma pequena diferença na mensuração feita. À Coordenação cabe sempre, segundo a Lei 14.517, ao Secretário de Governo, que é o Coordenador das

REUNIÃO: 15176 DATA: 19/11/2014

ações de parcerias público-privadas.

Foram suscitadas dúvidas não ao senhor, mas ao Conselho em si. Esteve aqui colaborando com os trabalhos o Sr. Secretário Marcos Cruz, que afirmou ter feito reuniões com a empresa GE antes mesmo de ser ouvido o Secretário da pasta ou antes mesmo de ter sido estabelecido o Conselho Gestor.

Nós então indagamos a ele se não seria de bom alvitre que quando aqui ouvisse uma empresa privada, tivesse o cuidado de que essa reunião fosse registrada publicamente e mais do que isso, que ele trouxesse – já que se trata de iluminação pública – o Secretário da pasta pertinente, até para sabermos o que exatamente se pretende fazer.

Causou estranheza porque não falou com ninguém: “eu sou o Secretário, eu posso tudo”. Ressaltei a ele que poderia, mas que haveria limitações. Que seria aconselhável e que antes de qualquer atitude que se tomasse no mercado, até para que não pairassem dúvidas no pleito de que a Prefeitura estaria lançando a sociedade, o pleito licitatório na forma de PPP, que primeiro tornasse a agenda pública e, segundo, convidasse os eventuais secretários atinentes ao futuro Conselho Gestor. No caso, o Secretário de Governo, que em 2013 não era o senhor, então teria de ser chamado o antecessor que agora é Vereador nesta Casa.

Em 2014, o senhor não participou dessa reunião com nenhuma empresa, prévia a fase que precedeu a criação?

R – O Conselho Gestor e eu pessoalmente, mesmo como Secretário de Governo, não recebi nenhuma empresa para tratar desse tema, PPP de Iluminação.

Desconheço também qualquer reunião com esse teor e com essa pauta.

P – Secretário, agora sim uma dúvida, como o senhor participa do Conselho Gestor atual e isso é pertinente ao Conselho Gestor atual, trocando um pouco o foco e voltando para o campo técnico, a dúvida da reunião foi esclarecida, na PPP lançada, ontem esteve prestando depoimento aqui um senhor chamado Geraldo Pedace e ele disse o seguinte: que não contempla o objeto dele, que é uma empresa pequena que ofertou o trabalho técnico com proposta de projetos para PPP de forma independente.

Chamou atenção porque era uma empresa um mil reais, mudou para 300 mil reais e está ofertando projeto para 7,2 bilhões. Queríamos saber qual era o interesse dele e ele disse que queria ofertar porque trabalhou na Eletropaulo e fez uma explanação boa.

Mas o que chamou atenção no depoimento dele ontem foi o seguinte: o aterramento, ou seja, tornar o fio terra para que não cause problema na rede elétrica não está contemplado no projeto e nem tão pouco está contemplado, essa é uma dúvida de fundo, que é a seguinte: há uma lei de minha autoria sancionada pelo Executivo – V.Exa. participou e se não me engano votou favorável -, que era o enterramento do cabeamento aéreo.

Aí a pergunta: temos os recursos de Cosip para iluminação pública, não seria uma oportunidade nessa PPP de agregarmos, aí sim, não o aterramento de cabo, tornar o fio terra, que não tem em cada lâmpada, em cada ponto, porque pode queimar e sim o aterramento dos cabos aéreos que temos e estender as receitas acessórias para esse aterramento em parceria com a concessionária para começarmos a limpar esta Cidade?

Ou até mesmo, em alguns casos, nessa PPP, Secretário, agregarmos a seguinte sugestão: antigamente, para pavimentação, tínhamos o PPC, Plano de Pavimentação Comunitário, que as pessoas se reuniam, maior de 70%, e poderiam enterrar. Essa mesma opção poderíamos abrir para o enterramento de cabos nessa oportunidade, abrir para essa empresa também essa possibilidade.

Então estou levando a V.Exa. para que discuta no Conselho Gestor essa possibilidade. Se for levada a termo a PPP, se lograr êxito, mas de forma um pouco ampla que dê possibilidade. Já que vai se tratar em conjunto com a empresa concessionária de energia, abrir essa possibilidade de participação comunitária.

Uma determinada rua da Cidade quer enterrar os cabos, essa empresa seria autorizada a executar. E como não há custo ao erário – teria mais de 70% de adesão –, como foi feito na Rua Amauri há um tempo, na Oscar Freire, com as dispensas próprias. Quer dizer, já há a experiência.

Abrir essa possibilidade é que estamos levando às considerações do Governo, na figura de V.Exa. Essa PPP é oportuna. Se for levada até o fim, não tenho certeza quando, mas mexer em alguns pontos que nos permitam agregar algumas coisas e que a Cidade ganhe com isso. E não terá custo ao erário. Aquelas ruas que desejarem enterrar os cabos na forma da lei, poderão fazê-lo através da empresa que disporá da tecnologia, que será um quadro acessório, mas já numa PPP que nos daria tranquilidade para o enterramento desses cabos.

Gostaria de ouvi-lo a respeito.

R – O objeto que foi aprovado no escopo, inclusive, no Conselho Gestor, foi a troca das luminárias na cidade de São Paulo. Esse é o escopo principal.

Há possibilidade de haver receita acessória, mas isso não foi posto num primeiro momento como objeto principal, ou como um objeto a ser trabalhado nessa PPP.

Houve uma audiência pública. Teremos outra audiência e provavelmente mais audiências públicas a serem realizadas. Inclusive, esse é o momento do debate. Quer dizer, quem tem alguma sugestão sobre questões técnicas, modelo da PPP e outras sugestões, podem apresentar nessas audiências públicas e vamos avaliar.

Primeiro, a equipe técnica que está cuidando disso, a Secretaria de Serviços, n vamos trazer também para o Conselho Gestor essas contribuições para serem discutidas, porque essa é a oportunidade no momento.

Sem prejuízo de fazer esse debate a respeito da PPP, a questão do enterramento da fiação é outro debate que temos de fazer na cidade de São Paulo e temos total interesse de fazê-lo. Temos um convênio que, inclusive, foi homologado por esta Casa há algum tempo, em gestões anteriores, na qual acho que ambos votamos a favor, que era um acerto de contas entre a Eletropaulo e a Prefeitura de São Paulo. Se não me engano, em torno de 740 milhões de reais à época.

Dentro desse convênio foram previstos alguns serviços que a Eletropaulo deveria prestar para a cidade de São Paulo. A questão da energia ou do racionamento de energia ou assessoria no Reluz, para que as escolas, os equipamentos públicos tivessem uma otimização no seu consumo e isso foi feito em alguns locais, inclusive, com troca de equipamentos e lâmpadas. Alguns acertos de contas, dívidas da Prefeitura com a iluminação pública referente a Eletropaulo e um conjunto de ruas em que promoveríamos um aterramento, inclusive, como piloto para termos uma avaliação dos problemas técnicos, de custo e como isso seria.

Foi feito, como disse o Vereador, na Rua Amauri, na Oscar Freire. Está sendo feito agora no Gasômetro.

P – Na 9 de Julho há um tempo. Na Angélica.

R – Na 9 de Julho. Houve uma primeira fase na José Paulino. Uma segunda fase a ser implantada, um pedaço da 13 de Maio e um pedaço da Bernardino de Campos. Isso está tudo na minha memória porque fiz uma reunião recente, inclusive, com a Eletropaulo para fechar essa conta.

As dificuldades que temos encontrado, e estou falando isso porque tem de fazer parte do debate mais global, não são com a Eletropaulo. Temos cobrado a Eletropaulo para que cumpra suas metas naquilo que estava previsto no contrato com a Prefeitura.

Temos uma série de concessionárias na cidade de São Paulo e na medida em que se tira o poste, elas são obrigadas a fazer o aterramento dos seus cabos de telefonia, fibra ótica, TV e tudo mais.

E há um problema de cobrança desse serviço por parte da Eletropaulo, porque na medida em que aterriza há uma diferença nessa cobrança. Inclusive, estou falando isso porque temos uma reunião agendada com a ANEEL para ter uma regulamentação desses serviços todos.

Para que tenham uma ideia, a partir do ano que vem queremos reformar toda a área de pedestre do Centro da Cidade. Mapeamos, nesta área, 24 concessionárias diferentes, além da Eletropaulo. Não tem sentido. Se observarmos o mapa do subterrâneo é uma teia de aranha.

P – Permite ter um cadastro incompreensível.

R – Incompreensível.

P – E em cada momento em que há uma intervenção de obra ou acidente, ninguém sabe o que está embaixo da terra.

Uma pergunta que eu faria completando o raciocínio de V.Exa., vejo nisso uma janela de oportunidade, que tenha essa permissão na forma de agregar, como se fosse aquele plano comunitário. Precisa ser uma empresa autorizada, gabaritada e que contemplasse também o objeto desta, que seria uma concessão. E cadastrasse, Secretário, o cabeamento subterrâneo e da rede tanto energética quanto outras no subsolo, porque ninguém sabe o que tem.

Por exemplo, se abrir a Av. Paulista, Brigadeiro, ninguém sabe o que tem embaixo, nem galerias pluviais, de esgoto, ninguém sabe onde estão. É um caos. Tem de abrir com a retroescavadeira e ver o que acha. A realidade hoje é essa.

É uma oportunidade, Secretário, que não podemos perder. Como é de longo prazo, tentar construir uma solução para esse problema nessa PPP que vem com um apêndice e um anexo, e alterando um pouco o objeto poderíamos, inclusive, usar as verbas de fontes acessórias para esse fim que seria bem-vindo e resolveria o problema da Cidade.

Essa é nossa proposta, Secretário. Se levado a êxito que tenha essa possibilidade, contemple essa possibilidade porque a Cidade ganha como um todo. E várias ruas e avenidas hão de custear. Os bairros mais ricos poderão custear o enterramento de cabos.

E a proposta da lei é: a cada poste que se tira planta-se uma árvore. Para nós isso é uma maravilha. Seria muito bom. Por exemplo, aqueles cabos da CET, que V.Exa. presidiu, sem nenhum cabo, só o postezinho lá sem aquela fiação que parece varal do meu bairro da periferia, aquele monte de fio espalhado, gambiarra em favela é a mesma coisa. Infelizmente é uma realidade.

Então, Secretário, estamos tentando dar uma melhoradinha na Cidade e pedindo a compreensão do Governo na figura de V.Exa., que olhem essa sugestão pública que estamos fazendo, que nessa PPP é uma oportunidade.

Já que iremos para um trabalho de PPP de envergadura, isso seria mais um anexo que permitiria algo como se fosse o antigo plano de pavimentação comunitária. Aqueles que quiserem fazer a pavimentação poderão fazer via empresa, pois tem de ser alguém regulado, e com a capacitação que V.Exas. poderiam determinar nessa PPP. A fonte e a receita seriam os próprios contribuintes que desejassem fazer, sem prejuízo das áreas em que o contribuinte não pode com as receitas acessórias. Acho que essa seria a oportunidade, Sr. Secretário.

O SR. CHICO MACENA – Como eu disse, são sugestões. O momento das audiências públicas do PPP é um momento para abrir o debate, ouvir sugestões e incorporar algumas sugestões. Isso vai ser analisado tecnicamente como qualquer outra sugestão, inclusive têm estudos paralelos que podem contribuir, por isso que eu estava falando sobre a área do calçadão e sobre essa dificuldade. Vamos ter de mexer alguma coisa na legislação para obrigar todas as concessionárias a fazerem o seu aterramento também. Já tem um estudo da Eletropaulo, do ponto de vista de pontos de ligação por quilômetro, onde teria uma racionalidade de fazer um racionamento e onde não teria uma racionalidade de fazer um racionamento. Por exemplo, há dez mil pontos de ligação por quilômetro; daria um equilíbrio econômico e permitiria fazer um aterramento em regiões onde não tem um adensamento muito grande da Cidade. Economicamente isso não seria viável. Talvez aí sim trabalhar com mais alternativas. Mas, acho que esse é o momento. É o momento do debate. É o momento em que estamos abertos para ouvir sugestões. A Câmara Municipal tem um papel nessas sugestões, a sociedade civil, as empresas que queiram participar das audiências públicas fazendo as suas sugestões. É o momento do debate.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Gostaria da vossa opinião a respeito da sugestão. Uma coisa é observar...

R – Não, como eu disse aqui, acho que são questões técnicas a serem analisadas. Tem uma discussão com a ANEEL e com a Eletropaulo sobre a economicidade e dos custos disso por ponto de ligação e a gente já estava correndo de forma paralela e eu acho que em

algum momento tem que ter um estudo do equilíbrio econômico-financeiro e tudo isso para ver se é viável ou não é. Eu não tenho como opinar sem esses estudos. É uma decisão muito técnica a ser feita.

P – Secretário, o Vereador David Soares, membro da Comissão de Finanças e Orçamento deseja formular questões.

O SR. DAVID SOARES – Eu gostaria de contribuir, Vereador Milton Leite, já que V.Exa. de forma muito propícia falou da questão do aterramento, que é uma necessidade na Cidade. Agora, com o aterramento também vêm outros problemas como o furto, algo constante. Vocês já pensaram em calcular qual seria o prejuízo, fazer uma avaliação para ver se realmente valeria a pena ou incidiria no preço na licitação? Porque temos de considerar que esse é um fator que existe hoje. Poderá haver furtos de cabos, pois o aterramento facilita o trabalho do ladrão e não tem como fiscalizar isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Perdoe-me, Vereador David Soares, como eu fiz a lei lá atrás, essa pergunta eu posso responder. Os dutos de estrutura de concreto do sistema de aterramento deverão ter revestimento de proteção. Eles terão trava nos cabos de trecho em trecho, o que inviabiliza o furto. O sujeito vai ter de roubar um pedacinho, ou terá que arrebentar a Cidade toda. Ele não irá cortar o cabo aqui e ali e puxar o cabo inteiro. Haverá travas no meio do caminho que não permitirão o furto, que ele leve todo o produto roubado. Pegará um pedacinho e não vai levar o resto. Pelo contrário, isso dificulta e resolve sim outro problema: uma posição inversa. Segundo nossos estudos, qual o problema de prejuízo para a Cidade com a queda de energia? São galhos e árvores sobre a rede. Quando você tiver subterrâneo você não terá mais problema de poda de árvore, elas poderão crescer mais e ficarem maiores. Não haverá problemas com a poda de árvores, que interfere na fiação elétrica a todo instante. Isso sim dá problema e custo para a Cidade, o que impacta na concessionária de energia.

Quando fizemos a nossa lei isso ficou muito claro, de que além de se trocar os cabos – era um cabo que não tinha tanto valor comercial, é um cabo diferente e não de cobre ou de alumínio; não pode ser o mesmo cabo – há a questão da sua interrupção. Se alguém desejar roubar, com um interruptor de trecho em trecho, roubará apenas um pedacinho. Vai ter de arrebentar a Cidade inteira, não consegue tirar o cabo. Contemplará uma tecnologia que tornará o roubo mais difícil. É capaz até de tomar um choque se puser a mão lá embaixo.

Secretário.

O SR. CHICO MACENA – Concordo com o Vereador Milton Leite, a gente tem tecnologia. O que sei que estão discutindo também do ponto de vista de enterramento, que precisa de uma solução técnica mais adequada para São Paulo, é a questão dos transformadores. O que foi feito na Oscar Freire parece que é de altíssimo custo e o pessoal fala que não é possível porque é no chão. Teria de ter modelos híbridos. Estou falando porque a Eletropaulo apresentou, dependendo do tamanho do transformador é de um jeito ou de outro. Estão buscando tecnologia para isso. É o que eu disse, é um debate técnico do equilíbrio econômico e financeiro. Precisamos analisar esses dois itens juntos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, imagine o modelo que vimos. É a chamada cápsula subterrânea, uma caixa de concreto nova para contemplar os transformadores com segurança. É uma caixa semi vedada embaixo da terra, que daria suporte aos transformadores. Na Alemanha, se não me engano tem, e na França também. São colocados dessa forma. Havia uma tecnologia antiga que realmente dava problema, agora esses novos já não dão mais problemas, Secretário.

O SR. CHICO MACENA – Confio totalmente em V.Exa. Aliás, tecnicamente é muito mais preparado nessa área do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Em Israel também há algo dessa tecnologia de enterramento, que é bem melhor. Então, quanto às dificuldades técnicas não teríamos problemas em superá-las. Claro, se for implementada de maneira onerosa, pesada para os que implantaram, pois toda obra tem um custo e alguém paga por ela, e é sempre o povo, ou ele paga via cofre público ou pessoalmente uma contribuição. Mas, quem paga é o povo, o

contribuinte. Não existe essa ilusão de que a Prefeitura paga. A Prefeitura não paga nada, ela paga com o dinheiro do povo. O povo é quem paga ou ele vai pagar num plano comunitário direto, de uma forma direta. Mas, quem paga é o povo, não tenho dúvida nenhuma.

É só a forma como o Poder Público vai conduzir esse processo, de como vai tirar, via um plano como esse, que acho que é mais viável a população ter acesso à discussão dos valores, segundo os parâmetros na lei que permitam essa discussão, pois cada trecho tem uma variação de valores e o todo da empresa. Só que a população tem um ganho, uma rua hoje que tenha iluminação pública, que não tenha os postes, a fiação é diferenciada. O que ela paga de uma forma, ganha na valorização do imóvel, não tenho dúvida nenhuma.

O SR. CHICO MACENA – Não há dúvida quanto a isso. Todas as cidades do mundo que o fizeram houve uma valorização.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – É bonita, não é?

O SR. CHICO MACENA – Sim, bonita. Agora, nenhuma cidade do mundo conseguiu aterrar toda a fiação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – É arte do possível.

O SR. CHICO MACENA – Sempre nas regiões mais adensadas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Qual é o projeto piloto? Por isso que eu menciono um plano de investimento da própria sociedade. Acho que atingiria com muito mais rapidez dentro do centro expandido de algumas áreas, além deles. Abre-se a Cidade, mas essa parte do centro expandido que tem o menor poder aquisitivo, tanto quanto da população, quanto da área empresarial de naturezas diversas podem claramente investir que teriam um ganho com isso, não tenho dúvida alguma. As principais avenidas têm interesse em fazer isso, de tirar essa coisa feia, aérea que nós temos. Eles ganham com isso e muito.

Secretário, mais alguma palavra? Vereador David Soares?

O SR. CHICO MACENA – Não, Vereador, o que eu poderia esclarecer enquanto presidente do conselho gestor das PPPs, é isso. Reafirmo que estamos em debate, em audiência pública e temos um tempo ainda para amadurecer essa proposta junto à Câmara e à sociedade.

Agradeço mais uma vez o convite por estar nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, agradeço a presença de V.Exa. Como convidaremos todos os demais secretários a falarem, tínhamos dúvida sobre a reunião e V.Exa. resumiu tudo em duas palavras. Está resolvido, Secretário.

Muito obrigado, Vereador David Soares.

Estão encerrados os trabalhos.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

121
37-01
19
Câmara Municipal de São Paulo
11.987-5.000-12

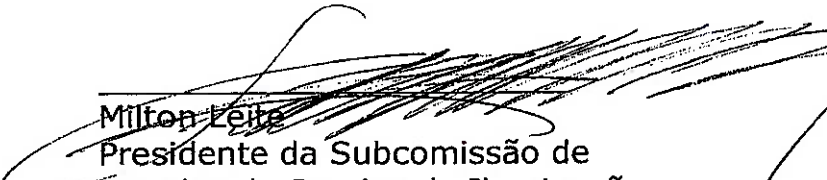
À
Comissão de Finanças e Orçamento

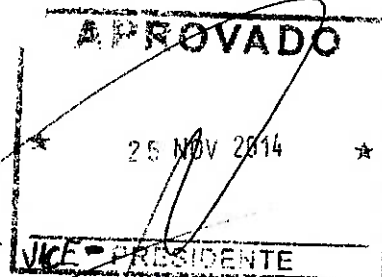
REQUERIMENTO nº 88/2014

Requeiro, na forma regimental, que seja **CONVIDADA** a Ilma. Senhora **Adriana Machado**, Vice-Presidente de Relações Governamentais da empresa **GE Iluminação do Brasil Comércio de Lâmpadas Ltda**, para comparecer perante a Subcomissão para Avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito desta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre o Chamamento Público 01/SES/2013 promovido pela Secretaria Municipal de Serviços – Departamento do ILUME.

Dados da empresa: **GE Iluminação do Brasil Comércio de Lâmpadas Ltda.**
Endereço: A. Maria Coelho de Aguiar, 215, Bloco G, Piso Jardim, São Luiz
Centro Empresarial de São Paulo
Telefones: (11) 3614-1801/3614-1982
Fax: (11) 3614-1825

São Paulo/SP, 18 de novembro de 2014.


Milton Leite
Presidente da Subcomissão de
Estudos do Serviço de Iluminação
Pública de São Paulo.





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
SUBCOMISSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

São Paulo, 26 de novembro de 2014.

Ofício Sub-Iluminação nº 003/14

CÓPIA

Senhora Vice-Presidente de Relações Governamentais,

Na qualidade de Presidente da Subcomissão para Avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, convido Vossa Senhoria a comparecer à Reunião Ordinária que esta Subcomissão realizará em **3 de dezembro**, às **10 horas**, no Auditório Prestes Maia, 1º andar desta Edilidade, para prestar esclarecimentos sobre o Chamamento Público 01/SES/2013 promovido pela Secretaria Municipal de Serviços – Departamento de Iluminação Pública – ILUME.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria desta Comissão.

Vereador Milton Leite

Presidente da Subcomissão da Iluminação Pública

À Ilma. Sra.

Adriana Machado

Vice-Presidente de Relações Governamentais

GE Iluminação do Brasil Comércio de Lâmpadas Ltda.

Av. Magalhães de Castro, 4800, 10º andar, Edifício Continental

CEP nº 05676-120 – São Paulo

Fone: (11) 3067-8039

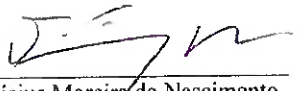
Email: adriana.machado@ge.com; graca.lima@ge.com

Guilherme Lorenzetti 42.454.248-1 27/11/14

TERMO DE COMPARECIMENTO

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, às onze horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório Prestes Maia, 1º andar desta Edilidade, compareceu o Vereador Paulo Fiorilo, membro da Subcomissão da Iluminação Pública. Tendo em vista a ausência de quórum, não foi realizada a Reunião Ordinária convocada. Para constar, eu, Vinicius Moreira do Nascimento, lavrei o presente termo que, lido e achado conforme, segue assinado pelo vereador presente e por mim subscrito.

Paulo Fiorilo _____


Vinicius Moreira do Nascimento
Secretário

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
DE _____ / _____ / _____
Pág. _____ Col. _____
Conferido _____

123
37-01
19
Celo Cavalcanti
11.267-219-12



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Comissão de Finanças e Orçamento

Lista de Presença

3ª Reunião Ordinária da Subcomissão da Iluminação Pública

Data da Reunião: 26/11/2014 - Horário: 11:30 - Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Protocolo 124
nº 37-01
19

SEM QUÓRUM

Ver. ABOU ANNI (PV)

Ver. ADILSON AMADEU (PTB)

Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)

Ver. DAVID SOARES (PSD)

Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)

Ver. PAULO FIORILO (PT)

Ver. RICARDO NUNES (PMDB)

À Presidência da Mesa, em cumprimento ao disposto no artigo 2º, parágrafos 1º e 2º, do Ato 654/99.

Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PARA AVALIAR O SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE DE SÃO PAULO, CONSTITUÍDA NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO NO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE – SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às dez horas e quatro minutos, no Auditório Prestes Maia, 1º andar, reuniu-se a Subcomissão da Iluminação Pública sob a presidência do Vereador Milton Leite e com a presença dos vereadores membros Abou Anni, Adilson Amadeu, Aurélio Nomura, Paulo Fiorilo e Ricardo Nunes. Em atendimento ao Requerimento CFO nº 88/2014, de autoria do Vereador Milton Leite, foi convidada a prestar esclarecimentos sobre o Chamamento Público 01/SES/2013, promovido pelo Departamento de Iluminação Pública – ILUME da Secretaria Municipal de Serviços e sobre o Edital de PPP de Iluminação Pública divulgado no site da SP Negócios para Consulta Pública até o dia 24/11/2014, a senhora Adriana Machado, Vice-Presidente de Relações Governamentais da GE Iluminação do Brasil Comércio de Lâmpadas Ltda. Foi feita a oitiva da convidada, que esteve presente juntamente com o senhor Rodrigo Martins, Presidente da GE Iluminação da América Latina. A reunião foi suspensa para a abertura da Reunião Ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento. Após a reabertura, seguiu a oitiva da convidada. Nada mais nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, nós, Caio Cesar Rodrigues, Danillo Nunes da Silva e Vinícius Moreira do Nascimento, secretariamos os trabalhos e lavramos a presente ata que, lida e aprovada, segue assinada pelos vereadores presentes e por nós subscrita.

Milton Leite

Abou Anni

Adilson Amadeu

Aurélio Nomura

Paulo Fiorilo

Ricardo Nunes

Caio Cesar Rodrigues
SecretárioDanillo Nunes da Silva
SecretárioVinícius Moreira do Nascimento
Secretário

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

DE ____/____/____

Pág. ____ Col. ____

Conferido ____



Comissão de Finanças e Orçamento

Lista de Presença

3ª Reunião Ordinária da Subcomissão da Iluminação Pública

Data da Reunião: 03/12/2014 - Horário: 10:00 - Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Ver. ABOU ANNI (PV)

Ver. ADILSON AMADEU (PTB)

Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)

Ver. DAVID SOARES (PSD)

Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)

Ver. PAULO FIORILO (PT)

Ver. RICARDO NUNES (PMDB)

À Presidência da Mesa, em cumprimento ao disposto no artigo 2º, parágrafos 1º e 2º, do Ato 654/99.

Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

Portaria 127
nº 37-07 de 2019
Q
Celo Cassi Rodrigues
11.080-00012

SUBCOMISSÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA - FINANÇAS

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA/EXTRAORD. AUDIÊNCIA PÚBLICA/etc.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 3 de dezembro de 2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Na qualidade de presidente da Subcomissão para avaliar os serviços de iluminação pública, constituída em nome da Comissão de Finanças desta Casa, declaro abertos os trabalhos da terceira reunião ordinária.

Informo que a reunião está sendo transmitida pelo no portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara, Auditórios On-Line.

Em atendimento ao requerimento 88/14, de autoria do Vereador Milton Leite, foi convidada a prestar esclarecimentos pela Secretaria Municipal de Serviços – Ilume, e sobre o edital PPP- SP Negócios Consultoria Pública, a seguinte funcionária da General Electric, Adriana Machado. (Pausa) É a senhora? Bom dia. De imediato, vamos iniciar a oitiva com a senhora para que sejamos rápidos e não tomemos o seu tempo.

A senhora faz o que na General Electric? Explica para nós.

A SRA. ADRIANA MACHADO – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Bom dia.

R – Eu sou responsável pela área de Relações Governamentais, com a G&E. Então, toda interação com o governo e a nossa companhia.

P – Sei. Quando a senhora teve o primeiro contato com o Governo Municipal?

R – Logo após a eleição, a gente fez uma visita para conhecer o Governo eleito.

P – Logo após, quando?

R – Ah, por volta de abril, pouco antes da nossa visita do presidente mundial.

P – Abril?

R – É.

P – A senhora procurou quem?

R – A assessoria internacional, o Secretário Leonardo e aí ele nos apresentou...

P – Internacional?

R – Porque como somos uma empresa multinacional muitas vezes nos orientam, nos governos em geral, pra gente ir pela assessoria internacional. Fomos então primeiro ao Secretário Leonardo para entender quais eram as prioridades do Governo, entender quais os assuntos prioritários, que temas...

P – O que foi tratado com ele especificamente?

R – Nós temos um presidente mundial, chamado...

P – A senhora esteve com o Leonardo, primeiro?

R – Sim.

P – Aí o que a senhora tratou com o Leonardo?

R – Então, fomos preparar a vinda do nosso presidente mundial, Jeff Immelt, q vem ao Brasil sempre, que é grande apoiador dos investimentos que a gente faz aqui no País, e que queria conhecer o Prefeito eleito, Haddad. É como uma precursora, a gente vai ao Governo para entender quais são os temas de interesse e preparar a conversa, a agenda de discussão entre eles.

P – Sim. A senhora pautou o que com o Leonardo? Já que a senhora é precursora, a senhora foi lá e pautou, pautou o que?

R – Então, a G&E é uma empresa multinacional que atua em várias áreas. A gente tem a nossa sede, América Latina, aqui em São Paulo. Fomos com a intenção de mostrar o que a companhia tem, o que a companhia faz. A gente viu que uma cidade grande como São Paulo poderia ter interesse em conversar sobre aspectos de geração de energia, de transporte, de saúde e de iluminação pública, que é uma coisa em que a gente também atua. Fomos para verificar se esse sistema era de interesse do Prefeito para que, na reunião com o Jeff Immelt, a gente pudesse pautá-lo para ele discutir, mostrar as experiências que ele vê no mundo todo, e posicionar a G&E como uma empresa de tecnologia de ponta, e que está presente na cidade de São Paulo.

P – A senhora mencionou três temas. Vamos repetir: energia... Qual outro? Transporte?

R – Transporte, Saúde e Iluminação Pública, que tem a ver com a eficiência energética também.

128
37-01
19
Cabo Celso Cruz

P – Ou seja, a General Electric tem interesse em ofertar produtos e serviços para a cidade de São Paulo?

R – Sim, a gente está presente na cidade de São Paulo, a gente é uma empresa que produz esses produtos todos no mundo todo e que investe fortemente em tecnologia para desenvolvimento de produtos nessa área.

P – Eu entendo. Qual a segunda reunião que a senhora teve e com quem foi? A primeira foi com o Sr. Leonardo, por volta de abril. E a segunda reunião?

R – Nesse dia, ele mesmo chamou outras pessoas, e eu creio que os outros secretários, que estavam lá presentes também vieram.

P – Quem?

R – O próprio Secretário Marcos Cruz, eu conheci nessa ocasião.

P – A senhora esteve com o Marcos Cruz?

R – Tive. Tinha outros assessores que não me recordo o nome exatamente. Mas, na hora, ele foi muito gentil, ele me apresentou a várias pessoas. Foi uma visita de cortesia, a gente estava conhecendo os membros do Governo.

P – Sei. A senhora, como precursora manifestou interesse de que o Presidente da General Electric desejaria ofertar produtos na cidade de São Paulo?

R – Não. Conhecer o prefeito eleito, posicionar a G&E como empresa que tem essa tecnologia, que está presente na cidade de São Paulo. Nossa sede da toda América Latina é aqui. Temos mais de quatro mil empregados. Então, acho que é de bom-tom, numa visita de cortesia, a gente falar o que a gente faz e se colocar à disposição, caso haja interesse da Prefeitura em conhecer essa tecnologia, a gente faz. Então, a gente colocou nossa equipe à disposição.

P – Sei. E depois dessa reunião, com quem mais a senhora esteve?

R – Bom, no dia que o Jeff Immelt veio ao Brasil estivemos em reunião com o Prefeito e ele chamou alguns assessores para acompanhá-lo. Estavam presentes os Secretários Leonardo, o Secretário Marcos Cruz e mais um assessor que era médico, inclusive. Então, tratamos de vários temas... Desses mesmos temas a gente tratou na reunião com o Prefeito.

P – A senhora esteve com mais pessoas, em outras oportunidades com o Marcos Cruz ou não? Sozinha?

R – Sim, claro, claro... Depois dessa reunião com o Prefeito ele pediu que a gente tivesse uma segunda reunião para explicar melhor as tecnologias...

P – Com o Marcos Cruz?

R – Sim, com o Marcos Cruz.

P – Quando foi?

R – Ah... Foi... Provavelmente no final, mais ou menos no dia 20 de maio... Porque a reunião com ele foi no começo de maio...

P – Tá, dia 20 de março...

R – A gente demorou uma semana ou duas e voltou na Prefeitura e falou de novo com o Marcos Cruz, quando ele nos apresentou o Sr. Wilson Poit, e contou que estava pensando em fazer projetos na área de, com PPPs, em geral.

P – Eu vou dar um exemplo para a senhora e para a General Electric.

R – Hã, hã.

P – A cidade de São Paulo contrata serviços e obras de diversas naturezas e fornecedores.

R – Sim.

P – A senhora já imaginou se os diversos fornecedores fossem, enviassem o seu representante para conversar com o Prefeito e porque tem um cartão importante é recebido e depois provocar um assunto comercial? Não seria, de ofício, que a General Electric, se quisesse vender um produto, enviasse uma carta dizendo: olha, a General Electric está fazendo – assim como outras empresas – e tem... não seria, de ofício, mais fácil manifestar assim a sua intenção? Por que o privilégio para a General Electric? Pergunto: por que o

Prefeito a recebe e não os outros fornecedores da cidade? Temos tantos fornecedores! Aqui vale então o cartão?

R – É correta a sua pergunta. Acho que o papel do senhor está corretíssimo. Eu queria só esclarecer o seguinte: não fomos lá para vender um produto. O Jeff Immelt é um líder mundial que está atuando em mais de 100 países.

P – Sra. Adriana, ele atua pra vender, visa lucro, é uma S/A.

R – Sim.

P – O presidente da sua empresa, ele é mantido pelos acionistas se gerar lucro, se ele não der... esse papel é o que chamamos antigamente de mascate. Vem com a mala cheia de produtos. A senhora mencionou quatro, e ele vai vender como outro qualquer. Não importa o cartão. Aqui o ente é público.

R – Então, mas o diálogo público-privado...

P – Vou perguntar: o Sr. Prefeito recebe a área técnica, que presta serviço na área de engenharia, serviço permanentemente na cidade de São Paulo, tem sede em São Paulo. Será que ele marca com o presidente da empresa para receber? E a General Electric vai pelo tamanho do cartão, e quer ser recebida pelo Prefeito, logo após a eleição, a consequência disso... Causa estranheza, e terão consequências às palavras da senhora, a senhora, logo em seguida – e eu acho deveria ter feito, sem ter agendado reuniões, datou no dia 16 de setembro um pedido de autorização para estudos preliminares quanto à iluminação pública. Ou seja, a visita surtiu efeito. A primeira porta que eu bati para vender o produto, e estou trabalhando nele.

Segundo passo: a consequência que a senhora e opinião pública conhecem, há processo montado em que a General Electric vem para vender o produto dela. E não estou dizendo que não tem o direito de fazer, como todos os outros concorrentes. O que causa espécie e causará espécie é se a General Electric vencer a concorrência. Fica então um negócio estranho. Olha, a impressão que eu terei e também a sociedade é que quem bate à porta do Prefeito leva?

R – (Fora do microfone) – Não...

P – Estou perguntando, não seria de ofício...

R – Qualquer um pode bater na porta do Prefeito para conversar...

P – Não seria, de ofício, que a senhora antes... Vamos inverter um pouco. Se a senhora, outrossim, dissesse o seguinte: olha, temos aqui pedido do Sr. Prefeito de serviço nas áreas da Saúde, na área de Transportes, na área de iluminação pública, de energia. Tem aqui, Sr. Prefeito, vários pedidos e ofertas de serviço. Já protocolamos e as secretarias manifestaram. Agora queremos apresentar ao senhor os produtos que nós temos, uma apresentação pública, sem o privilégio de: eu bato na porta e oferto produtos. Aí eu pergunto: quais mais produtos, além dos quatro, a senhora já abriu documentação à venda?

R – Senhor, desculpa. Talvez não tenha sido bastante clara. A gente faz essa tecnologia e a gente tem um diálogo com os entes públicos para mostrar o que a gente faz, é transparente. Agora, se a forma de compra é através de PPP e a gente apresenta manifestação de interesse, estamos dentro de todo processo, não fizemos nada de errado.

NÃO IDENTIFICADO – Presidente, posso fazer um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não, não. O senhor hoje não é depoente, só ela. O senhor não é convidado. Ela veio aqui para prestar esclarecimentos.

Diria o seguinte para a senhora entender. Se a senhora tivesse pedido uma carta de manifestação, primeiro uma PMI, pedindo manifestação de interesse para depois direcionar, acho que seria natural. Mas por que... A pergunta é: o ente público não tem que ficar falando de portas fechadas. Esse é o problema do ente público, e é isso que nós temos nas Petrobras, neste país porque ficam de cochicho e dá nos Paulo costa deste país! A m... que está aí – os senhores me desculpem – é por conta disso! Por que a senhora não mandou ofício dizendo: tenho esse e aquele produto, estamos ofertando esse produto aqui...

R – Não estávamos ofertando produto.

129
37-01
19
Celo Ceresi

P – Como não estava ofertando se a senhora disse o seguinte, as palavras da senhora aqui...

R – Não, nós estávamos colocando à disposição a excelência da G&E para o Prefeito decidir, conforme os processos públicos e transparentes, o que ele quer!

P – Público e transparente, a senhora pede por ofício. A senhora foi fazer lá o quê?

R – Nós fomos conversar, é um diálogo...

P – Eu entendo que é dialogar, mas não entendi o motivo do diálogo e, em seguida, a senhora disse: eu tenho quatro produtos e um já está na PPP...

R – Desculpa, o senhor se prendeu na questão do produto e eu disse, nós fomos lá para apresentar a G&E, para dizer o que a G&E faz. Lógico, na conversa, vamos falar da tecnologia que a gente faz. A gente vai contar da experiência que temos no mundo de outros casos de sucesso e, simplesmente, dialogar sobre temas que são de interesse dos cidadãos.

P – Quantas empresas... não seria natural que a G&E fizesse, que promovesse uma feira na América Latina, considerando que a senhora fez... Eu disse de uma forma bonita para apresentar tecnologia, e não nos bastidores, no gabinete fechado...

- Manifestações concomitantes.

P – Não no gabinete fechado, a senhora promova uma feira, um salão público para opinião pública e não para o Prefeito.

R – Fazemos isso...

P – O alcaide da cidade não é dono da cidade, nem a G&E é dona da cidade! Qual seria o fórum para... (04)

Qual seria o fórum adequado para apresentar um produto? Não só isso, uma feira, uma sala? Até aqui na Câmara Municipal de São Paulo. Chama-se o Prefeito, ele pode vir, acompanhado de outros. Olhe, a General Eletric está fazendo exibição pública e transparente.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - A senhora fala: tenho uma tecnologia. Olha a palavra da senhora: eu tenho uma tecnologia aqui que quero vender. Foi isso.

A SRA. ADRIANA MACHADO - Não falei isso, falei que quero apresentar e oferecer para que ele conheça. Acho que um servidor público...

P - Não é isso, não é isso.

R - Sr. Vereador, se o senhor me permite, um servidor público ele tem que ofertar serviços e produtos de qualidade para cidadãos que o elegeram e o colocaram lá. O processo...

P - De forma transparente.

R - Concorde totalmente. Agora fazer uma reunião...

P - De forma transparente.

R - ...para dialogar, para entender...

P - Para quem?

R - ... quais são as necessidades...

P - Com que objetivo?

R - Para mostrar as experiências que a gente vê no resto do mundo.

P - Mas qual é o objetivo?

R - Simplesmente para mostrar que há tecnologias disponíveis para solucionar problemas. Agora, se o senhor tiver interesse abra um processo público como ele fez e nós participamos.

P - Veja, não é isso. É a forma de um grupo empresarial querer prevalecer na Cidade. Esse é o interesse. O interesse da senhora aqui... O interesse da senhora é o

seguinte: como foi colocado, a impressão que eu tenho é que foi combinado, está combinada a licitação. Estou dizendo para a senhora, estou externando o que estou pensando.

R - Gente! A licitação é o menor preço, vai ganhar a menor proposta.

P - Disso eu não tenho dúvida. Só que a senhora chegou, a partir da senhora, a partir da oferta – a senhora não entendeu o alcance, ainda. A senhora diz que tem um produto que pode ser supostamente vantajoso para a Cidade - eu não sei o que a senhora conversou com ele, nem o que o vosso presidente conversou – o nosso produto é bom e nós vamos colocar. A senhora está tão confiante que o seu preço era o menor, mas que venderá o produto. A senhora está confiante. A senhora foi lá e disse o seguinte: eu tenho um R - Nós estamos trabalhando para ter a melhor proposta, agora, o processo é transparente, ninguém sabe quem vai ganhar.

P - Eu não estou dizendo que o processo aqui não é. A senhora foi lá e disse o seguinte: nós inventamos um produto que nós achamos, nós temos um produto aqui que é muito bom, Sr. Prefeito, bote ele na praça, através de uma PPP, nós temos interesse, vamos botar uma cartinha aqui para o senhor, foi a primeira, vamos fazer os estudos, está tudo certinho aqui.

A senhora foi lá dizer que foi fazer a apresentação para o Prefeito? Disse aqui, tenho quatro produtos aqui, apresentou um só. A senhora apresentou outros pedidos de PMI?

R - Nós conversamos sobre os temas. Foi o que falei para o senhor, a gente não falou de produto naquela ocasião.

P - Eu sei, veja o que aconteceu, a senhora disse: eu apresentei quatro áreas de atuação, focou em uma e foi direto.

R - Não senhor. Desculpa. Nós falamos sobre os quatro temas na reunião, o Prefeito se interessou em desenvolver mais o tema de iluminação pública e pediu que a gente fizesse nova reunião.

P - O Prefeito não interessou nem o Marcos Cruz não interessou, pela Saúde, pelo Transporte...

R - Interessou, nós conversamos sobre os temas.

P - A senhora tem aqui: energia, transporte e saúde, de que nós temos problemas, o Prefeito não se interessou. Então o Prefeito disse assim: olha a General Eletric aqui é boa, ele não vai comprar um motor de avião se ele não usa. A Prefeitura não vai colocar motor de avião nos ônibus. Ela não tem interesse nisso. Mas iluminação pública tem um produto que encaixa, é do tamanho do seu sapato, Prefeito, de 7,3 bi, está aqui uma tecnologia. O senhor coloca uma PPP aqui. Que maravilha! O Sr. Marcos Cruz cuida disso aqui para mim. A senhora recebe antes, acerta tudo antes, aí vem a carta bonitinha, no dia 16...

R - Desculpa, não foi nada disso.

P - Desculpa.

R - Não, não foi nada disso. O senhor está colocando palavras na minha boca.

P - Não estou colocando, estou dizendo o seguinte: a senhora pode dizer que não foi. Nasceu a partir da iniciativa da senhora e do vosso presidente.

R - A intenção do Governo pode ter nascido a partir do diálogo, onde ele descobriu que no mundo existem tecnologias que podem ajudar a população. Ele, como gestor público, quer endereçar essas necessidades da população da melhor maneira possível. Da mesma forma que ele conversa com a GE, pode conversar com qualquer outra empresa. Ele conversa. Isso é público. Isso é aberto. É um processo de diálogo público e privado.

P - Veja, o ente público não tem que ficar - é isso que está dando, o Sr. Prefeito uma hora vai entender isso - não tem que ficar conversando com as pessoas. Chama publicamente, não na sala dele. A senhora fala: estive lá, me apresentou todos assessores. Tudo ar condicionado. Não é isso, não. A coisa pública não é assim. A senhora está misturando o público com o privado.

R - Desculpa. Não.

P - O ente público... Licitação. Isso aqui é uma competição.

R - Eu não estava tratando de venda, nem de preços, nem de nada disso.

Estávamos tratando de temas relevantes à população.

P - Isso é o que a senhora está dizendo.

R - Sim, é o que eu faço.

P - Todo acusado vem aqui e diz o seguinte: falo isso e falo aquilo. Qualquer um acusado. A senhora não é. Mas estou dizendo qualquer um, em que há suspeição, vai dizer não. Não, não vai dizer o que fez. Está disputando um pleito dessa envergadura.

R - Senhor, essa ideia que foi discutida gerou um processo que foi decidido pelo Prefeito e que gerou 40 manifestações de interesses diferentes, 40 empresas ou consórcios se manifestaram interessados. É ótimo.

P - Os 40 fizeram reunião privada com o Prefeito?

R - Não estou dizendo isso. Estou dizendo que a ideia foi discutida.

P - Vou dizer uma coisa para a senhora, olha só o que aconteceu: ene empresas de projetos tiveram interesse, quantas tiveram reunião com o Prefeito e com o Sr. Marcos Cruz? Só a senhora.

R - Não senhor, porque quando começou o processo eles abriram. Exatamente isso que o senhor está falando.

P - Espere, espere. Deixa eu dizer para a senhora.

R - Todos tiveram a oportunidade de conversar com os assessores do Prefeito.

P - Não, desculpa. Não tiveram oportunidade. Chamou uma reunião com quatro que eles indicaram, os projetistas. Primeiro teria que dizer o seguinte, a senhora chegou a vender o produto. Para a senhora entender um pouco a cronologia dos fatos, porque a senhora não está entendendo ainda.

R - O Prefeito para chamar, para dizer o seguinte: olha, eu quero - com a velocidade que deu no processo que está dando e isso causa estranheza, será objeto de uma ação nossa.

R - Dois mil e treze para 2014, é velocidade?

P - Não, no dia 16 de abril. A senhora espere um pouquinho, não é dia 16, a senhora esteve lá em...

R - Em maio de 2013.

P - Em abril...

R - Maio de 2013.

P - ...deflagrou o processo. A senhora deflagrou imediatamente.

R - Nós discutimos uma ideia.

P - Logo após... nas palavras da senhora: o Prefeito tomou posse, tem um cliente novo na praça, nós vamos lá ver o que nós podemos...

R - Não é cliente novo, é cliente de 130 anos.

P - O cliente é novo, o alcaide é novo. Nas palavras da senhora, o Prefeito havia acabado de tomar posse...

R - Sim, Governo novo, uma Administração nova, sim. Vamos nos apresentar, uma visita de cortesia. Nós não fomos lá para vender nenhum produto, nós fomos para conhecer o Prefeito, para posicionar a GE...

P - A senhora está fazendo o que aqui com um contrato...

R - ...e dizer o que a GE faz na cidade de São Paulo, somos habitantes daqui. A nossa sede, a América Latina está aqui. Nada mais justo do que conversar sobre isso.

P - Eu entendi. Por que a GE tem que ter esse privilégio? É de domínio público.

R - Qualquer um pode pedir audiência com o Prefeito. Se alguém tem essa estratégia, vai lá e faz, ele vai receber. Por que não?

P - Não.

R - Duvido que ele não receba.

P - O Sr. Prefeito está aqui para prefeitar e trazer os problemas da Cidade.

R - Sim, e para achar as soluções melhores. E só a inovação vai conseguir fazer.

P - A senhora está invertendo a cronologia.

R - Desculpe. Não estou invertendo, estou sendo bastante clara, aqui (Ininteligível).

P - Não está não. A senhora não entendeu a cronologia da coisa pública. A senhora não entendeu. A senhora foi lá para forçar uma venda...

R - Não fui.

P - Deixa eu dizer para a senhora o que a senhora está fazendo, o que a General Eletric está fazendo neste momento, ela forçou uma venda da forma que ela quis.

R - Senhor...

P - A senhora falou e eu ouvi, agora a senhora vai ouvir, quando eu lhe der a palavra a senhora vai falar.

O que eu estou dizendo é o seguinte: a General Eletric está forçando a venda de um produto, um mecanismo de processo. Para que lhe interessa? Se for um contrato de serviço para fornecer lâmpada, ela não apareceu. Não vai vender. Só tem interesse nessa modalidade. Por que eu digo isso para a senhora? A senhora tem que entender a cronologia dos fatos.

Como que faz? O Prefeito tem que ter – a senhora falou com quem? Com o Secretário Marcos Cruz, o Leonardo. O Secretário de Serviço, o que seria óbvio que a senhora tivesse fazendo.

R - Porque eu não estava vendendo o produto não fui procurar o Secretário de Serviços, desculpa. Fui conversar sobre ideias que são boas para a cidade de São Paulo.

P – Eu disse que daria a oportunidade de a senhora... Peço a senhora que se contenha. Cada vez que a senhora fala, as palavras ditas não voltam. Isso aqui tem fé pública. Não se precipite. A senhora não conhece o raciocínio dos outros que estão aqui. Peço que a senhora se contenha. Isso não vai terminar aqui. Esse processo da senhora não terminará aqui, eu lhe garanto. Eu lhe garanto que não terminará aqui, a senhora vai frequentar outros tribunais, tenho certeza. Então a senhora está dando os primeiros passos, eu peço que a senhora se contenha para não se prejudicar. Peço que a senhora se contenha.

Qual é a cronologia dos fatos? A senhora disse: olha, eu tenho ideias aqui. O que caberia ao Sr. Prefeito? Olha, General Eletric, eu vou consultar o meu setor e pedir estudos e projetos, projetos completos ou básicos, que me deem referências. Como a senhora é uma parte interessada nessa PPP, não quero mais contato com a senhora a partir de então.

A senhora apresenta o seu produto, dando a possibilidade. Eu não reconheço como legítima a visita que a senhora fez para depois aparecer com uma PPP. Não reconheço como legítimo isso. Mas, ainda assim, caberia ao alcaide dizer o seguinte: Sra. General Eletric, a senhora tem interesse nesse produto? Tem. Ótimo. A senhora deu ideias, a partir de agora caberia ao Sr. Prefeito pedir o dimensionamento prévio, com projetos básicos e estudos técnicos, que dessem não só o produto que a senhora acabou de mencionar – aqui a senhora está preocupada com aquilo que a senhora ia vender, com um produto, sem saber se existe outro no mercado, sem saber que a General tem um, eu aqui tenho uma boa ideia e vou vender para a Cidade, como se fosse dona da Cidade, como produto único.

Não pode ser assim a coisa pública, é isso que a senhora não está entendendo. A senhora focou, que eu tenho um produto, quero vender e vou fazer a iluminação pública. Qual é o projeto? Como que o gestor deve proceder? Ele levanta a demanda dele, as lâmpadas que existem em novas tecnologias, abre-se a contratação de firmas especializadas, dá-se a dimensão com um projeto básico, e as diversas referências técnicas, de diversas tecnologias, que não só aquela ofertada pela sua empresa.

A senhora tem que entender que a senhora tem interesse direto na matéria, pode apresentar o produto e a General, para ser legítimo, dizer: olha, Sr. Prefeito, aqui nós paramos. Se o senhor tiver interesse, proceda a todos os estudos, com todos outros concorrentes, com os diversos produtos do mundo e procure os trabalhos que nós fizemos. Se o senhor desejar visitar, nós fizemos trabalhos na Argentina, na Espanha, na Alemanha, na cidade onde o senhor tiver interesse. O senhor vá, às expensas do senhor, ou envie seus técnicos, para que conheçam.

Não pode um ente, cada vez que um privado, que uma empresa privada cria um produto e fala que vem aqui conhecer o Prefeito, trabalho aqui, quero vender. Está aqui, faz

uma PPP. Que história é essa? A General Eletric não é dona de um único produto que ela quer colocar, da forma que ela quer colocar e impor ao ente público. É isso que a senhora não está entendendo.

Estou vendendo aqui, temos interesse em quatro áreas, aí aparece uma PPP. A senhora está entendendo agora a dimensão, o foco, a visão de quem está do outro lado que a senhora está. É empregada recebe da General Eletric e fala, estou com a minha pastinha aqui vendendo um produto. Não é isso que está ocorrendo. Não é isso.

No mundo haverá outras opções, outras tecnologias que devem ser comparadas antes de se levar ao pleito licitatório, na modalidade de PPP. A senhora já chegou e está impondo, aqui está um processo. E a senhora vem aqui dizer que está o seguinte: não, isso aqui é o produto da General Eletric, é o melhor.

Não é isso. A senhora está focada assim: eu quero vender para a General Eletric, meu presidente. É importante para a General Eletric, para os acionistas que pagam um salário para ele e para vocês todos. O ente público aqui não é... O Prefeito não é dono do dinheiro público. O ente fiscalizador é esta Casa, é este Poder.

Para a senhora entender nós não podemos nos curvar pura e simplesmente na primeira opinião técnica que aparece aqui. A senhora foi vender produtos para o Prefeito. Por isso que eu estava dizendo para a senhora, por que só a senhora pode ir lá e vender o produto, e ele manda abrir uma PPP? E vai dizer que não foi tratado nada? Como que a senhora quer que o Poder Judiciário e esta Casa possam aceitar?

Quando nós estamos pedindo que parem o processo licitatório desta PPP, porque há suspeição sobre ele com a atitude de vocês. É legítimo que vocês disputem qualquer pleito licitatório, na modalidade que desejarem. Se quiserem assim fazer, entrem com um pedido lá. Vai conversar o quê com o Sr. Prefeito?

Mandei uma carta, está aqui; protocolada pública, antes. Está aqui, temos interesse, se os senhores quiserem, examinem, manda lá. Vai conversar o quê? Se ele quiser ele sabe. O ente público é para isso. Esse esgoto, essas atitudes é que provocam as coisas inexplicáveis no dia seguinte.

Indago: ele está convencido de que não tem outra tecnologia mais barata? A senhora pode supor. Daqui para lá tem a suposição. Nós não dialogamos com todos, ainda. A senhora teve oportunidade nesse produto que aí está. Então as tecnologias que poderão ser ofertadas no futuro, de fornecimento de iluminação pública, o produto como um todo, estão sendo questionados,

Questionado o seguinte: a atitude da GE em vender o produto. Pode ser que ela vença a licitação, para mim, não me darei por satisfeito. Se tiver, a senhora pode ter certeza que eu, Vereador Milton Leite, vou propor ação popular para processar a GE, os senhores todos, todos os senhores, no eventual pleito licitatório. E com uma ação de improbidade contra o Sr. Prefeito porque ele não pode aceitar. Eu não vou aceitar isso. Não me curvarei a esse processo de licitação.

As consequências aqui serão judiciais, eu não tenho dúvida. Haverá representação minha no Ministério Público para isso, não vai parar. O Prefeito, Sr. Marcos, está com gracinha. Vou dizer isso a ele, não digo aqui.

Está com gracinha por quê? Está prosseguindo com uma licitação quando eu pedi para parar, para que se fizesse uma audiência pública. E vocês pressionando nos bastidores. Vocês estão pressionando nos bastidores. Vocês estão pressionando nos bastidores. A General Eletric está pressionando nos bastidores.

- Manifestação fora do microfone.

P - Eu estou dizendo que está pressionando nos bastidores. Se insistir eu trago aqui as pessoas que vão falar o que eu estou dizendo para a senhora.

- Manifestação fora do microfone.

P - Aí o processo vira um processo crime, porque estão pressionando nos bastidores. Não insistam em dizer isso. A senhora precisa conhecer quem está falando do lado de cá. Acho que vocês não têm dimensão ainda. Ainda não têm.

Então eu estou dizendo para a senhora que esse processo aqui, nós fizemos um pedido ao Sr. Prefeito: Sr. Prefeito, pare para nós fazermos uma audiência, as audiências públicas, nós não estamos convencidos que é o melhor produto. O produto que está se colocando é caro, a luminária é cara, ele está dizendo que é o mais barato, nós estamos dizendo que é caro, não podemos pagar o valor de R\$1.250,00.

Com R\$1.250,00 basta fazer a conta, é uma conta simples, vou falar em português, R\$1.250,00, por luminária, é muito caro, para fazer isso integrar por unidade de iluminação. Mesmo que seja por (Ininteligível) e se venda a iluminação, nós não temos comparativo. E eles estão acelerando. Eu não sei onde há tanto interesse público em enfiar goela abaixo um processo desses.

Mas está explicado, a senhora conversou com o Sr. Leonardo e com o Sr. Marcos Cruz, primeiro o vosso presidente com o Prefeito. Isso não é a melhor forma aqui no Brasil governança que vocês têm. Eu pergunto: a senhora tem termos de governança, assinou o contrato de governança com a General Eletric, comportamento de governança, o *complaints* interno de vocês para poder estar atuando? A General Eletric tem esse compromisso com os funcionários que a representam? Estou perguntando para a senhora.

R - Posso falar agora? Bom, primeiro a nossa empresa é uma empresa muito séria, que segue regras de *complaints* de padrão internacional. Não tenho dúvida de que a gente faz tudo segundo as regras mais... de todos os níveis e a gente respeita isso e a gente tem esse cuidado sim.

O senhor descreveu muito bem o processo. Nós tivemos uma conversa, nós falamos sobre temas, nós fizemos uma visita de cortesia, nós falamos da experiência internacional que nós temos.

Coisas que são importantes e necessárias para cidadãos, como uma empresa que está aqui...

P – Ai aparece no processo o Presidente da SP, que tem contrato com vocês anteriores, os demais dados que culminam a circunstâncias das pessoas do mosaico montado, ficou claro.

R – Senhor, isso tudo foi definido... assim, essas conversas e diálogos público privado aconteceram sem uma proposta de venda.

Quando o Governo decidiu fazer a PPP, nós entramos no processo de forma super transparente. Está aí.

E, da mesma forma que nós entramos, outros entraram. E não é a nossa tecnologia que está sendo colocada para licitação. A tecnologia é aberta. Qualquer um pode ofertar a sua tecnologia, e vai vencer quem tem o menor preço no final das contas, porque essa é a regra.

Enfim, nós não combinamos nada em função de venda. Nós falamos de coisas que são necessárias, tecnologias e inovações necessárias para a população de São Paulo.

O senhor é Vereador, e está fazendo um papel maravilhoso...

P – A senhora assinou o termo de *compliance* essa empresa? A senhora tem esse contrato assinado? Todos têm aqui?

R – Sim, e nós zelamos por esse processo. Isso é muito importante para a reputação da empresa, e o senhor pode pedir para investigarem e, se quiser, a gente pode trazer mais exemplos do que a gente faz dentro da empresa para garantir isso. Ninguém aqui está agindo de má-fé. Não é prática da nossa empresa. Nós não fomos lá para vender um produto. Nós fomos lá para fazer uma visita de cortesia.

P – Não me obrigue a constranger a General Elétrica e as pessoas de vocês. Não me obrigue. Não me obrigue, porque o contrato de *compliance* cai.

O contrato de *compliance* cai quando eu resolver isso aqui. E não vou desistir. Vou levar isso às Varas Públicas as atitudes que foram tomadas nos bastidores.

Eu estou dizendo: o processo com a senhora não termina aqui. Não vai terminar ou encerrar aqui.

Tem a palavra o Vereador Paulo Fiorilo que havia pedido a palavra.

O SR. PAULO FIORILO – Obrigado, Presidente.

Bom dia, Sra. Adriana.

O SR. PRESIDENTE (MILTON LEITE) – Antes, porém, para registrar a presença dos Srs. Vereadores Jair Tatto, Abou Anni, Tripoli, Ricardo Nunes, Paulo Fiorilo.

Sras. e Srs., Vereador Paulo Fiorilo, tem V.Exa. a palavra. Eu já monopolizei demais, mas temos muito ainda a conduzir.

O SR. PAULO FIORILO – Obrigado.

Sra. Adriana, a senhora tem ciência porque foi feito o convite a senhora para a reunião de hoje.

A SRA. ADRIANA – Se o senhor puder recapitular, eu gostaria, porque estou começando a achar que eu não entendi direito pelo o que fui convidada.

P – Na última reunião em que a GE esteve presente, teve uma dúvida quanto ao calendário de reuniões, quem teria participado. O Sr. Rodrigo sabia da reunião, mas como estava chegando

R – Depois dessa data na função...

P – Então, havia uma dúvida e acho que o próprio Sr. Rodrigo, se eu não tiver enganado, declinou o nome da senhora como sendo a pessoa que poderia esclarecer esse roteiro.

R – Claro.

P – Bom, então, eu gostaria de me ater a esses aspectos para que a gente pudesse tirar as dúvidas aqui e, em minha opinião, esclarecer o procedimento.

Vou só recapitular, a senhora me corrija se eu estiver errado no meu raciocínio, depois de ter ouvido aqui as perguntas e as respostas.

Após a eleição do Prefeito, portanto, em abril de 2013, a senhora procurou o Secretário Leonardo, que é de Relações Internacionais, para se apresentar, para se colocar no intuito de preparar, de fazer a precursora da vindo do Presidente internacional da GE.

Essa reunião ocorreu só com o Sr. Leonardo.

R – Não. Foi pedido para o Sr. Leonardo, mas, na época, eles estavam ali com vários Secretários juntos, e ele foi apresentando várias pessoas do Governo para a gente. Mas a conversa foi com o Sr. Leonardo.

P – Então, desculpe-me. Só inclui para a gente não deixar dúvidas e tal.

A senhora marcou reunião com o Sr. Leonardo?

R – Sim.

P – A reunião ocorreu no andar do Sr. Leonardo?

R – Acredito que sim. Não sei quem trabalha em que andar, mas fomos encaminhados a uma sala onde ele estava.

P – Em que andar foi a senhora se lembra?

R – Não me lembro.

P – Tá bom.

E, nesse andar, a senhora disse que havia outros Secretários?

R – Sim. Ele apresentou, enquanto a gente estava caminhando até a sala de reuniões, outras pessoas, mas a conversa foi com ele.

P – A senhora se recorda quem foram as pessoas apresentadas?

R – Sim. Eu conheci o Secretário Marcos Cruz nessa ocasião. Também estava lá.

P – A senhora não conhecia o Secretário?

R – Não. Não conhecia.

P – A senhora conheceu nessa reunião? Nessa reunião com o Sr. Leonardo, o Sr. Marcos Cruz participou?

R – Não. Acho que ele só passou pela reunião, mas ele não estava conversando...

P – É que a senhora disse que ele estava nessa reunião.

R – Isso. É que eu não me lembro exatamente... o pedido foi com o Leonardo, e a reunião foi com ele, mas a gente tinha que esperar ele chegar...

P – De uma outra reunião.

R – É. Ai um outro Assessor levou a gente; no meio do caminho, apresentou algumas pessoas, e nós sentamos para conversar. A reunião, em si, foi com o Sr. Leonardo.

P – E quando a senhora pediu a reunião com o Sr. Leonardo, qual era a pauta que a senhora apresentou para ele?

R – Justamente entender quais eram os temas de interesse do Prefeito para a reunião com o Jef (?), para que eles pudessem debater temas que fossem de interesse comum.

P – E foi nessa reunião que a senhora fez com o Sr. Leonardo que a senhora já apresentou os temas ou não?

R – Não. Eu fui para ouvir e para entender quais eram os temas de interesse da Prefeitura.

P – E esses quatro temas que a senhora colocou de áreas de atuação da GE foram tratados na reunião com o Sr. Leonardo?

R – Não. Ali a gente entendeu que esses temas eram de interesse, ai nós...

P – Então, vamos só recapitular: geração de energia

R – Sim.

P – Também foi apresentada como tema de interesse.

R – Sim.

P – A senhora pode especificar qual o interesse?

R – Sim. É porque, naquele momento, estava havendo interesse em ver como você fazia cogeração em prédios para poder atender melhor as demandas de energia de cidades grandes como São Paulo. E a gente tem tecnologia para isso também.

P – Transporte.

R – Na época, a gente estava falando de ônibus elétrico e baterias. Parece-me que existem já alguns casos na China. Então, a gente... eles estavam se debruçando sobre essa questão também. Como é que melhora a eficiência e evita emissões na Cidade. Existe toda uma preocupação de ter inventário de emissões.

P – Mas, desculpe-me, eu fiquei com uma dúvida: transporte vocês têm tecnologia, *know how*.

R – Então, é por isso que a gente não conversou tanto. Porque a gente não tem diretamente, produtos para ofertar, mas a gente conhece outras cidades que fazem uso de veículos elétricos, e alguma coisa a GE tem em veículos elétricos. Então, nós conversamos se havia interesse em trazer especialistas, que conhecessem o assunto, para o Brasil.

P – Mas a priori não é uma área que a GE teria...

R – Que a gente tenha alguma coisa pronta para oferecer, claro.

P – Tá. Saúde.

R – Saúde, sim. A gente faz equipamentos médicos. A gente tem fábrica em Minas. Então, é uma área que é, também, muito importante para a gente, que entende que é uma área que tem que ter, também, qualidade de serviço, produtos modernos.

P – Depois, essa questão de geração... a senhora falou geração de energia, não é?

R – A geração e energia – lembra-se que eu falei da cogeração em prédios...

P – Não. Esse é o primeiro tema. O último, então, era iluminação pública.

R – Iluminação Pública.

P – Ok.

R – Que está ligada à eficiência energética.

P – Nesse aqui a GE tem *expertise*?

R – É. Nós criamos a tecnologia led. Nós desenvolvemos.

P – Sim, o Sr. Rodrigo falou que, no século passado, e que foi se desenvolvendo até chegar o momento em que ela se viabilizou economicamente.

R – Exatamente.

Então, é mais compartilhar esse tipo de conhecimento e dizer que está disponível. Faça todas as medidas que forem cabíveis, mas que essa tecnologia nós acreditamos que é boa e que pode trazer soluções adequadas para a cidade de São Paulo.

P – Então, a pauta da visita do Presidente internacional foi montada a partir dessas conversas, mas eu posso dizer para a senhora que transporte saiu da pauta

R – Não, a gente até chegou a discutir e ver se era possível a gente ter alguma cidade na China que estivesse usando veículo elétrico e que fosse interessante. Nós viemos pesquisar isso e voltar para ele com alguma recomendação de visita, enfim, se ele quisesse avançar nesse tema depois.

P – Tá. Mas isso foi apresentado na reunião com o Prefeito?

R – Nós discutimos esse tema.

P – Geração de energia também?

R – Também.

P – E saúde?

R – Também.

P – A senhora disse que tinha um Assessor que era Médico. A senhora se recorda em era? Mas era Assessor? Era Secretário?

R – Não, não era Secretário. Deixa eu ver se tenho o nome dele. (Pausa) Era Assessor Marcelo Costa. Lembro-me que a gente ficou conversando também. Ele era Médico, então, ele se interessava por saber o que é que a gente estava fazendo... (falas simultâneas)

P – ...Marcelo Costa. A senhora se lembra de qual área que ele era?

R – Não.

P – Mas ele estava na reunião?

R – Estava na reunião também.

P – Por fim, o senhor quer perguntar?

O SR. PRESIDENTE (MILTON LEITE) – Sra. Adriana, quando eu disse que os interesses foram impulsionados pela General Elétrica, não é que a gente está chutando. A gente está olhando o processo e dizendo.

No dia 16 de setembro, a senhora protocolou o pedido. Está correto? Estou com a cópia aqui. No dia 16/09. Olha que não anda processo na Prefeitura. Não anda para mais nada. Só o da senhora andou.

R – Desculpe-me, Vereador, o processo não é o mesmo.

P – Deixa eu concluir. No dia 16/09, a senhora protocolou; no dia 18, dois dias depois, a Prefeitura já fez o chamamento, tem a Portaria. Eu nunca vi a Prefeitura... a senhora pediu num dia 16 de setembro; dois dias depois, dia 18 está publicado no *Diário Oficial*, a Portaria criando - veja. Isso não acontece na Prefeitura. Se a Prefeitura que não anda para nada, mas para isso anda -; no dia 30 já tinha ata da Secretaria pronta, com as decisões e o chamamento – nós nunca vimos na Prefeitura. É o único processo em que a Prefeitura tem um interesse monstruoso. No transporte.

Por que é que nós estamos dizendo isso? Um processo que está chamando – para a senhora entender os comparativos que nós vamos fazer, vamos promover para discutir isso na Justiça.

O processo de licitação pública do transporte, que está contratado sob emergência, está há anos. Ele contrata uma empresa que vai ver isso, que vai ver aquilo. Está há anos. Não saiu. Não tem nada pronto para chamamento da licitação pública, e com um déficit anual de cerca de 1,7 bilhão. Ai o interesse não é o mesmo.

É porque a senhora tem que entender. A senhora tem que comparar, não a senhora com a senhora, é a senhora com os demais setores públicos que não andam na Cidade.

O setor que mais consome é transporte. São 6 bilhões. Cadê a licitação?

Eu tenho um motivo, eu tenho outro... e ele contrata. Eu contrato uma empresa para assessorar, eu contrato alguém para tomar uma atitude, eu contrato por emergência...

Eu não sei se a senhora entender aquilo que nós estamos comparando: a eficiência de dias, depois que a senhora entregou? Não aconteceu isso em lugar nenhum, em nenhum

outro processo, num processo em que tem muito mais interesse que o da senhora.

Desse em que a senhora tem interesse são 7,3 bilhões o preço referência para 24 anos. O outro são de 6 bilhões por ano, o custo do transporte. O rompo lá é de 1,4 bilhão por ano. Nós não conseguimos essa velocidade lá. Lá fica parado. Não anda. Enrosca. Capenga. E já pagamos 1,7 bilhão neste ano; deve ir a 1,8 ou 1,9 de rompo de subsídio, porque não se tem uma eficiência. O sistema totalmente ineficiente de transporte. O pessoas da área de transporte faz isso.

Qual atitude dele de pressa como essa daqui?

Deveria ser um igual a esse daqui.

Eu clamo, Sr. Secretário Marcos Cruz, o senhor está preocupado com a coisa pública? Olhe um pouquinho para os transportes. Nós estamos com um rombo anual de 1,7 bi, que o senhor vai pagar neste ano; e tem ineficiência. A Administração empurra, empurra, empurra. A Cidade cobra eficiência. Mas da iluminação pública nós temos.

Ela empurra a licitação; ouvir o público, não. Mas, em dois dias estava publicado, dos dias 16 ao 19, Vereador, não sei se o senhor notou isso. Eles entraram com o pedido dia 16; dia 19 estava no *Diário Oficial*; e assim vai a cronologia.

Nada. Nenhum outro processo andou na Prefeitura desse jeito, dessa forma. Nenhum outro.

Devolvo a palavra ao Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Acho até que essas perguntas não são para serem respondidas pela GE.

O SR. PRESIDENTE (MILTON LEITE) – Desculpe-me, Vereador. Só anda se alguém na Prefeitura empurrar, se não, não anda.

O SR. PAULO FIORILO – Mas é que eu acho que aqui nós deveríamos trazer para responder essa questão o Poder Executivo para dizer por que é que andou desse jeito.

O senhor está levantando uma questão que é pertinente. A GE pode até dizer – eu vou fazer aqui a pergunta que quero que eles respondam, que é a seguinte: só para concluir o meu raciocínio.

Então, das quatro questões que a senhora falou, uma que é transporte, é menor; saúde, teve algum desdobramento?

R – Não. De novo, a gente fala que a gente apresentou o que a gente faz, e eu não sei se, depois, teve alguma outra reunião com o nosso time de saúde, mas eu não participei.

P – Vocês não têm informação sobre isso?

R – Não.

P – Então, na realidade, das quatro só uma que teve um interesse maior, que foi essa discussão da iluminação.

Na discussão da iluminação, a senhora disse que foi feita uma reunião com o Wilson Point. O Marcos Cruz fez uma segunda reunião com a senhora e com o Wilson Point. A senhora tem um roteirinho aí, não tem?

R – Imagino que as audiências com o setor público são todas públicas e estão nas agendas das pessoas. Então, eu tenho aqui tudo direitinho.

P – A senhora poderia fornecer esse roteirinho para a gente?

R – Posso. São datas que estão lá no calendário...

P – Obrigado.

R – Então, no dia 30/04, foi a reunião com o Secretário Leonardo.

P – Em 30/04, Leonardo, em que a senhora conheceu, também, o Marcos Cruz?

R – Sim.

No dia 02/05, a reunião com o Prefeito Haddad.

P – Só uma dúvida: no dia 30/04 vocês pediram a reunião com o Prefeito ou ela já estava agendada?

R – Já estava solicitada, e acredito até que eles só confirmam quais são os temas que vão ser discutidos – para verem se há interesse ou não da Prefeitura em conversar com a pessoa, não é?

P – Só para a gente, então, esclarecer o cronograma: quando a senhora marcou com o Sr. Leonardo, já estava pré-agendada a reunião com o Prefeito?

R – Estava solicitada.

P – Solicitada. E a vinda do Presidente já estava agendada?

R – Estava agendada. Ele vinha naquela data para o Brasil.

P – Ele só ficou um dia em São Paulo?

R – Eu não me lembro. Acho que não. Geralmente, ele vem e fica dois ou três dias.

Eu não me recordo, exatamente, nessa viagem.

P – Tá. Então, em 2 de maio, o Prefeito mais Marcos Cruz, mais o Leonardo e o Assessor que a senhora falou que é médico?

R – Isso. Marcelo Costa.

E, depois, no dia 22/05

P – Outra reunião com o Sr....

R – Seguindo a orientação do Prefeito de se aprofundar mais o debate com o Secretário Marcos Cruz. Ai o Marcos Cruz também chamou Wilson Point e Eduardo Xavier, que também trabalha na Companhia São Paulo de Parcerias.

P – Tá. Nessa reunião do dia 22 de maio é que vocês... a senhora participou?

R – Participei.

P – é que se avançou para a proposta da discussão do trabalho com iluminação pública?

R – É. O que a gente fez foi – o Rodrigo ainda não era dessa função, mas era equivalente ao Rodrigo, que conhece mais a fundo a área de led e de iluminação pública geral

P – Quem era?

R – Leonel Ramires. Ele não trabalha mais na GE.

Então, nós apresentamos a equipe técnica da GE e, exatamente, o que o Vereador falou, de mostrar: olha, em outras localidades já existem projetos avançados, funcionando e com bastante sucesso. Recomendamos a ele que visitasse as próprias custas e fizesse o que fosse necessário, com a maior transparência possível, para que ele conhecesse esses projetos e pudesse avaliar é pertinente, era na época, ou não endereçar a questão de iluminação pública, que estava na agenda dele como de interesse grande, porque eu acredito que a legislação mudou, e os Prefeitos têm que assumir isso, e estava nesse momento de transição.

Então, acredito que existia o interesse de entender mais o tema, entender mais as possibilidades, as tecnologias todas disponíveis.

Nós entendemos que nós representamos uma possibilidade, mas existem várias outras. Em hora nenhuma nós dissemos que a nossa era melhor do que as outras. Nós estávamos mostrando os benefícios.

P – Eu entendi.

É que, só para não pairar dúvidas, eu queria entender a segunda parte.

A partir do dia 22 de maio, em que vocês levaram os técnicos, o Sr. Marcos Cruz teve o conhecimento e o Sr. Wilson Point, ocorreu alguma outra reunião com a Secretaria de Serviços?

R – Eu não participei de mais nenhuma.

P – Mas a GE teria feito alguma outra reunião ou a senhora não sabe? O Sr. Rodrigo não sabe. A Sra. Adriana não sabe. Bom, então...

O SR. RODRIGO – Não. Não é que eu não sei. Não houve.

P – Não houve. Em 22 de maio foi a última reunião.

Eu queria só fazer a outra pergunta para a senhora.

A proposta de que a GE fizesse uma solicitação ou estartasse o processo foi discutida na reunião do dia 22 de maio?

R – Não.

P – E por que a GE só em setembro encaminha um pedido de autorização para apresentação de estudos? Eu queria entender isso, porque olha só: a senhora mesmo disse, não foi imediatamente. É verdade. É que depois de 16 de setembro, o processo anda mais

rápido. Mas, para ele andar mais rápido, eu deduzo, pressuponho – e é sempre eu pressupondo –, que houve todo um procedimento anterior, mas a pergunta que eu preciso fazer: por que a GE demorou até 16 de setembro para encaminhar uma solicitação, uma autorização, para a apresentação de estudos preliminares relacionados ao serviço de iluminação pública do Município de São Paulo. Porque, se a reunião terminou em 22 de maio, de maio a setembro, a gente tem um hiato muito grande. Eu queria só entender isso.

R – Bom, eu posso explicar. A gente, quando discute um tema, está discutindo num nível muito alto ainda de detalhes.

Quando a gente voltou lá para explicar com a equipe técnica o que é que a gente tem, onde tem casos de sucesso no mundo, ainda é bastante elevado o nível de detalhe.

O que é que a gente fez? Entendendo que existia interesse por parte da Prefeitura de avançar nesse tema, nós fizemos o nosso dever de casa de ver: ok, se há um interesse da Prefeitura e existe um processo de PMI no Brasil, uma lei que permite que você apresente uma proposta, GE, vamos, então, nos organizar e fazer um estudo e vamos apresentar?

Então, esse tempo, nós levamos dentro de casa, verificando se: primeiro era realmente interessante para a GE fazer essa manifestação e pegar os dados, fazer os estudos, levantamento de que tecnologias ou que luminárias seriam mais adequadas à realidade, estudar a realidade da Cidade, para que a gente, então, fizesse a apresentação, aí, sim, de uma proposta específica de um produto da GE.

E lógico: um formato de PPP também é uma coisa nova para a gente. A gente, geralmente, vendo os produtos para alguém que vai aplicar. Fazer uma demonstração de interesse de ter uma participação mais ampla requer, também, que a gente faça um exercício interno de saber com que parceiros a gente precisa ir, porque a gente não faz tudo. Isso a gente não tem. A prática de fazer a instalação aqui no Brasil a gente não tem. Então, a gente teve que fazer esse exercício interno de saber: ok, como é que a gente poderia, então, ajudar de fato e fazer essa manifestação pública de uma proposta para ser.

A gente precisa ir, porque a gente não faz tudo, isso a gente não tem, a prática de fazer a instalação aqui no Brasil a gente não tem e a gente teve de fazer esse exercício interno e ok, como é que a gente poderia, então, ajudar de fato e fazer essa manifestação pública de uma proposta para ser encaminhada segundo as leis.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Só para eu entender, a GE demorou um ano e quatro meses para formular uma proposta...na realidade são três meses porque foi 2013 e não 14. Na realidade foram de maio a setembro. Menos de quatro. Em três meses a GE apresentou uma proposta e encaminhou esse pedido de autorização ao Executivo. É isso?

A SRA. ADRIANA MACHADO - Nós fizemos o pedido...

P – O pedido foi feito em 16 de setembro, vocês já tinham a proposta?

R – Não, de novo, tivemos que estudar bastante a realidade da cidade de São Paulo e de que forma a gente poderia ofertar um solução, não fomos com nada pronto para o Governo.

P – Pela oportunidade eu queria ouvir o Sr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO MARTINS – Sou Presidente da GE Iluminação para a América Latina. Em setembro protocolamos essa carta, que era uma manifestação de interesse público e abria ou tornaria público esse nosso interesse e abria de acordo com o Executivo esse chamamento para o estudo para outras empresas. Foi dado um prazo, não lembro exatamente qual era, para que outras empresas se cadastrassem para apresentar o estudo também. Mais ou menos 40 empresas se cadastraram e 11 efetivamente entregaram o estudo já no começo de 2014. Investimos milhares de horas nesse estudo com os nossos parceiros e chegamos a apresentar dentro do prazo que a Prefeitura nos solicitou, acredito que era fevereiro de 2014, o estudo, o que a GE propunha para São Paulo. Da mesma forma apresentaram Philips, JBS, entre outros.

O SR. ADILSON AMADEU – A data de solicitação da carta de interesse foi 16/09. Nesse momento os senhores chamaram parceiros para idealizar esse projeto, vocês teriam condições de mandar para essa subcomissão os 11, são 11 empresas que trabalharam com os

senhores?

O SR. RODRIGO MARTINS – Não, a Prefeitura fez esse chamamento público e 40 empresas falaram: “eu vou fazer o estudo”, das quarenta 11 efetivamente fizeram. Isso tudo está no site da Prefeitura neste processo. Os nossos parceiros para o nosso estudo já estavam identificados, é um parceiro que faz a instalação e manutenção nas melhores cidades da Europa e EUA.

P – Por exemplo, aqui no Brasil esse parceiro seu já fez esse tipo de trabalho?

R – Fez, não de PPP, mas de iluminação pública.

P – O senhor poderia falar o nome da empresa?

R – Citeluz.

P – Foi a única que fez o projeto junto com os senhores?

R – Não, nosso consórcio era GE, Citeluz, Engeform e no princípio a Andrade Gutierrez ajudou a fazer o estudo, depois a Andrade Gutierrez decidiu sair do consórcio, por razões deles.

P – Então, na verdade, nós estamos com quatro empresas que tiveram com os senhores para idealizar esse projeto?

R – Exatamente.

P – O estudo nosso que está publicado no site da Prefeitura, que tem milhares de páginas, como esse nosso consórcio acredita que deveria ser a iluminação pública da cidade de São Paulo foi feito por essas quatro empresas que acabei de elencar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Srs. Vereadores, vou suspender a reunião da subcomissão por dois minutos para a abertura da reunião ordinária da Comissão de Finanças.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Então, essas quatro empresas, que já foram identificadas, constam no processo de análise de projetos, elaboração de projetos ou não?

O SR. RODRIGO MARTINS – Eu não me lembro quando nós fizemos a carta já havia...a carta foi só feita pela GE.

P – Os que foram colaboradores da GE, que realmente levantaram o que a Cidade precisa, eles não fizeram nenhum tipo de laudo e não foi juntado.

R – Na verdade é o seguinte, Vereador, essa primeira carta foi nada mais para começar o processo, ou seja, temos o interesse de fazer o estudo. Podemos fazê-lo? Nesse meio tempo já estávamos em contato com as empresas que vieram a ser consorciadas para fazer esse estudo. O nosso estudo começou por setembro e fizemos o estudo com quatro ou cinco meses, entregamos esse estudo que teve a colaboração das quatro empresas no princípio do ano de 2014. A Prefeitura adiou o prazo, nós já estávamos prontos, protocolamos um pedido falando assim: “Prefeitura, nós estamos prontos, ou seja,...

P – Em que época?

R – Essa carta foi mandada em janeiro e falando que o tempo que a Prefeitura deu inicialmente já era o bastante, mas que se a Prefeitura entendia em fazer mais 45 dias, tudo bem. Justamente a informação que tive é que ela fez mais 45 dias para atender outros grupos que estavam interessados em propor isso também. Foi exatamente essa frase que eu escutei do Sr. Wilson Poit. Como o Prefeito Haddad tem interesse de ter o maior número de alternativas possíveis para São Paulo para que seja feito o melhor projeto possível para Cidade ele acatou esse pedido e adiou a entrega desses estudos por mais 45 dias.

P – Sr. Rodrigo e Sra. Adriana, quando fizeram todo esse trabalho e juntaram-se reuniões, depois vocês foram recebendo as informações, eu perguntei para o senhor que esteve em outra reunião, que é uma empresa prestadora de serviços, mas recorde que ele falou, mas queria saber dos senhores: por exemplo, todo o material hoje que temos na cidade também foi feito um projeto na retirada?

R – Sim, foi feito um projeto da retirada, vai ser retirado, e se nós ganharmos, seguramente, vamos retirar. Imagino que outros consórcios proponham um estudo semelhante que seja retirado e reciclado.

P – O senhor já identifica essa empresa?

R – Não.

P – É no futuro.

R – Sim.

O SR. PAULO FIORILO – Vamos para última reunião do dia 22 de maio, com o Marcos Cruz e Wilson Poit, Eduardo Xavier, a senhora e Lionel Ramirez. Nessa reunião, o único ponto tratado foi o de iluminação, confere? E tratou-se da forma e dos procedimentos? Por exemplo, “vamos fazer PPI”. O que se tratou?

A SRA. ADRIANA MACHADO – Nós fizemos uma apresentação da tecnologia, explicamos o que a GE produz, como são as diferenças de eficiência energética dos produtos, como poderia ser uma economia de energia, uma questão bem técnica, de cada um dos produtos que a gente fabrica e mostramos que em algumas outras cidades e listamos as cidades já existem projetos em andamento com grande sucesso e fizemos a recomendação de que se eles quisessem conhecer esses projetos seriam bons exemplos para visitar.

P – Quais foram os exemplos sugeridos?

R – Lembro de... Las Vegas...

O SR. RODRIGO MARTINS – San Diego, Chetumal, no México.

O SR. PAULO FIORILO – A senhora sabe se foram visitar uma dessas?

A SRA. ADRIANA MACHADO – Não sei.

P – A GE não teve informações de visitas?

O SR. RODRIGO MARTINS – Não foram visitar, agora, acredito que exista uma comissão hoje em dia tentando olhar uma cidade em funcionamento, mas não sei exatamente que cidade querem ir.

A SRA. ADRIANA MACHADO – O que nós fizemos foi simplesmente a sugestão, mostrar que existem bons exemplos no mundo e que esses dois que conhecemos. Las Vegas e San Diego, nos EUA, feitos pela GE.

P – A GE fez algum na América Latina?

O SR. RODRIGO MARTINS – Chetumal, no México, perto de Cancún e agora está fazendo o Estado de Puebla, no México.

P – A gente falou na outra reunião que os parques são menores. São Paulo seria algo nunca já visto na história da GE.

R – Exatamente.

P – O senhor já conhecia o Sr. Wilson Poit?

R – O conheci no ano de 2013 quando começamos a tratar desse assunto.

P – O senhor está na GE há quanto tempo?

R – Oito anos.

P – E a senhora Adriana?

A SRA. ADRIANA MACHADO – Cinco anos.

P – A senhora já conhecia o Sr. Wilson?

R – Não, eu conheci nesta reunião.

P – O senhor já conhecia a empresa do Sr. Wilson?

O SR. RODRIGO MARTINS – Não, só para qualificar, estou há oito anos na GE, mas trabalhei fora do país por muitos anos, voltei há quatro anos na GE do Brasil a trabalhar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O senhor trabalhou onde fora do Brasil?

O SR. RODRIGO MARTINS – Na GE, nos EUA e na Ásia.

P – A Adriana trabalhou onde antes da GE?

A SRA. ADRIANA MACHADO – Na Intel e na Câmara Americana.

O SR. PAULO FIORILO – O senhor não conhecia a empresa de geradores do Sr. Wilson?

R – O que eu escutei essa história, no começo dos anos dois mil ele tentou vender, a GE foi uma das proponentes para comprar e não sei se vendeu depois.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A GE negociou com ele uma eventual

venda? A compra da empresa do Sr. Wilson?

R – Chegaram a negociar, o Sr. Wilson vai saber melhor do que eu sobre isso, mas o seu Wilson era uma pessoa influente na área da energia aqui no Brasil e a GE era uma empresa de energia.

O SR. PAULO FIORILO – Tive a oportunidade de trabalhar no Executivo e vou fazer uma declaração que eu não precisava, mas só para registro. Eu fui procurado por várias empresas propondo parcerias. Um cuidado que sempre tive é de que todas as parcerias precisam ser abertas e divulgadas para que todos tenham o direito de participar. Acho que é o básico. A dúvida aqui é se o processo começado pela GE três meses depois do dia 22 ele tem em seguida uma tramitação muito rápida. Precisamos trazer aqui o Secretário Simão Pedro, de novo, que é o responsável pelo processo ou talvez outros Secretários para que a gente entenda.

Parece-me que ao final ou quando a GE decide estartar com o pedido de autorização a Prefeitura já tem também a parte dela feita como lição de casa, o que eu acho legítimo porque havia já uma conversa sendo feita, que a GE traz uma oportunidade que a senhora colocou que a intenção do Governo surge a partir do que a gente apresenta, podia não ter no horizonte, mas aparece uma oportunidade e é aberta ao debate público, que acho que é fundamental. Por fim, esse registro para dizer que de fato vamos ter de aprofundar para que não tenha dúvida. A GE pode ganhar o processo menor preço, o que não pode é ter a impressão ou a suspeição de que o processo caminhou de uma forma equivocada. Por isso, se a senhora pudesse encaminhar o relatório ou o roteiro que a senhora fez nas reuniões, até para a gente entender, e acho que a comissão tem de fazer a discussão em seguida desse trâmite acelerado que ocorreu.

A SRA. ADRIANA MACHADO – Eu queria só agradecer porque está perfeito, nós estamos aqui e queremos que esse processo seja o mais transparente e correto possível. A GE não vai participar de nenhum processo que tenhamos dúvida da lisura. Estamos aqui para prestar os esclarecimentos que forem necessários e somos uma das empresas mais renomadas para isso. Queremos de fato que seja o mais correto possível e agradecemos a oportunidade e a fiscalização do Legislativo para que o Executivo de fato tenha um processo correto.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O processo estartou, iniciou-se com a iniciativa da GE e resultou na abertura do pleito com 40 empresas, resultou em cinco empresas para fazer estudos, escolhida pela São Paulo Negócios. Cinco empresas da iniciativa privada, o ente público não é dono do negócio até aqui, a iniciativa privada está dizendo para o poder público com base nos estudos privados o que o poder público deve fazer. Esse é o grande problema. Isso é o que eu dizia na inicial. Por que o poder público não contratou e pagou as despesas um projeto básico que tenha o mesmo objeto que a senhora menciona? Venda de iluminação e quais as melhores propostas? Um projeto de engenharia claro e que se contrate e se pague. Hoje, nós estamos a mercê de um risco das cinco empresas em estudo ter agido em conluio, o que é um risco.

A escolha de empresas, de projetos, não foi a decisão da Prefeitura, elas vieram, ofertaram, e os projetos não são da Prefeitura. Está selecionando, ela não tem agido em conluio, o que é um risco.

A escolha de empresas de projetos não foi a decisão da Prefeitura. Elas vieram, ofertaram, e os projetos não são da Prefeitura. Ela está selecionando com... Ela não tem... Era contratado, mediante licitação pública, um projeto em que ela contrate, e pague, e opine, com técnicos; que contrate, se necessário for, os técnicos para que se dê a exata dimensão daquilo que ela demanda. E aí sim chama a General e olha: "General Electric, com base no projeto, estamos aqui...". Não a General Electric, General Electric que digo é generalizado, todas as empresas. "... que temos uma PPP com modalidade para venda de iluminação pública, da seguinte forma: com PPP -..". Aí se ouve, visitam-se outros projetos, a cargo de uma empresa contratada para elaborar o projeto.

Quando eu perguntava de *compliance*, eu perguntei se você fez tomavam essa

precaução. Vocês disseram: "Nós tomamos".

O senhor fez questão de falar. Eu não queria ouvir, mas, já que fez, já iniciou, vai falar. Eu pergunto: qual o critério adotado para a formação e escolha dos parceiros dos senhores? Como é que vocês escolhem isso? Como que é a escolha, obedecido o critério, para entender, critério de governança, e de estabilidade, e de segurança em contratos? Qual é o critério que vocês adotaram para a escolha dos parceiros? Explica para nós.

O SR. RODRIGO MARTINS – Perfeito.

Vereador, primeiro, mais importante era a capacidade técnica e que papel eles iriam jogar no consórcio.

A GE tem a tem a tecnologia, tem os produtos. Ela tem tanto luminária quanto a telegestão.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Rodrigo, você mencionou a capacidade... O importante é que houvesse capacitação técnica?

R - Sim.

P - Isso, capacitação técnica.

R - Então, a GE entrou com produto e com a tecnologia, certo? Nós não ter *expertise*, ou não temos um braço de serviços em instalação, manutenção de operação no centro que vai precisar ser construído. Então nós chamamos quem acreditamos que seja a melhor empresa do mundo a ter isso hoje, que é a Citeluz, que tem várias empresas - na Europa, nos Estados Unidos e, inclusive, no Brasil -, no Brasil não operando com o centro.

Não sabíamos que tipo de construção civil necessitaríamos para a instalação de tudo isso; para, talvez, enterramento de alguns cabos ...(ininteligível)... Então se fez parte também de uma construtora e aí veio juntamente a Andrade Gutierrez e Engeform. E por que as duas? Porque tampouco tínhamos experiência em PPPs - Parcerias Público-Privadas, e a Andrade Gutierrez tinha. Então fica, se os senhores pensarem nos quatro consórcios, era: um especialista em produtos; um especialista no serviço; um especialista na construção civil; e um especialista em administração de PPP - Fizemos uma *Due Diligence* para todos esses. Qualquer pessoa, qualquer companhia que for fazer negócio com a GE, temos de investigar. Vários outros parceiros que bateram em nossa porta para entrar, não podíamos essa parceria com eles porque não passaram em nosso teste de *compliance*, de governança cooperativa.

P - A Andrade passou?

R - A Andrade passou.

P - Não tem processo dela no Brasil inteiro, nada tramitando?

R - Todos os testes...

P - Desculpa...

R - Contratamos...

- Conversas fora do microfone.

R - Processo tem; não tem condenação. De qualquer forma, já não está mais no consórcio. Mas não é o caso.

Quem fez esse processo foi a Price Waterhouse, que pedimos para fazer para cada potencial membro de consórcios.

Só, agora, um comentário a respeito da posição do Presidente, um minuto atrás.

P - O senhor disse que, na inicial, na formação do Consórcio inicial, que a Andrade Gutierrez não tinha condenação tem nenhuma instância deste País.

R - Não.

P - Que preocupasse a governança...

- Manifestação fora do microfone.

R - Transitado em julgado.

P - Então não é *compliance*. Tenho a dizer da seguinte: se tem uma empresa e tem um sujeito aqui que tem 500 acusações de assassinatos e não transitou em julgado, ele, tudo bem, contrata o cara?

- Manifestação fora do microfone.

P - A segunda condição, tudo bem. Mas você contrata em sua empresa? Tô

dizendo, aparece o Fernandinho Beira-Mar lá. Não estava julgado, não estava transitado, você o contrata? Que governam está...? Desculpa, mas o senhor é o Presidente. Que governança é essa?

R - O senhor me desculpa, Presidente, também. É uma governança que é admirada por várias pessoas e que ganha prêmios, todos os anos, de empresa mais ética, mais transparente, e que trabalha com mais integridade - não aqui no Brasil somente, mas no mundo inteiro. Essa é a reputação que a General Electric tem, não só no Brasil, como no mundo inteiro.

A Andrade Gutierrez, de qualquer forma, como comentou o Dr. Bruno, não tinha nada transitado em julgado, mas, de qualquer forma, não está mais no consórcio.

P - O critério, então, de governança da General elétrica, para eu entender, para nós entendermos aqui, segundo o que o senhor está me dizendo, é, se houver a sentença, no Supremo, de transitado? Se tiver positivado lá, está valendo?

Se estiver positivado lá, estava valendo? É isso?

R - Todos os nossos... Outra coisa, Presidente,...

P - É esse o critério de governança?

R - Todos os nossos contratos com esses... Nós fizemos com cada um desses consorciados, cada um desses membros, um memorando de entendimento que precede o contrato, esse contrato de consórcio. Há cláusulas pesadíssimas de *compliance*; há cláusulas que você não pode participar, ser condenado, coisa desse tipo. Parecer...

- Conversas fora do microfone.

R - Podemos compartilhar esse contrato com os senhores.

A SRA. ADRIANA MACHADO - Basta partilhar as cláusulas dos contratos.

R - Vereador,...

P - Eu pergunto, vou fazer a seguinte pergunta: a Andrade Gutierrez não está no contrato, não tem condenação. Se hoje o senhor a chamaria de novo.

R - Uma boa pergunta.

- Conversas fora do microfone.

P - O senhor não chamaria de novo?

R - Não, a passaríamos de novo pelo *Due Diligence*. Hoje já temos, já sabemos, que já temos essa experiência de fazer PPP.

P - Entendi. Estou entendendo que o *compliance* é mais a notícia da *Folha*, de *O Estadão*, de *O Globo*.

R - Não, não é, Presidente.

P - Desculpa...

R - Bem, mas cada um tem direito à opinião.

P - É, estou entendendo. Não é bem o...

R - Só vou fazer um esclarecimento, Presidente.

P - Pois não.

R - Quando senhor comentou dos cinco estudos, foram chamadas 40 empresas.

P - 40, isso.

R - Das quais 11 apresentaram todos.

P - 11 viraram cinco projetos.

R - 11 apresentaram estudos...

Não, não. 11 apresentaram projetos.

P - Tá.

R - Só que a Prefeitura só por bem... Usou para o processo dela cinco estudos que...

P - Pois é. Resultou em cinco, não mudou...

R - ... Que o julgamento da Prefeitura...

P - ... O filtro final de são cinco da inicial.

R - Não, mas... Por quê? O senhor teve acesso aos projetos?

P - Está tudo aqui, estão todos eles, estão todos entregues aí conosco.

R - O da GE, só pelo tamanho da pasta, já desde que não está.

P - está aqui. Não, ele está aqui em cima.

R - Ah, pois não, pois não.

P - Só para o senhor entender: estamos trabalhando com cópia de inteiro teor, capa a capa, de todos os projetos. Aqui eu requisitei todos. Vieram, da inicial...

R - Tá.

P - Da inicial, do primeiro. Por isso, porque será objeto da discussão que pretendemos fazer na Justiça: por que que não havia o estudo básico - primeiro questionamento -, por que que não havia um projeto básico, estudo contratado por parte da Prefeitura, quando ela exige isso em todos os outros processos?

R - Presidente, posso fazer uma...

P - Você entendeu, Rodrigo?

- Conversas fora do microfone.

R - Presidente,...

P - Basta até a General, se vier - só para concluir -, se ela vier a vencer a licitação, há de colocar uma, no mínimo, dúvida. Essa dúvida será dirimida pelo Judiciário, passo a passo, junto com o Ministério Público, nós aqui, e ouvindo as partes outras, algumas outras que vou chamar, que chamaremos, e que vou me reservar para chamar no momento oportuno.

R - Certo.

P - Então, quando digo que essa precaução, por parte da Prefeitura, de um processo diferenciado, de que não ocorre, e que por ele suscita dúvidas; que aí, quando pergunto da governança, senão preocupa a senhora, Sra. Adriana, é a seguinte: não é só para... Por que isso vai refletir na General Electric? Que a CPI, esta Comissão, ela não para. Vamos apresentar aqui e aos acionistas, dizer do comportamento de vocês, como é que... E, único caso, só a General Electric nesse comportamento, também fez andar um processo interno aqui. As consequências não serão só aqui. Nós tomamos a iniciativa, e também junto aos seus acionistas. Nós não vamos parar aqui. Nosso alcance não para aqui, da nossa preocupação comportamental de V.Sas. Por isso que estou dizendo: aquilo que você menciona e o diálogo aqui estabelecido, e a nossa visão será externada. Nós daremos, eu darei provimento àquilo que estou mencionando aqui. Não vai parar aqui só nas atitudes judiciais que, legais aqui. Nós vamos também aos acionistas, olha, aos principais... "Há um comportamento aqui...". Se necessário, na General Electric mundial, aos acionistas principais, e dizer: "Olha, isso aqui não é... é atípico". Nós vamos fazer essas ponderações. Estou dizendo para o senhor porque as coisas que fazemos não são ameaça, é um comportamento público que entendemos que devam ser feitos. É por isso que tão perguntando da governança e os senhores estão dizendo "é isso". Aí eu pergunto da empresa e, olha, vocês não respondem...

A SRA. ADRIANA MACHADO - (Manifestação fora do microfone) - É, tem de esclarecer.

P - A fita e a oitiva de vocês servirão de subsídios; da fala de vocês aqui, no encaminhamento aos acionistas, da forma e comportamento que vocês estão tendo aqui. Porque estou dizendo para vocês o seguinte... "não, nós escolhemos". Eu pergunto o critério. Não, vocês, aí, não observam. Eu estou dizendo: "é dos jornais". Ou não; "era um critério de vocês"; "é a sentença transitado no Supremo". A forma como estamos dialogando aqui, e a forma de transparência, e quando se fala em governança e *compliance*, compromisso, é o compromisso que não é só na contratação e na formação de aliança, Rodrigo. É para o senhor entender, é que... Eu vou dar a palavra para vocês e, se se deseja encerrar, dos encerrar que temos outros, e temos neste recinto outras. Se vocês desejarem e se tiverem interesse em se manifestar junto a essa Comissão, Adriana, a senhora que é responsável de relações institucionais, se deseja fazer reparo junto, e isso com aquele que lhes falou aqui, faça por escrito a mim e a todos os membros desta Comissão. Pode querer dizer o seguinte: "olha, não foi bem aquilo". Peça as Notas Taquigráficas, aquilo que a senhora externou, para que não venha amanhã a se atrapalhar no futuro de vocês, que nós não vamos parar. De ofício, tenho a

obrigação de dar provimento àquilo que falo, e o farei. Então a senhora tem a oportunidade. Se quiser falar nesta Comissão novamente e demandas houver, é bom que assim seja. Não está imune o seu Presidente junto, nem o seu Presidente mundial, junto aos acionistas. Então é para que os senhores entendam: esta Comissão é uma Comissão simples, mas, o momento que este País atravessa requer cuidados a todo instante. Então peço aos senhores, se preferirem, em vez de concluir, com mais raciocínio enviar uma carta para nós, dizendo: "olha, sobre a análise do processo, vamos considerar, analisando o processo, o que for, o que ocorreu", eu entenderia como prudente. Tudo aquilo que externa e fala fica nas Notas Taquigráficas e não volto ao. É por isso que falo: contenha-se. A senhora agora está entendendo aonde é que vou. Então se o senhor deseja falar para encerrar, eu permito. A senhora, a mesma coisa. Se não, podem fazer por escrito junto à Comissão, inclusive com análise, com calma. Requistem as cópias, fala em; se quiserem documentos, os documentos que esta Comissão tem são públicos; é a cópia de inteiro teor de todos os processos - todos, inclusive o de vocês, de todos - que estão acostados aqui na Comissão, para que estudemos e estamos estudando cada, o que faremos no todo do processo. Servirão de subsídio para as ações nossas.

Então o senhor deseja falar, Rodrigo? Por favor.

R - Presidente

O SR. RICARDO NUNES - Presidente, só para... Pronunciamento dos Vereadores? Vereador não pode falar mais?

P - Pode. É que V.Exa. Não pediu questão de ordem. Vou ouvi-lo agora.

O SR. RODRIGO MARTINS - Presidente, acho louvável atitude da Câmara aqui dos Vereadores para verificar, fazer qualquer cheques. Tenho certeza absoluta: todo processo que fizemos foi absolutamente transparente. A GE é uma empresa que trabalha dessa forma. Estamos à disposição para qualquer esclarecimento, não só hoje aqui, como posteriormente. E temos certeza de que o processo foi bem feito, bem conduzido, de forma transparente, pública, em que todos tiveram essas mesmas oportunidades.

Só outro ponto, Presidente, em relação ao estudo da Prefeitura. Esse estudo foi totalmente financiado por todas as empresas que participaram. Então a Prefeitura não gastou...

P - É aí que mora o problema.

R - Eu acho... Aí é obviamente a minha opinião. No lugar dela (?), acho: por que que eu vou ter que...

P - Por que que ela não faz isso em obras?

R - Poderia.

P - Por que que ela não faz no serviço...(ininteligível)...

R - Não vejo por quê.

P - ... Profissionalizado.

R - Outra coisa também, só outro detalhe, Presidente, que acho que essa PPP de São Paulo tem que sair na melhor forma possível, da forma mais transparente porque não só o Brasil inteiro, mas a América Latina inteira está olhando para cá. Está servindo... O senhor sabe que agora, dia primeiro de janeiro de 2015, muda a legislação, que passa ao Poder Público Municipal a responsabilidade pela iluminação pública, não é? Então todas as outras cidades, os 5.700 municípios do Brasil estão olhando para este município nosso aqui de São Paulo para ver qual vai ser o melhor processo possível.

E, de novo, estamos abertos a qualquer esclarecimento.

P - Adriana, a senhora deseja falar mais?

A SRA. ADRIANA MACHADO - Não. Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui e dizer que realmente fazemos questão que esse processo seja investigado por vocês e que não tenha dúvidas da lisura do processo; e colocar, de novo: não houve intenção nenhuma da GE de vender nenhum produto naquele momento; nós participamos do processo como qualquer outra empresa, como todas as outras que apresentaram a sua manifestação, depois de estudos internos, de aliança com parceiros, para que possamos de fato esse é uma solução que seja boa para cidade de São Paulo. Achamos que São Paulo merece tecnologia e

inovação para solucionar os seus desafios.

P - Antes do encerramento, liberar o nobre Vereador Ricardo Nunes, que deseja se manifestar. Algum outro Vereador deseja manifestar-se? (Pausa) não.

Vereador Ricardo Nunes, tem V.Exa. a palavra.

O SR. RICARDO NUNES - Obrigado, Presidente. É rapidinho. Só uma questão, aproveitando a presença da senhora Adriana, que é Vice-Presidente de Relações Governamentais da GE, uma Executiva de importância da Companhia - não é? - bem como o Sr. Rodrigo e os outros. Mas dizer que todo esse processo, quando ele se agilizou muito na Prefeitura, acho que temos é que elogiar, temos é que pegar isso e que os outros sejam assim, não é?

Agora uma coisa, Sra. Adriana e Sr. Rodrigo, que acho que é importante aí é que a Comissão é acompanhar muito de perto: é a proposta que vocês vão apresentar. Acho que o grande ganho da Cidade é se vocês pegarem e derem 80% de desconto, 70%, 60%, quanto mais desconto, não é? Então acho que uma coisa que poderia falar agora é que vocês se empenhassem bastante para diminuir bastante o custo. Preocupou-me vocês falarem que a PPP é um formato novo para a GE. Para mim.

R - Aqui no Brasil.

A SRA. ADRIANA MACHADO - No Brasil.

P - No Brasil. GE não têm prática em iluminação de serviço, só de venda do negócio. É uma coisa que vocês falaram que me preocupou. Mas tudo bem. Só queria deixar esse recado. Acho que vocês têm de se empenhar muito para poder dar o melhor preço para a cidade de São Paulo. Isso aí acha que é o fundamental. Se vocês ganharem, se por acaso ganharem essa concorrência com o preço lá em cima aí evidentemente nós vamos ter de fazer um trabalho aqui muito... Porque aí realmente pode ser que alguma coisa tenha relação com tanta agilidade. Agora, se vocês derem um preço muito baixo, bom para a Cidade, acho que supera tudo.

R - Vereador, só dois esclarecimentos rapidamente. PPP, no Brasil, nós não fizemos, mesmo porque a Lei de PPP no Brasil foi aprovada há pouco tempo. Ela não tem tanta experiência assim. Fora do Brasil, sim, nós temos a PPP.

O aspecto de manutenção em serviços é que nós podemos fazer, sem dúvida nenhuma. Só que por que reinventar a roda, se eu posso usar essa expressão, se temos um excelente parceiro, que inclusive opera um centro operacional muito bem feito? Então buscamos no cercar de pessoas ou de empresas e já soubesse fazer o que precisamos, da melhor forma possível. Então por isso que nós trouxemos. Poderíamos fazer a instalação e manutenção? Tem problema nenhum. A Citeluz poderia fazer melhor do que nós? Sim. E, por isso, escolhemos eles.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Com muito ainda a esclarecer, mas vamos encerrar, desta manhã, o trabalho da Subcomissão. Agradecendo presença de todos os senhores e aqui estiveram. Peço desculpas se, em algum momento, algum membro e eu, desta Comissão, nos exaltamos, mas é da natureza dos nossos trabalhos. Assim, ficam os senhores dispensados e dou por concluídos os trabalhos da Subcomissão na manhã de hoje.

Tenham as senhoras e os senhores um bom dia.

Está encerrado o trabalho da Subcomissão de iluminação pública.

R - Obrigado.

A SRA. ADRIANA MACHADO - Obrigada. Um bom dia também.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

139
3701
19
Câmara Municipal de São Paulo
Rua do Carmo, 150 - São Paulo - SP

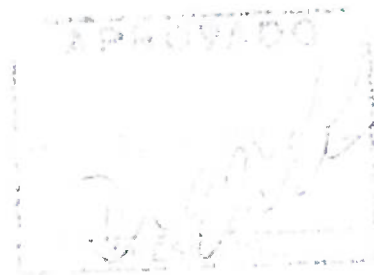
À
Comissão de Finanças e Orçamento

REQUERIMENTO Nº 20/2014

Considerando que atualmente encontra-se em consulta pública o Edital e Anexos da PPP – Parceria Público Privada, divulgados no site da **SP Negócios**, para concessão do serviço de iluminação pública de São Paulo, requeiro, na forma regimental, a aprovação da realização de **audiências públicas** nas 32 (trinta e duas) Subprefeituras da Cidade de São Paulo, com a finalidade de ouvir a população sobre este importante projeto que visa delegar pelos próximos 24 (vinte e quatro anos) o Serviço de Iluminação para a iniciativa privada.

São Paulo/SP, 19 de novembro de 2014.


Milton Leite da Silva
Vereador





CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

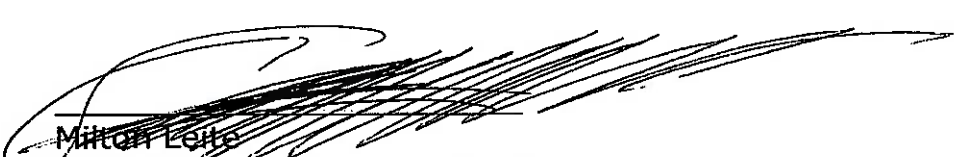
Processo nº 140
nº 37.01
1970 19
Caio César Rodrigues
Nº 13.287-508-12

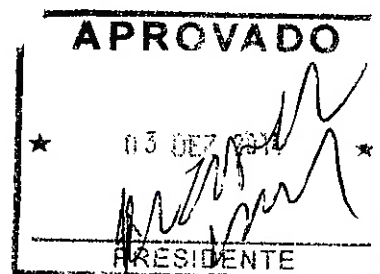
À
Comissão de Finanças e Orçamento

REQUERIMENTO nº 87/2014

Requeiro, na forma regimental, que seja oficiado o Ilmo. Sr. **WILSON MARTINS POIT**, diretor-presidente da empresa **SP NEGÓCIOS**, sociedade de economia mista e Ilmo. Sr. **PEDRO SIMÃO**, **Secretário Municipal de Serviços**, para que prorroque a Consulta Pública do Edital de PPP – Iluminação Pública de São Paulo, que está em consulta pública até o dia 24/11/2014 ou suspenda a publicação do Edital e a divulgação da data do certame até que a Subcomissão para Avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito desta Comissão, possa realizar as 32 (trinta e duas) audiências públicas em cada Subprefeitura da Cidade, a fim de ouvir a população sobre o projeto de PPP que tem por objeto a concessão da iluminação pública de São Paulo à iniciativa privada pelos próximos 24 (vinte e quatro) anos.

São Paulo/SP, 18 de novembro de 2014.


Milton Leite
Presidente da Subcomissão de
Estudos do Serviço de Iluminação
Pública de São Paulo.





CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Folha nº 141
nº 37-07 de 19
Celo César Rodrigues
RF 11.267 - SGP-12

São Paulo, 11 de março de 2015.

OF-SGP12

68/2015

Senhor Prefeito,

COM

Em atenção ao deliberado pela Douta Comissão de Finanças e Orçamento, encaminho a Vossa Excelência requerimento de autoria do Vereador **Milton Leite**, aprovado na reunião de 03/12/2014, pelo qual solicita providências à São Paulo Negócios.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria dessa Comissão.


ANTONIO DONATO
Presidente

Anexo: cópia do requerimento citado.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Fernando Haddad
Digníssimo Prefeito da Cidade de São Paulo

S.C.M. - A 11
13 MAR 2015
RECEBIDO
Albertina Florentino de Souza
RF: 793.092.5
SGM/ATL

Fls. do Livro de Atas

Folha nº 142
nº 37-01 de 19

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
(CONSTITUÍDA NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO) NO ANO DE
DOIS MIL E QUINZE, TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA
LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.**

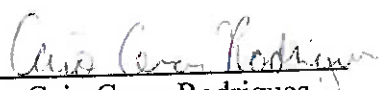
Aos onze dias do mês de março de 2015, às dez horas e quarenta e dois minutos, no Auditório Prestes Maia, 1º andar, reuniu-se a Subcomissão de Iluminação Pública sob a presidência do Vereador Milton Leite e com a presença dos vereadores membros Adilson Amadeu, Aurélio Nomura e Paulo Fiorilo. Foi incluído na pauta requerimento do Vereador Milton Leite solicitando informações à Secretaria Municipal de Serviços, o qual foi aprovado. Após, foram estabelecidas as datas de duas audiências públicas regionais: uma, aos 26/03/2015, na zona sul, e outra, aos 16/04/2015, na zona leste; os locais e autoridades convidadas serão especificados oportunamente. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. Para constar, nós, Caio Cesar Rodrigues e Danilo Nunes da Silva, secretariamos os trabalhos e lavramos a presente ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos e por nós subscrita.

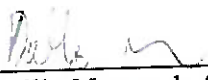
Milton Leite

Adilson Amadeu

Aurélio Nomura

Paulo Fiorilo


Caio Cesar Rodrigues
Secretário


Danilo Nunes da Silva
Secretário

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
DE 21 / 4 / 2015
Pág. 73 Col. 7
Conferido

Danilo Nunes da Silva
Técnico Administrativo
RFB 1213



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Comissão de Finanças e Orçamento

Processo nº 143 de 1999
nº 37-01 de 2019
Caio César Rodrigues
RF 11.287 - SOP-12

Lista de Presença

1ª Reunião Ordinária da Subcomissão da Iluminação Pública de 2015

Data da Reunião: 11/03/2015 - Horário: 10:30 - Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Ver. ABOU ANNI (PV)

Ver. ADILSON AMADEU (PTB)

Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)

Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)

Ver. PAULO FIORILO (PT)

Ver. RICARDO NUNES (PMDB)

À Presidência da Mesa, em cumprimento ao disposto no artigo 2º, parágrafos 1º e 2º, do Ato 654/99.

Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)

PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA



CÂMARA MUNICIPAL DE

SÃO PAULO

Protocolo nº 144
nº 37-01
19
Celo César Rodrigues
RF 11.287 - SGP-12

Ao

Ilmo. Sr. Presidente da

Subcomissão de Estudos do Serviço de Iluminação Pública

REQUERIMENTO nº 4/2015

Requeiro, na forma regimental, que seja oficiado o ILMO. **Sr. Simão Pedro Chiovetti, Secretário da Secretaria Municipal de Serviços – ILUME – Departamento de Iluminação Pública**, para enviar a esta Subcomissão as informações e considerações, nos termos a seguir exarados:

O presente requerimento tem por objetivo averiguar a regularidade de procedimentos e responsabilidades no processo em curso para a concessão administrativa por meio de uma PPP dos serviços de iluminação pública do Município de São Paulo.

Outrossim, verificando-se que o Decreto nº 45.683/85 atribui a esta D. Secretaria a responsabilidade da iluminação pública da Cidade, mister se faz a adoção de medidas para prevenir danos maiores à Municipalidade, validar a economicidade de uma PPP para a iluminação pública frente a uma contratação convencional e verificar se as atribuições e responsabilidades estão sendo respeitadas em todo esse processo.

E nisso, considerando que, tanto os membros da Comissão Especial de Avaliação, instituída pela Portaria 104/SES/2013, tanto, os do Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público – Privadas – PPP, não são especialistas torna-se necessário essa Pasta fornecer a relação de todos os profissionais envolvidos na elaboração dos elementos jurídicos, técnicos e econômicos, contendo:



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Protocolo 145
nº 37-01
Data 19/03/15
Celo Cesar Rodrigues
Nº 1127-50412

1. As formações profissionais;
2. As experiências profissionais anteriores;
3. Especificar que partes e responsabilidade dos trabalhos estão desenvolvendo;
4. Os RF's;
5. Caso haja profissionais terceirizados, indicar a forma de vínculo com a PMSP;
6. Local de desenvolvimento desses trabalhos.

Desde já, em prol da PMSP, esta Subcomissão expõe o seu interesse em debater estes aspectos associados a essa PPP de grande importância para o futuro da nossa cidade.

Dados: **SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS - ILUME - DEPARTAMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.**

Endereço: Rua Libero Badaró, 425, 27º e 34º andar

CEP - 01009-905 - Centro - São Paulo

Telefone: (11) 2075-7240

○ São Paulo/SP, 10 de março de 2015.

Milton Leite
Vereador





CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

146
37-07
19

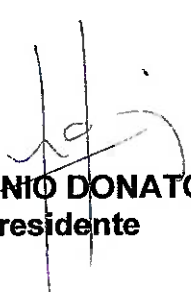
São Paulo, 11 de março de 2015.

OF-SGP12
71/2015
Senhor Prefeito,

CÓPIA

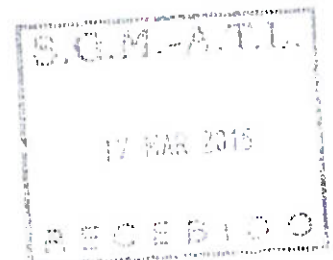
Em atenção ao deliberado pela Douta Subcomissão da Iluminação Pública, encaminho a Vossa Excelência requerimento de autoria do Vereador **Milton Leite**, aprovado na reunião de 11/03/2015, pelo qual solicita informações à Secretaria de Serviços.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria dessa Comissão.


ANTONIO DONATO
Presidente

Anexo: cópia do requerimento citado.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Fernando Haddad
Digníssimo Prefeito da Cidade de São Paulo



Assinatura do Senhor
Doutor Fernando Haddad
Dm



Prefeitura do Município de São Paulo

São Paulo, 30 de abril de 2015.

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. I. L. nº 205/15-C

Ref.: Ofício SGP-12 nº 71/2015

147
nº 37-07
19
Caio César Rodrigues
RF 11.281.003-12

DOCREC

375/2015

Senhor Presidente

Reportando-me ao ofício acima referenciado, em atenção ao requerimento de autoria do Vereador Milton Leite, deliberado pela Subcomissão da Iluminação Pública, encaminho a essa Presidência cópia da resposta oferecida pela Secretaria Municipal de Serviços, consultada a SP Negócios, relativa ao andamento da proposta de parceria público-privada para os serviços de iluminação pública.

Na oportunidade, renovo a essa Presidência meus protestos de apreço e consideração.

FRANCISCO MACENA DA SILVA
Secretário do Governo Municipal

Ao

Excelentíssimo Senhor

ANTONIO DONATO

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

São Paulo, 09 de abril de 2015.

Ofício nº 195/2015 - SPN

Ref: Ofício 157/2015 – SES-G

148
37-01
19
Celo Carreira

Exmo. Sr. Secretário Adjunto,

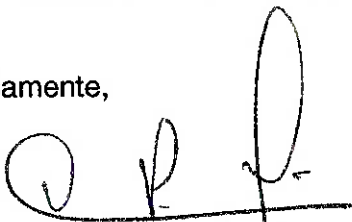
CÓPIA

Em atenção ao Ofício em epígrafe, por meio do qual essa Secretaria solicita o pronunciamento da SP Negócios sobre o requerimento encaminhado pela d. Subcomissão de Estudos do Serviço de Iluminação Pública da Câmara Municipal de São Paulo, informamos que, em consonância com o princípio da impessoalidade e tendo em vista a corria do órgão que rege a Administração Pública direta e indireta, alinhamo-nos no sentido de evitar personalizar os projetos realizados sob a responsabilidade da Administração Municipal. Em razão disso, e em resposta ao mencionado requerimento, indicamos abaixo os órgãos e as entidade que participaram diretamente do planejamento e da estruturação do projeto de parceria público-privada (PPP) destinado à modernização, otimização, expansão, operação, manutenção e controle remoto e em tempo real da infraestrutura da rede de iluminação pública de São Paulo:

- a) Secretaria Municipal de Serviços – SES;
- b) Departamento de Iluminação Pública – Ilume;
- c) São Paulo Negócios S.A. – SPN;
- d) Secretaria do Governo Municipal;
- e) Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico;
- f) Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (atual Secretaria de Gestão); e
- g) Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos.

Na oportunidade, renovamos os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Rodrigo Pirajá Wienskosi
Diretor

Fernando de Paiva Pieroni
Diretor

Ao
Exmo. Sr.
Renato Afonso Gonçalves
DD. Secretário Adjunto
Secretaria Municipal de Serviços
Rua Líbero Badaró 425, 34º andar
Centro – São Paulo - SP



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

SERVIÇOS

Fls. 02

32

2014-0.262.468-0

Fls. 02

Do ofício 195/2015-SPN

13/04/15

Ref: Ofício 157/2015-SES-G

CÓPIA

149

37-01

19

Calo César Rodrigues

RE 11.267.000.12

SES - G/AJ

Senhora Procuradora Assessora Especial

Encaminhamos o presente, por distribuição especial,
para análise e demais providências.

13/04/15

RENATO AFONSO GONÇALVES
Secretário Adjunto
Secretaria Municipal de Serviços

Do Processo nº2014-0.261.468-0 em 13.04.2015

INTERESSADO: Secretaria de Governo Municipal - SGM-ATL.

ASSUNTO: Ofício-SGP12 71/2015 - Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo - Requerimento nº 01/2015 de autoria do Vereador **Milton Leite**, aprovado na reunião de 11.03.2015, pelo qual solicita informações a respeito da PPP dos serviços de Iluminação Pública do Município de São Paulo.

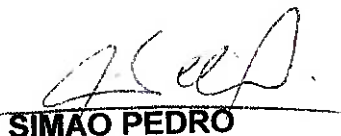
SGM-ATL

Senhora Assessora Especial,

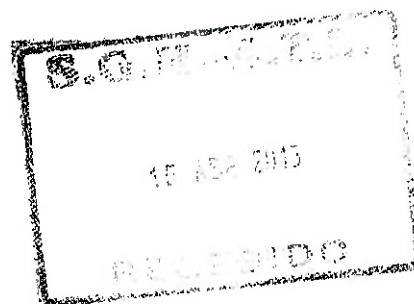
CÓPIA

Em atenção ao Ofício em referência, encaminhamos às fls. retro a resposta ofertada pela **SP NEGÓCIOS** quanto ao questionado pelo Nobre Vereador.

13.04.2015


SIMÃO PEDRO

Secretário Municipal de Serviços





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
SUBCOMISSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

151
37-01
19
Celo César Rodrigues
RE 11.287 - SC-2-12

São Paulo, 18 de março de 2015.

Ofício Sub-Iluminação nº 001/15

CÓPIA

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Subcomissão para Avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, e após consulta prévia de disponibilidade, solicito a V. Sa. a reserva do auditório da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo, para a realização de Audiência Pública, por parte desta Subcomissão, para tratar do futuro edital de Parceria Público-Privada que tem por objeto a iluminação pública da Cidade.

A audiência pública será realizada em **26 de março** do corrente, **das 10h00 às 13h00**.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria desta Comissão.

Vereador Milton Leite

Presidente da Subcomissão da Iluminação Pública

Ao Ilmo. Sr.

Paulo Henrique Godoy Marinheiro

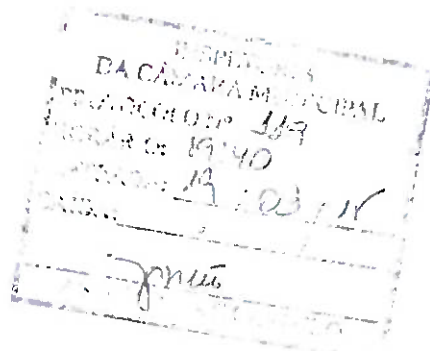
Presidente da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo

Rua Peixe Vivo, nº 155, Jardim Santa Helena

CEP 04772-100

Fone: 99283-3784

20/03/15





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
SUBCOMISSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

152
37-07
19
Celo Celestino Batalha
18 de março de 2015

São Paulo, 18 de março de 2015.

Ofício Sub-Iluminação nº 002/15

CÓPIA

Senhor Secretário,

Na qualidade de Presidente da Subcomissão para Avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, convido V. Exa, na condição de integrante do Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas de que trata o art. 11 da Lei Municipal nº 14.517/2007 (Institui o programa de Parcerias Público-Privadas) a comparecer à Audiência Pública que esta Subcomissão realizará em **26 de março**, às **10 horas**, para prestar esclarecimentos sobre o futuro edital de Parceria Público-Privada que tem por objeto a iluminação pública da Cidade.

A referida audiência ocorrerá na Associação Desportiva Cultural Eletropaulo, situada na Rua Peixe Vivo, nº 155, Jardim Santa Helena.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria desta Comissão.

Versador Milton Leite

Presidente da Subcomissão da Iluminação Pública

Ao Exmo. Sr.

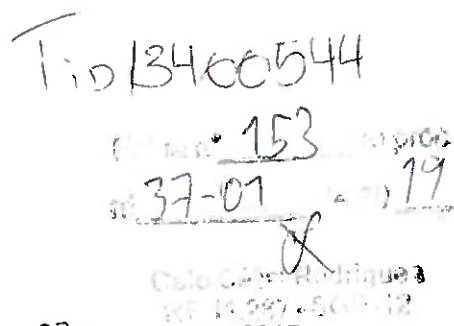
FRANCISCO MACENA

Secretário do Governo Municipal

Viaduto do Chá, 15, 5º andar – Centro

Fone: 3113-8426 / 8427

Email: celestebatalha@prefeitura.sp.gov.br



Oficio n° 677 /2015-SGM/GAB

Ref : Ofício Sub-Iluminação nº 002/15

Senhor Vereador

Acuso o recebimento do Ofício em epígrafe e sirvo-me do presente para informar a Vossa Excelência que, infelizmente, em razão de compromissos inadiáveis, estarei impossibilitado de atender ao convite para participar da reunião agendada para o próximo dia 26 de março, com o intuito de prestar esclarecimentos acerca do futuro edital de Parceria Público-Privada que tem por objeto a iluminação pública da Cidade.

No aguardo da compreensão de Vossa Excelência, coloco-me à disposição para eventual futura renovação do convite em questão.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de consideração e respeito.

FRANCISCO MACENA DA SILVA
Secretário do Governo Municipal

Excelentíssimo Senhor
MILTON LEITE
Vereador
Câmara Municipal de São Paulo
Viaduto Jacareí, 100 – 2º andar – sala 213-A
01319-00 – São Paulo - SP

SRA/cvab

Secretaria do Governo Municipal
Viaduto do Chá nº 15 – 5º andar – Edifício Matarazzo – Centro
01002-900 – São Paulo – SP Fone: (11) 3113-8330



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
SUBCOMISSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

TID 13387848

Protocolo nº 154
nº 37-01 - 19
Cidade de São Paulo
11.200 - 000 12

São Paulo, 18 de março de 2015.

Ofício Sub-Iluminação nº 003/15

CÓPIA

Senhor Secretário,

Na qualidade de Presidente da Subcomissão para Avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, convido V. Exa, na condição de integrante do Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas de que trata o art. 11 da Lei Municipal nº 14.517/2007 (Institui o programa de Parcerias Público-Privadas) a comparecer à Audiência Pública que esta Subcomissão realizará em **26 de março**, às **10 horas**, para prestar esclarecimentos sobre o futuro edital de Parceria Público-Privada que tem por objeto a iluminação pública da Cidade.

A referida audiência ocorrerá na Associação Desportiva Cultural Eletropaulo, situada na Rua Peixe Vivo, nº 155, Jardim Santa Helena.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria desta Comissão.

Vereador Milton Leite

Presidente da Subcomissão da Iluminação Pública

Ao Exmo. Sr.

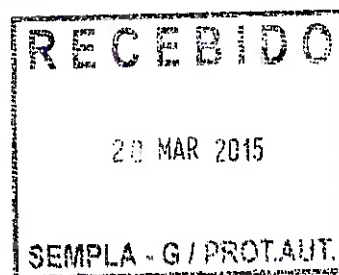
VALTER CORREIA DA SILVA

Secretário Municipal de Gestão

Viaduto do Chá, 15 – 9º andar – Centro

Tel: 3113-8142 / 8143 / 9366

E-mail: ebcuri@prefeitura.sp.gov.br





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
SUBCOMISSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Processo nº 155
37-07
19
Pelo Conselho Municipal de
11.251.501-12

São Paulo, 18 de março de 2015.

Ofício Sub-Iluminação nº 004/15

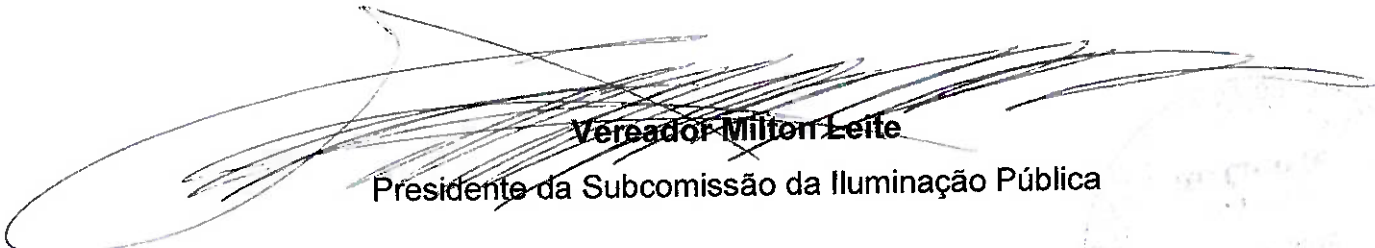
CÓPIA

Senhor Secretário,

Na qualidade de Presidente da Subcomissão para Avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, convido V. Exa, na condição de integrante do Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas de que trata o art. 11 da Lei Municipal nº 14.517/2007 (Institui o programa de Parcerias Público-Privadas) a comparecer à Audiência Pública que esta Subcomissão realizará em **26 de março**, às **10 horas**, para prestar esclarecimentos sobre o futuro edital de Parceria Público-Privada que tem por objeto a iluminação pública da Cidade.

A referida audiência ocorrerá na Associação Desportiva Cultural Eletropaulo, situada na Rua Peixe Vivo, nº 155, Jardim Santa Helena.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria desta Comissão.


Vereador Milton Leite

Presidente da Subcomissão da Iluminação Pública

Ao Exmo. Sr.

MARCOS DE BARROS CRUZ

Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico

Viaduto do Chá, 15 – 12º andar – Centro

Fone: 3113.9496 Fax: 3113.9503

Email: gabsf@prefeitura.sp.gov.br

São Paulo, 25 de março de 2015.

OFÍCIO GABSF nº. 388/2015

Referência: Ofício Sub-Iluminação nº 004/15

Senhor Presidente,

Com os nossos respeitosos cumprimentos, servimo-nos do presente para agradecer o convite para a Audiência Pública para prestar esclarecimentos sobre o futuro edital de Parceria Público-Privada que tem por objeto a iluminação pública da Cidade. No entanto, o Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico não poderá comparecer.

Aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.


KÉLVIA FROYA DE ALBUQUERQUE
Chefe de Gabinete
Secretaria Municipal de Finanças e
Desenvolvimento Econômico

Senhor Vereador
Presidente da Subcomissão da Iluminação Pública
MILTON LEITE
Viaduto Jacareí, 100 – 2º andar, sala 213-A
Centro - São Paulo - SP



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
SUBCOMISSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

T/D 13387851

157
37-07
19
Celo César Rodrigues
11.281.500-12

São Paulo, 18 de março de 2015.

Ofício Sub-Iluminação nº 005/15

CÓPIA

Senhor Secretário,

Na qualidade de Presidente da Subcomissão para Avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, convido V. Exa. na condição de integrante do Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas de que trata o art. 11 da Lei Municipal nº 14.517/2007 (Institui o programa de Parcerias Público-Privadas) a comparecer à Audiência Pública que esta Subcomissão realizará em **26 de março**, às **10 horas**, para prestar esclarecimentos sobre o futuro edital de Parceria Público-Privada que tem por objeto a iluminação pública da Cidade.

A referida audiência ocorrerá na Associação Desportiva Cultural Eletropaulo, situada na Rua Peixe Vivo, nº 155, Jardim Santa Helena.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria desta Comissão.

Vereador Milton Leite

Presidente da Subcomissão da Iluminação Pública

Ao Exmo. Sr.

ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos
Viaduto do Chá, 15 - 8º andar - Centro
Tel: 3113-8614 / 8625
Email: snjgabinete@prefeitura.sp.gov.br

SNJ/GAB
2013 1 20 15
NOME
Rouquiel

Comissão de Finanças e Orçamento

De: SNJG - GABINETE [snjgabinete@PREFEITURA.SP.GOV.BR]
Enviado em: terça-feira, 24 de março de 2015 14:06
Para: Comissão de Finanças e Orçamento
Cc: Márcia Luisa Vannucci Salem
Assunto: RES: Convite para participar de Audiência Pública - PPP da Iluminação Pública - 26/3

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
PREZADO SR. CAIO

A pedido do Exmo. Sr. Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos, informamos que a Prefeitura de São Paulo será representada pela Secretaria Municipal de Serviços nesta Audiência.

Att.

Margareth Raduan
SNJ-GABINETE
e (1) 3113-8614
snjgabinete@prefeitura.sp.gov.br

De: Comissão de Finanças e Orçamento [mailto:financasorcamento@camara.sp.gov.br]
Enviada em: sexta-feira, 20 de março de 2015 12:53
Para: SNJG - GABINETE
Cc: Márcia Luisa Vannucci Salem
Assunto: Convite para participar de Audiência Pública - PPP da Iluminação Pública - 26/3

Exmo. Sr. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

De ordem do Vereador Milton Leite, Presidente da Subcomissão da Iluminação Pública, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, encaminho convite em arquivo eletrônico anexo.

O documento original foi protocolado nessa Secretaria hoje.

Atenciosamente,



Caio Cesar Rodrigues
Secretaria da Comissão de Finanças e Orçamento
Viaduto Jacareí, 100 – Sala 213-A
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01319-900
Tel.: 3396-4216

Esta mensagem, incluindo seus anexos, é confidencial e seu conteúdo é restrito ao destinatário da mensagem. Caso você a tenha recebido por engano, queira, por favor, retorná-la ao destinatário e apagá-la de seus arquivos. É expressamente proibido o uso não autorizado, replicação ou disseminação da mesma. As opiniões contidas nesta mensagem e seus anexos não necessariamente refletem a opinião do órgão emissor. Grato pela colaboração

“Esta mensagem, incluindo seus anexos, é confidencial e seu conteúdo é restrito ao destinatário da mensagem. Caso você a tenha recebido por engano, queira, por favor, retorná-la ao destinatário e apagá-la



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
SUBCOMISSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

TID 13387853

159
37-07 19

19 2015 - 01/03/12

São Paulo, 18 de março de 2015.

Ofício Sub-Iluminação nº 006/15

CÓPIA

Senhor Secretário,

Na qualidade de Presidente da Subcomissão para Avaliar o Serviço de Iluminação Pública da Cidade, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, convido V. Exa. na condição de integrante do Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas de que trata o art. 11 da Lei Municipal nº 14.517/2007 (Institui o programa de Parcerias Público-Privadas) a comparecer à Audiência Pública que esta Subcomissão realizará em **26 de março**, às **10 horas**, para prestar esclarecimentos sobre o futuro edital de Parceria Público-Privada que tem por objeto a iluminação pública da Cidade.

A referida audiência ocorrerá na Associação Desportiva Cultural Eletropaulo, situada na Rua Peixe Vivo, nº 155, Jardim Santa Helena.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria desta Comissão.

Vereador Milton Leite

Presidente da Subcomissão da Iluminação Pública

Ao Exmo. Sr.

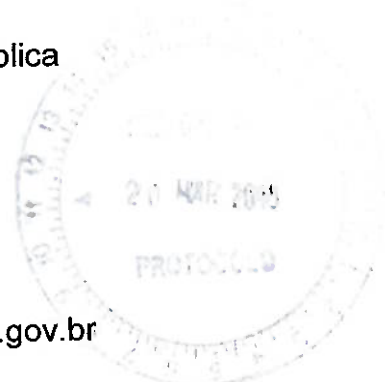
SIMÃO PEDRO CHIOVETTI

Secretário Municipal de Serviços

Rua Líbero Badaró, 425 - 34º andar - Centro

Fone: 2075-7290 / 7255 / 7280 / 7297 / 7240

Email: simaopedro@prefeitura.sp.gov.br; abelizario@prefeitura.sp.gov.br



160
37-07, 19

Comissão de Finanças e Orçamento

De: Ana Regina de Luna [reginaluna@PREFEITURA.SP.GOV.BR]
Enviado em: quarta-feira, 25 de março de 2015 18:10
Para: Comissão de Finanças e Orçamento
Assunto: RES: Convite para participar de Audiência Pública - PPP da Iluminação Pública - 26/3

Senhor Caio boa tarde

Informo que o Sr. Renato Afonso Gonçalves - Secretário Municipal de Serviços - Substituto, participará da Audiência Pública da Subcomissão da Iluminação Pública.
Grata.

Regina Luna
SES-GAB
2075-7297

De: Comissão de Finanças e Orçamento [mailto:financasorcamento@camara.sp.gov.br]
Enviada em: quarta-feira, 25 de março de 2015 17:53
Para: Ana Regina de Luna
Assunto: ENC: Convite para participar de Audiência Pública - PPP da Iluminação Pública - 26/3

Sra. Regina

Encaminho em arquivo anexo cópia do convite endereçado ao Exmo. Sr. Simão Pedro, Secretário Municipal de Serviços, para participar de audiência pública.

Atenciosamente,



Caio Cesar Rodrigues
Secretaria da Comissão de Finanças e Orçamento
Viaduto Jacareí, 100 – Sala 213-A
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01319-900
Tel.: 3396-4216

De: Comissão de Finanças e Orçamento
Enviada em: sexta-feira, 20 de março de 2015 12:54
Para: 'simaopedro@prefeitura.sp.gov.br'; 'abelizario@prefeitura.sp.gov.br'
Cc: Márcia Luisa Vannucci Salem (marcialuisa@camara.sp.gov.br)
Assunto: Convite para participar de Audiência Pública - PPP da Iluminação Pública - 26/3

Exmo. Sr. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI
Secretário Municipal de Serviços

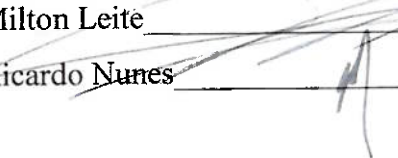
De ordem do Vereador Milton Leite, Presidente da Subcomissão da Iluminação Pública, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, encaminho convite em arquivo eletrônico anexo.

O documento original foi protocolado nessa Secretaria hoje.

Atenciosamente,

ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SUBCOMISSÃO PARA AVALIAR O SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE DE SÃO PAULO, CONSTITUÍDA NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO NO ANO DE DOIS MIL E QUINZE – TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e quinze, às dez horas e dez minutos, na Associação Desportiva Cultural Eletropaulo, situada na Rua Peixe Vivo, nº 155, Jardim Santa Helena, reuniu-se a Subcomissão sob a presidência do Vereador Milton Leite e com a presença do vereador membro Ricardo Nunes. O Presidente informou que a audiência fora convocada para abrir o debate com a população sobre o futuro edital de Parceria Público-Privada que tem por objeto a iluminação pública da Cidade de São Paulo. Abertos os trabalhos, o Vereador Milton Leite convidou a fazer parte da mesa os representantes do governo Renato Afonso Gonçalves (da Secretaria Municipal de Serviços) e José Alberto Serra Almeida (Diretor do ILUME). Após ser dada a palavra aos membros da mesa e depois de feita a explanação acerca do projeto da PPP, foram abertas as inscrições para manifestações do público presente. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos às doze horas e trinta e cinco minutos. Para constar, nós, Fábio de Castro Paiva e Vinícius Moreira do Nascimento, Secretariamos os trabalhos e lavramos a presente ata que, lida e aprovada, segue assinada pelos vereadores presentes e por nós subscrita.

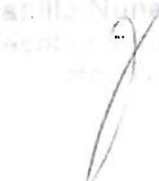

Milton Leite
Ricardo Nunes
Fábio de Castro Paiva
Secretário
Vinícius Moreira do Nascimento
Secretário

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

DE 21 / 3 / 2015

Pág. 78 Col. 2

Conferido _____


Darlito Nunes da Silva
Téc. de Apoio Administrativo



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Comissão de Finanças e Orçamento

Lista de Presença

1ª Audiência Pública da Subcomissão de Iluminação Pública

Data da Reunião: 26/03/2015 - Horário: 10:00 - Local: ADC Eletropaulo - Rua Peixe Vivo, nº 155 - Jardim Santa Helena

Ver. ABOU ANNI (PV)

Ver. ADILSON AMADEU (PTB)

Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)

Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)

Ver. OTA (PROS)

Ver. PAULO FIORILO (PT)

Ver. RICARDO NUNES (PMDB)

À Presidência da Mesa, em cumprimento ao disposto no artigo 2º, parágrafos 1º e 2º, do Ato 654/99.

Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)

PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

Processo nº 163
nº 37-01 de 2019
Celo César Rodrigues
RG 11.257.508-12

SUBCOMISSÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA - FINANÇAS

PRESIDENTE: MILTON LEITE
TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 26-03-15

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com a presença do nobre Vereador Ricardo Nunes e deste Vereador, na qualidade de presidente da Subcomissão para avaliar os serviços de iluminação pública da Cidade de São Paulo, constituída no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo, declaro abertos os trabalhos da primeira audiência pública do ano de 2015.

Informo que a reunião está sendo transmitida pela internet, no portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, links Auditórios On-Line.

A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara www.camara.sp.gov.br, links Auditórios audiências públicas registro escrito.

Esta audiência está sendo realizada com a finalidade de discutir o futuro edital de parceria pública privada que tem por objetivo a iluminação pública da Cidade de São Paulo.

Foram convidados: Sr. Francisco Macena. Indago se está presente. (Pausa) Não! Simão Pedro, que enviou os Srs. Renato Afonso, Secretário Adjunto e José Alberto, Diretor de Iluminação Pública; Valter Correa, Secretário Municipal de Gestão. Ausente; Marcos Cruz, Secretário de Finanças. Indago se está presente. (Pausa) Não! Mandou representante? Não! Secretário Robinson Sakiyama Barrerinhas, Secretário Municipal de Negócios Jurídicos. Ausente. Serão convocados, na Câmara, porque não vieram.

O que trataremos nesta audiência pública? O que será feita a iluminação? O que é parceria público privada? Faze um prévio arrazoado. Aos senhores membros do Governo vão explicar como estão às coisas e que estamos fazendo aqui.

A Prefeitura do Município de São Paulo, por meio das Secretarias de Serviços, irá fazer uma parceria público privado. O que é isso? Ela pega uma parte de uma empresa, em parceria com o governo, para trocar as lâmpadas da Cidade de São Paulo. Lâmpada econômica, barata, as famosas lâmpadas de led. Ela tem feito isso em alguns pontos da cidade. Olhar a 23 de Maio, uma iluminação melhor e mais barata.

O que estamos discutindo? Porque estamos realizando audiência pública? Primeiro: o governo precisa aprender a ouvir vocês, o povo. O que é ouvir o povo? Ouvir a prioridade do povo. Onde é que o povo quer que troque primeiro, a lâmpada. Primeira pergunta que faremos aos representantes do Governo: mesmo em fase experimental trocaram na 23 de Maio. Que eu saiba lá não tem estupro, pouco assalto, não tem travessia de pedestre e não tem porta de escola. Queremos saber, hoje do Governo, é o que iremos debater, qual prioridade de vocês do povo. E para isso vão falar no microfone. Estou aqui para ouvir. Qual entidade que representa o bairro e a prioridade. Qual é a prioridade? Devemos começar por portas de escolas, que precisam ser iluminada, lâmpada de qualidade barata, nos lugares de assaltos, vielas. Onde queremos iluminação pública. Uma vez feito à parceria público privada, porque faz audiência pública? Para o governo não sair atropelando. Todo governo. Não é esse. Todo Governo tem mania de sair metendo os pés pelas mãos. Ora, vou fazer parceria e esquece de combinar com o povo. O que o povo quer? Como é contrato de 23 anos que essa empresa vai ganhar, são 7,3 bilhões de reais estimados. É muito dinheiro. Não é dinheiro meu, é de vocês. Estamos discutindo onde vamos gastar primeiro esse dinheiro. Esse dinheiro não é meu. Nem dos governantes. É do povo. Queremos saber onde será gasto esse dinheiro. O Governo está com uma pressa danada em fazer a concorrência pública para definir empresa sem ouvir o povo. Sem vir aqui debater com vocês onde quer. Devemos começar pelas vielas, Pela porta de escolas, pelas faixas de travessias de pedestres; quais avenidas de periferia ou de centro que já – via de regra – eles até falam: “Vamos pela Centro da cidade”, mas, obrigado, lá sempre está bem iluminado. O que não está é a periferia. E eles definem lá a prioridade deles como se, de verdade, fosse. Querem enfiar goela abaixo aquilo. Querem licitar. Mas a licitação tem defeitos, tem vícios.

Eu gostaria que o Marcos Cruz estivesse aqui, não gosto de falar sem que a pessoa possa responder, e ele é o Secretário de Finanças. Não é ele o coordenador do processo de licitação, é o Secretário de Governo Francisco Macena, que vai acabar falando na

REUNIÃO: 15626 DATA: 26/03/2015

comissão, ou está assumindo responsabilidades que dele não deveria ser.

A audiência pública tem esse objetivo: ouvi-los. E estamos aqui justamente para ouvi-los.

Passarei a palavra primeiro ao Vereador Ricardo Nunes.

E, para ficar bem claro, o Governo quer contratar uma empresa para trocar as lâmpadas. Alega ele que esse sistema de parceria é mais barato. Eu tenho dúvidas e vou questionar isso na Justiça, pois acho que não é. Sou contrário, pessoalmente, à forma como está. Eu não tenho problema em dizer isso a qualquer representante do Governo, aliás, já disse.

Do jeito que está sendo feito, é melhor manter o atual modelo. Só que o atual modelo está sendo caro. Estamos pagando caro também. Está caro: poste caro, luminária cara. E tudo isso vamos apurar também. Sou contrário também a esse preço que está sendo pago, e a esse contrato como está sendo feito.

Acho que a contratação do serviço por cinco anos, não ficamos amarrados a ninguém e os benefícios viriam para vocês mesmos, trocando as lâmpadas. É só discutir a prioridade. Tem 300 milhões por ano para fazer isso, para que entregar a uma empresa para fazer isso. Faz a Prefeitura mesmo, trocando, com um preço bom, justo.

Depois do Vereador Ricardo Nunes, passaremos ao representante do Governo, Sr. Renato, que é o Secretário Adjunto. Aproveito para fazer um apelo, aqui, público: não solte edital, não faça nada, sem ouvir o povo antes, nas audiências públicas. Temos várias audiências previstas, como querem soltar edital de licitação sem ouvir o povo?

Marcamos essas duas primeiras audiências públicas, mas haverá outras que se fazem necessárias para a oitiva do povo.

Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Vereador Milton Leite. Bom dia a todos.

Acho super importante e queria, antes, de começar a falar, dar um testemunho. Tem hora, na eleição, que brigamos e brigar com o Milton Leite, em eleição, não é fácil. Mas temos de falar a verdade: é um Vereador muito batalhador, ele que tem encampado essa questão e tem se preocupado – não só com a iluminação - com tantas outras questões.

Temos um ditado popular: daí a César o que é de César, e, eu, como Vereador, sou testemunha do empenho do Milton Leite com relação a todos os assuntos que estão demandados atualmente: Sabesp – que tem uma CPI; transporte, também; e, agora a PPP da iluminação.

O Vereador Milton Leite, mas alguém tem aí uma conta de luz? (Pausa) Tem? Para esclarecer.

Essa iniciativa de fazer a audiência pública foi do Milton Leite e isso é fantástico, pois não tem coisa melhor do que compartilhar essas informações com a população, uma vez que tudo é muito complexo.

Nós, como Vereadores, temos a informação, mas quando tomamos a decisão? Quando a população diz: “Eu quero desse jeito, ou daquele”. Temos de seguir o que a população quer. Não somos nada mais do que seus representantes, por isso temos de fazer o que vocês querem.

Toda conta de luz – vocês vão ver – tem um lugar com um tributo chamado Cosip – Contribuição de Iluminação Pública.

- Orador exhibe documento.

O SR. RICARDO NUNES – ICMs, lei tal, nota fiscal, alíquota, valor, requerente.

É obrigatório, por lei, estar discriminado o COSIP em todas as contas. Essa conta só tem essa página?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Essa conta de luz é de R\$ 18,25. E o COSIP, Lei 13.479/92, é de R\$ 4,72. Ou seja, de um valor de conta de luz de R\$ 18,25, está aqui, o valor destinado ao Cosip R\$ 4,72. Quem é que paga os R\$ 4,72? É o dono da conta, quando paga a fatura, está pagando o Cosip junto.

O que é o Cosip? É uma contribuição que foi instituída por lei de que toda a conta de luz destina uma porcentagem ao fundo de iluminação. Esse valor resulta em alguns milhões de reais para a cidade de São Paulo que deve ser destinado, exclusivamente, para iluminação pública.

O que o Governo está propondo? Fazer uma Parceria Público Privada - PPP, ou seja, pegar um empresa privada e fazer com ela uma parceria. Essa empresa entraria com 7 bilhões de investimento e ela ficaria com o valor do COSIP por um determinado número de anos, 23 anos.

Então durante 23 anos toda contribuição de COSIP que eu pago, o Vereador Milton Leite paga, que todo mundo paga, vai para a empresa. Essa empresa vai antecipar esse recurso, vai fazer um investimento, trocar as lâmpadas de LED e estamos pegando o nosso imposto – e por isso que a iniciativa do Milton Leite foi muito importante, para que as pessoas entendam o que está acontecendo – e dando à empresa durante 23 anos para que ela faça a iluminação.

O Governo foi eleito e tem suas diretrizes. A grande preocupação que nós temos e o Vereador Milton Leite tem também – é: como é que será feito isso? “Ah, vamos pegar dinheiro de todo mundo que pagou a Cosip”, todo mundo paga, todo mundo entendeu isso, né?, “vamos dar para a empresa fazer a iluminação”. Daí, programam: “Vai fazer na Paulista, na 23, ou tem de fazer lá, no Dorotéia, ou tem de fazer em Itaquera”. Como vai ser feito isso, qual o valor que custará?

Então, o que estamos discutindo é se a metodologia é a melhor que a população deseja.

Por isso, volto a repetir: é importante fazer esse breve esclarecimento e dizer que vocês podem contar comigo, claro. A iniciativa é do Vereador Milton Leite, que foi quem convocou a audiência, mas estou aqui na qualidade de Vereador e de colaborador numa iniciativa fundamental.

Eleição é eleição, mas na hora de trabalhar, temos de trabalhar junto. Parabenizo V.Exa. por isso e espero que os órgãos públicos nos escutem, pois somos somente, e nada mais, o reflexo do que a sociedade quer. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Agradeço ao Vereador Ricardo Nunes, que tem sido um grande parceiro na Câmara Municipal. Não é só parceiro, além de amigo, é um Vereador que trabalha muito para nossa região, assim como eu.

Eu sempre digo a vocês todos e a meus amigos: não tem problema se tivermos mais dez Vereadores. Eu preciso de dez que trabalhem pela região. Eu sempre digo quando estou na rua: precisamos daqueles que ajudem a carregar a cruz, mas não pode ser só o Milton Leite, mas alguns.

A dificuldade é quando alguns não trabalham, porque assim é duro, Vereador Ricardo. Como V.Exa. tem trabalhado e muito, fico feliz.

Ficou bem claro aos senhores. Esse dinheirinho, que parece ser pouquinho, foram quatro reais em 18 reais. Isso é quase um terço do valor. É muito dinheiro na conta que os senhores pagam. Quem paga 18, está pagando quatro para a iluminação da rua. O número redondo está por volta de 300 milhões por ano.

Então, imaginem o seguinte: isso é reajustado, quando vem aquela continha a mais, porque é um percentual. Agora que a conta subiu, isso sobe junto também: os 300 milhões vão subir. Quando aparece aquele “mais, mais, mais” que o Governo Federal está colocando na conta, em razão da crise da água, esse valor vai subir também. Essa parceria não está prevista. Precisamos discutir isso.

Com um fundo de emergência lá e vou pagar aqui a iluminação pública. Vamos convocar uma audiência pública para discutir esse assunto, porque está aumentando a conta, aumenta o valor e a empresa leva o dinheiro?

Por isso, insisto, esse dinheiro não é do Vereador Ricardo, do Milton Leite e nem dos representantes do Governo. É dinheiro do povo, então precisamos saber o que vamos fazer. Qual é a empresa que vai ganhar? Se é limpa, se é idônea, se é parceira, se trambicou

na licitação pública – está cheio de ladrão de olho no dinheiro público -, se andou nos meandros do Governo para fazer sacanagem, como estamos assistindo Brasil afora. Não queremos isso, queremos algo republicano. Depois os caras querem que a gente defenda publicamente. Vem e defende.

Empresa que tramitou, andou fazendo conchavo, isso não! Essa empresa eu questiono e vou questionar. Estou acompanhando esse processo desde o começo, porque quero transparência. Esse dinheiro não é meu, é nosso. É muito dinheiro. Todo mundo dá um pouquinho e assim não dá para sentir. Esse é o perigo dos Governos: é pouquinho dinheiro, ninguém sente e todo o mundo toma. Não sente, mas a iluminação pública é nossa.

Esse valor hoje em números redondos são 300 milhões de reais por ano. Esse dinheiro não falha, os senhores pagam na luz. Se não pagar, cortam. Essa é a única receita certa, não dá nem para atrasar. O IPTU dá para atrasar, negociar, esse não. Essa é a receita mais certa que existe, por que o sujeito não paga a energia elétrica? Quando paga, vai junto. Não dá para não pagar essa contribuição. Os senhores não têm direito de discutir isso, porque esse valor vem na continha de luz.

Essa conta, que tenho em mãos, precisa ser devolvida. Nessa rua, provavelmente não tem iluminação pública ou não foi ainda cadastrada que permitisse a cobrança da Cosip, Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública.

Gente, é por isso que vamos fazer audiência pública. Não dá direito para discutirmos, é como o imposto de renda do assalariado. Ele toma na fonte. O rico pode desviar, pode não pagar, sonegar, pagar depois com multa. O IPTU, dá para atrasar o pagamento. Atrasa por um ano, negocia e paga depois. Esse não tem jeito. Se não pagar, o cara da Eletropaulo está lá no outro dia com o tesourão na mão cortando sua energia e aí só nos resta xingar e ficar sem energia. Essa é a verdade.

Vou passar a palavra para os Srs. Renato e José Alberto Serra de Almeida.

Com a palavra o Sr. Renato Afonso Gonçalves, Secretário Adjunto, representando o Sr. Simão Pedro, que tem sido atencioso conosco. Espero que os senhores não publiquem, não se atrevam a fazer essa licitação sem antes ouvir o povo.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RENATO AFONSO GONÇALVES – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Vereador Milton Leite; Vereador Ricardo Nunes; meu companheiro de trabalho e Diretor do Ilume, José Alberto Serra e todos os presentes.

É uma satisfação muito grande estar aqui hoje. Esse nosso espaço de reunião hoje é uma extensão da Câmara Municipal, que é a Casa da Cidadania, a Casa do Povo, a Casa da Democracia. A Secretaria de Serviços como tem feito e tem sido a nossa postura, desde o primeiro dia de gestão, atendeu prontamente a todos os chamados e todas as solicitações da Câmara, justamente, porque é na Câmara onde encontramos todas as correntes de pensamento, as formas e as visões da Cidade e isso é muito importante para orientar a ação do Governo.

O Simão Pedro queria muito comparecer a esta reunião, mas infelizmente ele teve de se ausentar em decorrência de um debate que está ocorrendo entre cidades da América Latina sobre resíduos sólidos. A nossa Secretaria de Serviços também é responsável pela limpeza urbana. O Secretário estará certamente presente nas próximas audiências e pediu que o Alberto e eu viéssemos e transmitíssemos ao Vereador Milton Leite e ao Vereador Ricardo Nunes o seu abraço e o compromisso de que estaremos presentes em todas as reuniões, audiências e convocações da Câmara Municipal.

A nossa ideia é fazermos uma rápida apresentação desse projeto, a PPP da Iluminação Pública; aproveitar essa oportunidade para prestar contas do que nós, nesses dois anos, temos feito em termos de iluminação; das nossas ações e, sobretudo, como pontuou o Vereador Milton Leite, ouvir as reivindicações e as orientações desta plenária.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Antes da apresentação, quero um esclarecimento que ainda não tenho ou não me recordo neste momento.

Quando se fala em iluminação pública, é tudo que é público. A Prefeitura tem um

caixa único. Pergunto: como ficam não apenas as portas de escolas, mas dentro das salas de aula, porque a economia de energia é total. Qual é a política da iluminação pública para troca de lâmpadas, por exemplo, na Secretaria de Educação, nas salas de aula dos entes públicos? Acho que é prioritário, porque é o que mais fica aceso. Como anda a troca de lâmpadas? Por que é dinheiro nosso, é outra ponta, mas gostaria de saber. Podemos inclui-la nesse programa? Porque iluminação é dinheiro público da mesma forma. A vala é comum, vai para o Tesouro. Quero saber como está essa programação.

O SR. RENATO AFONSO GONÇALVES – Vereador, nesse caso, a Secretaria de Serviços e o Ilume são responsáveis pela iluminação pública, a que se encontra nas vias públicas. Essa iluminação dos prédios e próprios públicos passa por outra relação, inclusive jurídica. É uma conta paga pela Prefeitura semelhante à de um privado, isto é, semelhante à de qualquer imóvel, casa ou empresa. O responsável pela gestão dessas contas e regras são as próprias Secretarias. A Secretaria de Saúde pelos seus próprios, a Secretaria de Educação pelos seus próprios e a Secretaria de Gestão pelo patrimônio municipal.

Então, o consumo dessa energia não está inserido no bojo desse modelo que a Prefeitura está apresentando.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Veja, por isso que é uma audiência pública. Quem entende de iluminação pública? O departamento está aqui, o de iluminação pública, é o Serra e o departamento dele.

A Secretaria de Educação entende de educação, então não seria bastante razoável que se aditasse – por isso precisa fazer audiência pública -, melhorar o edital, ver as verbas de iluminação e uma das prioridades seria trocar essas lâmpadas (Ininteligível).

O quanto que a Secretaria da Educação gasta de energia? Ela tem um custo de energia. Substituir essas lâmpadas, mas quem conhece tecnologia para isso não é a Secretaria da Educação, a Secretaria de Saúde, quem conhece é o Departamento de Iluminação, tanto que vocês estão modernizando. A pergunta é justamente essa, é para isso que nós estamos aqui em audiência pública.

Lá na Educação está faltando dinheiro, se nós investimos, por 23 anos, uma troca de lâmpada e aditar esse contrato, um dos itens, artigo 21º, iluminação pública dos entes públicos, a receita vem da Secretaria da Educação, da Secretaria de Saúde, para que o Departamento de Iluminação pública que tem tecnologia, que conhece tecnologia, que é capaz de fiscalizar - não os órgãos, o Esporte, outras, e todas as secretarias -, substituir e ver qual é o melhor mecanismo, inclusive de manutenção.

Por isso que eu digo, a audiência pública é para melhorar aquilo que o órgão público tem. Se largarmos, imagine o tanto de lâmpadas que nós temos na Secretaria, principalmente nas salas de aula, nos hospitais, em todos os departamentos.

Quer dizer, viram os senhores, só cuidam da rua, lá dentro vamos continuar gastando. O dinheiro é nosso, da Educação também é nosso.

Por que não coloca um artigo, já que é parceria, pega a verba da Educação e fala que vai ser feito um programa, já que é um programa, é para trocar tudo. Nós vamos trocar prioritariamente, porque é economia, a lâmpada de LED é 15% do valor. É por volta de 15% a lâmpada de LED?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - De energia? Menos do que a metade de energia, por que vão colocar essas lâmpadas caras que aquecem o ambiente? Por que vamos fazer isso? Por que não pegamos esse dinheiro, o mesmo contrato, e falamos que já que vocês têm departamento que entende de lâmpada, quem é? É iluminação pública, não é a área de educação. Está errado. Nós temos que sistematizar. Para isso que virão outras sugestões para que vocês melhorem isso.

Tem que melhorar, não podemos pegar o dinheiro público e deixar que continue saindo pelo ralo. Esse dinheiro que não está trocando, essa cláusula, esse artigo, que não está no edital, que permite que os órgãos aportem recursos e que o departamento faça, é bastante razoável. Estou errado?

O departamento está dizendo: “Nós estamos corretos.”, mas não estão. É num debate como esse que se fala, é para isso que vem, é neste momento onde aflorar.

Mas hoje, aqui, nós queremos discutir onde que vamos começar. Queria ouvir isso de vocês. Por que começou na 23 de Maio? Por que não foi na M'Boi Mirim, na Inajar de Souza, na Teotônio Vilela, na Yervante, por que não foram essas avenidas, a Guarapiranga, iluminadas primeiro? Por que não foram essas que temos mais problemas de iluminação e foi lá? Por que não foi na porta das escolas, como piloto na 23 de Maio, ou na Marginal Pinheiros. Só passa carro na Marginal Pinheiros, só passa carro.

Eu queria que vocês entendessem: por que já foi iluminada uma parte da Marginal Pinheiros, está com lâmpada de LED lá? Está bom, nós já estamos fazendo, é piloto. Custava fazer para os pobres, lá para nós, na periferia? É isso que nós estamos aqui para debater, a prioridade. (Palmas)

Agora eu não vou lhe interromper mais, pode prosseguir.

O SR. JOSÉ ALBERTO SERRA DE ALMEIDA - Vereador, essa questão do LED na 23, nós vamos abordar durante a apresentação e aí nós teremos a oportunidade de conversar mais sobre esse tema.

Vou pedir para o nosso companheiro.

Se o senhor me permitir, acho que vou ficar de pé, porque enxergo melhor.

Bom, pessoal, primeiro quero dizer que a Secretaria de Serviços também trabalha em parceria com outras secretarias do Governo, como a Secretaria de Transportes, em programas de iluminação e mobilidade, iluminação de faixas de pedestres, ciclovias, os pontos finais de transporte, agora a rede da madrugada; com a Secretaria de Infraestrutura, iluminando os corredores, os viadutos e sistema viário, como o Córrego da Ponte Baixa e novos acessos com a utilização em LED, com que estamos fazendo a execução desse projeto; em parceria com a Secretaria da Habitação, como, por exemplo, a iluminação da Av. Perimetral.

Vamos em frente.

Primeiro dizer que, durante esses dois anos, tivemos um dado positivo. Em 2011, as reclamações feitas nos canais da Prefeitura, como no 156, 0800, ou mesmo na Ouvidoria, tivemos, durante o ano de 2009, 229 mil reclamações; 2012, caiu para 109; 2013, para 64; 2014, para 58 mil reclamações.

Em janeiro de 2013, o Ilume estava em primeiro lugar nas reclamações.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Só vou lhe interromper uma vez, para um esclarecimento. Esqueci-me de informar que todos que desejarem falar – estão vendo aquele microfone ali? – vão falar daqui a pouco. Peço que façam a inscrição nessa mesinha aqui, para falar e vão falar, gritar tudo o que têm direito. É para isso que nós estamos aqui. Ele vai falando e vocês podem ir se inscrevendo aqui. Deem o nome que depois vou dar direito à palavra. A senhora é a primeira inscrita, dê o nome e a senhora vai falar o que acontece. Nós estamos aqui para ouvir o povo. Todos que desejam falar, podem falar à vontade, nós viemos aqui para ouvir e tentar fazer o melhor para a Cidade. Está aberta a inscrição. Podem e devem falar. Por favor, nessa mesinha ao lado.

O SR. JOSÉ ALBERTO SERRA DE ALMEIDA - Agora, nós caímos para o 12º lugar, estamos tentando aprimorar esse sistema de relacionamento com o cidadão.

Vamos para a próxima.

Nós fizemos nesses dois anos, até agora, a implantação de 47 mil novas luminárias na Cidade - quando falamos em 47 mil luminárias, são postes novos, lâmpadas novas onde não existia iluminação -, trocamos 198 mil luminárias.

Em regra, essa iluminação, essa lâmpada branca que nós vemos, sobretudo aquelas mais velhas, que a luminária é um pouco mais gordinha, maior, essa lâmpada é de mercúrio, mais antiga, gasta mais e ilumina menos.

Nós tínhamos um número muito grande de lâmpadas na Cidade quando assumimos em 2013. O nosso objetivo é trocar totalmente essas lâmpadas,

independentemente da PPP, isso nós já fizemos. Nós trocamos 198 mil lâmpadas brancas por amarelas, que são as de sódio, luminárias mais novas, que sujam menos. Porque às vezes a luminária fica tão suja que impede que a luz da lâmpada saia para fora e ilumine a rua, porque a luminária antiga suja mais rápido.

As luminárias novas não. São mais modernas e, portanto, além de iluminar mais a lâmpada amarela, fica suja com mais tempo. Isso permite que, além de durar mais, tenha mais eficiência.

Mas reconhecendo que a iluminação pública significa segurança, qualidade de vida e a possibilidade de irmos e virmos à noite, é que a Prefeitura pensou numa proposta, num projeto que pudesse transformar essa iluminação, o mais rápido possível, numa iluminação mais moderna, que gastasse menos, iluminasse mais e num espaço de tempo mais curto. Por isso surgiu a proposta de longo prazo chamada PPP, Parceria Público Privada.

Como a Prefeitura não tem os recursos suficientes para fazer essa troca num prazo mais rápido, então faz uma licitação pública em que uma empresa privada investe o capital necessário para fazer essa troca no prazo de cinco anos na Cidade toda, de todas as ruas da Cidade e aí vai receber esse investimento ao longo de 20, 25 anos a depender do contrato.

Essa é basicamente a ideia do modelo de PPP. Como demorariamos muito tempo para fazer essa troca em todas as ruas da Cidade, como existe essa possibilidade de um contrato de longo prazo, há uma lei federal que possibilita esse tipo de contratação, a Prefeitura há um ano e meio iniciou o processo para a realização dessa PPP.

Independentemente da PPP, vou pular esse slide, porque a ideia aqui era prestar contas e falar sobre algumas remodelações de iluminação que fizemos em praças e parques, como os Parques do Carmo, Tietê, do Trote, Cemucam; Praças Dilva Gomes, Brasil, Padre Aleixo, Padre Aquiles; Largos da Matriz, Coração de Jesus e agora estamos com dois projetos piloto na Praça Panamericana e no Largo Coração de Jesus, sobre telegestão que vou explicar daqui a pouco.

Entrando na questão apontada pelo Vereador Milton Leite, a ideia foi independentemente da PPP, começarmos a instalar na Cidade essa nova lâmpada de LED. É uma lâmpada branca que ilumina mais, gasta menos energia e dura muito mais. Dura de 10 a 12 anos. Se for colocada hoje no poste só vai ser trocada daqui a 10, 12 anos, ao passo que uma lâmpada de vapor metálico branca ou de sódio amarela tem vida muito mais curta, deve ser trocada a cada três, cinco anos, dependendo da condição.

A determinação do Prefeito Fernando Haddad foi de que começássemos a instalar na rua, porque a nossa experiência com LED foi a dos túneis. Todos os túneis da Cidade já estão iluminados com essa lâmpada LED, mas no túnel ela está protegida da chuva e de todas as intempéries que acabam acontecendo na rua.

Então iniciamos o projeto de colocá-las nas vias públicas. Como no ano passado tivemos a Copa do Mundo e já havia um projeto de iluminação e uma verba destinada para os locais em razão da Copa do Mundo, iniciamos o entorno do Estádio do Corinthians, Itaquerão, em LED. Iniciamos na 23 de Maio, porque essa via é justamente a ligação do Aeroporto de Congonhas para a região central da Cidade e a Marginal. Junto com a 23 de Maio fizemos as pontes do Viaduto do Chá, a Ponte das Bandeiras e a Biblioteca Mário de Andrade.

Esses eram projetos já previstos para a Copa do Mundo e aproveitamos essa oportunidade para fazer também na 23 de Maio, que é uma via de grande circulação de veículos, com grande número de lâmpadas e permitiu verificar que de fato essa ideia da lâmpada LED é muito boa e é o futuro. Em poucos anos não será só São Paulo, mas todas as cidades do Brasil e do mundo trocarão suas lâmpadas por lâmpadas LED.

A ordem do Prefeito Fernando Haddad é de que independentemente da PPP, continuaremos com LED, só que é mais cara do que a lâmpada amarela. É como televisão, lembram-se quando saíram as televisões finas de LED, LCD? Eram muito caras há cinco anos, hoje o preço já caiu e são um pouco mais acessíveis à população. Com LED também aconteceu isso, era muito caro e agora o preço está se acomodando e ficando mais acessível, mas ainda é muito caro em relação às outras lâmpadas.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 15626

DATA: 26/03/2015

167
37-01
19
2
Câmara Municipal de São Paulo
SGP.4

A ideia então foi estendermos esse projeto de LED, Vereador Ricardo Nunes, para todo o Arco do Futuro. Começamos pela marginal direita, a Marginal Pinheiros está concluída. Estamos iniciando a marginal esquerda, vamos fazer a Cupecê, a Av. dos Bandeirantes e a Jacu Pêssego, na zona Leste.

E já estão prontos no Ilume os primeiros projetos para levar aos bairros da periferia o LED. Já temos projeto na Cidade Tiradentes, Heliópolis, Brasilândia, Capão Redondo e Paraisópolis. Para instalar nos bairros mesmo, nas regiões em que precisamos de mais iluminação. É claro que a implantação disso vai depender da capacidade da Prefeitura de fazer esse investimento, mas estamos muito empenhados para que esses bairros sejam feitos até o final deste ano.

Aqui são algumas avenidas em que foram feitas remodelações, a Belmira Marin, Chica Luiza, Estrada da Ligação, Radial Leste, Nossa Senhora do Bom Conselho, Vieira Cearense, Carlos Lacerda, Carlos Caldeira, Águia de Haia, Oto Bougard, José Maria Fernandes, Roland Garros, Nossa Senhora das Mercês, Cursino, Fuad Lutfalla, São João, Rio Branco, Eliseu Almeida e Nossa Senhora do Sabará.

Aqui são algumas ações que fizemos, como na Av. Perimetral, Rio das Pedras, Professor Alípio de Barros, João Marcelino Branco, Presidente Wilson e Álvaro Ramos.

Dizer para vocês, aqui é uma questão um pouquinho mais técnica, pessoal, que o Ilume, Departamento de Iluminação Pública da Prefeitura, é o primeiro órgão no Brasil que fez especificação do *led* para a rua. Porque para colocar um equipamento na rua, é preciso muito estudo e responsabilidade. Já imaginou o acidente que pode causar numa rua uma lâmpada ou um poste que não são adequados? Os engenheiros do Ilume estudaram durante esse tempo todo, foram dois anos, e fizeram a primeira certificação, fizeram os critérios técnicos dizendo: o *led* nessas condições pode ir para a rua com segurança, o que foi muito importante.

Traduzindo em números o que estava dizendo, por exemplo, no Parque do Carmo nós colocamos 44 luminárias com *led* ou com aquela alimentação de lâmpada por energia do sol, solar. As lâmpadas de *led* do Parque do Carmo não consomem energia da Eletropaulo, mas sim de uma placa que fica exposta ao sol, durante o dia, capta o sol, transforma em energia e a lâmpada acende à noite. É algo do futuro. São Paulo, daqui a 20 anos vai ter muitas lâmpadas alimentadas por energia solar.

Na Avenida 23 de Maio foram 742 lâmpadas, e aqui há mais números: 578 no entorno da Arena Corinthians; e 327 *led* instaladas mais recentemente.

Aqui é uma foto que tenta mostrar a diferença, não sei se dá para enxergar direito. Essa foto é de quando começamos a obra na Avenida 23 de Maio. Esse lado claro é o *led*, a lâmpada nova; e o escuro é a de sódio, a lâmpada amarela. Vejam o contraste. Hoje não há mais dúvida de que o futuro, de que o caminho é o *led*, que ilumina mais, dá mais segurança, mais conforto para o pedestre e para o condutor do veículo, gasta menos e dura mais.

Agora vou falar sobre a PPP da Iluminação, do projeto que hoje discutimos. A ideia é trocar todo parque da cidade. Em São Paulo há cerca de 600 mil lâmpadas, lâmpadas que não acabam mais, é o maior parque de iluminação da América Latina e um dos maiores do mundo. Como tudo em nossa cidade, é gigante, é enorme. A ideia é fazer toda a troca garantindo mais luz para a população. Com esse projeto queremos atualizar o cadastro.

Pessoal, como é hoje? Hoje, quando ligam no Ilume, as pessoas dizem: a lâmpada da porta da minha casa está apagada. Às vezes acontece de a lâmpada estar acesa de dia, isso também acontece. Essa pessoa anota o seu pedido, dará uma ordem para uma empresa contratada da Prefeitura, que vai mandar uma equipe pra rua e ver o que está acontecendo. Vão tentar consertar, resolver o problema com o que tem de material disponível, naquela hora. Se for um problema um pouco diferente do padrão, vai ter de voltar, buscar equipamento, lâmpada, voltar no lugar, vejam então o tempo perdido. Imaginem milhares de pessoas ligando para a Prefeitura reclamando de serviço. Às vezes nos dão informação; o pessoal chega lá, na rua, e não é bem o local que o munícipe indicou. Dizem: no local indicado não há nada, e voltam sem consertar o que, em tese, teria de ter consertado. Hoje, com a tecnologia, não faz sentido ter na Prefeitura esse tipo de serviço. Hoje é possível, através da Telegestão, ter o

controle real no computador da Prefeitura, controle de todas as lâmpadas de toda a cidade, até dos lugares mais longe. É possível implantar um equipamento na lâmpada que emite a informação para o computador do Ilume, e vai dizer se está acesa ou apagada, quanto está gastando de energia, se vai queimar em breve ou não. Vejam quantas coisas boas esse sistema pode trazer para prestação de serviço da Prefeitura.

Imagine trocar a lâmpada antes de ela queimar? Imagine se está gastando muito? Hoje nós pagamos uma conta de iluminação de rua muito grande para a Eletropaulo, é muito dinheiro, são cerca de 10 milhões de reais por mês. E ainda é uma conta lançada com base em estimativa, no que chamamos de avença. Não é bem o real, pois o valor é tão grande que é feita uma média em função do tipo de lâmpada colocada na cidade. E com esse equipamento não, com ele vamos pagar o que, de fato, consumirmos. Se a Eletropaulo, por conta da chuva, do vento, desligar a luz da rua de um bairro inteiro, pois muitas vezes o problema de um bairro inteiro não é da Prefeitura, é da Eletropaulo, se ela desligar, nós não vamos pagar pelo tempo que ficou desligado, que é também o que tem de ser na casa da gente. Se a Eletropaulo não iluminou, ela tem de abater no final do mês o período em que não forneceu energia. E o projeto da PPP prevê essa modificação total no parque permitindo que tenhamos mais agilidade e o munícipe não seja surpreendido, que perceba no futuro – essa é a ideia – que a lâmpada foi trocada, que o serviço foi feito porque foi possível antever os problemas, chegar à frente do problema.

Aqui o projeto prevê fazer, em cinco anos, 660 mil pontos na cidade toda, nos cinco primeiros anos trocar tudo. Ah, mas você falou que eram 600 e aqui fala em 660 mil? Sim, já prevendo que vamos ter de ampliar a rede, pois há lugar com iluminação, mas que está mal iluminado, é preciso mais postes, mais iluminação. Então previmos crescimento na iluminação, uma renovação tecnológica, melhora na gestão e na manutenção da iluminação.

Aqui há um exemplo do equipamento, do que ele é capaz de fazer. Ele faz o controle individual das lâmpadas *online*, instantâneo, há um *call center* eficiente para que não ocorra mais o problema que a senhora estava dizendo, de ligar, de não conseguir falar, de a ligação cair. Haverá envio de equipes de forma automática para a rua, saindo e sabendo o que vai fazer, pois com esse equipamento não haverá duas viagens, será uma viagem só, o computador vai dizer, por exemplo: a lâmpada ali na Capela do Socorro precisa ser trocada. Já sabem o que fazer, já saem com a lâmpada, com o equipamento e farão o serviço. Hoje não, ele vai lá, vai ver o que está acontecendo, se há algo para trocar, eventualmente troca ou faz mais de uma viagem. E também vamos ter a energia, a conta de luz paga pelo que efetivamente a Prefeitura consumiu.

Aqui há alguns números. Em São Paulo há 17 mil quilômetros de vias a serem iluminadas. Por isso, o projeto é grande, os valores são muito grandes. A ideia é fazer a valorização das calçadas, é o projeto que o Alberto Serra implantou.

E quero já agradecer aos Vereadores Milton Leite e Ricardo Nunes. Em nome deles, agradecer a todos os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo porque o trabalho que fazemos é em parceria com os Vereadores e com a Câmara. Os Vereadores são muito importantes, eles ligam pra gente, mandam requerimento oficial da Câmara: olha, precisa arrumar a rua tal, a praça tal e isso nos ajuda. Como ainda não temos esse sistema, um equipamento que nos permite controlar a iluminação, o trabalho deles é muito importante.

O Alberto já instalou cerca de 30 mil lâmpadas para pedestres, em várias ruas da cidade. É uma lâmpada que fica no poste e não voltada para a rua, mas voltada para a calçada, para iluminação da calçada. Elas estão sendo instaladas nas ruas em que há maior circulação de pessoas, por exemplo: saída de metrô, saída de ponto de ônibus, de escola, postos de saúde, e nos parques para o pessoal que usa o parque à noite. A gente espera reduzir a criminalidade, pois a iluminação não é determinante para a Segurança Pública, mas tem um papel fundamental no combate à criminalidade.

Também será possível a reocupação das praças, das ruas, ou seja, as pessoas irão transitar com mais tranquilidade nas ruas com uma melhor qualidade da luz, que seja uma luz que nos permita enxergar melhor e não só ter apenas mais luminosidade, mas enxergar

com mais qualidade. Também reduzir a menos de 1% as luzes apagadas na cidade, e essa é a nossa meta, o nosso objetivo, e eliminar todos os pontos escuros da cidade.

Com esse projeto de lei vamos ter uma redução na conta de luz da Prefeitura, uma redução no consumo de luz, uma redução da poluição porque o *led* não usa componentes poluidores, como usa o mercúrio, por exemplo; também diminuir a chamada poluição visual; e, enfim, reduzir os gastos da Prefeitura com a manutenção dos postes e das lâmpadas.

Aqui temos uma ideia um pouco mais técnica, a ideia de que vamos reduzir em 50% o nosso consumo de energia. Para ter uma ideia do que falamos, se conseguirmos trocar todas as lâmpadas da cidade pela mais moderna, vamos economizar o consumo de energia de uma cidade com 110 mil habitantes, e isso só com a troca de lâmpadas. É como se tivéssemos todos os dias iluminando, a mais, uma cidade com 110 mil habitantes ou o consumo de uma pequena termoelétrica de 30 megawatts. Se todas as cidades do Brasil usassem o *led*, passassem a usar o *led*, a gente poderia desligar cinco termoelétricas. Teríamos a economia de um consumo diário para uma cidade de 2,5 milhões de habitantes. Então, é muita coisa.

A ideia é fazer uma PPP, uma contratação única. A lógica, de certa forma, já expliquei como é que vai funcionar. Por que uma PPP? De novo, vamos ter a antecipação dos investimentos necessários diante da dificuldade da Prefeitura em fazer esses investimentos, uma maior agilidade nessa modernização e os ganhos de eficiência.

Este é o cronograma de implantação. Uma vez assinado o contrato, vamos ter um período de seis meses, que é de transição, para a empresa chegar, conhecer e se preparar para que, no final do primeiro ano, a gente já tenha mil quilômetros de avenidas já modernizadas.

A proposta para modernização é que se comece pelas regiões mais vulneráveis da Cidade, pelas regiões que mais precisam de iluminação na Cidade. Ao final do primeiro ano, a gente já espera ter um grande centro de controle operacional de onde será possível comandar tudo a partir de uma sala na Prefeitura.

No final do quinto ano, a ideia é ter 100% da Cidade já feita, modernizada, todas as ruas e avenidas da Cidade e a eliminação dos pontos escuros. Este projeto começou há um ano e meio com os estudos. Em outubro de 2013, chamamos a iniciativa privada para apresentar estudos. Foram cadastradas 41 empresas, 34 empresas apresentaram estudos. Tivemos 24 sessões com 34 agentes empreendedores e contamos com o apoio técnico do Banco Mundial e da São Paulo Negócios, que é uma empresa da Prefeitura especializada nesses grandes projetos.

Estes são números. Para vocês terem uma ideia foram 245 pedidos de esclarecimento, 597 contribuições que recebemos – foram contribuições mais técnicas vindas do mercado. Já fizemos duas audiências públicas com cerca de 300 pessoas presentes.

A ideia é fazer uma licitação pelo prazo de 24 anos, uma concorrência internacional para permitir que empresas de fora do Brasil também participem. Vai ser uma licitação pelo menor preço. Quem der o menor preço ao Município vai ganhar de forma transparente, de forma aberta e sem grandes amarras. Claro que nos vamos zelar pela qualidade técnica de quem for ganhar esta licitação, mas tem de oferecer o menor preço para a população.

A remuneração dessa empresa, todo o mês, estará condicionada às luzes acesas, ou seja, ao número de luzes acesas na Cidade e o desempenho da qualidade. Não vai ser assim: ganhou o contrato e recebe independentemente se o serviço está bom ou ruim. Não. Todo o mês vai ter uma forma de avaliar esse serviço e se não estiver bom, vai receber menos. Se ele quiser receber, vai ter de prestar um serviço de qualidade.

Desculpe ser rápido, mas acho que a ideia é ouvir e debater.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Agradeço ao Alberto. Antes de passar a palavra aos inscitos, estão me questionando aqui o seguinte: por que o túnel lá perto do Itaquera está desligado e o túnel 9 de Julho vive desligado, com lâmpadas de LED. Essa é uma pergunta. Depois vocês responderão em bloco. Peço que anotem todas as perguntas. Os inscitos farão as perguntas e os senhores responderão depois.

Vou chamar e torno público aqui, amanhã vou pedir a minha assessoria para

convocar uma reunião da Comissão de Iluminação Pública, para quarta-feira, e faremos um pedido para que as empresas que produzem lâmpadas façam estudos, para sala de aula, das diferenças de custo para o período anual.

Vamos pedir para que façam estudos em uma sala modelo, numa creche modelo, da economicidade disso. Que as empresas façam isso e tragam também os impactos dessa iluminação para a vista das crianças. Vamos pedir para a Philips, General Electric, todas as empresas para que façam um estudo.

Vamos pedir ao Secretário de Educação que indique uma sala modelo, para que todas as empresas possam ofertar um quadro comparativo de custo/ano e os benefícios que traz para uma sala de aula, quadras esportivas e outros. Entendo isso como prioritário e tão importante quanto iluminação pública.

Então vamos solicitar ao Secretário e já faremos a aprovação na Comissão, na quarta-feira, antes do depoimento do Sr. Secretário de Finanças. Estamos ansiosos para saber o que está acontecendo com as finanças da Cidade e porque a Secretaria não empenha recurso para coisa nenhuma. Está faltando dinheiro para tudo e o Tesouro tem algum dinheiro lá.

Então vamos aprovar isso e solicitar. Após o estudo do maior número possível de empresas, com transparência, não há nenhum problema pedirmos para as empresas ofertarem esse estudo para a Comissão. E o Secretário de Educação oferte uma sala de aula modelo, para que tenhamos as diferenças dos estudos e assim verificarmos o que é importante ter na lei e o que se tem gasto na iluminação. Comparado a uma sala de aula podemos dizer o seguinte: no edital comporta esse recurso oriundo da Educação, que podemos consagrar porque é recurso garantido da Educação, porque temos 31, então tira desse custo e se paga essa iluminação que entendo como prioritária, mas não pode ser no chute, tem de haver um estudo, uma sala de aula piloto onde todas as empresas farão o estudo.

E daremos prazo para as empresas interessadas que querem participar e ofertar a diferença de custo, para que possamos agregar. E assim faremos com os outros departamentos, todos aqueles que consomem muita energia na cidade de São Paulo. Assim estaremos fazendo essa consulta e vamos solicitar que seja acrescida na PPP. Entendo como prioridade essa frente, porque o recurso da Educação também é certo. É 31% do orçamento da cidade de São Paulo, e se implicar em uma redução futura sobra mais dinheiro para a Educação no período seguinte. O que se economizar agora é ganho para a Educação.

Vamos perguntar aos secretários da Educação, Saúde, quais são os pilotos que devemos fazer, mas o de grande impacto, de maior número, seguramente é da Educação, que tem o maior número de equipamentos na Cidade.

Minhas perguntas são referentes aos túneis 9 de Julho e Itaquera; por que não estão contemplados o entorno das escolas e qual estudo foi feito para iluminação pública na PPP, priorizando ou não o entorno das escolas. Por exemplo, foi ouvida a Secretaria de Segurança Pública, que tem os dados dos pontos críticos, pontos de estupro têm de estar contemplados na PPP.

Devemos começar pelos lugares de maior incidência, onde há maior violência, maior risco para as mulheres. Vamos começar por onde precisa, por onde demanda. A audiência pública é justamente para debater isso. Tem de ser ouvida a comunidade demandada e as 31 subprefeituras podem até fazer simultaneamente, estabelecer as prioridades para o projeto de iluminação pública.

Além das escolas, que entendo como prioridade zero, as vielas, os pontos de ônibus em que as pessoas ficam de madrugada ou tarde da noite, qual é a prioridade? Lá no Centro da Cidade tem de estar tudo bonito. Temos problema na periferia. É nos nossos bairros que estamos com dificuldades de iluminação. Então vamos pedir para que a Secretaria de Serviços faça isso.

Uma coisa importante que quero consagrar é a seguinte: vamos imaginar que já esteja em vigor a PPP, como a população vai reclamar na empresa e quais as sanções e multas previstas. Por exemplo, a pessoa reclama que a iluminação está queimada ou não está

funcionando. Então para quem reclamar e qual a sanção para a empresa, o que sofre? Não adianta a empresa não receber. Tem de ser multada, punida por não atender, para isso estamos buscando eficiência. A população tem de saber isso.

O SR. RICARDO NUNES - Vou tentar ser rápido, acho que as perguntas também podem ajudar a esclarecer as pessoas.

O Sr. Alberto Serra, da Ilume, tem sempre nos atendido bem e conseguimos ter um avanço muito grande no atendimento da iluminação pública. E uma das questões que conversamos com a Ilume, em 2013 ou 2014, foi com relação aos locais para instalar pontos de luz novos. E nessa época foi muito interessante que eles pegaram os dados do Infocrim, fizeram uma parceria com a Secretaria de Segurança, se estiver errado, por favor, me corrija, pois a intenção era por iluminação nos pontos onde havia maior índice de criminalidade.

Foi uma atitude muito importante da Ilume, na pessoa do Alberto Serra, de pegar aqueles pontos onde havia maior criminalidade para dar prioridade na colocação de iluminação pública. São coisas que podem parecer simples, mas no final faz uma diferença enorme. Foi feito isso lá e está funcionando ainda.

Minha dúvida é a seguinte: vão colocar LED, a Cidade vai ficar mais iluminada, ótimo, mas nós que somos da periferia da zona Sul temos ainda muitas ruas sem iluminação. E é uma luta diária das pessoas pedindo iluminação. Corre algum risco de fazer a PPP, ver a Cidade bonita, iluminada e deixar para trás onde temos de iluminar?

Não adianta ter um fogão bonito e faltar comida. Então precisa ter a prioridade e imagino – é a população que vai dizer -, mas imagino e acho que o Vereador Milton Leite concorda, a prioridade número um é iluminar onde não tem iluminação.

Então qual é a garantia que temos desse edital, porque no programa de metas havia 18 mil pontos de iluminação para fazer - acho que vocês superaram -, mas a meta eram 18 mil pontos. E lá na Câmara, quando chamamos a Comissão de Segurança e a Ilume, nos apresentaram que superaria. Falamos que 18 mil pontos era muito pouco. Então parece que superou, é uma boa notícia, mas não sei se vocês tem esse número para nos passar: qual é o déficit de ruas para iluminar. Porque não podemos correr o risco de ter uma iluminação bonita num lugar em detrimento de faltar energia nos lugares que não tem luz. Essa é a primeira questão.

A segunda dúvida que tenho é a seguinte: pagamos em torno de 10 milhões para a Eletropaulo, por mês, para iluminação das áreas públicas. Dentro da PPP vamos continuar pagando isso? O dinheiro da Cosip vai todo para a empresa, e a empresa paga essa conta ou vamos ter de desembolsar da fonte 00 do Tesouro para pagar a conta, se vai tudo para a Cosip. Essa é uma coisa muito importante para esclarecer.

Outra questão, só reafirmar essa preocupação do Vereador Milton Leite, que sempre traz questões importantes, desses locais dos espaços públicos que pagamos com o dinheiro da Cosip, para podermos entender melhor qual será o formato dessa situação.

Eram essas as dúvidas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Bem, eles estão anotando as perguntas, tanto as minhas quanto as do Vereador Ricardo Nunes.

Vamos passar a palavra aos inscritos. O primeiro inscrito, Sr. Benedito Amaral.

O SR. BENEDITO AMARAL – Bom dia. Vim aqui falar com o Sr. José Serra, o nosso companheiro, Sr. Vitor, já falou na mesa dele com o senhor sobre uma localização que até hoje não foi atendida. Isso tem três anos e o senhor não nos deu atenção.

Então o Sr. Vitor está aqui. Ele falou com o senhor na sua mesa, sobre a iluminação dessa viela. E hoje estou reiterando através de novo ofício entregue aqui para a Mesa, com as mesmas palavras do Sr. Vitor.

Nesse local foi feita uma obra e ficou de ser instalada iluminação pública para mais de 50 famílias. Chama-se Vela Vitória. Por favor, o senhor anote. Fica na Av. Itália e dou até o CEP se o senhor quiser. Não foi atendido até hoje. O Sr. Vitor já fez mais de quatro visitas na área.

Segundo, foi uma praça inaugurada, no Parque Europa, em frente à antena da

Record e no fundo da Record, também uma praça inaugurada, feita, organizada sem iluminação pública.

Então faltam quatro postes para serem colocados. Quando chegamos à Subprefeitura para fazer o SAC, os funcionários são burros. São piores do que eu que sou analfabeto, não sabem fazer uma localização. Isso não pode acontecer. Eles colocam o endereço errado do local onde se pretende por a iluminação pública. Tem de corrigir lá na Ilume. Por isso estou falando diretamente para o senhor, porque pensei que era Eletropaulo.

Mais uma questão, o que é bandeira verde, o que é bandeira vermelha. Quero esclarecimento para a gente saber o que é isso, porque a maioria recebe a conta bandeira vermelha. Por quê?

Outra coisa, a instalação das redes está sendo feita na Rua Hungria, na Record, foi feita. Localizei diversos companheiros, diversos bairros e também já foram feitas. Por que tantos parafusos e tantas porcas jogados no chão após a instalação?

Só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra a Sra. Ana Lopes.

A SRA. ANA LOPES – Quero dizer que a Ilume esteve na Associação, ficou comigo lá uns três ou quatro meses, deixou a Associação bonitinha, colocou as luzes. E ficaram na favela colocando aqueles canos, aqueles fios naqueles barracos que estavam pegando fogo.

Está de parabéns a Ilume, mas para conseguir isso foi uma luta doida. E tem gente que não tem a mesma sorte que eu tive. Eu consegui porque a Ilume estava comigo, quatro meses na Associação. Ficou lá, ele comia ia embora e vinha no outro dia de manhã. Guardou um bocado de coisas lá dentro e com muito cuidado.

Eu consegui colocar luz nas minhas vielas. Ainda ficou faltando uma, a Viela Sandro Lee que está sem luz. Então a Ilume ficou lá comigo, consegui arrumar todos os pedidos. Consegui colocar luz nas vielas, mas queimou e pedi para voltar, para trocar a luz e não voltaram, porque depois que foram embora, há mais ou menos uns oito meses, ali na Associação Unidos Campo de Fora e Parque Santo Antonio. Então eles foram embora e as luzes queimaram, acabaram, destruíram e estamos sem luz de novo. Quero ter uma resposta. A Associação está de portas abertas para receber. É só isso que queria pedir.

E também quero falar que o 156 não atende a gente. Ontem fiquei no 156 duas horas. Peguei o telefone, fiz o almoço, aquela musiquinha me tentando. Um ódio que fiquei. Deu vontade de quebrar aquela abençoada, porque fiquei duas horas nesse telefone, comecei a xingar a mulher, não sei se ela estava me ouvindo. Aí que ela conseguiu me escutar. Mas não atende a gente, se não atende não há nada para fazer. Se a gente liga para o 156 e eles não atende vai caindo, porque não atende a gente para poder fazer os pedidos. Os problemas vão ter de cair, mas não é que caíram, estão todos lá. Estão escondidos. Desculpa, mas é cruel.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Pode ficar à vontade para falar. Obrigado. Agora, vai falar o Jorge.

O SR. JORGE – Bom dia. Quero fazer uma pergunta para ele e para o Ricardo Nunes, que é importante por causa da mãe dele. Na realidade estamos com um problema na Favela Jardim Santa José Fina, porque em vários lugares não foi colocada iluminação.

Já reclamamos e fizemos pedidos para o Sr. Vitor. Foi feito o pedido e não foi resolvido. Nós estamos com um grande problema, há cinco anos foi colocada iluminação nessa rua: Estrada do Mambu, Ponte Alta, que é onde a mãe dele tem um sítio. São 15 quilômetros de ruas de terra, em que fica a luz acesa 24 horas e, em vários lugares, apagada.

Foi reclamado na Subprefeitura do Embu-Guaçu, Subprefeitura de Parelheiros, com o Sr. Vitor, nós fizemos pedidos também, mas, até hoje, nada foi resolvido.

Quando ligam da Eletropaulo para fazerem uma cobrança nós o atendemos na hora, mas quando vamos fazer uma reclamação, eles não nos atendem.

É só isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (MILTON LEITE) – Tem a palavra a Sra. Dorinha.

A SRA. DORINHA – Bom dia a todos.

A minha reclamação é a mesma.

Temos o Sr. Vítor, nós ficamos direto cobrando, e ele, andando com a gente, pedindo ajuda.

Sou Dorinha, da Chácara Santana. Ali na Alberto de Almeida tem o colégio Mário Moura e uma UBS. As lâmpadas estão todas queimadas. A gente pede, e eles não arrumam. Acontecem assaltos.

No Daniel Klenn, há uma praça, onde há duas creches, e uma viela na Rua Bonifácio Montserrat, que dá acesso à M'Boi Mirim. Não há ali nenhuma lâmpada. Tem um poste em frente a casa número 77. Todos os dias lá ocorrem assaltos, e isso preocupa muito a gente.

Se tiver iluminação, ocorrerá menos assaltos.

Há ali uma comunidade com mais de 300 famílias, que tem acesso pela por três ruas: a Pedro Durant, a Maria Batista e a Francisco Xavier de Sales. Há mais de 5 anos foi pedida iluminação para aquela comunidade, pelo menos, quatro postes de luz.

Acontecem assaltos direto naquelas três ruas que dão acesso.

Ali na Baltazar de Sá, também, tem uma viela, que dá acesso à Umberto de Almeida, que está com as luzes todas apagadas também.

Os assaltos diários é o que preocupa a gente. Nós que moramos e somos representantes do bairro ficamos preocupados. Todos vão à associação e nos pedem para dar um jeito.

Então, estou aqui hoje para pedir encarecidamente.

É bom falar como está iluminada a 9 de julho e outros lugares, mas olhem para a periferia, onde moram as pessoas mais pobres que chegam a pé, nas vielas; ali, também, tem as pessoas que não gostam de trabalhar nem estudar e estão esperando para tomar celulares, diariamente.

Outro dia, às 18h30, nessa viela, pegaram o celular de uma mulher e ainda bateram nela. Como o celular era velho, a xingaram de vagabunda e bateram nela.

Então, que vocês olhem um pouquinho mais para a periferia.

Tenho mais de 10 protocolos.

Peço que vocês nos ajudem. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (MILTON LEITE) – Tem a palavra o Sr. Vítor Gonzales.

O SR. VITOR GONZALES – Nobres Vereadores Ricardo Nunes e Milton Leite; Diretor do Ilume, José Alberto Serra.

Foi dado esse espaço para podermos falar.

Sou Presidente de uma comunidade há 42 anos. Fui reeleito para mais 3 anos. Não quero mais. Mas o povo exige que eu seja, porque quando eu cheguei nesse bairro, o Ricardo Nunes era pequenininho. Hoje, é empresário, ficou rico, é casado, tem filho, tem tudo, mas é problema dele.

Agora, é o seguinte: muitas pessoas que falaram aqui, disseram o meu nome. Por que? Porque me procuram todos os dias ou todas as semanas e tudo o mais.

O Alberto Serra sabe porque já fui umas quatro vezes lá encher o saco dele.

Agora, como eu falo como ele, eu tenho um pacote que não foi atendido. Não temos que falar bobagem, porque tem bairro iluminado e que também tem assalto. A escola tem diretora e ladrão assalta a escola também. Não precisa estar escuro para assaltar. Hoje em dia, o cara assalta, fuma maconha, na frente de todo mundo.

Agora, que esse pessoal tem que aprender a trabalhar, isso tem. E nós temos que pedir que eles aprendam a trabalhar, porque tem um bando de burros e burras lá. Brigo todos os dias lá.

Eu queria descobrir quem foi o animal de quatro patas que inventou aquele programa da Ilume.

Porque, por exemplo, há um bairro com 9 ruas sem iluminação, mas o programa só aceita 3 pedidos. Daí, você tem que ligar, novamente, no 0800, e ficar ouvindo aquela

conversinha fiada ou aquela musiquinha. E não resolvem nada. Dão um prazo que se tornam 72 meses.

Então, eu queria descobrir quem foi o burro que fez aquele programa.

E outra coisa: têm que treinar as pessoas.

Hoje a Prefeitura não tem quase funcionários; são quase todos terceirizados. Então, pegaram a laço. Por que sua luz está acesa o dia inteiro? Porque foi um burro que subiu na escada. Eles pegaram: "Oh, vocês está desempregado, venha aqui". "Mas eu não sei" "Não, mas a gente dá um cursinho de um dia" e ensinam a colocar a lâmpada, mas não ensinam sobre circuito.

É por isso que temos milhares de ruas em São Paulo o dia inteiro iluminadas e à noite escuras.

Então, meu amigo, Alberto Serra, não preciso citar ruas nem nada. Tenho aqui toda a documentação bem organizada.

Agora, lembro-me de quando o Sarney foi Presidente da República. Ele disse: "Compramos 50 milhões de livros didáticos". Agora, quem contou os livros? Assim como Marta disse que colocou 65 mil lâmpadas. Quem foi contar as lâmpadas, se a cidade é escura? Agora, disse o cidadão que 45 mil lâmpadas já foram instaladas, que tem não sei quantas mais para instalar, quem é o cidadão que vai contar?

É como uma prestação de contas de um condomínio. Ele disse que tirou mil xerox. Mentira! Nunca tirou. É só para roubar!

Eu vou terminar.

Eu queria falar por último: as ruas que a Prefeitura urbanizou nas periferias, nas comunidades – que agora não pode falar favela -, ela urbanizou bonitinho, fez canalização, fez casinha, só que arrancou todos os postes e luminárias que existiam.

Agora é uma luta nossa todos os dias, cobrando para serem iluminadas novamente.

Para que arrancaram? Com a conversa fiada que "não, daqui a pouco, vem outra equipe para iluminar". E todas as comunidades que foram urbanizadas estão escuras.

Está aqui a prova: a Prefeitura faz obras, aqui no Largo do Socorro está tudo escuro, tem assalto a toda hora, na Ponte do Socorro.

Eu pedi pelo amor de Deus para meu amigo Alberto Serra, mandei um e-mail, falei com ele, inclusive, estava indo almoçar, mas teve a gentileza de me atender, porque ninguém mais aguenta. Ali há muitas indústrias. Todas as pessoas atravessam a pé e são obrigados a atravessar no escuro. Tem ali uma padaria que se chama Indiana. Fiz um mapa, um croqui, tudo, por favor, atenda a gente.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra a Sra. Marlene.

A SRA. MARLENE – Bom dia. A minha comunidade está do jeito que aquele senhor falou. Foi trocados todos os postes e não instalaram iluminação na rua. Estamos na escuridão. Além disso, estão fazendo a medição das contas de luz, mas não estão entregando para nós. Está um absurdo a nossa conta! R\$ 200,00, R\$300,00. Sendo que, quando nós não pagávamos tínhamos luz, agora que pagamos estamos no escuro. Quero saber o que está acontecendo.

Já ando com a minha coluna doendo de tanto andar, porque vou à Prefeitura e me mandam para a Eletropaulo; vou até a Eletropaulo e me mandam para a Prefeitura. Eu virei uma bolinha de ping-pong. E como representante da comunidade, a cobrança vem para mim. Por isso, o que está acontecendo? Vamos ter de pagar o carteiro para entregar a nossa conta? Além de a conta ser alta ainda temos de pagar R\$ 1,50 para retirar a conta?

Ele está com o meu papel, esteve na minha comunidade, fez mapa e tudo. Fora o que tenho aqui, em mãos: "Do dia 14 de junho de 2014". Não é deste ano, não.

Está um descaso com a minha comunidade, e não só com isso, é descaso com tudo. Ninguém resolve nada. Sei que estamos falando de iluminação aqui, mas também vou falar de urbanização, porque desde 1974 que vivemos numa calamidade. É casa caindo, e ninguém faz nada!

E além de agora vivermos no meio da calamidade, vivemos no escuro. E quem gosta de escuridão é o Satanás. Não aguento mais isso!

Não ouvi o senhor falando de Parelheiros, nem de Grajaú. É lá que mora o povo pobre, as pessoas carentes, os humilhados. E acredito que não sou só eu que está revoltada com isso, porque é muita conversa e pouca ação. E gosto de ação, porque, como representante do meu povo, gosto de falar e fazer. E não recebo salário para isso. O meu trabalho é voluntário.

Espero que a minha comunidade seja iluminada.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra a Sra. Gisele Borges.

A SRA. GISELE BORGES – Bom dia. No meu caso, é uma viela que, desde 2012, foram instalados 12 postes, mas não têm iluminação. Este ano, duas pessoas caíram naquela viela e morreram, porque ninguém viu, porque não tem luz.

Essa viela se chama Vereador Milton Leite, porque ele é o único que está olhando para nós. Já pedimos, o Sr. Vitor já foi, e ninguém faz nada. É na rua Basílio Teles, nº 619. Perdemos duas pessoas por falta da luz. É revolta, gente! Desde 2012 os postes estão lá, mas cadê a luz?

Hoje, por favor, já estão indo para o lado do Capão Redondo, entra na favela, porque é lá que eu moro; não é na av. Carlos Caldeira Filho, onde só passa carro, mas é onde está o povo sofrido, roubado.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra a Sra. Rosângela.

A SRA. ROSÂNGELA – Sou liderança no Jardim Sabiá. Bom dia a todos. Moro há 25 anos na Av. Paulo Guilguer Reimberg, e tem duas ruas no Jardim Sabiá com problema: Na rua Agenor Klaussner, onde tem um asilo com 800 famílias ocupando, tem assalto todo dia. E como liderança de bairro, somos cobrados para procurar o Vereador. O Vereador Milton Leite tem projeto, mas o Prefeito não libera o dinheiro para ele.

Participei de um comício aqui em que o Governador Geraldo Alckmin se prontificou a fazer muita coisa. E estamos à espera disso. O PT está um ó. Todos os dias, escutamos alguém falando mal do Prefeito Fernando Haddad, que caiu de paraquedas e não está dando conta do recado.

Então peço para o senhor, cuide de nossas ruas, dê a oportunidade para o Vereador trabalhar por nós lá, porque não depende do Vereador desengavetar. Projeto ele tem, mas os senhores ficam segurando o dinheiro.

Tem um projeto de luzes LED nas ruas, primeiro o senhor vai arrumar as ruas que estão escuras, depois o senhor instala uma LED. E aqui tem muito poucas pessoas que têm cultura para saber quantos milhões são gastos num projeto como esse. Eu mesma estou aprendendo com o caso da Petrobras, com tanto roubo.

Não adianta o senhor vir aqui hoje e engavetar o projeto depois, como se fosse arquivo de bandido, que é preso e no dia seguinte sai pela porta da frente.

Por gentileza, dá essa oportunidade para os Vereadores que estão aqui em prol da luta na periferia. Tenho ouvido falar do trabalho do Vereador Ricardo Nunes, além do Vereador Milton Leite, de quem não abro mão de votar, porque quando boto na porta dele, ele me atende, e a campanha dele é limpa. O Silvão pede para nós, quando saímos às ruas na época de eleição: "Faz uma campanha limpa, para termos bom retorno".

A rua Agenor Klaussner é uma travessa da Av. Paulo Guilguer Reimberg. E a rua Rodolfo Arizaga, onde tem assalto todo dia.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Cordeiro.

O SR. CORDEIRO – Bom dia. Eu moro num dos bairros mais pobres, porque não tem asfalto nas ruas, nada. Mas tem a luz, nós compramos os fios e instalamos por cima dos postes da Telefônica para iluminar as nossas casas.

Gostaria de pedir se daria para arrumar pelo menos um poste nessas suas. São

oito ruas no Jardim Aracati, Chácara Flora, Chácara Bandeirantes, Cidade Ipava. No Jardim Aracati, tem luz, mas é muito difícil porque quase toda semana tem de trocar um monte de lâmpadas da rua, porque estão tudo queimadas.

Então peço a possibilidade de arrumar a luz para nós, porque não queremos nada de graça, queremos pagar a luz. É uma pouca vergonha o nosso bairro. Peço encarecidamente aos senhores que melhorem o nosso bairro, que está da mesma forma há 20 anos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vamos passar às respostas.

O SR. – Primeiro, quem não quer ouvir o povo, quem não quer ouvir a verdade, não pode estar no serviço público. Estamos aqui para isso, para ouvir, para saber onde está chegando, e por que não está chegando. Essa oportunidade é importante para ouvi-los e para dar uma resposta, porque senão vão me cobrar. O nosso compromisso é dar uma resposta. Pode não ser imediata, mas responderemos.

Os Vereadores Milton Leite e Ricardo Nunes dará um posicionamento aos senhores. Vamos cumprir a nossa obrigação. Sei que não resolve o que estou dizendo, mas quero manifestar a nossa disposição de resolver.

Vou passar a palavra ao Sr. Alberto é o Diretor do Ilume e atende essas demandas, organiza o serviço e pode determinar a solução desses problemas.

O SR. JOSÉ ALBERTO SERRA DE ALMEIDA – Vamos começar pelo túnel de Itaquera e 9 de Julho. O que aconteceu no túnel de Itaquera foi o seguinte: A infraestrutura do túnel de Itaquera foi feita pelo Governo do Estado e passaram para nós todo o conjunto já pronto, e toda a iluminação. Porém, recebemos sem reserva técnica. Acontece que a Prefeitura de São Paulo só trabalha com produto homologado, e não temos autorização para comprar o que não está homologado.

O túnel de Itaquera foi roubado, já levaram uns 40% das luminárias, e estamos comprando para repor. Além disso, temos um problema de instalação que, diferentemente dos outros túneis, a iluminação fica na parede, então as pessoas roubam as luminárias. Então estamos mudando o projeto para instalar as luminárias no teto, como são os túneis do Centro etc.

Enfim, o principal problema de Itaquera é que recebemos o conjunto sem reserva técnica. Já no túnel 9 de Julho, estamos repondo os cabos, que foram roubados.

O SR. – Esse é um problema sério que temos na Cidade, o roubo de cabo. Mas isso vai acabar, porque usamos uma rede própria da Prefeitura que fica desligada durante o dia, então o ladrão consegue mexer no fio.

Vamos acabar com essa rede e usaremos a rede da Eletropaulo, que fica ligada direto, então não terá como roubar os cabos.

Também tem problema que é da Eletropaulo, e a Eletropaulo é do Governo do Estado. Ilume é da Prefeitura. Então o que for problema nosso resolveremos, e o que for da Eletropaulo ajudaremos a cobrar.

O SR. JOSÉ ALBERTO SERRA DE ALMEIDA – Alguém falou do entorno das escolas, do uso do Infocrim. Recebemos o Infocrim mensalmente e vamos iniciar iluminando exatamente os locais mais vulneráveis.

Alguém também falou da penalidade das empresas. Hoje elas já são penalizadas quando não atendem a um pedido, a empresa que não atender um pedido, em 72 horas, são punidas por isso.

Sobre o deficit de iluminação pública, hoje estamos trabalhando com um deficit de 76.000. Isso é material que colhemos nas Subprefeituras, são pedidos antigos, e eram muito mais. Não estamos furando fila. Estamos atendendo pedidos de 2008, 2009, 2010. Estamos numa sequência, até porque o deficit é muito grande mesmo.

Sobre a iluminação, Sr. Vitor, nós temos o endereço de cada uma das que foram feitas em São Paulo, e está aberto para qualquer cidadão conferir as 47.000 instalações, que têm endereço.

O SR. – E tem fiscalização do Tribunal de Contas, da Câmara Municipal e do

Ministério Público. Ninguém está inventando serviço.

O SR. JOSÉ ALBERTO SERRA DE ALMEIDA – Não vou responder por outras gestões, mas na nossa gestão temos esse controle. Está na página da transparência cada um deles, todos os 188 pontos que remodelamos têm endereço e qualquer cidadão pode conferir.

O Sr. Amaral falou sobre a viela Vitória. Estamos finalizando o projeto. Não está pronto, de fato, porque havia muitos antes dele. Não paramos outros projetos para fazer esse, porque estamos seguindo a ordem dos pedidos. Acredito que a sua prioridade não é maior do que a prioridade do seu vizinho. Estamos respeitando isso.

Às vezes, o líder comunitário nos leva muitas demandas, mas está percorrendo o caminho errado, porque a competência de autorizar a iluminação na Cidade não é do Ilume. Nós executamos uma determinação. Então, o caminho correto é a Subprefeitura, que vai falar se a rua é regular, ou não. O Ministério Público está no nosso pé, nós não podemos iluminar ruas que não são reconhecidas pelo Município, porque não é propriedade do Município. Então, nós temos esses casos.

Muitos dos casos que as lideranças nos levam são irregulares. Estou pedindo ajuda ao Subprefeito.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Minha intervenção é apenas para fazer um parêntesis em sua colocação.

Na minha fala disse o seguinte: estamos tratando da iluminação pública. Além da reclamação que o povo faz, parece-me que está faltando uma série de pontos. Veja o que disse: formas e reclamações da população e sanções, porque fica esse caminho. O povo vai batendo aonde? É no tal telefone. Ele quer bater e ter eficiência. Feito o registro em órgão, independente, para que a empresa, futura da PPP, que ganhe a licitação, vá responder para que o Sr. Vitor não fique lá todo o dia ou o Sr. Cordeiro, o Sr. Benedito, o Sr. Eusébio ou a Sra. Ana Lopes reclamando da viela.

Tem de haver uma forma de comunicação da população com o órgão. Não havendo, dá o registro e a sanção. Se não atende, não vai receber por isso, senão vai ficar na mesma, apenas vai trocar de endereço. Sai da Prefeitura, vai para um órgão público, para uma agência, e o povo continua sem reclamar. Isso é porque estamos tratando da PPP.

Há problema no atual sistema? Vamos olhar o futuro. Temos de otimizar e dar vazão ao futuro. Se bater à Prefeitura a reclamação, na mesma hora, a praça de atendimento encaminha. Se bater no Ilumine, caminha. Onde o povo bater tem de ser atendido. Onde reclamar, tem de ser atendido. Senão fica daqui para lá, de lá para cá. Não! Ligou, atende e encaminha. Esse é o sistema que tem de ser feito.

Qual é o número para a população ligar? É o número 200 para reclamar? Então é lá que tem de ligar para reclamar, não paga nada. É um exemplo que estou dando. E assim, a população já sabe. Liga no número 200 para falar da lâmpada. E por que não dá. Temos de otimizar e facilitar a vida do povo, senão todo mundo tem de sair do bairro para correr atrás. Todas as ligações devem ser gravadas e salvas. No novo sistema temos de pensar na otimização do futuro.

No atual resta saber que há uma série de demandas represadas, atrasadas e longas. Pelo que estamos vendo, o senhor conhece a grande maioria delas, mas há falhas que precisam ser corrigidas, principalmente no contato com a população. As pessoas têm dificuldade no atendimento. Se for dada uma satisfação, por exemplo, que a demanda tem previsão de ser atendida em dois meses. Forneça a data e cumpra. Ou daqui a 30, 60 ou 90 dias, mas que se cumpra. É isso. A população busca resposta.

Pode continuar, Sr. Serra.

O SR. JOSÉ ALBERTO SERRA DE ALMEIDA – Deixa continuar. O canal correto, quando se trata de manutenção – a gente acaba usando o número errado –, é 0800 779.0156. Esse é o número correto para manutenção. Não existe outro canal. Não adianta ir a Siurb.

O que fizemos a mais agora? Abrimos outro canal que serve para quem tem *smartfone*. Quem tem, basta ficar embaixo da lâmpada e bater uma foto. Há todo um procedimento para isso. Não precisa mandar o nome da rua, apenas qual o problema. Esse

procedimento cai direto no Ilume. Esse aplicativo se chama TakeVista. Já estão prontos os cartazes e vamos começar a distribuir às Subprefeituras. Esse canal facilita o nosso contato.

Respondendo ao Sr. Amaral a respeito da viela Vitória, esse projeto está em andamento. Não está esquecido. Ele está sendo concluído. Não estou lembrando o nome da praça.

Agora, com relação à reclamação da Sra. Ana Lopes de que a rua Santo Antonio fica o tempo todo apagada. Dona Ana, vou verificar pessoalmente isso hoje. Diariamente, faço uma verificação dos protocolos não atendidos. Não vi essa rua como não atendida. Vou buscar, porque, de repente, pode ser que o munícipe não tenha usado o 0800. Se usou, esse nome fica registrado e temos como ver. Vou verificar isso.

Quanto ao tempo de atendimento, hoje em São Paulo, há um *callcenter* da Prefeitura com 30 números em reserva. Não quer dizer que a pessoa não atendeu na hora. Se os 30 números estiverem ocupados, ela fica na fila. Quando liberar o primeiro, cai o próximo. O nosso *callcenter* possui apenas 30 números. É o que temos hoje e estamos tentando melhorar isso, mas, às vezes, se chove na região, muita gente liga ao mesmo tempo. A gente procura que o atendimento seja o mais curto possível para facilitar.

A demanda da Dorinha, da Chácara Santo Antonio. A senhora falou que a rua Maria Almeida está apagada. É isso?

- Manifestação na galeria.

O SR. JOSÉ ALBERTO SERRA DE ALMEIDA – Não está mais? Vamos verificar também. Verificarei esse problema ainda hoje. Garanto ao senhor, Sr. Vitor.

Há alguns pontos, que nos foram pedidos, mas é irregular e estamos buscando caminhos junto à Subprefeitura. Já houve em algumas Subprefeituras que, apesar da rua ser irregular, há uma justificativa devido ao tempo de ocupação. Enfim, o Jurídico justifica e nos autoriza a iluminar. Em outros, alguns Subprefeitos não estão fazendo isso, mas há muitos exemplos do que foi feito. Há justificativa jurídica e temos feito, mas há casos parados por irregularidade.

- Manifestação na galeria.

O SR. JOSÉ ALBERTO SERRA DE ALMEIDA – Acho que a Vitória é uma delas. Já pedi, falei com o Subprefeito, mas estou aguardando uma autorização. O Ilume não pode simplesmente ir ao local e colocar uma luminária.

- Manifestação na galeria.

O SR. JOSÉ ALBERTO SERRA DE ALMEIDA – Em alguns casos, a Prefeitura tem dado. Há muitos exemplos do Campo Limpo, no M'Boi Mirim, em Perus, em São Mateus na Cidade Ademar. O Subprefeito da Cidade Ademar autorizou umas 30 ruas e justificando. Ele tem apoio jurídico para fazer isso. Há casos em que precisamos do apoio do Subprefeito e de sua equipe.

- Manifestação na galeria.

O SR. JOSÉ ALBERTO SERRA DE ALMEIDA – Todos respondem o mesmo: que o processo vá até eles. O TCM de fato pega e alguns têm medo. Outros têm boa justificativa jurídica e têm feito. Temos feito muito.

Vou falar com a Subprefeita do Butantã a respeito da rua Camarazal. Há algumas pontos que vou tratar com ela para ver se conseguimos resolver o problema. Parece que tem uma viela, enfim algo na Camarazal.

Dona Marlene, regularização não é a Prefeitura que faz. É a Eletropaulo. De fato eles foram até o local, arrancaram e fizeram novo custeamento, que não contempla iluminação pública. O novo custeamento contempla a iluminação residencial. Nesse caso, a senhora tem de fazer a solicitação na Subprefeitura fornecendo esses endereços para providenciarmos a iluminação para o local. Na nossa conta de luz há um problema, nela constam dois números 0800. Às vezes o cidadão liga para o Ilume achando que é a Eletropaulo. O primeiro número da conta de luz é da Ilume. A Eletropaulo deixa o número deles por último. Normalmente, a pessoa liga no primeiro número 0800 que encontra e nos cobra, mas não é a Prefeitura que resolve esses casos. Podemos até entrar em contato com a Eletropaulo, mas com relação a

esse caso, a senhora poderia me passar o endereço certinho para vermos o que conseguimos fazer.

A Sra. Gisela fala da viela sem iluminação. Vamos verificar esse caso.

- Manifestação na galeria.

O SR. JOSÉ ALBERTO SERRA DE ALMEIDA – Sr. Vitor, todo pedido que nos chega, sem exceção, enviamos uma equipe técnica ao local. Costumamos pedir ao morador que acompanhe a nossa equipe técnica.

Não temos mandado uma pessoa que não seja da área.

Qualquer rua em São Paulo onde não tenha iluminação pública, qualquer morador entra e, de imediato, nós isentamos da cobrança do Cosip. O que nós temos feito? Na nossa gestão, nós não isentamos ninguém. Até agora, todos que pediram, como era caso emergencial, nós fomos lá e iluminamos. Em São Paulo, temos só 500 casos – pelo menos, registrados – que chegaram ao llume, e foram isentos.

Outro problema é que, na regularização da Eletropaulo, o llume trabalho como? Para não errar o endereço tem de ter o CEP; e a Eletropaulo regulariza, tomo como CEP a rua principal, e as vielas não têm endereços. A Eletropaulo tem o seu próprio cadastro; nós trabalhamos com cadastro público. Então estamos resolvendo esses casos.

Estamos pedindo aos moradores de vielas para localizar o número da via principal, onde começa a viela. De fato, são muitos casos assim em São Paulo. A Sra. Rosângela, do Jardim Sabiá, falou dessas duas ruas, e vamos verificar hoje também.

Os senhores podem não acreditar, mas muitos casos de ruas que estão com lâmpada apagada é por desconhecimento; outros casos é por problemas localizados, com obras no local, como é o caso do Sr. Vitor, que está tendo uma obra no local, e não foi o llume que apagou, foi a equipe que está trabalhando na obra que interferiu no nosso circuito.

O mesmo está acontecendo na av. Rio Branco, que está apagada, mas não foi o llume que apagou, foi uma empresa que está trabalhando e seccionou o nosso cabo. Estamos correndo para regularizar. São casos de obras públicas acontecendo no local.

Sobre as lâmpadas apagadas, por favor, me passem o endereço que vamos verificar isso hoje e resolveremos. Estamos trabalhando para não haver lâmpadas apagadas na Cidade. Isso é manutenção e temos como resolver de imediato. O que acontece é que, às vezes, não temos a informação.

Como o Sr. Renato falou, por que estamos indo para a PPP? Queremos ter um centro de controle, alguém que consiga enxergar a Cidade, porque não consegue enxergar a Cidade quando depende de uma ligação. Então, se ninguém ligar, não temos como saber. Mas todos que levantaram o endereço aqui, vamos tomar a ação ainda hoje, porque temos como resolver de imediato qualquer problema de manutenção de iluminação. O número do telefone é 0800 779 0156.

Nós temos uma estrutura na rua que consegue resolver todos os casos.

Os que não foram resolvidos é por informação errada, ou não chegaram ao llume. Isso nós afirmamos. Passem o endereço todos o que levantaram hoje, nós aprovaremos para vocês que nós temos capacidade técnica de resolver.

O CSO, no futuro, vai nos ajudar, vamos ter uma visão maior e enxergar independente de ligação ou não. Isso está sendo previsto.

Estão previstas no novo contrato todas as penalidades a que o Vereador se referiu. Com certeza, vamos ter uma resposta melhor para a cidade. Não há dúvida quanto a isso.

O SR. LUCIANO CESAR ALAKIJA PALMA - Vereador Ricardo Nunes, muito obrigado por esperar um pouco mais.

Meu nome é Luciano César Alakija Palma, moro na Vila Anastácio, sou de Salvador, moro em São Paulo há muito tempo, vim para cá em 2005. Graças a Deus tive a oportunidade de estudar e hoje eu trabalho numa empresa. Para ir para o trabalho pego o trem na Vila Anastácio, faço uma baldeação e ao ir para a Estação Presidente Altino, há uma ponte para passar. Vou utilizar o aplicativo para tirar uma foto, porque a iluminação dessa ponte está bem deteriorada.

Só peço que, de repente, poderíamos dar outro nome para esse aplicativo, porque *TakeVista*, enfim...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. LUCIANO CESAR ALAKIJA PALMA – Não é da Prefeitura.

É que eu consegui entender o nome do aplicativo, porque tive a oportunidade de estudar e falo inglês, mas a população, o povo – eu sou parte do povo também – mas se o senhor for perguntar para todos aqui, ninguém entendeu o nome do aplicativo e ninguém vai conseguir usar. Vou virar um fotógrafo da Cidade, vou tirar fotos, porque há muitos lugares.

O povo para tirar foto precisa entender também. Aliás, há gente que não tem nem *smartfone* aqui, não dá nem saber como tirar o aplicativo. Quem tem *smartfone* aqui? (Pausa) Ninguém tem nem como baixar o aplicativo.

O SR. JOSÉ ALBERTO SERRA DE ALMEIDA – Esse é mais um canal, há outros canais, temos mais um canal de comunicação. Esse é um a mais.

O SR. LUCIANO CESAR ALAKIJA PALMA – Está ok.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Deixa só esclarecer: tem uma fila, você entrou por último e falou primeiro. Há fila de inscritos e eu gosto de ser democrático. Está bom?

O SR. LUCIANO CESAR ALAKIJA PALMA – Me desculpe. Tem mais gente aqui?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Tem uma fila enorme antes de você.

O SR. LUCIANO CESAR ALAKIJA PALMA – E quem mais vai falar?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Há fila de inscritos.

O SR. LUCIANO CESAR ALAKIJA PALMA – Me desculpe. Vou esperar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Agora fala o Benedito Oliveira, Jurema, Lázaro, Genivaldo, Maria Luiza, Vicente - a Rosângela já falou -, Josenildo e o Luciano é o último.

Se for reclamação, vou pedir que o Serra venha aqui, eu encerro a audiência pública e ficamos aqui passando os dados para ele atender. Senão vamos ficar debatendo e na audiência pública não dá.

Pergunto: dos inscritos, são reclamações?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Reclamação e pedido é a mesma coisa.

Se for para falar da Parceria Público Privada é uma história, vou pedir para que falem ao microfone; as reclamações, vou pedir que faça uma fila e vamos despachar com o Serra e o Renato. Reclamações ou pedidos nós fazemos aqui.

Vamos otimizar. Alguém mais deseja falar da PPP. Então está.

Benê, se for da PPP vou deixar falar.

O SR. BENEDITO DE OLIVEIRA – É da PPP. É o seguinte: escutamos você falar de que colocou lâmpada de led em Itaquera, fez a zona Leste tal. Gostaria que essa Parceria Público Privada, olhasse primeiro para as artérias. Você não falou em Sabará, em Alvarenga, em, Av. Alda, Dr. Cardoso de Melo Neto, não falou em Fanfula, na Vila Clara. Você não falou em Cupecê. A Cupecê é grande. Só que nessa Cupecê, temos um monte de artérias. Você falou em Subprefeitura que fez trinta ruas. Eu vou levantar essas trinta ruas, porque moro na Pedreira há 40 anos. Eu não vi ainda. O melhor 156 que temos, é o gabinete do nobre Vereador Milton Leite. Se eu não vou lá, a Pedreira está escura.

Então queria saber de vocês o que vocês farão. Querem a parceria. Vai ter a parceria. O que será feito lá? Não quero saber da zona Leste. Não quero saber do Itaquerao. Não quero saber do Centro da Cidade, mas sim, de onde moro, onde tem o problema. Temos 500 famílias na Mata virgem, estrada da Água Santa. Tem dois pontos de iluminação. Essa parceria pública privada vai para lá atender? É isso que quero saber. A Rua Dr. Cardoso de Melo Neto, ela corta da Estrada do Alvarenga, até a Av. Alda, 30% dela é iluminado. O resto é tudo escuro. Vai atender? A Rua Fanfula, corta da Yervant até a Sabará. O Alvarenga vai atender? É isso que queremos saber. Não adianta falar vamos colocar led, é milhões, bilhões... É isso que queremos saber. É só.

(NÃO IDENTIFICADO) – O led é um produto eletrônico. Não é só chegar o poste e

instalar ele lá. Hoje temos de trocar fiações existentes, fazer uma nova infraestrutura, esse tem de ser obrigatoriamente, tem de ter um aterramento. Porque fizemos as avenidas que já tem uma infra. Porque só um piloto...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Esclarecer uma questão: quando fala aterramento, o fio terra. Não é enterramento de cabo.

(NÃO IDENTIFICADO) – Falo em todos os bairros, temos de fazer uma nova infraestrutura, para instalação do Led, isso está previsto na PPP. O que já estamos fazendo em led, são locais que tem uma infraestrutura mínima. Como é um piloto, são locais que estamos medindo, acompanhando, ver como é eu vai de comportar o led nessas regiões. Esses quatro projetos que temos prontos, serão feitos uma nova infraestrutura para fazer essa instalação, que também é piloto. Há outros locais vamos instalar, vamos fazer o acompanhamento de medição, do local como está indo a iluminação, tal. Por isso que não foram feitos, seria responsabilidade fazer. É fazer, ir lá só trocar e dois dias depois, quando estar ligando está tudo apagado. São produtos sensíveis que queimam...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Bene, a parceria, eu disse no início, nesse governo vamos discutir bastante antes de fazer e para os próximos, pelas minhas contas, 23 anos, quase oito governos para frente. Por isso temos de discutir com cuidado, quando vamos fazer uma parceria. Temos de pensar, não é nesse governo. Parceria público privado, não se faz para um prefeito, mas para a cidade. E o prefeito que está na vez implementando isso, tem de ouvir o povo.

(NÃO IDENTIFICADO) – Então Bene, toda cidade será contemplado. Os locais mais distantes do centro estão contemplados. Hoje fizemos muito, mas não conseguimos fazer mais com que temos. E precisamos de investimento em curto prazo, por isso a PPP.

(NÃO IDENTIFICADO) – Veja, se tivesse tudo lindo e maravilhoso, não estávamos aqui propondo fazer essa PPP. Estamos propondo fazer a PPP justamente porque sabemos que não está bom, e não chega onde tem chegar, aí a proposta é: em cinco anos da assinatura do contrato cumprir 100% da cidade.

Com a palavra o Sr. Genivaldo.

O SR. GENIVALDO – Sou conselheiro Tutelar de Parelheiros e represento aqui líder comunitário, do Jardim Eplin e Parelheiros. Algumas reivindicações da comunidade, existe uma viela, viela 41, onde foi feita a solicitação algumas vezes, o próprio vereador Milton Leite, com a presença do Vitor, quero parabenizar e dizer que foi feito a visita sim, mas foi trocado uma lâmpada, mas não foi feita a reivindicação da viela. Vou estar entregando ofício. A viela 41. Serei bem breve, mas como represento Parelheiros, Jardins das Fontes, moradores reclamam, estarei entregando o ofício. E como aconteceu aqui a questão de ter comentado sobre a escola, o vereador comentou sobre a escola, o fato da iluminação em frente a escola, existe uma escola no Jardim Eplin, o reverendo que não tem iluminação em frente. Também já fiz um abaixo-assinado, foi encaminhado para a CET a pedido que engaje também a iluminação, o pedido de um farol. Porque já aconteceram vários acidentes, inclusive com vítimas fatais, por falta de semáforo. Essa é minha reivindicação. Parabenizo a mesa e a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com a palavra o Sr. Luciano.

O SR. LUCIANO – Nobre Vereador irei falar sobre a PPP. Vou falar para a mesa, da importância da PPP e vou falar para o povo. A importância da PPP, para a mesa, isso tudo que esta acontecendo, todas essas reivindicações ficam bem evidente a importância desse projeto. Com este projeto, o que se espera, que entendo do Renato, é que isso não vai mais acontecer. Será resolvido, finalmente. Então vocês vão conseguir atender, a demanda da população com projeto desse estirpe. Essa é a importância desse projeto e que vocês possam realmente, avançar com esse projeto. Não só para atender a demanda da população, mas que vocês realmente possam responder, não ficar com a dona Marlene falou, esse pingue-pongue de partidos, pingue-pongue de responsáveis. Enfim, uma resposta efetiva para os problemas que acontece Renato. E para o Alberto, também que está aqui buscando resolver, escrever, tratar, mas não está sendo eficiente. A importância do projeto é a eficiência dele. Muito do que

o senhor falou, Sr. Alberto. A população quer, mas não entende. Ela precisa dos senhores. Ela precisa que isso seja feito.

Então, eu peço que Deus ilumine os senhores. Eu peço que Deus ilumine o Vereador. Eu peço que Deus ilumine todos os que são responsáveis por esse projeto.

Agora vou falar para todo mundo, para o povo. Eu sei que é difícil entender sobre PPP e *led*. Estamos lá no dia a dia, tendo que trabalhar. A gente não consegue nem se comunicar bem. Enquanto eu falo, há confusão. A gente não entende o que está acontecendo. A gente só quer melhorar de vida. A gente tem aqui representantes da Secretaria da Prefeitura. Há Vereadores aqui que a gente elege. Há também as empresas aí interessadas em oferecer esses serviços. Qual é a única coisa que a gente quer? É um pouco do que eu já falei. Espero que Deus ilumine os senhores. Não é São Paulo que precisa ser mais iluminado apenas. Se São Paulo for mais iluminada, vai ser muito melhor para a gente, porque, com a iluminação das ruas, a gente sabe que se reduz o risco de alguém ser assaltado.

Eu, quando volto do trabalho para minha casa, na região da Vila Anastácia, eu fico com medo, porque eu estou com minha mochila ali, e a região não está iluminada. Então, eu preciso que aquela região seja iluminada.

Eu entendi a importância desse projeto. Ele é muito importante. Os problemas que a gente está falando vão além da iluminação pública. São problemas de segurança e são problemas de Educação. São muitos outros problemas que a gente também quer que sejam resolvidos. Esse projeto não vai resolver o problema de São Paulo. Ele não vai resolver o problema dos hospitais e da educação, mas vai ajudar.

O que eu peço para todos os senhores? O que eu espero e desejo para todos os senhores? A mesma coisa que eu desejei para a Mesa. Eu espero que Deus ilumine a todos, porque não é São Paulo que precisa ser iluminada, somos nós.

Fiquem todos com Deus. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O Sr. Serra está atendendo às reclamações e aos pedidos.

O que se conclui nessa primeira audiência pública, numa preliminar? Por onde devemos começar? Onde não há iluminação ou há algum defeito. Deviam começar pelas reclamações. Já que vão gastar com iluminação, para se aperfeiçoar o que nós temos, se não todo o recurso da PPP, para dele vamos iniciar onde há demanda. Parte de isso pode ir para portas de escolas, hospitais ou próprios públicos. Uma parte claramente pode ser priorizada para as reclamações. Isso seria atendido com eficiência enorme, já com a lâmpada.

Quanto ao ponto, em havendo reclamação, quanto àquele orbital, o entorno de reclamação já poderia ser resolvido. Se for para atenderem quatro ou cinco reclamações, troquem e façam o serviço definitivo. Essa seria uma maneira de nós atendermos à população e priorizarmos. Se há uma reclamação na viela da Maria Luíza, falem o que deve ser feito e façam o serviço de uma só vez.

Há outro ponto que eu entendo que a PPP deva atender, onde há não iluminação. Não é justo alguém pagar conta da Cosip, da iluminação pública, e não sequer haver iluminação. Eu não quero que tirem a conta. Eu quero que coloquem iluminação lá. Iluminem lá.

A conclusão, o aprendizado foi muito hoje. A reclamação espelha o modelo que nós temos que fazer. Há o canal de comunicação. Nós devemos acatar onde nós temos problemas, na faixa de travessia de pedestre, onde reclamação por morte claramente em periferia, portas de escolas e pontos do Infocrim, onde estão reclamando.

Foi auscultada a população sempre. Os índices do Infocrim nem sempre refletem muito bem a reclamação da população. É claro que se colocam iluminação em torno de uma escola, naquele orbital, naquela região, vai se afastar aquele ponto de droga. Estando o lugar bonito, a história a outra, o meio é outro. Se vão, para dentro da escola, trocar as iluminações do próprio público, já se faz o entorno. Por isso, tem que estar no mesmo projeto. Nós não estamos fazendo algo não pensado. Se eu vou trocar dentro do próprio, já se troca a estrutura e fazem o entorno da escola. A Prefeitura não pode olhar também só para a escola pública

175
37-01
19
Câmara Municipal de São Paulo

municipal. As escolas estaduais funcionam à noite. Falo de um plano de escola. Nós não teremos dinheiro? É outro aprendizado que deve ser anotado.

O Estado pode contribuir com essa PPP, ou ele fará um programa? Ou nós podemos trazer o Estado para pagar a iluminação e fazer os próprios públicos, as escolas estaduais, quando já se prioriza aquele entorno da escola? Uma PPP não pode ser arrastada assim. Podemos falar: "Sr. Governador, nós vamos fazer a PPP e vamos iluminar os próprios com um modelo barato". Por isso, eu estou recomendando um estudo dentro de uma escola. Vamos priorizar. A equipe que vai fazer a escola já faz o entorno. O Estado pode ofertar recursos dessa PPP e fazer isso também, porque diminuiu o seu custo e aumenta a sua segurança. Então, nós podemos trazer isso. Ele oferta recursos. Ele pode aportar recursos do próprio dele. A PPP pode dar margem à vazão. Que ela receba esses recursos e ilumine a escola municipal, a escola estadual e já o entorno dela. Não adianta só isolar a municipal. Nós precisamos das estaduais também iluminadas, porque é onde há mais aulas à noite. Então, nós precisamos disso também.

O aprendizado hoje foi grande. Vamos chamar todas as empresas que têm iluminação. Vamos fazer os estudos e acrescentar. Por isso que nós não queremos pressa, saindo atropelando. Esse é um projeto que não vai para esta Administração, irá para oito administrações futuras, para oito Prefeitos futuros. Oito mandatos de quatro anos, em média, vão usufruir ou implementar esse programa. Estaremos usando esse sistema. Então, a gente não pode fazer tão correndo.

Se falam um ano, de uma maneira ou de outra, isso está funcionando. Vamos gastar um pouco mais de tempo para amadurecer mais e estarmos prontos para implementar. Quando não houver mais dúvida da população, façam licitação. Eu não sei por que há pressa do Governo em querer licitar. Comecem a chamar a atenção a esse interesse. Quando querem fazer, com muita pressa, e publicar, começam a desconfiar. Por que há essa pressa toda? Primeiro vamos ouvir o que a gente vai fazer. Dinheiro não é de ninguém, é de todos nós.

O Sr. Serra vê dificuldades, com aclamação ou não. Há reclamações. É verdade, mas nunca se furtou em atender. Está sempre atendendo às reclamações que nós temos para fazer. Não há problema algum em atender e encaminhar. É para isso que são pagos. É dinheiro nosso mesmo.

Quem tinha reclamação e ia falar sobre o pedido, nós vamos atender aqui. Agradeço a presença dos dois convidados.

A reunião com os Srs. Serra e Alberto não está encerrada, mas a audiência pública está encerrada.

Vamos continuar com a fila, para ver os pedidos e reclamações que não foram manifestos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

ILUMINACAO 176
J.D. PRAIA
FALA COM MANOEL
TEL 9-80288115
59319447

RUA DA PAZ
CEP. 04851712

RUA DA PALMEIRA
CEP. 04851708

RUA BEIRA RIO
CEP 04851210

RUA MAFRENSE
CEP. 04851713

RUA BELA VISTA
CEP. 04851721

ESTRADA DA LIGACAO
CEP. 04851501

Nos monadones pedimos a iluminação das Ruas abaixo.

TRAVESSA Progetada J. Almeida
cep. 04866-220

Rua da Barra Jardim Iporã
cep. 04865-045

Rua das Colinas J. Herplim
cep. 04866-000

Rua Nova Conquista J. Herplim
cep. 04866-000

Rua da Barra J. Iporã
cep. 04865-045

Iluminação da Praça localizada na
rua Carlos Drumon de Andrade Alt. nº 101
Jardim Herplim cep. 04866-000

R. Santista cep. 04884-080
Baieria Papai Noel

R. Bem Te Vi 04884-000 cep Papai Noel

R. Sabia 04884-00 cep Papai Noel

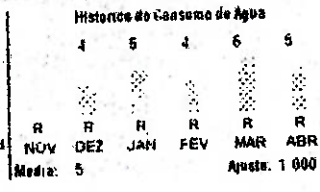
Sr Paulo Roberto de Silveira
 R. Der Conquistador da Vila Boa
 109 Condomínio Vile
 Pedindo a iluminação comum

Conta Mensal de Serviços de Água e/ou Esgotos
 RGI: 07483686/20
 No da Conta: 1413074306361
 GR: CR
 Mes. de Referência: MAIO/14
 Ind. R. Net. de C. Alim. Camargo: 00003
 Condomínio: Vidas - São Paulo/SP - CEP: 04862034
 Cliente: Ellen Rodrigues Quez
 Cod. Sabesp: 56200 005 2018 0513 0780 0000
 I consumo: Res + 0 C. ou + 0 Ind + 0 Pub
 Tipo de Faturamento: Comum
 Código do Cliente: 0006654073
 Tipo de Tipo de Água e Esgoto: Hidrometro Y111087423
 Folha 1 de 1

Apresentação	Data	Leitura	Consumo
Leitura Atual	10/05/14	82	m3
Leitura Anterior	12/05/14	76	6
Próxima Leitura	10/07/14		

Período de Consumo: 29 dias

Condição de Leitura: LEITURA NORMAL



Calculo do Valor da Conta Residencial Por Economia

Taxa Consumo (m3)	Consumo (m3) por Economia	Água Tarifa (R\$)	Água Valor (R\$)	Esgoto Tarifa (R\$)	Esgoto Valor (R\$)
Até 10	Mínimo	16,82	16,82	16,82	16,82
11 A 20		2,63		2,63	
21 A 30		6,57		6,57	
31 A 50		6,57		6,57	
Acima de 50		7,24		7,24	
			16,82		16,82

VI Água (Água + Ft. de Ajust. Econ) = 16,82 x 1,00000000 x 1 = 16,82
 VI Esgoto (Esgoto + Ft. de Ajust. Econ) = 16,82 x 1,00000000 x 1 = 16,82

Total Residencial (VI Água + VI Esgoto) = 33,64

Discriminação do Faturamento

Item	Valor (R\$)	Total a Pagar
Água	16,82	
Esgoto	16,82	
		R\$ 33,64

Vencimento: 26/06/14

No caso de pagamento em atraso
 Será acrescido de multa de 2%, mais atualização
 monetária com base na variação do IPCA/BG do
 mês anterior, mais juros de mora de 0,037% ao
 dia. A conta não paga até a data de vencimento

Rua Gramma 13A 962751127

Tributos	Aliquota(%)	Base de Cálculo(R\$)	Valor(R\$)
PIS/PASEP e CUFINS	7,30	33,64	2,46

Qualidade da Água

Parâmetros	Decreto Presidencial 54-80/05 Portaria Ministério da Saúde 2914/11	Turbidez	Cor	Cloro	Coliformes totais	Exatidão Cor
Mínimo Exigido		728	161	726	726	010
Amostras Realizadas		719	161	723	719	010
Amostras Padrão		707	160	718	709	719

CTE LEOPOLDINA - 72625007

DT.REF.: 13/1/2015

CLF5472



DESTINATÁRIO
ALEXANDRE VIEIRA DA SILVA
R JEQUIRITUBA . . . 02300 - CS6
J S PEDRO . . - SAO PAULO - SP
04852-024



Sr. Carteiro: após a terceira tentativa, enviar o objeto para a
Agência dos Correios mais próxima do endereço do destinatário.
Sr. Chefe Agência: Prazo Guarda do Objeto - 20 dias

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO

SAO PAULO
CTE LEOPOLDINA/DR/SPM
05314-983

JQ440433796BR



179
37-01
19
X
Cte Leopoldina/DR/SPM
05314-983

Eu Paulo Roberto do Silva Vilas
 lider comunitário de
 Vila Bela da Várzea
 Pedido a Voca Celanaz
 que Pessoal Este no Escuro

Conta Mensal de Serviços de Água e/ou Esgotos

RGI 07400668/22 No da Conta 1409074900081 GR CR 39
 Ind. R Cirurgia 00014
 Jd Noronha - São Paulo/CP CEP 04800000
 Cliente Maria De Lima Barros e Oliveira
 Cod. Subesp 38 260 01 001 4 1001 0086 0006
 Equivalência 1 Res + 0 C + 1 Q + 1 D Pub
 Tipo de Estabelecimento Comum
 Código do Cliente 0035751 59
 Tipo de Tipagem Água e Esgoto
 Número YC9F414: 35

Apresentação	Data	Leitura	Consumo m3
Leitura Atual	10/02/14	346	12
Leitura Anterior	10/01/14	336	
Proxima Leitura	12/03/14		

Histórico do Consumo de Água

9	7	8	6	10	1
R	R	R	R	R	R
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Média: 8				Ajuste: 1 050	

Calculo do Valor da Conta Residencial Por Economia

Consumo (m3)	Consumo (m3)	Água	Esgoto	Valor (R\$)
Até 10	Mínimo	16,82	16,82	16,82
11 A 20	2	6,26	2,63	5,21
21 A 30			6,57	
31 A 50			8,57	
Acima de 50		7,24		
Sub Total		22,08		22,08
VI Água (Água FI de Ajust Econ)		22,08 x 1 000 000 000 x 1 =		22,08
VI Esgoto (Esgoto FI de Ajust Econ)		22,08 x 1 000 000 000 x 1 =		22,31
Total Residencial (VI Água + VI Esgoto) =				44,11

Distribuição do Faturamento

Item	Valor (R\$)	Total a Pagar: R\$
Água	22,08	44,11
Esgoto	22,08	

Marcos
 20/02/14

No caso de pagamento em atraso
 Será aplicado de multa de 2%, mais atualiza-
 ções monetárias com base na variação do IPCA/IBGE
 mês anterior, mais juros de mora de 0,033% ao
 dia. A conta não paga até a data de vencimento
 sujeita o imóvel ao corte do fornecimento de água

Ruc Graeme 13 A 962 751127

Tributos	Aliquota(%)	Base de Calculo(R\$)	Valor(R\$)
PIS/PASEP + COFINS	7,30	44,16	3,72

Qualidade da Água Decreto Presidencial 54 40/01 Portaria Ministério da Saúde 29 14/11
 Parâmetros Turbidez Cor Cloro Coliformes totais Escherichia coli
 Mínimo Exigido 870 150 070 870 007
 Amostras Realizadas 685 160 185 685 007
 Amostras Padrão 682 159 183 678 684
 Eventuais análises fora dos padrões foram refeitas acompanhadas de inspeções sanitárias
 de descargas do ponto de coleta e outras ações para garantir a qualidade de água

MARIA DE LIMA BARROSO
AV. GRAUNA 00014
CEP: 04514-000 SÃO PAULO - SP

Nota Fiscal Série B nº 002728883

Reservado ao Fisco 8478.0DED.673D.3DA8.7C48.4712.883F.C891

COD. CLIENTE: 0012504348

CFOP: 5258 (Venda de en. elétrica a não contribuinte)

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S. A.
Av. Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, Loja 1 e 2, Térreo,
1º ao 7º andar - Torre II - Bairro Sítio Tamboré - Barueri/SP - Cep: 06460-040
CNPJ: 61.695.227/0001-93 - Inscrição Estadual: 206.165.226.110
Regime Especial Proc. Nº 1000635-686914/2005



Dica de segurança da AES Eletropaulo: Ao construir ou reformar, cuidado com a rede elétrica. Mantenha uma distância segura de no mínimo de 3 metros dos fios elétricos.

Responsável pela iluminação pública na sua rua/região:

Ponto de Atendimento mais próximo, das 8h30 às 16h30:

Dados do Cliente/Unidade Consumidora

MARIA DE LIMA BARROSO
AV. GRAUNA 14
CEP: 04514-000 SÃO PAULO - SP
INSC. EST. 064.181.489-06 e INSC. EST. ISENTO

IMPORTANTE:

Contas pagas após o vencimento terão multa de 2%, juros de mora de 0,093% ao dia e atualização financeira à serem incluídos na próxima conta.

Nº DA INSTALAÇÃO

115668021

RESUMO DA SUA CONTA (R\$)

Fornecimento	Tributos	Itens financeiros	Outros produtos e serviços	Abatimentos e devoluções	TOTAL A PAGAR
23,50	4,31	1,00	0,00	0,00	29,84

NOTIFICAÇÃO/REAVISO DE CONTAS VENCIDAS

DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

folha: 1/1

FORNECIMENTO

CONSUMO X TUSD (VALOR DO kWh)

30,0 kWh X R\$ 0,8266000	0,89
70,0 kWh X R\$ 0,0514000	3,59
54,0 kWh X R\$ 0,0771000	4,16
CONSUMO X TE (VALOR DO kWh)	
30,0 kWh X R\$ 0,05153000	1,54
70,0 kWh X R\$ 0,06534000	8,17
54,0 kWh X R\$ 0,13251000	7,15

TRIBUTOS

PIS/PASEP (0,66%)

COFINS (3,00%)

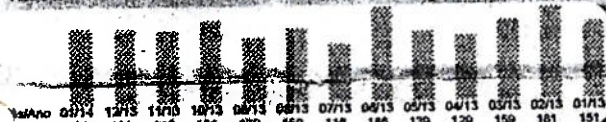
ICMS

ITEMS FINANCEIROS

ICMS SI DESC. SUBVENÇÃO TARIFA

1,90

HISTÓRICO DE CONSUMO



DADOS DE LEITURA DO MEDIDOR

Anterior	Leitura	Atual	Leitura	Próxima	Entrega
13 DEZ	15848	16121	16392	12 FEV	17 JAN

DADOS TÉCNICOS DA INSTALAÇÃO

Composição do fornecimento e tributos cobrados nesta conta - R\$ 168/2006

Energia	Distribuição	Transmissão	Encargos	Tributos
R\$ 18,44	R\$ 2,79	R\$ 1,01	R\$ 1,14	R\$ 2,30

- No mês de 01/2014 vigoraria a bandeira amarela, a qual implicaria R\$ 0,015/kWh de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de tributos.
- Unid. consumidora enquadrada na subclasse Residencial-Baixa Renda, faturada com desc. tarifário de R\$ 13,21
- Sua conta com vencimento em 26/12/2013 no valor de 29,21 foi quitada através de Débito Automático.

Em caso de uma passagem em um ponto de medição, o processo de leitura das medições realizadas pela AES Eletropaulo é certificado pela norma ISO 9001:2008.

Este é o valor de 100% do sistema de distribuição. Valor adicional de 0,015/kWh de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de tributos, devido ao uso de energia elétrica para aquecimento de água em unidades residenciais, conforme Resolução 1.000/2009 da ANEEL.

Se por algum motivo de seu conhecimento não ocorrer o débito automático, pague esta conta em qualquer banco autorizado.

VALOR DA FATURA A PAGAR

29,84

O pagamento desta conta não quita débitos anteriores.

Considerar esta conta quitada somente após o débito em sua conta corrente.

Nº da Fatura	Data de Emissão	Conta Referente a	Nº da Instalação	Consumo (kWh)	Vencimento	Total a Pagar (R\$)
612603370917	14 JAN 2014	JAN 2014	115668021	154	24 JAN 2014	29,84

MARIA DE LIMA BARROSO

836400000003 298400481008 700329774918 000513282128

Nota Fiscal Série B Nº 002728883

DÉBITO AUTOMÁTICO BANCO SANTANDER S.A.



AES Eletropaulo

Se por algum motivo de seu conhecimento não ocorrer o débito automático, pague esta conta em qualquer banco autorizado.

Uma Empresa AES Brasil
Autenticação Mecânica
Não vale como recibo

NEPHE
DNR

182
37-01
19
Cato Cecil Rodriguez
1987, SEP-12

JOSEPP Buch

NEPHE
DNR

VIEU BOA ESPERANCA

Thompson

SILVEIRA
M. L. B. M. J.

UPEN SR PEDRO

183
37-01

19

FAVELA

JOSEFINA ELIAS

TRAV 30m
P. 28h?

SR PEDRO

Clownd
V. V. V.
Humintan

184
37-07 19
C. C. C. C.
11,287-50-12

Estadada Agua ST-5

iluminacion

J. M. M. S.
VIVIANE

185
37-07
19
OFFICE OF THE
ATTORNEY GENERAL
STATE OF CALIFORNIA

Miguel P. AZUAGA

view

view

GABRIEL AXES

Miguel J. ALONSO

Campana de Agua



ASSOCIAÇÃO PRÓ-MELHORAMENTOS DOS BAIRROS DE
— AMERICANÓPOLIS E JARDIM BONANZA —

FUNDADA EM: 02-02-1988

REGISTRADA SOB N.º 313/88 - CNPJ 58 931 536/0001-00

São Paulo, 24 de Março de 2015.

Ofício Nº 1

A/C. do SR. Vereador MILTON LEITE.

À

Associação pró- Melhoramentos dos Bairros de Americanópolis-
E Jardim Bonanza, através de sua Presidente, SRA. Zelia C. Paraguassu.
Vem por meio deste Ofício pedir luminarias para as Seguintes Ruas,
da VILA MISSIONARIA.

RUA ALEXANDRE KIPNIS.

BRIGIDA BANTE.

RUA GUAICURI Altura do nº 408 a 412 VIELA SEM NOME.

TRAVESSA DA ALEXANDRE KIPNIS ETC.

Sem Mais Para o Momento .

Os moradores Agradecem ao SR. Vereador.

Zelia Castro
ZELIA CASTRO PARADUASSU.

187
37-01 19
K

Rua São Francisco
Cep: 04853-186
Numero 44
Iluminação Publica

Juarez Nunes dos Santos

Regênio Cesar Modesto

Parque São Paulo

188
3701
210 X
11/2019

Rua Doutor Roque Marchese	Parque São Paulo	São Paulo	SP	04843-180
Rua Gaspar Sportini	Parque São Paulo	São Paulo	SP	04843-280
Rua João Leite Jachinowski	Parque São Paulo	São Paulo	SP	04843-190
Rua Puerto Asis	Parque São Paulo	São Paulo	SP	04843-160
Rua Puerto Nátiles	Parque São Paulo	São Paulo	SP	04843-150
Rua Saint Pierre	Parque São Paulo	São Paulo	SP	04843-140
Rua Urgel	Parque São Paulo	São Paulo	SP	04843-170
Travessa Luis Rafanelli	Parque São Paulo	São Paulo	SP	04843-145
Via de Pedestre Luis Robin	Parque São Paulo	São Paulo	SP	04843-155
Via de Pedestre Maurício Cazati	Parque São Paulo	São Paulo	SP	04843-165

de Pedestre Miguel Contreras	Parque São Paulo	São Paulo	SP	04843-175
------------------------------	------------------	-----------	----	-----------

A travessa Luis Rafarielli que a ~~(sem)~~ uma travessa que é igual a uma rua so existe os poste pois assim para ficar iluminada os moradores utiliza da sua propria luz
OBS (Para clariar a travessa)

A via de Pedestre Luis Robin não a luz nem existe os postes luz

A via de Pedestre mauricio Cazati e a via de Pedestre miguel Contreras também não existe o Postes de luz

Na Rua Fernando nobre com a rua Diamanti no Ferreira Innocencio tem uma via de Pedestre com um escadão sem nome que existe luz nem Poste de luz (PQ Plamalto)

OBS Rua Fernando nobre o cep é 04841-330
a Rua Diamantino Ferreira Innocencio o cep é 04841-330.

Soluções de Planejamento

RUA LIBEIRA LIMA

AV. SANTO AFONSO

20

De De

CEI 924936025

189
37-07 19
11/08/12

FALTA
ILUMINAÇÃO
PÚBLICA

310 TRAVESSA LIBEIRA LIMA

SÃO JOÃO DA BOA
VISTA

AV. SANTO AFONSO

RUA CLEO DOTO

Processo nº 190
nº 37-01
Data CANCELAMENTO 11/07/12
RE 11,247-30-12

RUA PASTER RUBENS LOPES

424

Solidação de Despesas

Nº 546

23

PEPEU
CEL 984986085
TIM

RUA CATARINA GABRIELLI

INSTALAR
ACADEMIA

ÁREA
DA
SABESP

191
37-07 79
Q
12-12-12

RUA CARLOS FACINI

iluminação de rua

23

Fazenda
CEL. 924926085
TAXA

RUA DR. RAFAEL D'ARSI

FALTA ILUMINACAO RUBIA

TRAVESSA RAFAEL

João
St. Amélia

23

(5198)

192
37-01
19

Balm São Francisco (Pedreira)
St. Amélia C. Flândia)

hav. mandubis / Precisa de
hav. Sardinha / mais iluminação
hav. tilapia
hav. São Pedro

Trocar lampada na Rua dos
mandubis altura do N° 145
está queimada

193
37-07 19
RF 11.287 - SGP-12

Telefones: 95338-1166 (Tim) / 5933-1491 (Fixo)

Eu Juarez Líder Comunitário do Jardim Porto Velho, morador da Rua Nações Unidas, nº 245, pedimos para VSª Excelência para troca de iluminação publica e umas iluminação de luz nesses endereços.

Rua Nações Unidas

Cep: 04853-183

Vila Numero 28

E na Rua Nações Unidas, numero 76

E na Esquina numero 80,300,245,245C,453 e continuação de luz do numero 251A

Numero 09 foi arrancado os postes para a pavimentação da Rua Nações Unidas.

_____/_____
Rua Eudorado

Cep: 04853-181

Numero 28B

Iluminação Publica

_____/_____
Rua dos Taxistas

Cep: 04853-184

Numero 81 e 79, Iluminação

_____/_____
Travessa da Viela da Rua das Perolas

Cep: 04853-188

Numero 29

_____/_____
Rua das Perolas

Cep: 04853-188

Numero 60, Iluminação Publica

Juarez Muniz dos Santos
Juarez Muniz dos Santos

Rua Francisco Inácio ~~Schanda~~ ^{Vila Monte Claro}
Vila Monte Claro nº 401 Trocar a rede elétrica
Rua Canaã em frente o nº 27 trocar a lâmpada
do posto
Cocaia contínuo do céu
Rua Canaã Vila 2020 sem iluminação

Relatório 194 de proc.
nº 37-07 de 19
O
E. A. Gomes de Moraes
AV 22.287-500-12

Justiça cabível

145

37-01 19

Excu

Seg Ter Qua Qui Sex Sáb Dom

25/03/2015

R. Apolônio de Figueiredo nº 645
Lider comunitário: Marco Antônio Rodrigues da Silva
R.G 17824202-0 fone. 98119-9553

Os moradores da Rua Radialista Filho
cep. 05850-125

Os moradores estão pedindo com
urgência, iluminação na via que
fica nesta rua.

Ésta muito perigoso com muito
assalto.

nº 28 A enfrente a via e nº 301
fica ao lado.

É só colocar as 4 lampadas por
que já tem poste.

Obrigado.

Prav

Seg Ter Qua Qui Sex Sáb Dom

196 1.º pro.
37-07 19

25/03/2015

Rua Apolonio de Fiana nº 645

Lider comunitario: Marco Antônio Rodrigues da Silva

RG 17894 202-0 fone: 98119-9553

Rua Apolonio de Fiana. 05853-280

Os moradores da Vila que fica
enfrente o nº 35 na R. Apolonio de Fiana
Estão pedindo com urgência
2 lâmpadas no poste da Vila.
Está muito escuro com isso
causando muitos acidentes com
os idosos.

Obrigado.

197
37-01 19
X
25/03/2015
Seg Ter Qua Qui Sex Sáb Dom

Rua Apolonia de Fiana nº 645
Lider Comunitario: Marco Antonio Rodrigues da Silva

Os moradores da Avenida José
Joaquim Gonçalves cep 05850-210

Estão pedindo com urgência
a limpeza da Praça que fica
enfrente o Supermercado Saturno.
Também a poda das arvores,
e iluminação.

Uma boa limpeza porque tem
muito mosquitos.

Um jardim com uns
banquinhos.

Obrigado

ALUARENB1

73

VIEL

198
37-01
19
RE 1997 SUP 12

VIEL

RANOVAP

FALVIA
ANREBENTU

LEMINA



Clube de Mães do Jardim Campinas

CNPJ: 67.832.337/0001-36 Desde 12/12/1992

Protocolo nº 199
nº 37-07
19
Clube de Mães do Jardim Campinas
R. Andrômeda, 381 - Jd. Campinas - SP - CEP: 04858-120

Ao
Digníssimo
Vereador Sr **MILTON LEITE**

Venho em nome dos moradores deste bairro solicitar a reforma da quadra de Esporte do Jardim Campinas situada a Rua Constelação do Dourado, ao lado da CEI – Centro de Educação Infantil (Pedro Henrique de Siqueira), que dá acesso a Rua Constelação do Caranguejo.

Informo ainda que não temos nenhum lazer, a nossa esperança é a reforma desta quadra com cobertura, aparelhos de ginásticas e outros que se fizerem necessários.

Contaremos com sua atenção e ficaremos muito gratos, pois sabemos da capacidade e do desempenho que vossa senhoria tem como Vereador.

Em nome de todos.

Sem mais.

São Paulo, 03 de Dezembro de 2013.

Atenciosamente

Maria Josinete Dos Santos
Clube de Mães do Jardim Campinas

Jd. REIMBERG

Forma 200
37-07 19
R
S
S

Viela ENTRE A RUA:

OCLAVIO CONCEIÇÃO DE SENNE E
Luis - 189

○ Luis - ÉDU ANDREIA

① R. S. MARILISA VARGINHA

RUA: VIELA DAS ADALHAS Nº 52

Nº ESTRADA DO PORTO = S. MARILISA

CEP: 04857-130

○ VIEL

AO

AV.

IE

ENTE

S

CÓPIA

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME DE PROCESSO

Este é o volume 1 do processo nº **37-0001/2019**
que se encerra à folha nº 200.

Segue o volume 2,
que será iniciado a partir da folha 201.

27/02/2019



Caio Cesar Rodrigues
RF 11.267 – SGP-12

CÓPIA